

Nascunho

3

OS AIKEWARA DA TERRA INDÍGENA SORORÓ / PA
Estudos socioambientais do Componente Indígena no âmbito do
Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do AHE Santa Isabel.

RELATÓRIO PRELIMINAR
DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DE DADOS SECUNDÁRIOS

Coordenadora:

Iara Ferraz
Antropóloga

Equipe técnica:

Márcia R. A. Maciel
Bióloga/Etnoecologia

Hilton S. Nascimento
Biólogo/Ecologia e Indigenismo

Orlando Fernandes Calheiros Costa
Antropólogo

São Paulo
Agosto 2011

APRESENTAÇÃO

As informações constantes neste relatório destinam-se à composição dos Estudos Socioambientais do componente indígena referente à Terra Indígena Sororó, complementar ao Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Santa Isabel,

Atendendo ao Termo de Referência da FUNAI para a TI Sororó, integrante da bacia do rio Araguaia, este relatório apresenta o diagnóstico socioambiental e a análise de dados primários e secundários referentes aos *Aikewara* (também conhecidos como 'Suruí do Pará'), habitantes da TI Sororó.

A partir das análises efetuadas dos seus resultados, este relatório servirá de referência para a avaliação dos potenciais impactos socioambientais decorrentes da eventual implantação do AHE Santa Isabel. A consolidação do Relatório Final, com a inclusão dos impactos avaliados, somente se dará após a apresentação deste diagnóstico aos *Aikewara* da TI Sororó.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	ii
1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1. Levantamentos de Campo - Etapa I	6
1.2. Levantamentos de Campo - Etapa II	10
2. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL	15
2.1. Aspectos metodológicos	15
2.2. Terra Indígena Sororó.....	15
2.2.1. Situação legal da TI Sororó	15
2.2.2. Visão particular sobre a territorialidade <i>aikewara</i>	20
2.2.3. A ocupação e as relações com o entorno da TI.	22
2.2.3.1. As grandes fazendas.....	22
2.2.3.2. Os Projetos de Assentamento do INCRA.....	26
2.2.3.3. A TI Sororó no contexto do PE Martírios-Andorinhas e da APA São Geraldo do Araguaia	30
2.3. Os <i>Aikewara</i>	34
2.3.1. Levantamento histórico- etnológico.....	35
2.3.2. Aspectos demográficos da sociedade <i>aikewara</i>	44
2.3.3. Organização sociopolítica.....	49
2.3.4. Análise da relação sociopolítica, econômica e cultural dos <i>Aikewara</i> com a sociedade envolvente e com outros grupos indígenas.	51
2.4. Meio Físico e Biótico	55
2.4.1. Geomorfologia.....	55
2.4.2. Geologia da TI Sororó e arredores	57
2.4.3. Solos	59
2.4.4. Clima	62
2.4.5. Recursos Hídricos e Qualidade da Água	63
2.4.5.1. Qualidade da água e limnologia.....	65

2.4.6. A ⁱ ictiofauna e a ^p esca [entre os Aikewara]	66
2.4.6.1. Os instrumentos e estratégias de pesca [dos Aikewara]	73
2.4.6.2. Os principais locais de pesca [dos Aikewara]	75
2.4.6.3. Os peixes mais pescados atualmente [pelos Aikewara]	82
2.4.6.5. As espécies de peixes em diminuição na TI Sororó	85
2.4.6.6. A pesca e a insegurança alimentar [entre os Aikewara]	89
2.4.6.7. O AHE Santa Isabel e o futuro da pesca [entre os Aikewara]	89
2.4.7. Vegetação e ^u so do ^s olo	91
2.4.8. A ^{caça} [entre os Aikewara] <i>importância da</i>	134
2.5. Os Aikewara no contexto do processo de desenvolvimento regional	150 ⁵⁰
2.5.1. Histórico do processo de "desenvolvimento" regional	150 ⁵⁰
2.5.1.1. Os Aikewara no contexto do Programa Grande Carajás	151 ¹¹
2.5.1.2. Pecuária, carvão vegetal, desmatamento, crimes ambientais e trabalho escravo	153
2.5.1.3. A corrupção envolvendo a disputa pela terra ^{na}	154
2.5.1.4. O novo "boom" de desenvolvimento regional	154
2.5.1.5. A mineradora Vale no contexto regional de desenvolvimento	158 ⁸
2.5.1.6. ^{do} Polígono da ^{vi} olência	160 ⁰
2.5.1.7. O futuro novo estado de Carajás	162 ²
2.5.1.8. Os projetos regionais do setor elétrico	162 ²
2.5.1.9. A hidrovía Araguaia-Tocantins	164 ⁴
2.5.2. ^{do} AHE Santa Isabel e os Aikewara no contexto regional	165 ⁵
2.6. Conflitos socioambientais na TI Sororó e entorno	166 ⁶
2.6.1. Caça ilegal ^{Madeireira}	166 ⁶
2.6.2. Mineração ^{2.6.2. Caça ilegal}	168 ⁸
2.6.3. A rodovia BR 153	172 ²
3. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS	181 ¹
4. BIBLIOGRAFIA	182

1. INTRODUÇÃO

A TI Sororó localiza-se a cerca de 50 km de distância do eixo do projeto do Aproveitamento Hidrelétrico Santa Isabel, situado no rio Araguaia, a jusante dos municípios de São Geraldo do Araguaia (PA) e Xambioá (TO), com eixo de implantação nos municípios de Ananás (TO) e Palestina (PA).

Os *Aikewara* habitam a região contornada pelo baixo rio Araguaia, em sua margem esquerda, próxima à foz no rio Tocantins, no interflúvio entre os rios Araguaia e Itacaiúnas, sendo integrante da Área de Influência Indireta (AII) no contexto dos Estudos de Impacto Ambiental do AHE Santa Isabel (Figura 1.1).



Figura 1.1: Localização geral e principais acessos

(2009)
Conforme o Termo de Referência emitido pela Funai, a elaboração do diagnóstico socioambiental da Terra Indígena precede a identificação dos impactos decorrentes da construção do AHE Santa Isabel passíveis de afetar a população indígena em questão. Nesse sentido, o presente relatório será apresentado em duas partes, a primeira englobando o Diagnóstico Socioambiental e subitens, e a segunda englobando a Avaliação de Impactos e Medidas Mitigadoras e Compensatórias.

Os trabalhos de campo foram realizados em ^{três} duas etapas e, sempre que necessário, complementados com informações e levantamentos de dados secundários, conforme descrito a seguir.

1.1. Levantamentos de Campo - Etapa I

Os primeiros trabalhos de campo foram realizados no período de 09 a 17 de fevereiro de 2011, sendo ^{complementados por} estes precedidos de levantamentos de dados em Brasília Marabá e Belém, ^{visitando} visitando instituições com atuação relacionada à questão fundiária e à pesquisa científica envolvendo a população indígena em questão. ^{Aikewara} Aikewara.

Logo após a chegada na aldeia Sororó, ^{foi realizada} realizou-se uma reunião com as lideranças, equipe técnica, FUNAI/BSB e representante do empreendedor, que apresentou um breve resumo do atual projeto do AHE Santa Isabel. Em seguida foi elaborado um cronograma das atividades a serem desenvolvidas pela equipe técnica junto à comunidade, tendo em vista o levantamento dos dados para os estudos socioambientais a serem realizados, em ~~duas~~ etapas de permanência dos profissionais em campo (Figura 1.2).

A reunião iniciou-se com a apresentação do representante da FUNAI / Brasília (CGGAM) que explicou a presença do empreendedor, da equipe e da sua própria no local, explicitando a função da equipe técnica. Além disso, outros assuntos acabaram surgindo, como por exemplo, problemas que os Aikewara enfrentam com a Coordenação Regional da FUNAI (Marabá), invasão da TI, queimadas, entre outros.

Após a explanação do representante da FUNAI, o representante do empreendedor falou a respeito do empreendimento e apresentou um breve resumo do novo projeto, mostrando uma imagem que indicava a distância do empreendimento - a cerca de 20 km da aldeia - e que "a área inundada seria bem menor do que a que constava no projeto anterior" (2003). Segundo a visão do empreendedor, a TI sofreria "apenas um pequeno aumento no tráfego de veículos leves" ao longo do trecho da BR 153 que atravessa a TI, já que "todo o material para construção virá pela rodovia Belém-Brasília".

Os Aikewara levantaram algumas questões como, por exemplo, o porquê da construção da UHE e, de forma direta, questionaram o representante do empreendedor sobre a compensação: "o que vocês vão dar, o que vamos receber?" - tendo recebido como resposta a precedência do diagnóstico: "primeiro deve-se fazer o levantamento".

A seguir, a coordenadora da equipe técnica apresentou os seus integrantes e complementou a apresentação feita pelo representante da FUNAI, ressaltando a importância dos estudos e esclarecendo que a equipe não possui qualquer vínculo com o empreendedor, nem com a FUNAI e que não há qualquer decisão relativa a esse empreendimento projetado para o rio Araguaia. Foi perguntado se os *Aikewara* aceitavam a equipe para a realização dos estudos, tendo sido explicada a metodologia participativa a ser utilizada, em todas as etapas.

Os *Aikewara* responderam que precisavam de “tempo para responder” e ainda disseram que não haviam sido comunicados da presença da equipe e muito menos da realização daquela reunião. Mais uma vez questionaram o papel da FUNAI ^{em Manaus} local, que deveria ter-lhes comunicado previamente e destacado um representante para aquela ocasião, o que não ocorreu. Vários assuntos vieram à tona, sempre abrangendo os diversos problemas enfrentados pelo povo *Aikewara*. CR de

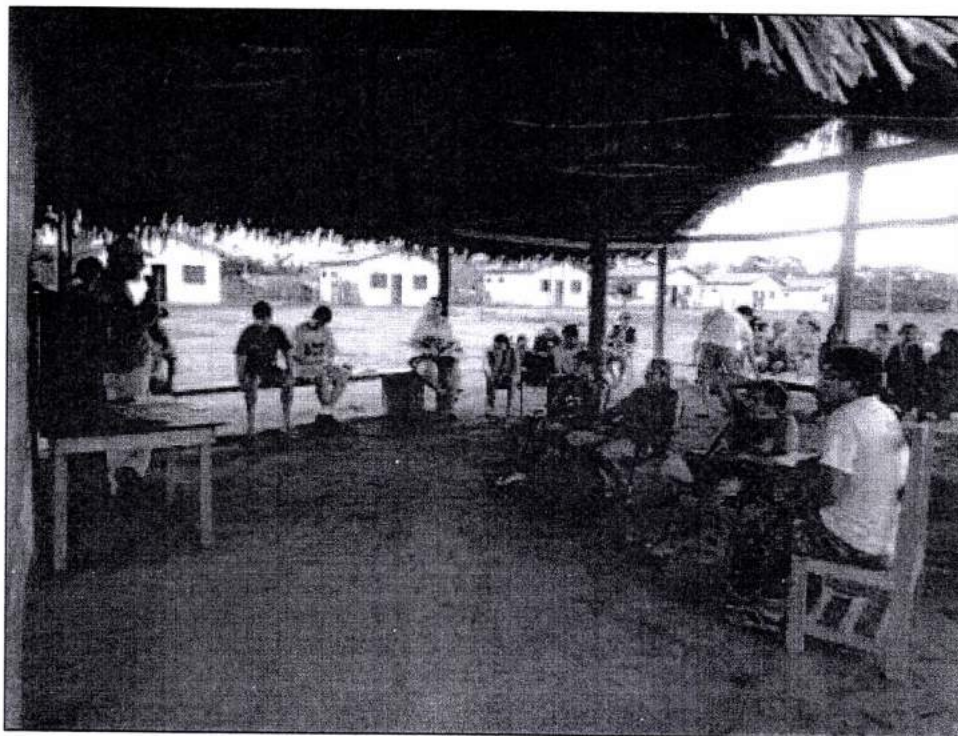


Foto: Equipe Técnica: fev/2011.

Figura 1.2. A primeira reunião na aldeia Sororó.

Outra reunião foi realizada com as lideranças da aldeia *Itahy*, juntamente com a equipe técnica e o representante da FUNAI/BSB. Nesta reunião estiveram presentes cerca de 15 integrantes da comunidade (Figura 1.3). A coordenadora da equipe fez a abertura da reunião, retomando alguns pontos desde a sua última permanência na área (2005), e comentou sobre a paralisação da proposta de ~~demarcação de~~ um acréscimo à TI Sororó, relembrando a realização do estudo de identificação pela FUNAI coordenado por ela em 1985 (e retomado em 1996), e a paralisação do processo, na FUNAI, relativo ao último estudo realizado (2003)

que, por sua vez, reduzira a proposta anterior de revisão territorial para os Aikewara.

Um dos líderes aikewara ressaltou a importância de uma revisão da demarcação efetuada pela FUNAI em 1983, afirmando que realmente a área pretendida para a construção da usina de Santa Isabel ^{faz parte do} ~~é~~ território indígena. ^{s/it.} "lá existem as pedras de onde extraíam lascas para o corte da língua dos pajés", ^{quando há necessidade de cura} ~~quando há necessidade de cura~~, por exemplo, na cura das doenças das crianças, ^{em paz} apenas os velhos xamãs podem e sabem ^{realizar} ~~fazer~~ este ritual de cura. Comentaram ainda que embora a área de acréscimo pleiteada esteja em processo avançado de degradação devido à implantação de pastagens e "fazendas", eles a reivindicam para que a floresta seja recuperada, ^{assim como reservas de arfilla ali existentes, mat-pirina e / aspanelas.}

Na aldeia Itahy, o representante da FUNAI/BSB explicou o motivo da sua vinda e o papel da equipe técnica; explicou ainda que o representante do empreendedor não pôde estar presente por motivo de força maior e que ele também teria que se ausentar devido a outros compromissos de trabalho.

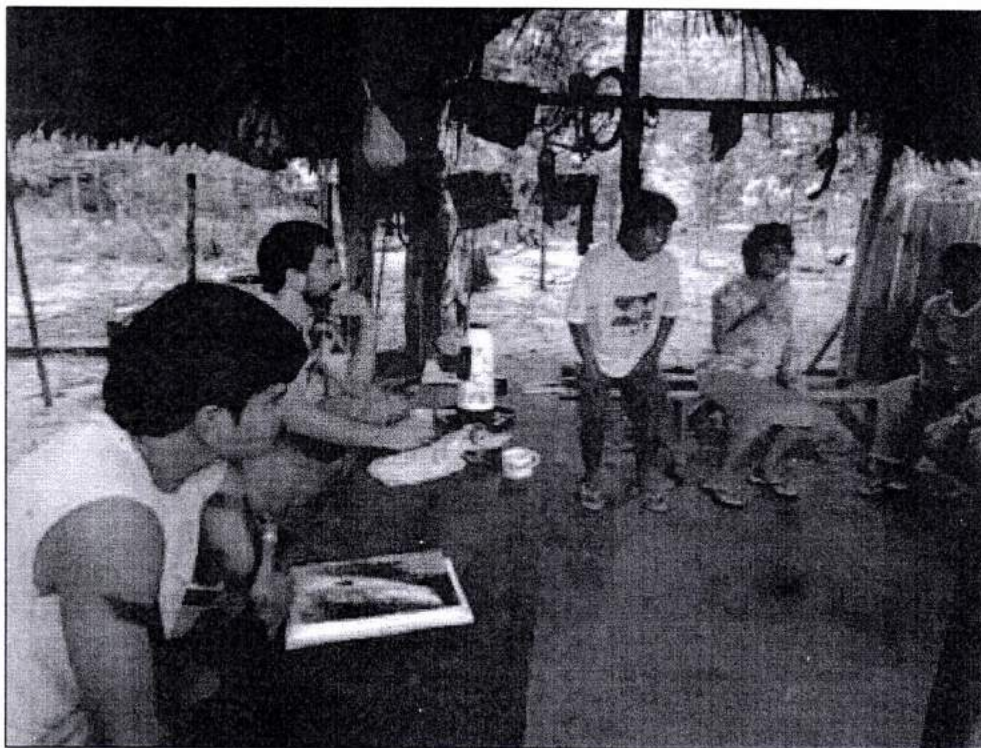


Foto: Equipe Técnica: fev/2011.

Figura 1.3: Reunião com integrantes da aldeia Itahy.

Os moradores desta aldeia questionaram os possíveis impactos que a usina de Santa Isabel poderia ocasionar, como por exemplo, a grande movimentação de pessoas que virão para trabalhar ^{em} sua construção. Relembrou que o crescimento do município de Marabá "passa por dentro da aldeia", uma vez que boa parte do transporte de mercadorias e pessoas é feito pela BR 153, rodovia

que corta a TI, fazendo exatamente a ligação entre as rodovias Belém-Brasília e Transamazônica. Por isso demonstraram grande preocupação, com a certeza de que o trânsito e as pressões serão ainda maiores.

Além disso, os *Aikewara* da aldeia *Itahy* aproveitaram a ocasião para listar uma série de insatisfações que sentem com relação à Coordenação Regional da FUNAI, em Marabá, além de outros problemas que vêm enfrentando, como queimadas, acidentes na BR 153 que corta a TI, desova de cadáveres, descarte de lixo, entre outros.*

NOTA

* Na ocasião foi entregue ao representante da FUNAI/BSB um documento contendo reivindicações, endereçado aos departamentos competentes deste órgão, em Brasília. O representante da FUNAI se comprometeu a encaminhá-lo para que as medidas necessárias sejam tomadas após análise do documento.

Foi ainda mostrada aos moradores da desta aldeia uma carta imagem (elaborada pela equipe da COPPE-UFRJ e obtida junto às lideranças da aldeia Sororó), onde estão representadas a TI Sororó, o seu entorno e o local projetado para a construção da usina Santa Isabel. Além disso, foi também apresentado um mapa (do GESAI) em que consta a área que seria inundada. Neste momento, os *Aikewara* questionaram alguns pontos demarcados, principalmente na carta imagem, como, por exemplo, a localização da nascente do rio Gameleira que, segundo os entrevistados, estão no interior da TI Sororó - e não fora dela, como indicava a imagem. A equipe então interveio e explicou que uma das funções do levantamento é justamente marcar com as coordenadas geográficas corretas os locais das nascentes, lagoas temporárias e permanentes, etc., além de mapear junto com os *Aikewara* os principais locais de ocorrência dos recursos necessários a sua sobrevivência física e cultural.

Ficou estabelecido com os componentes da aldeia *Itahy* que iriam decidir se haveria estudo ou não e se aceitariam a equipe apresentada. Assim, o representante da FUNAI/BSB se despediu e a equipe agendou uma nova data próxima para o retorno àquela aldeia.

Cabe salientar aqui as dificuldades enfrentadas pela equipe para a realização desta etapa preliminar do trabalho, em que sequer a FUNAI fora comunicada com a antecedência necessária para consultar os *Aikewara* sobre a realização desta viagem da equipe, com representantes da FUNAI/BSB e do empreendedor à TI Sororó. A Coordenação Regional da FUNAI em Marabá limitou-se a emprestar um modelo antigo de GPS à equipe para a realização deste levantamento preliminar. Não designou representante para participar ~~seguir~~ da reunião inicial na aldeia ou acompanhar os estudos. *não fenele*

Acrescente-se a isto o fato ~~de termos~~ *de se ter* verificado em campo que a agenda para os *Aikewara* compreendia, para a mesma ocasião, uma reunião com a equipe técnica da COPPE-UFRJ contratada pelo DNIT, que já havia realizado os estudos de impacto relativos à pavimentação da rodovia Transamazônica (acompanhada por representantes da Coordenação Regional da FUNAI, sabedores, portanto, desta reunião). Evidentemente, a presença de equipes distintas e o excesso de reuniões seguidas, além de uma posição ambígua e evasiva dos representantes da

em parte

^R
~~Coordenação Regional~~ da FUNAI (Marabá) aborreceram os *Aikewara* e geraram uma certa desconfiança, o que prejudicou a realização ^{de} desta primeira etapa do trabalho, sobretudo da bióloga e do ecólogo integrantes da equipe. Deste modo, fez-se necessária uma nova permanência em campo, mais prolongada e menos conturbada ^{de} dos profissionais.

Some-se a este quadro o fato de não terem sido disponibilizadas para a equipe técnica, conforme consta no Termo de Referência da FUNAI, as informações prévias necessárias à realização ^{de} desta primeira etapa do trabalho, como o Estudo de Impacto Ambiental e seu Relatório, referentes ao AHE Santa Isabel – documentos que também deveriam ter sido disponibilizados aos *Aikewara*. Não foram fornecidas à equipe técnica as imagens de satélite nem equipamentos, como GPS.

1.2. Levantamentos de Campo - Etapa II

A segunda etapa de campo foi realizada no período de 30 de abril a 13 de maio de 2011. Neste levantamento, elencou-se as principais atividades produtivas, os impactos socioambientais já existentes e os futuramente possíveis na TI Sororó, bem como o etnomapeamento dos recursos naturais da fauna e flora utilizados pelos *Aikewara*.

Estas informações foram complementadas com levantamentos de dados em Marabá e São Geraldo do Araguaia, visitando instituições com atuação relacionada à questão fundiária e à pesquisa envolvendo os *Aikewara*.

A equipe deslocou-se da cidade de Marabá em direção à aldeia Sororó e, ao chegar, procurou as lideranças para o agendamento de reunião para discussão do cronograma de atividades e outros informes. Ao anoitecer foi realizada uma reunião com a presença das lideranças e membros da comunidade da aldeia Sororó. Foi retomado o histórico da primeira estada da equipe na aldeia e o porquê do seu retorno, conforme havia sido explicado quando da primeira visita. A equipe apresentou como resultado (da sua primeira visita) uma imagem de satélite já com dados coletados pela mesma, alguns mapas pontuando áreas de conflitos, limite da TI, entre outras informações. Neste momento foi explicado aos presentes que as informações ali contidas já eram frutos do levantamento iniciado em fevereiro de 2011 - e que o objetivo desta etapa era a obtenção de dados mais apurados para complementar o Estudo.

Além disso, foi apresentado o relatório parcial e logo após discutiu-se junto com a comunidade os resultados preliminares, bem como as atividades que seriam realizadas durante a permanência da equipe na TI Sororó (Figura 1.4). E conforme a agenda e disposição dos integrantes da aldeia foram estabelecidas datas para a realização das seguintes atividades: elaboração dos etnomapas, entrevistas domiciliares, visita aos locais de caça e pesca, coleta de frutas, ^{visita} aos roçados e castanhais com o objetivo de visualização e marcação das coordenadas de localização. Neste mesmo dia, a aldeia *Itahy* foi comunicada pelos técnicos da sua chegada e de igual forma estabeleceu-se o cronograma de atividades.

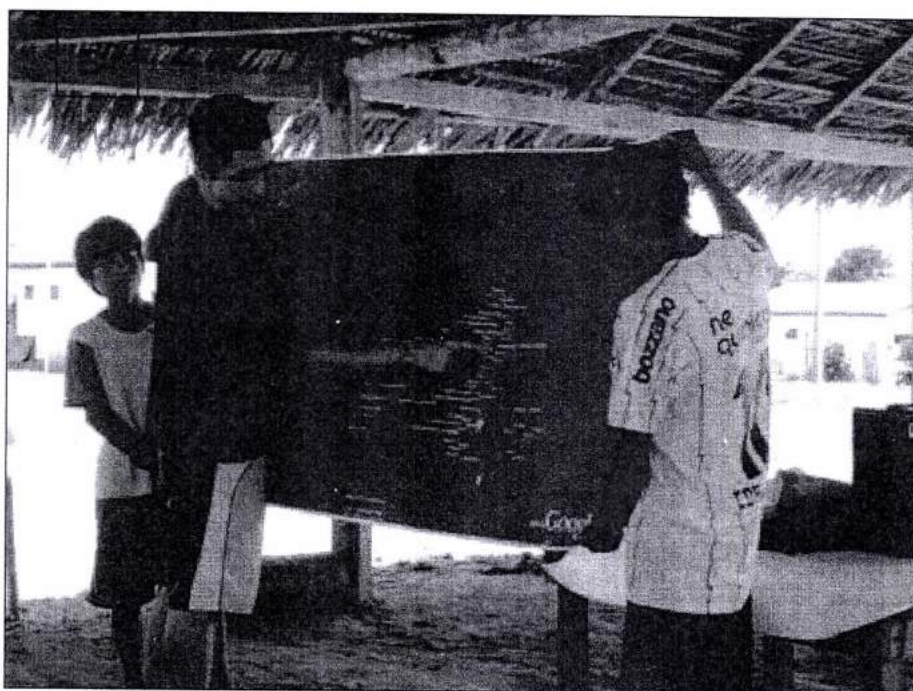


Figura 1.4. (A e B): Apresentação dos dados plotados na carta imagem da TI Sororó.

Seguindo o cronograma proposto para as atividades, teve início a coleta das informações iniciando pela elaboração dos etnomapas. Os técnicos conduziram a oficina do etnomapeamento em que, através das orientações, os integrantes da aldeia Sororó elaboraram os etnomapas. Os temas foram: composição hídrica,

destacando os principais rios, nascentes e veios d'água da TI; os castanhais, contendo as suas denominações e seus respectivos "donos", a aldeia Sororó (croquis), com localização das casas, da escola nova e antiga, posto de saúde, etc. e, por fim, um etnomapa com a indicação da presença dos principais recursos naturais de uso múltiplo, como os locais de caça, de coleta de frutos, como os cupuaçuzais, buritizais, etc. e ainda a localização dos materiais úteis para a confecção de artefatos destinados aos usos cerimoniais e à comercialização, como o tucum e diversos tipos de sementes.

A metodologia empregada

O método usado para a elaboração dos etnomapas consistiu em os indígenas mais velhos orientarem aos mais novos quanto à localização dos rios, castanhais, locais de caça, entre outros. Assim os anciãos foram indicando tais locais, destacando a aldeia e a ^{rodovia} estrada como pontos de referência. Dessa forma, os jovens foram desenhando os elementos e compondo os etnomapas, o que ocorreu tanto na aldeia Sororó quanto na aldeia Itahy (Figuras 1.5 e 1.6).

1.3. Complementações de Campo - Etapa III 30.8

Avaliação de Impactos e Propostas de Medidas 13.9

Mitigadores / Compensatórios

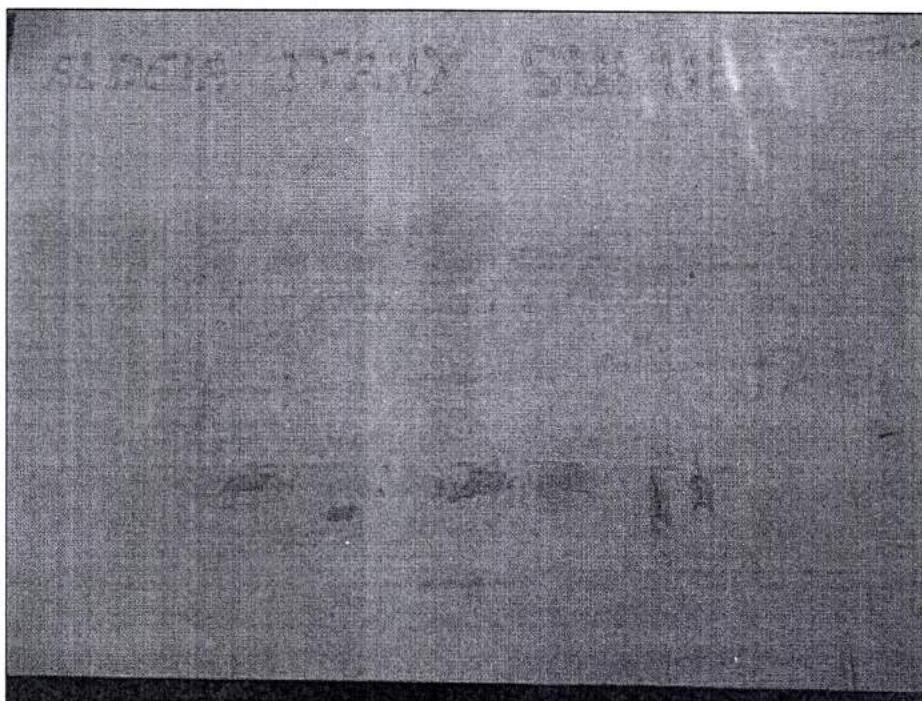
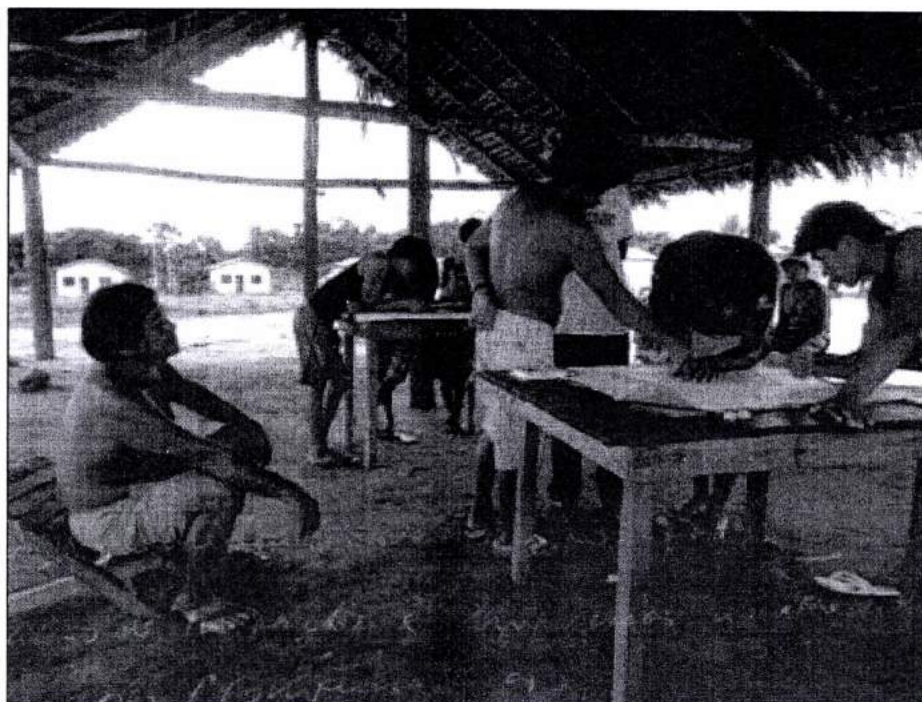


Figura 1.5: Momento da elaboração dos etnomapas, aldeia Sororó (A) e croqui da aldeia *Itahy* (B), TISororó.

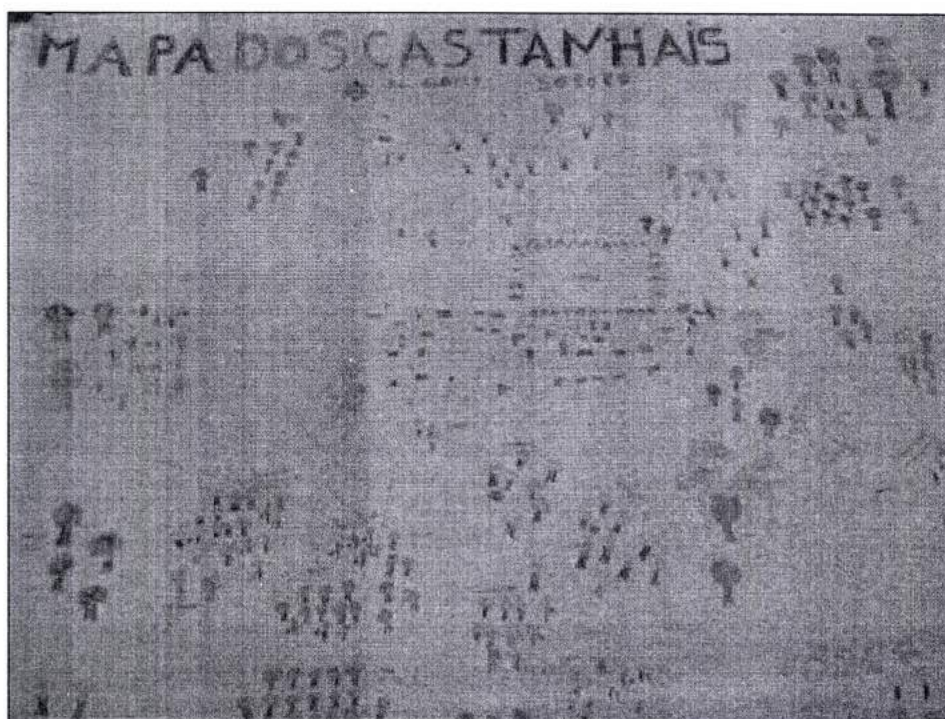
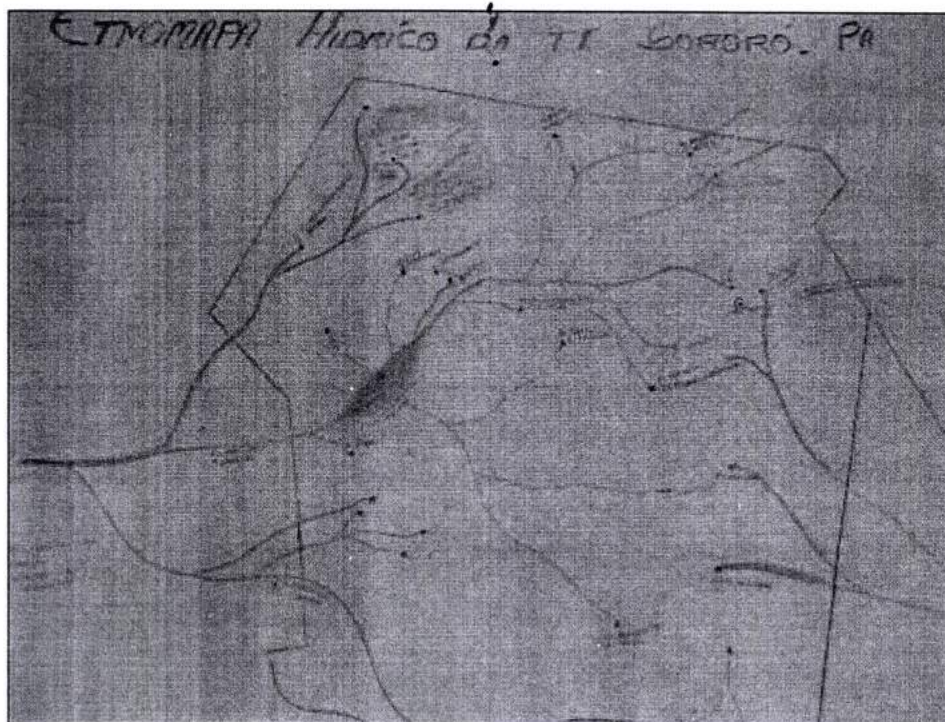


Figura 1.6: Etnomapas Hidrico (A) e etnomapa dos castanhais (B) da aldeia Sororó, TI Sororó.

2. DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

2.1. Aspectos metodológicos

As análises e caracterização da territorialidade, conflitos, problemas ambientais, assim como a influência externa na distribuição espacial dos *Aikewara*, foram embasadas em dados secundários e atualizadas com dados das pesquisas de campo.

~~O método usado~~ ^{A metodologia empregada} para a elaboração dos etnomapas consistiu em os indígenas mais velhos orientarem aos mais novos quanto à localização dos rios, castanhais, locais de caça, entre outros. Assim os ~~anciões~~ ^{idosos} foram indicando tais locais, destacando a aldeia e a ~~estrada~~ ^{estrada} como pontos de referência. Dessa forma os jovens foram desenhando os elementos e compondo os etnomapas, o que ocorreu tanto na aldeia Sororó quanto na aldeia *Itahy*.

Como metodologia de coleta de dados ~~utilizou-se~~ ^{foram utilizadas} ainda entrevistas com questionário-guia, caminhada ^{pelos locais de ocorrência dos recursos, como área de coleta de frutos, caça, pesca e locais de nascentes.} Além disso, ~~percorreram~~ ^{foram} ~~se~~ as áreas produtivas dos roçados e castanhais, sempre na companhia de pelo menos três guias indígenas, ~~havendo~~ ^{com} registro fotográfico.

Conversas individuais também ocorreram para que pudessem ser captados detalhes das informações, visando compor o contexto da realidade dos *Aikewara*, informações estas que foram anotadas em cadernos de campo ou ~~gravadas~~ ^{refeitas} com o auxílio de gravador.

No caso dos estudos de vegetação e de fauna, não foram efetuadas coletas de material, conforme Termo de Compromisso assinado com a FUNAI e condizente com o tipo de estudo proposto. Os nomes científicos foram atribuídos conforme a ocorrência regional já descrita na literatura vigente. Além disso, a equipe fez a identificação *in loco* com o auxílio de guias de campo.

2.2. Terra Indígena Sororó

2.2.1. Situação legal da TI Sororó

A Terra Indígena Sororó possui 26.258 hectares homologados por meio do Decreto 88.648, publicado no DOU em 31 de agosto de 1983.

Entretanto, uma cronologia dos principais atos administrativos e do respectivo contexto político que compõem o processo de regularização fundiária da TI Sororó – processos FUNAI 1490/77, 3071/77, 1494/82 e 1778/82 – permite verificar que, além dos equívocos técnicos, está repleto de vícios inconstitucionais (portanto, de natureza política), cujas tentativas de solução sempre ficaram aquém das possibilidades de proteção aos direitos territoriais dos *Aikewara*.

Final de década de 1960: intensificaram-se as invasões dos territórios *Aikewara* por castanheiros e grileiros. Neste contexto, frei Gil Gomes Leitão (que através da

Prelazia de Marabá lhes prestava assistência desde a época dos primeiros contatos, em 1953) fez algumas gestões junto aos órgãos de terras e conseguiu que o Presidente Artur da Costa e Silva, por meio do Decreto n.63.367 (08.10.1968), declarasse a interdição de uma área para os "Surui"/*Aikewara*. Este decreto, no entanto, não estabelecia com precisão técnica os limites da área, estimada em apenas 5.000 hectares, acrescida de outros 1.900 hectares em 1969.

Portaria FUNAI 40/n de 20.12.1971 criou o Posto Indígena Sororó, instalado em 28.7.1973, período da repressão ao Movimento Guerrilheiro do Araguaia (PC do B) exatamente naquela região (Marabá havia se tornado "área de segurança nacional" através do Decreto-Lei n. 1.131, de 30.10.1970). Os "Surui" foram requisitados pelo Exército "como guias, batedores e mateiros em troca de presentes e da promessa feita pelos militares de demarcar uma área correspondente de uso tradicional dos Surui/*Aikewara*" (cf. Barnes, 2003:20).

Relatório GT FUNAI/Projeto RADAM (18.08.1976) ressaltou a necessidade de "devolução" aos *Aikewara* das áreas (castanhais) denominadas "Cajueiro" e "Fortaleza", das quais comerciantes e políticos regionais, em conflito histórico com os *Aikewara*, haviam se apossado através de títulos de aforamento.

Portaria FUNAI 93/P de 04.11.1976 criou um Grupo de Trabalho (vinculado ao então Departamento Geral de Operações) coordenado pelo ex-chefe do Posto Indígena Sororó para realizar em campo (na função de 'antropólogo') a identificação e ampliação da área interdita em 1968, para a sua demarcação administrativa, tendo resultado uma proposta do "contorno da área mínima" (cf. p. 64 ref. Proc.1778/82), com cerca de 23.000 hectares.

Maio de 1977: a empresa PLANTEL foi contratada para realizar os serviços topográficos de demarcação; em julho os trabalhos foram interrompidos pelos *Aikewara*, ao verificarem que inúmeros castanhais estavam sendo *excluídos*.

Portaria FUNAI 306/P de 11.08.1977 criou GT formado por um técnico (desenhista) e o antropólogo (que identificara a área) para "verificar *in loco* os problemas havidos". Em Marabá – e não no terreno – representantes da empresa executora dos serviços topográficos (Amazonorte Ltda.) reconheceram o erro de interpretação cartográfica que levou à exclusão de antigas aldeias no limite noroeste (Aldeinha e Deserto), área disputada por um comerciante de Marabá (Antonio Braga).

30.08.1977: solicitada retificação do memorial descritivo no edital; em 09.09.1977, foi determinada a vistoria nos serviços topográficos para fins de pagamento à PLANTEL (que alegava perda de 20 km de demarcação efetuada). A vistoria, realizada em outubro seguinte, deu os trabalhos por concluídos "apesar de novos erros"; retificação do edital (DOU, 29.03.1978) da área demarcada com 26.257,8956 hectares.

Informação 063/DGPI/82: o chefe da Divisão Fundiária solicita homologação da demarcação da TI Sororó e cancelamento do registro imobiliário dos títulos sobrepostos na área indígena.

14.08.1982: carta ao presidente da FUNAI (Paulo Moreira Leal) enviada pelo médico João Paulo Botelho Vieira Filho, da Escola Paulista de Medicina, que pessoalmente prestara assistência durante mais de uma década aos *Aikewara*. Enquanto consultor para a área de saúde do Convênio Cia. Vale do Rio Doce-FUNAI, ¹ alertou para os erros cometidos na demarcação de 1977, quando “cerca de 40.000 hectares foram excluídos da área reivindicada”. Um croquis em anexo à carta apontava que, a oeste e ao norte, porções significativas do território tradicional – antigas aldeias, cemitérios, depósitos de argila (para a confecção de painéis), áreas de caça e, sobretudo, castanhais – haviam sido excluídas por pressões dos pretensos ‘donos de castanhais’ (foreiros) e políticos locais.

20.10.1982: resposta do presidente da FUNAI à carta do médico, afirmando que “a FUNAI vai envidar os maiores esforços para devolver àqueles índios o que lhes pertence, mesmo sabendo que isto ensejará toda sorte de pressão”. O diretor interino do DGPI sugeriu a formação de um GT para estudar o acréscimo necessário e, em dezembro de 1982, o mesmo servidor indicou a *necessidade de retenção do processo de homologação da área, até a conclusão do estudo proposto*. No mesmo dia, o então presidente da FUNAI após a sua concordância àquele parecer. No entanto, o então diretor titular do DGPI fez prosseguir o processo de homologação.

08.04.1983: carta de *Tiremé Surui* (liderança) à presidência da FUNAI e relatório da antropóloga Iara Ferraz (então consultora pelo Convênio CVRD-FUNAI), reiteraram a necessidade de rever a demarcação efetuada em 1977, “a fim de possibilitar a sobrevivência digna dos *Surui*” (cf. Ferraz, 1983).

Decreto 88.118/83 (relativo à regularização fundiária de terras indígenas): em 10.05.1983, o DGPI enviou um radiograma à então 2a. Delegacia Regional da FUNAI (Belém) solicitando informações sobre a situação fundiária da TI Sororó; laconicamente, a resposta obtida mencionava os processos existentes no Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), relativos aos latifundiários regionais que tiveram seus interesses prejudicados com a demarcação da terra indígena (Almir Queiroz de Moraes e Antonio Braga); um novo radiograma (23.05) reiterou a solicitação de informações “acerca dos 40.000 hectares” que haviam sido excluídos (de acordo com a carta do médico), tendo permanecido sem resposta até 02.09.1983, dois dias após a homologação da área.

Decreto n. 88.648 (DOU 31.08.83) homologou a Área Indígena Sororó repleta de erros e desconsiderando pareceres técnicos relativos à reabertura do processo de redefinição dos limites da Terra Indígena. Mudanças administrativas na FUNAI com a gestão de Octávio Ferreira Lima.

08.09.1983: o então diretor da Divisão do Patrimônio Indígena solicitou o arquivamento do processo relativo à solicitação de revisão da demarcação da TI

¹ Devido a uma cláusula do contrato de financiamento com o Banco Mundial, este Convênio foi firmado em 1982, diante da implantação do Projeto Ferro Carajás. Em 2000, um Termo de Compromisso entre a empresa e a FUNAI tinha por objetivo o apoio a “projetos de desenvolvimento sustentável” entre os *Aikewara*, suspenso pela empresa em 2006, motivo pelo qual os *Aikewara* ingressaram com uma representação na Procuradoria da República, em Marabá.

contra a Vale local

nota
Kja
P.79
nota

Sororó. Em resposta à solicitação de revisão¹ da demarcação formulada através de representantes do *Aikewara* e das consultorias médica e antropológica ao Convênio CVRD/FUNAI, o ofício enviado à CVRD (1135/DEX/DPI/83) informava, de modo lacônico, que faltava apenas o registro no Serviço do Patrimônio da União (SPU) para a regularização fundiária da Terra Indígena Sororó.

Setembro de 1984: relatório de avaliação do Convênio CVRD-FUNAI, de autoria da pesquisadora Therezinha Baumann (Museu do Índio/FUNAI) revelou “a insatisfação dos *Suruí* em relação à área demarcada” e homologada e salientou a obrigação da FUNAI (enquanto órgão tutelar) de atender ao pleito dos indígenas e rever aquela demarcação.

Portaria FUNAI n. 1981, de 07.02.1985 (gestão Nelson Marabuto) criou na FUNAI um Grupo de Trabalho (coordenado pela antropóloga Lara Ferraz) para realizar os estudos de redefinição dos limites da TI Sororó, que resultou na proposta com 50.280 hectares, apresentada em março de 1985. Embora requisitado para compor o GT e realizar o levantamento fundiário, o representante do GETAT² não compareceu.

25.09.1986: protocolado no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD, gestão Dante de Oliveira) o pedido de “Redefinição de Limites da Área Indígena Sororó”, formulado pelo Centro de Trabalho Indigenista (SP), organização não-governamental que prestava assessoria aos *Aikewara*, solicitando interveniência daquele Ministério.

Abril de 1987: visita à AI Sororó de representante da Coordenadoria de Terras Indígenas do MIRAD, que resultou na Informação Técnica n.140 (20.05.87), intitulada “Proposta para retomada do processo de reconhecimento dos direitos territoriais dos *Aikewara*”, salientando o dever do Estado (através da FUNAI) em reparar os erros cometidos e a necessidade do INCRA sustar os processos de desapropriação (instaurados sem consulta formal à FUNAI pelo GETAT) das Fazendas Fortaleza I, Fortaleza II e Pedra Branca, total ou parcialmente incidentes do território indígena pretendido.

Decreto n.94.945 de 23.09.1987 instituiu o “Grupão”, com a participação de outros Ministérios e grupos de pressão contrários aos interesses indígenas. Impedida e revisão de demarcações de terras indígenas e o processo relativo à TI Sororó foi paralisado.

Entre março e julho de 1988 e à revelia da FUNAI, o MIRAD (gestão Jäder Barbalho) “desapropriou” cerca de 200 mil hectares no interior do chamado “Polígono dos Castanhais”. De modo irregular, cerca de 50 títulos de aforamento, transformados em títulos de propriedade privada, foram adquiridos pela própria União para projetos de assentamento e regularização fundiária. Desta maneira, os latifundiários regionais (ex-foreiros) foram contemplados com Títulos da Dívida

² Este órgão foi criado para discriminar terras da União para fins de assentamentos na região e acomodar interesses econômicos em vista da instalação do Programa Grande Carajás (cf. Almeida, 1993). O GETAT foi extinto em 1985, com a ‘Nova República’ tendo retornado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Agrária (TDAs) resgatáveis em cinco anos, através da espoliação e esbulho das terras e dos castanhais dos *Aikewara* e pelo confronto com os trabalhadores rurais no chamado "Bico do Papagaio".

Portaria MIRAD n. 1669, de 19.12.1988 criou o "Projeto de Assentamento Lagoa Bonita" no chamado "Complexo Almir Queiroz de Moraes", que compreendia os castanhais Fortaleza I e II, José Leandro, Lagoa Bonita, Pedra Branca e Sacrifício, incidentes parcial ou totalmente na porção reivindicada pelos *Aikewara* (identificada em 1985). De acordo com informações obtidas no início de 1989 junto à Unidade Avançada do INCRA em São Geraldo do Araguaia, havia uma estimativa de que 400 famílias estariam ocupando a área pleiteada pelos *Aikewara* e que, até então, o projeto oficial de regularização fundiária encontrava-se "paralisado por falta de recursos" (os serviços topográficos foram executados em convênio com o Exército, firmado em dezembro de 1990).

07.03.1989: emissão da certidão de Registro de Próprios Nacionais sob jurisdição da FUNAI relativa à TI Sororó, no Serviço do Patrimônio da União (SPU).

Decreto n. 022, de fevereiro de 1990: possibilitava retomar o processo administrativo de revisão da demarcação da TI Sororó; começaram a se verificar entendimentos entre os *Aikewara* e representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, alertando-os para as áreas reivindicadas como *Terra Indígena*.

Março de 1991: reunião na aldeia *Aikewara* com o representante da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, tendo em vista o ingresso de ação civil pública contra a União junto ao Ministério Público Federal, pela omissão e violência dos órgãos federais (FUNAI e INCRA) em relação à proteção dos direitos territoriais indígenas.

23.04.1992: Ofício do INCRA (Belém) presta algumas informações solicitadas pela Divisão de Assuntos Fundiários (DAF/FUNAI) relativas aos Projetos de Assentamento na área identificada como *terra indígena* (1985).

Outubro de 1992: a pedido dos *Aikewara*, o Centro de Trabalho Indigenista (SP) e o Núcleo de Direitos Indígenas (Brasília) formalizaram uma representação junto ao Ministério Público Federal (iniciada pela SPDDH), face à omissão da FUNAI.

12.11.1992: em carta redigida na Administração Regional da FUNAI em Marabá, assinada por um pequeno grupo de jovens *Aikewara* encaminhada à DAF (Brasília), estão apontadas tanto a omissão da FUNAI quanto a "desistência" da reivindicação de revisão da demarcação (acréscimo territorial) em troca de uma "indenização" (com os eventuais recursos destinados ao pagamento das benfeitorias de boa-fé dos ocupantes da área pleiteada).

24.11.1992: a Procuradoria Geral da República solicitou ao INCRA informações relativas aos Projetos de Assentamento fundiário no chamado "Complexo Almir Queiroz de Moraes" incidentes em terras *Aikewara* identificadas (não houve resposta).

Março e maio de 1993: solicitação do Departamento de Assuntos Fundiários/FUNAI de pareceres da antropóloga Iara Ferraz sobre os processos ns.

1778/82 ("Identificação e Delimitação da AI Sororó/PA") e 1494/82 ("Homologação da Demarcação Topográfica da AI Sororó/PA"), onde se encontravam revelados os equívocos dos procedimentos administrativos em defesa de interesses de grandes grileiros regionais e em detrimento dos direitos indígenas.

Fevereiro de 1996: disponibilidade de recursos oriundos do PPTAL (PPG-7) possibilitou a retomada efetiva do processo de revisão dos limites da TI Sororó. Em 21.10.1996, Portaria n.907/Pres. designou a antropóloga Iara Ferraz para realizar os estudos complementares e atualização dos dados relativos aos *Aikewara*, visando à adequação do processo ao disposto no Decreto n. 1775/96 (que introduz o contraditório em 90 dias no processo de regularização fundiária de terras indígenas).

Novembro de 1999: a Portaria 1.038, datada de 4 de novembro de 1999, emitida pelo Presidente da FUNAI, nomeou um Grupo de Trabalho coordenado pelo antropólogo Eduardo Barnes, para realizar a identificação e delimitação de uma nova proposta de recuperação das porções excluídas do território tradicional dos *Aikewara*, de uma área a ser anexada à TI Sororó,

Dezembro de 2003: Conclusão do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sororó – Gleba *Tuwapekuakau*. A proposta abrange uma área aproximada de 11.842,8182 hectares, situada na porção oeste da TI Sororó, tendo o rio Sororozinho como referência de reprodução simbólica e material para a sociedade *aikewara*, que nesta região foi confrontada por jagunços do castanheiro Almir Moraes. *Tuwapekuakau*, ao sul dessa porção, é uma referência a um antigo aldeamento, presente no espaço e na memória dos integrantes do grupo, local de pescarias [de trairão, entre outras espécies da ictiofauna.] Esta porção recupera também os depósitos de argila para fabricação de panelas e outros utensílios domésticos, além de áreas de antigos aldeamentos e cemitérios.

Julho 2004: elaboração pelo DEID/FUNAI do resumo do Relatório de Identificação da Gleba *Tuwapekuakau* para publicação no Diário Oficial da União, o que daria início ao prazo para o contraditório (90 dias). No entanto, de acordo com informações recentemente (2011) obtidas junto à FUNAI, o estudo foi engavetado sem que um processo fosse constituído ou mesmo que o levantamento fundiário da área proposta tivesse sido realizado.

Dezembro 2010: A Procuradoria Geral da República em Marabá interpela a FUNAI a respeito dos encaminhamentos relativos ao pleito dos *Aikewara* de revisão dos seus limites territoriais. *Ofício março 2011*

> *CGID setembro 2011:*

2.2.2. Visão particular sobre a territorialidade *aikewara*

Definir limites precisos para o território ocupado pelos *Aikewara* desde o final do século XIX até os anos 1950, momento em que foram oficialmente contatados, não é uma tarefa simples: trata-se de uma população que passou a primeira parte do século XX em marcha de fuga, fugindo tanto da sociedade envolvente quanto de outros coletivos indígenas, como os Xikrin-Kaiapó. Quando contatados pela primeira vez, localizavam-se às margens de um igarapé conhecido regionalmente

por ^{tributário no} Grotão dos Caboclos, afluente do rio Sororozinho, ~~um~~ afluente do Sororó. Já em 1974, mudaram-se para junto do Posto da FUNAI, próximo à rodovia OP-2, aberta pelo Exército ~~brasileiro~~ no combate ao movimento guerrilheiro do Araguaia. Entre idas e vindas dentro daquilo que o Estado demarcou como seu território, ~~excluindo~~ antigas aldeias e muitos castanhais utilizados, em 1983 estabeleceram uma aldeia próxima a essa rodovia, que liga a Transamazônica a São Geraldo do Araguaia (BR-153).

Antes de seus primeiros contatos historicamente confirmados com a sociedade nacional nas proximidades do que hoje é conhecido como município de Marabá, defrontaram-se com os Xikrin, nos anos de 1920, às margens do rio Vermelho, afluente do rio Itacaiúnas (cf. Vidal 1977). Esta localidade, para além do rio Vermelho, é a mais antiga referenciada nas narrativas *aikewara*. Exceção feita à Serra das Andorinhas, território fundamental na cosmogonia, palco da própria origem e cosmologia *Aikewara*, é considerada a morada atual dos mortos. Para além, existem inúmeras referências míticas ao rio *Poronó*, creditado como rio Araguaia e seu "outro lado". Tais relatos, ainda que sejam narrativas míticas,³ aliados a outras evidências, como a utilização da palavra xavante *warasu* (cf. Falleiros, i.p.) para designar não-indígenas, apontam para uma possível presença desta população para além da margem tocantina do Araguaia.

Em seus próprios termos, os *Aikewara* referem-se a seu território atual como *ure ka'a*⁴ (a mata de nós-outros), referência que se transforma quando falam de seu antigo território, hoje ocupado por fazendas de criação de gado, ^{passando a} ~~virando~~ *ure ka'a-kwera* (a antiga mata de nós-outros). Esta expressão remete-se antes à destruição infligida à vegetação pela ocupação não-indígena que propriamente ao processo de expropriação territorial. Explica-se, *ka'a-kwera*, que também poderia ser traduzida como aquilo-que-era-mata, refere-se, justamente, ao tipo de vegetação secundária composta por gramíneas e arbustos esparsos, uma capoeira.⁵ Em suma, nas últimas décadas a floresta foi destruída para dar lugar a pastagens, ~~o~~ que resta dela está situado quase que exclusivamente dentro do território indígena. Os *Aikewara* ainda se reconhecem como donos (*sára*) das terras expropriadas e ocupadas pelos fazendeiros, apresentando topônimos, georreferenciando antigas aldeias e locais de nascimento como provas factuais desta relação.

Decerto, a toponímia *aikewara* segue um padrão: na maioria das vezes, é signo convencionalizado de uma origem circunstancial. Tome-se, por exemplo, o nome reivindicado para a porção a ser incorporada à Terra Indígena (em estudo desde o final da década de 1990) ~~concluído em 2003~~ - *Tuwapekwakaw'era* -, referência ao fato de que lá, *Tuwa*, uma mulher integrante do grupo, hoje falecida, engasgou-se com uma espinha de peixe. Mesmo locais nomeados a partir de substantivos - como *Itahy* (pedra ^{grande} dolorosa), nome de uma das aldeias dos *Aikewara*, refere-se ao

3 Marcadas pela utilização do deíctico evidencial *hekwehé* (glosas nativas: antigamente, outra história, outro tempo, era assim).

4 Naturalmente, quando, entre si, abandonam a terceira pessoa exclusiva: *sene ka'a* (nossa mata).

5 A etimologia da palavra em português ~~nos~~ leva ao Tupi antigo falado pelos povos conhecidos como Tupinambá: *ka'a* (mata) + *uera* (passado).

atua pu ti selas

fato de que, no igarapé da região, ^{do} ~~alguns~~ ^{muitas} indígenas encontraram pedras pontiagudas, ideais para a realização de rituais xamânicos. Destarte, a reivindicação de terras proximais à TI Sororó a partir da utilização de topônimos refere-se propriamente a uma concepção relacional do território: tais nomes são como que qualificações restritivas de deíticos que, pelo uso recorrente, tornaram-se designações localizáveis em um mapa. Portanto, cada topônimo do léxico conceitual *aikewara* é resultado de um longo processo de sedimentação e negociação de experiências coletivas, em suma, um indicativo fundamental de que tal ou tal área foi efetivamente explorada por eles, desvelando uma relação duradoura com este ou aquele espaço físico.

MAPA
TERRITÓRIO
c/ denomina
ções

2.2.3. A ocupação e as relações com o entorno da TI.

De acordo com o exposto nos Estudos de Impacto Ambiental do AHE Santa Isabel, a intensificação da ocupação da porção norte da região de estudo data de meados do século XIX motivada pela exploração dos recursos naturais, com os ciclos da borracha, da madeira e ^{minério} do ouro. Os confrontos entre a busca por terra livre e os planos governamentais de ocupação daquele espaço, baseados no incentivo à grande propriedade privada, vão marcar a história da porção ~~norte~~ ^{em} da região de estudo.

Nos anos de 1970, a Amazônia começa a ser vista como grande oportunidade para investimentos. A terra barata, os incentivos e financiamentos para as atividades produtivas primárias, sobretudo a pecuária, a proximidade com os mercados nordestinos e a maior facilidade de escoamento da produção (malha viária e portos) foram os atrativos desenvolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam.

As terras do norte do estado do Tocantins foram palco de sucessivas grilagens, ^{expulnando} muitas vezes institucionalizadas. Antigos posseiros, lavradores, e plantadores de arroz, ~~foram muitas vezes expulsos pelos grileiros.~~ ^{para} As terras devolutas, nem sempre desocupadas, foram distribuídas em projetos de colonização, por exemplo, ao longo da rodovia Transamazônica, e ^{destinada a} para grandes empreendimentos agropecuários e especuladores fundiários.

2.2.3.1. As grandes fazendas

As grandes fazendas de criação de gado para corte ocupam principalmente a região sudeste da TI Sororó (Figuras 2.1 e 2.2). O entendimento dessa diferença no tipo de uso das áreas do entorno que são diretamente conflitantes com essa TI é fundamental para entender as ameaças, conflitos e as relações existentes entre estes modos de vida tão díspares.

As ^{de} relações dos *Aikewara* com os fazendeiros do limite sudeste da TI são de dois tipos: ~~relações~~ de alianças e ~~relações~~ de conflitos, que certamente foram estabelecidas devido à exiguidade da Terra Indígena oficialmente demarcada para uma população indígena que cresce exponencialmente.

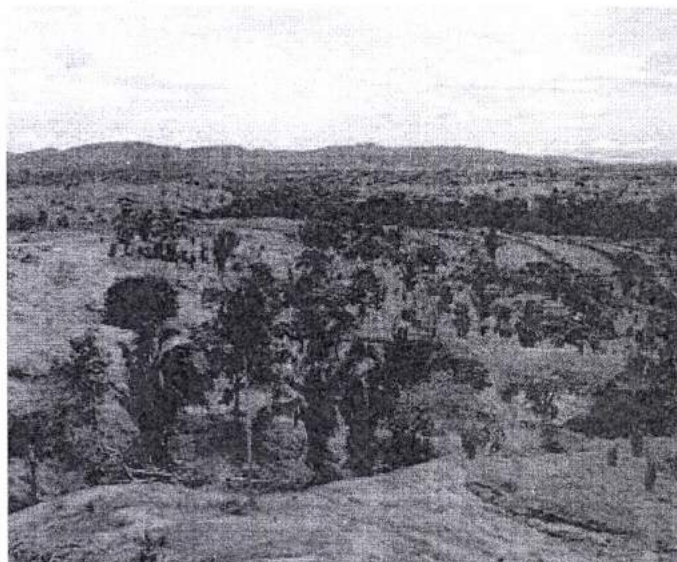
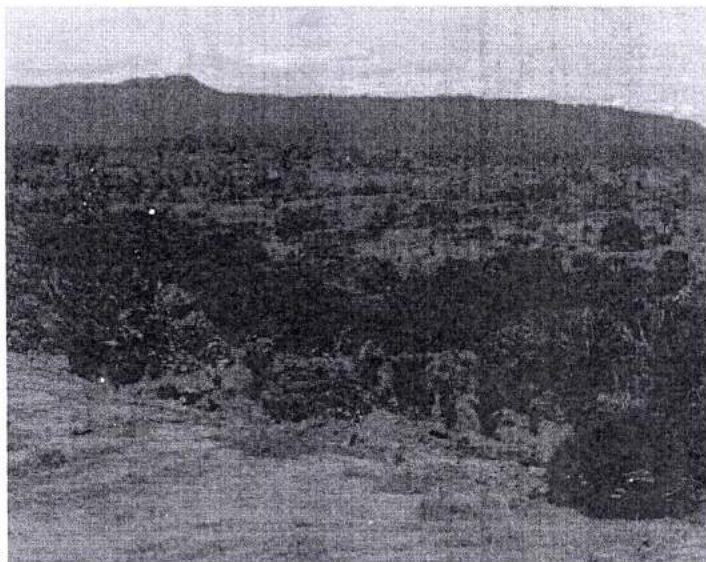


Figura 2.1: Vista geral das áreas de fazendas da região dominadas por pasto e babaçu, com a Serra das Andorinhas ao fundo.



Figura 2.2: Vista geral de uma criação de gado para corte, com a mata da TI Sororó ao fundo.

Os moradores da aldeia *Itahy* estabeleceram relações de aliança com duas grandes fazendas contíguas aos limites da TI e muito próximas de sua aldeia. Em uma delas, a Fazenda Joventina, chegou a uma relação de compadrio. Seu proprietário é padrinho do filho mais novo de *Tibaku*, líder da aldeia *Itahy*. Essa relação tem permitido inclusive que integrantes dessa aldeia pratiquem a pesca e a caça aos jacarés nos lagos e igarapés no interior da fazenda, bem como a coleta de coco babaçu para vender ao mercado de carvão para os fornos siderúrgicos da região de Marabá.

A Fazenda Joventina também é uma das poucas fazendas da região que tem preservado a mata ciliar, tal como exigido por lei, localizada na beira do igarapé ^{no} Gameleira, ^{rio} que, nessa parte, faz o limite com a Terra Indígena. Apesar de ser obrigatória, a maior parte das fazendas da região ignora o preceito legal, infringindo-o. De acordo com os *Aikewara*, é essa mata ciliar "que não deixa o igarapé Gameleira secar".

A Fazenda Joventina tem sido uma grande aliada dos *Aikewara* na proteção da área contra a invasão de caçadores ilegais. Localizada na beira da BR 153, seu proprietário colocou uma placa de proibição de caça na porteira da fazenda. Era frequente a entrada de caçadores na mata ciliar ali preservada ^o a partir daquele ponto, alcançan^{do} o limite da TI, sendo esse um dos locais de invasão de caçadores. Atendendo a um pedido dos integrantes da aldeia *Itahy*, o proprietário proibiu a caça nos seus limites para ~~pessoas de fora~~ ^{estranhos}, como pode ser visto na Figura 2.3.



Figura 2.3. Placa na entrada da Fazenda Joventina.

Contígua à Fazenda Joventina encontra-se a ^{Fazenda Urupiaiana, atual/2 de} propriedade de José Almeida, com o qual os *Aikewara* da aldeia *Itahy* possuem uma ^{boa} excelente convivência. Essa fazenda mantém preservada uma grande área de floresta, que constitui a sua reserva legal; ^é a única área de floresta significativa que ainda existe contígua à TI Sororó, uma vez que praticamente todas as áreas no entorno já foram transformadas em pastagens. Essa área é contígua também à área de caça dos *Aikewara* da aldeia *Itahy*. Um lugar considerado "bom de caça" pelos indígenas e

onde somente eles têm a permissão do fazendeiro para caçar. De acordo com os Aikewara, a fazenda tem "cerca de 300 alqueires", o que é considerada grande para a região.

Essa área que faz parte da reserva de caça dos moradores da aldeia Itahy, está fora dos limites atuais da TI e encontra-se sob a constante ameaça de se transformar em mais um projeto de assentamento do INCRA na região. Essa mesma área, inclusive, já foi invadida por mais de 100 posseiros no ano de 1997-98. Chegaram a ficar cerca de um ano na área, onde fizeram piques para demarcar os lotes, plantaram roça de arroz e bananal, mas não chegaram a colher. Também caçaram no interior da área de mata. Como a fazenda era titulada, o fazendeiro obteve a reintegração de posse. Com a saída dos posseiros, os Aikewara da aldeia Itahy colheram a produção de suas roças, principalmente arroz e banana. *É importante observar que existem cemitérios dos Aikewara em seu interior, o que comprova que se trata de parte de seu território tradicional, excluído da demarcação oficial realizada pela FUNAI.*

A boa relação com esses dois fazendeiros permitiu que os Aikewara "aumentassem" a sua área de coleta de recursos naturais fundamentais para a sua sobrevivência. A área de mata da fazenda de José Almeida foi incorporada a sua reserva de caça e inclusive ^{grande} existem vários acampamentos indígenas ~~no interior dessa mata~~. O uso dos corpos hídricos da Fazenda Joventina para a pesca e caça de jacarés também demonstra a utilização de outros territórios para o fornecimento de proteínas, que não aqueles localizados no interior da área oficialmente demarcada, mediante o estabelecimento de alianças e relações de compadrio com seus vizinhos.

toda uma parte é "território" A.

Esta relação de negociação de uso de certos recursos de áreas da vizinhança não é possível, no entanto, em relação aos pequenos lotes dos Projetos de Assentamento do INCRA, muito mais densamente ocupados e por uma população com um nível de renda inferior e que, provavelmente, também teria interesse nesses recursos utilizados pelos Aikewara, mas sem muito valor para os grandes fazendeiros.

Essas grandes fazendas do limite sudeste da ^{TI Sororó} ~~área~~ também mantêm suas reservas legais que, como visto no caso da fazenda de José Almeida, é exatamente contígua à Terra Indígena. No caso da Fazenda Joventina, apesar de sua reserva legal não ser contígua, é um grande bloco de floresta de 75 alqueires que não está tão distante e permite que queixadas, caititus, veados e araras cruzem pelo pasto dessa reserva legal para o interior dos limites da TI. *(Esta informação foi confirmada por um Aikewara, que afirmou já ter visto veados saídos desse fragmento florestal em direção à área da Terra Indígena)*

Hoje no entanto, Não foi possível durante esse estudo preliminar levantar todas as relações com as fazendas do entorno, mas em muitos casos são também relações de conflitos com invasão de gado e queimadas de pastagens que adentram a mata da TI Sororó. Um grande caso emblemático foi o incêndio que teve origem numa queimada na Fazenda Abadia e entrou na TI Sororó em 2007, provocando a maior destruição de castanheiras que os Aikewara já vivenciaram. *grande*

(lx.)

Outros casos
Caracol e "Gordinho"
"Gordinho" (figueiras) cerca
"Cupua" (muitas) 25
Kyijijira
dentro da área
ESCREVER (Trape)
estrada nua

A riqueza de fauna dessa reserva de caça dos Aikewara junto com a reserva legal da fazenda de José ~~de~~ Almeida pode ser confirmada pelos registros de fauna coletados durante a primeira estada em campo (Figura 2.4).

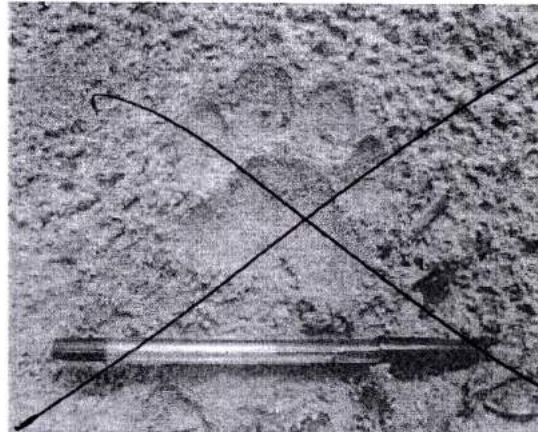
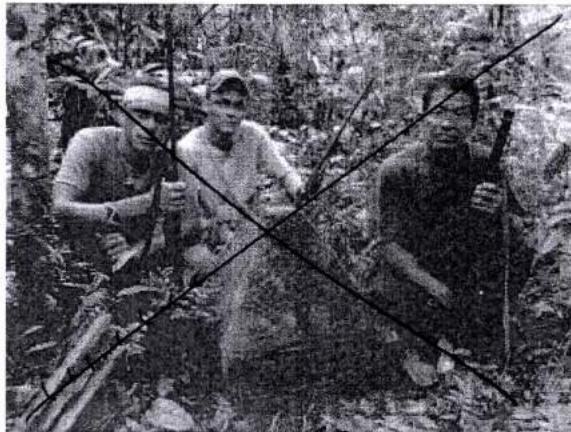


Figura 2.4: Marco da FUNAI indicando o limite da TI Sororó e da reserva legal da fazenda de José Almeida (A) e pegada de onça perseguindo bando de queixadas (B)

2.2.3.2. Os Projetos de Assentamento do INCRA

As áreas do entorno da TI Sororó têm sido destinadas em sua grande parte para
A TI Sororó é cercada em sua grande maioria por Projetos de Assentamento (PA) do INCRA, sendo os maiores o PA Gameleira e o PA Lagoa Bonita. De acordo com uma entrevista realizada com o sociólogo do Parque da Serra das Andorinhas na sede da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia, este município tem cerca de 22 Projetos de Assentamento do INCRA. Na região, este órgão chega a ser quase uma prefeitura, já que aproximadamente um quarto dos municípios da região são Projetos de Assentamentos, fazendo deste órgão um dos mais influentes e estratégicos. Depois de um certo período de tempo, os Projetos de Assentamento transformam-se em "áreas rurais", em vista dos desmatamentos realizados.

As áreas do entorno da TI Sororó têm sido destinadas em sua grande parte para Projetos de Assentamento, sendo o PA Gameleira e o PA Lagoa Bonita os maiores, ocupando os limites oeste e sul da TI Sororó.

A Figura 2.5 mostra esta dinâmica da ocupação e uso do solo no entorno da TI Sororó, revelando o parcelamento do solo pelos Projetos de Assentamento (PA) do INCRA, concentrados nos limites oeste da TI, e as grandes fazendas e os empreendimentos agropecuários no entorno leste da TI.

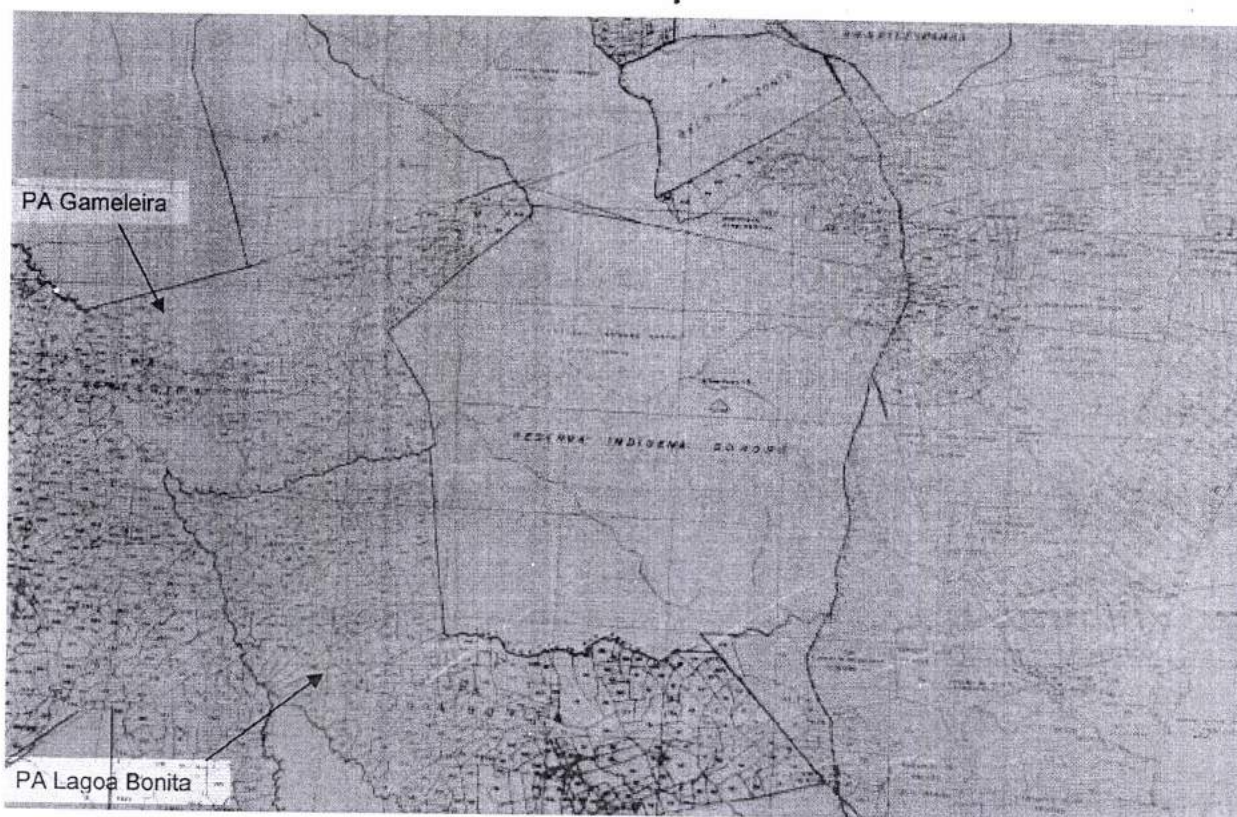


Figura 2.5: Padrão de ocupação do solo no entorno da TI Sororó.

de aumento
 A eventual construção do AHE de Santa Isabel vai acelerar um processo de ocupação fundiária da área, aumentando a pressão já existente pela criação de novos projetos no entorno da TI Sororó. Uma das consequências claras dessa pressão será a perda de parte da sua reserva de caça que é representada pela reserva legal da ^{Fazenda Imbuiana} ~~Fazenda de José Almeida~~, área que desde 1997- 98 já estava na mira de novos projetos de assentamentos, embora exista ali um pleito dos Aikewara relativo a sua incorporação como Terra Indígena.

Por serem áreas menores, mas densamente ocupadas e por uma população mais pobre, os assentados exercem uma pressão muito maior nos limites e no entorno da TI Sororó. É comum na região a atividade de caça de animais silvestres por parte destes para complementar a sua ingestão diária de proteínas. As únicas áreas significativas de mata na região estão justamente no interior dos limites da TI Sororó.

assentados

Observando o mapa acima, fica claro que os maiores problemas de invasão de caçadores ilegais e roubos de castanha ocorrem justamente do lado oeste e sul da área, locais dominados pelos PA Gameleira e Lagoa Bonita. ~~Inclusive é~~ justamente na área desse último assentamento que um dos marcos da FUNAI de indicação do limite da TI Sororó se encontra no meio de um pasto, em clara demonstração de invasão dos limites dessa TI por parte ~~desses~~ ^{de} assentados.

No entanto, justamente essa área faz parte da porção de acréscimo identificada no estudo concluído em 2003 pela FUNAI, que resultou na chamada "Gleba Tuwapekuakau", proposta engavetada desde então. O pleito dos Aikewara pela revisão de seus direitos territoriais remonta aos anos 70, quando foram realizados os primeiros estudos sistemáticos para a demarcação da Terra Indígena Sororó, que acabou por excluir porções muito significativas de seu território tradicional, conforme salientado anteriormente.

Ao mesmo tempo, em 45 quilômetros rodados no entorno dessa TI ao longo dos seus limites com esses Projetos de Assentamento, foi encontrada somente uma única placa da FUNAI indicando o limite da TI Sororó e, mesmo assim, completamente encoberta pela mata. Não existe qualquer sinalização da FUNAI indicando os limites dessa TI. 3 ou 4 placas apenas em toda a reserva

No dia 18. ^{02.} ~~de fevereiro~~ de 2011 foi feita uma visita à sede do INCRA em São Geraldo do Araguaia, onde foi feita ^{realizada} uma entrevista, não gravada, com servidores da seção de cartografia. Foi durante essa entrevista que se obteve a cópia dos mapas dos Projetos de Assentamento e limites das fazendas da região utilizados nesse estudo. Nesta entrevista também foi confirmada a intenção de se mudar os assentados de Sucupira, localizados no interior dos limites do Parque Estadual da Serra das Andorinhas, para a Fazenda Uruguaiana, localizada no limite leste da TI Sororó ~~exatamente~~ nos limites da reserva de caça dos Aikewara da aldeia Itahy e área da reserva legal ~~(da~~ fazenda de José Almeida), local que já foi invadido por ~~colonos~~ em 1997-98. Essa tendência estava muito forte na época das eleições, mas, de acordo com os servidores entrevistados, "agora está parado".

Também existem fortes boatos ~~da~~ região de iminente invasão dessa área por membros do MST ou de outras agremiações de sem-terras. Na unidade do INCRA em Geraldo do Araguaia nada sabiam informar sobre o deslocamento e realocação dos moradores do beiradão de São Geraldo do Araguaia, que seriam afetados com a realização do empreendimento do AHE Santa Isabel.

No mesmo dia foi realizada uma entrevista com o sociólogo do Parque das Andorinhas, na sede da Secretaria Estadual de Meio Ambiente da São Geraldo do Araguaia. Este também confirmou que cerca de 50 famílias, de 118 ocupações dentro do Parque das Andorinhas seriam assentados na "fazenda de José ~~de~~ Almeida," localizada no limite da TI Sororó". Já estava tudo certo com a aprovação em consenso ^{de} do documento final entre Ministério Público Estadual, Associação de Moradores e Produtores da Serra das Andorinhas - AMPSA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, mas ~~no~~ final, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em Belém, não assinou o Termo

FALTA
estradas
níveis
beirados
limites
- Casa col
- A. Preta

Francisco

Alfena

?

de Cooperação com o INCRA e tudo voltou a ficar estagnado. O sociólogo do INCRA entrevistado acredita que existem 80% de chances de que a situação continue como está, sem o assentamento dessas pessoas nesse ano de 2011. Ele afirma que os maiores problemas do Parque são com os grandes fazendeiros e não com os assentados, que já possuem experiência de viver ^{no interior} dentro de uma unidade de Conservação. Também afirmou que durante essas negociações tomaram o cuidado de verificar que esses moradores não seriam assentados dentro da TI Sororó. Afirmou também que a Vila de Santa Cruz, localizada dentro da APA de São Geraldo do Araguaia, vai ser inundada e não sabem para onde seus moradores serão realocados.

Em entrevista com o ~~espeleólogo~~ ^{espeleólogo e} presidente da Fundação Casa de Cultura de Marabá (21.02.2011), este confirmou também que se especula muito sobre o local onde seriam reassentados os moradores do Parque, mas nada existe de concreto sobre o futuro dessas famílias. De acordo com informações coletadas por ele junto à Associação Peixe Frito, formada pelos moradores do interior do Parque, são de mais de 102, diferentemente das informações da SEMA de São Geraldo, que trabalha com um número de apenas 50 famílias. No início da formação do Parque, afirma ele, eram apenas 10 famílias.⁶

A transformação de uma fazenda contígua à TI Sororó em um Projeto de Assentamento também significa a *redução significativa dos grandes fragmentos florestais das reservas legais de muitas fazendas da região*. Estes fragmentos são fundamentais para a dinâmica dessa região que já não possui áreas de mata significativa, com a exceção da TI Sororó.

Para o último chefe de posto da FUNAI na TI Sororó (2002-2004 e 2006-2010), em entrevista realizada no dia 21.02.2011, está claro que *o empreendimento do AHE Santa Isabel vai causar uma explosão populacional no entorno dessa TI*. Para ele já existe uma superpopulação no entorno desta TI com muitas vilas, fazendas e estradas vicinais, o que garante uma fácil acessibilidade aos seus limites. *O AHE Santa Isabel vai aumentar essa densidade populacional, resultando no aumento das invasões desta TI, que se encontra muito vulnerável estando entre duas cidades: São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia*. Para o servidor da FUNAI que foi chefe de posto por 6 anos, *isso resultará no aumento do roubo de frutos silvestres, como castanha e cupuaçu, invasão de caçadores, invasão de traficantes de animais silvestres e aumento do número de incêndios*. Segundo ele, os fazendeiros não representam grande problema (apesar das queimadas sem controle nas "propriedades" limítrofes), se comparados aos assentados e colonos dos projetos oficiais que ali se instalaram.

O emprego temporário de 4.900 trabalhadores para a eventual implantação do empreendimento do AHE de Santa Isabel (conforme apresentado no EIA do AHE Santa Isabel) vai atrair um contingente maior de imigrantes pobres dos estados vizinhos para a região. De acordo com os *Aikewara*, "o estado do Maranhão todinho vai se mudar pra lá. Esses trabalhadores não virão sozinhos, vão trazer

⁶ Não foi possível confirmar essas informações na visita realizada ao INCRA de Marabá no dia 21.02.2011 de fevereiro de 2014 pelo fato de a pessoa responsável por essas informações estar afastada.

suas famílias também e depois vão querer ficar por ali mesmo". Essa grande migração para a região já aumentou significativamente a densidade populacional do entorno da TI Sororó, conforme já salientado. Em várias partes da região é comum ver acampamentos de sem-terras atraídos por outros empreendimentos ou mesmo para fugir da miséria de seu estado de origem, principalmente do Maranhão.

A relação dos *Aikewara* com a migração maranhense é histórica, ~~e forte~~. ~~Tibaku~~, líder da aldeia *Itahy*, é casado com uma maranhense; além dele, existem outros casamentos com não-indígenas que migraram para a região. Esta situação pode se intensificar e causar ou mesmo aumentar conflitos internos no grupo e enfraquecê-los como unidade étnica e política.

2.2.3.3. A TI Sororó no contexto do PE Martírios-Andorinhas e da APA São Geraldo do Araguaia

Juntos, o PE Martírio-Andorinhas e a APA São Geraldo do Araguaia totalizam 54.552 ha de áreas protegidas e com ecossistemas com alto grau de integridade a menos de 20 km da TI Sororó. Sua política e fiscalização são de responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará.

A TI Sororó e o PE Martírios-Andorinhas são as únicas áreas protegidas com integridade vegetacional de sua cobertura florestal original em toda a região de transição entre o cerrado e a floresta amazônica, preservando remanescentes populacionais de fauna que ocupavam toda essa área no passado. Nessas duas áreas, ainda são encontradas populações viáveis de animais raros - e ameaçados, como a onça pintada, anta e o macaco cuxiú (*Chiropotes satanus*) animal de distribuição restrita ao sul do rio Amazonas, na área compreendida entre as margens dos rios Tocantins-Araguaia e o rio Madeira.

Populações relictuais isoladas de lagartos, serpentes e anuros foram encontradas na Serra das Andorinhas, algumas destas podendo ser espécies novas, inclusive com a probabilidade de duas novas espécies de anuros (GESAI, 2010). Essa situação demonstra a possibilidade de se encontrar espécies novas também no interior da TI Sororó, onde ~~inclusive~~ não foi possível de serem identificadas em campo duas etnoespécies de pequenas tartarugas aquáticas - o *sawtirem* e o *sawtiti* - de acordo com a classificação das espécies já conhecidas para essa região amazônica.

Apesar de ainda não ter sido investigada através de estudos específicos, é clara a relação ecológica entre esses dois grandes e únicos blocos de áreas protegidas da região. No entanto, apesar de ainda não ter sido determinada no âmbito ecológico e biológico a relação entre essas duas áreas, a relação cosmológica para os *Aikewara* existe desde tempos imemoriais, por considerarem a Serra dos Martírios-Andorinhas como *local de morada das almas dos seus mortos*.

Conforme já mencionado anteriormente, até hoje os *Aikewara* continuam frequentando áreas deste Parque Estadual e da APA São Geraldo do Araguaia para a coleta de tabocas (tipo de bambu) destinadas à confecção de suas flechas.

Serra das Andorinhas

...é lá que tem taboquinha de fazê^o flecha, ta lá! (homem *Aikewara*, 40 anos). (6 ->)

Os *Aikewara* mantêm forte sua cultura de caça, sendo boa parte desta atividade realizada com arco e flecha, apesar de utilizarem armas de fogo para captura de animais. No entanto, relataram que “está ficando mais difícil o uso das flechas”, e um dos motivos é a dificuldade de se coletar a taboca com a qual se faz o corpo principal da flecha. O local de ocorrência deste recurso é uma região localizada na Serra das Andorinhas, que se encontra fora dos limites da TI Sororó.

Assim, durante a segunda estada em campo foi proposta uma visita ao local de coleta da taboca, com o intuito de observar a dificuldade de acesso a este recurso que os *Aikewara* vêm enfrentando, além da sua visualização. A escolha dos participantes para a excursão ficou a cargo da comunidade, que indicou algumas pessoas mais velhas acompanhadas de alguns jovens.

Ao chegar à Serra, foi solicitada autorização para os moradores de uma fazenda e o deslocamento foi realizado através de uma trilha serra acima, até atingir o local onde os *Aikewara* coletam a taboca. Vale explicar que este local situa-se dentro de uma área particular, limítrofe do Parque Estadual das Andorinhas, tendo ainda sido observadas diversas cercas, dificultando a distinção entre a área pertencente ao Parque e a área particular (a excursão foi guiada pelos *Aikewara*). Observou-se ainda a presença de gado bovino em pastagem em plena encosta da Serra das Andorinhas e em local com nascentes, além da vegetação típica de vereda que requer cuidado especial. Outros recursos, como alguns tipos de coquinhos utilizados pelos *Aikewara* na confecção de anéis e colares, foram igualmente identificados, além da taboquinha usada para as flechas (Figuras 2.6 e 2.7).

Durante o período de coleta dos dados, presenciou-se outra viagem dos *Aikewara* para coleta da taboca e este material foi utilizado para troca com os chamados “Gavião” da TI Mãe Maria. Os *Aikewara* mantêm laços de amizade com outros povos, seja através dos casamentos seja pela necessidade de uso dos recursos naturais. De acordo com relatos dos *Aikewara*, tempos atrás os “Gavião” lhes cederam cerca de 180 jabutis para repovoamento em suas matas - este animal compõe o cardápio alimentar dos dois povos e está se tornando escasso na TI Sororó.

pedrais do Parana (Anekwará)



Figura 2.6: Excursão à área de coleta dos recursos vegetais e observação do tucum e da taboquinha no entorno do Parque Estadual da Serra das Andorinhas.



Figura 2.7: Os Aikewara coletando coquinho de tucum (A) e taboca (B) próximo à Serra das Andorinhas, PA. *nas proximidades da*

2.3. Os Aikewara⁷

Os Aikewara são hoje aproximadamente 360 indivíduos falantes de uma variante tupi-guarani, que se encontram localizados nos 26.258 ha da TI Sororó, ~~à margem~~ ^{entre} dos municípios de São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá, no estado do Pará.

Encontram-se atualmente distribuídos em duas aldeias, a primeira localizada a dois km da rodovia BR-153, que cortou a porção oriental da Terra Indígena, e *Itahy*, formada em 2003, junto ao rio Gameleira, no limite ^{-Sororó-} sudeste da área, a cerca de 1,5 km da rodovia.

Esta rodovia é a antiga OP-2 (Operacional), construída pelo Exército em 1972 para facilitar o deslocamento de tropas e material destinados ao combate ao movimento guerrilheiro do Araguaia, conforme ficou conhecido, deflagrado naquela região entre o final da década de 1960 e início dos anos 70 (Doria *et al*, 1978). Em 1981, atendendo a interesses políticos regionais, este ramal da rodovia Transamazônica foi ampliado (pelo Batalhão de Engenharia do Exército) e teve o seu traçado alterado, cortando a porção oriental da TI Sororó, passando a se chamar PA-~~253~~ ¹⁵³. Em 1998, a rodovia foi federalizada (BR-153) e pavimentada, mais uma vez sem que qualquer estudo de impacto ambiental tivesse sido previamente realizado ou mesmo apresentada uma alternativa para um eventual [→] *desvio do seu traçado*. Apenas um laudo antropológico foi elaborado *a posteriori* (Beltrão, 1998), a pedido da Procuradoria da República em Marabá, a fim de estabelecer parâmetros para "compensações" aos Aikewara, jamais atendidas.

Desde a sua abertura, ao longo da estrada foram se instalando inúmeros pequenos povoados de trabalhadores rurais, alguns deles em antigos aldeamentos, como Some Homem, Saranzal e Lagoa. Com a sua ampliação e pavimentação, intensificou-se na última década o tráfego de carretas com cargas pesadas (calcário e cimento de Xambioá para as guserias que se instalaram em Marabá) e de madeireiros, uma vez que a rodovia diminui em cerca de 200 km a distância entre o sudeste do Pará e o estado do Tocantins.

Ao atravessar a Terra Indígena Sororó em 11 km - a única porção de mata nativa ali existente - com sinalização de advertência praticamente inexistente e ausência de fiscalização, as margens da rodovia têm servido para esconderijo de assaltantes, desova de cadáveres e descarte de dejetos. A crescente vulnerabilidade do território aikewara é atestada pelas invasões de caçadores clandestinos e, sobretudo, pelos incêndios (em geral criminosos) que ali se sucedem nas estações secas, provocando destruição acentuada da floresta

⁷ Será adotada aqui esta grafia - e não *Aikewar*, conforme trabalhos anteriores (cf. Ferraz, 1983, 1985a, 1985b, 1996) - de acordo com a convenção estipulada pelos integrantes do grupo. Ficaram também conhecidos na literatura como "Surui do Pará" (para distingui-los dos Surui / *Paite* do estado de Rondônia), denominação cuja origem é, no entanto, desconhecida. Em algumas referências a este grupo, encontra-se ainda o termo *Mudjetire* ("estojo peniano grande"), forma como eram chamados pelos Xikrin / Kaiapo (Vidal, 1977:30).

remanescente, fonte de abastecimento de caça e outros alimentos para os *Aikewara*.

De acordo com registros históricos, os *Aikewara* permaneceram sempre no seu *habitat* original, a porção contornada pelo baixo rio Araguaia, em sua margem esquerda, próxima à foz no rio Tocantins (os mais velhos mencionam o atual povoado de Apinajés como a sua 'fronteira' norte) e o rio Vermelho a oeste (afluente do rio Itacaiúnas). Esta região tem como limite sul a Serra dos Martírios/Andorinhas (no município de São Geraldo do Araguaia) que, além de ser uma importante referência geográfica na região, com sua formação rochosa e as pinturas rupestres características, é considerada pelos *Aikewara* como de grande importância cultural e cosmológica. Fora o ponto mais ao sul de seu território em que chegaram e de lá teriam se dispersado até chegar ao rio Vermelho, de onde, com a ocupação dos Xikrin-Kaiapó, teriam retornado, conforme as narrativas dos integrantes mais velhos do grupo. Novos estudos, porém, apontam para a possibilidade de serem estes *Aikewara* um grupo resultante de uma remota cisão dos *Parakanã* - e não *Asurini*, como supôs Laraia (1967).

Necessariamente contraposto ao mundo dos brancos, o *modus vivendi aikewara* legisla para além das fronteiras do humano, abarcando em si um *outro* muito específico, a floresta. "A mata é nossa mãe e nós-outros somos os filhos dela. Quem vive sem mata são os brancos". Essa fala de um *Aikewara* é emblemática da centralidade da floresta na produção da vida e das relações. Ali estão a caça e os outros produtos consumidos, compartilhados, doados ou recebidos. Por meio deles, produz-se um sistema em que cada alimento pode e deve ser remetido a um produtor reconhecido como parente. Interromper tal sistema significa interromper o próprio parentesco: "parente é aquele com quem você come". Ocorre que a mata vem sendo o alvo central de ameaças e desafios que os *Aikewara* enfrentam atualmente.

2.3.1. Levantamento histórico-etnológico

Neste tópico serão apresentados os limites do território de uso tradicional dos *Aikewara*, a história do seu envolvimento pelas frentes de expansão da sociedade, os conflitos ocorridos e atuais, o processo de estabelecimento dos limites de seu território, as reivindicações territoriais pendentes e os problemas ambientais decorrentes do processo de territorialização.

A periodização que se segue tem a finalidade de delinear fases distintas das relações das frentes econômicas de expansão nacional, desde os tempos coloniais até a primeira metade do século XX, época dos contatos definitivos com os *Aikewara*, através dos missionários dominicanos.

2.3.1.1. Histórico dos *Aikewara*

- Do século XVII ao século XIX

Os registros históricos sobre a ocupação colonial do médio curso do rio Tocantins e do baixo rio Araguaia (seu principal afluente) iniciam-se no século XVII, com o

avanço da ocupação francesa no Maranhão; em 1594, Charles des Vaoux estabeleceu uma feitoria na foz do rio Itacaiúnas (Velho, 1972:16, *apud* Barnes, FUNAI, 2003:8), onde está localizada a atual sede do município de Marabá, que se tornou o centro comercial desta região.

A chegada das frentes de expansão à região de Marabá, em áreas anteriormente exploradas apenas por sociedades indígenas (Velho, *op.cit.*:13, *apud* Barnes, FUNAI, *idem*) só iria ocorrer, em caráter definitivo, no final do século XVIII. O avanço colonial esbarrou, inicialmente, nas dificuldades apresentadas pela navegação no rio Tocantins; em 1610, La Blanjartier penetrou no rio Tocantins até a altura da cachoeira de Itaboca,⁸ local que passou a se constituir num grande obstáculo e divisor entre o curso inferior do rio Tocantins, facilmente navegável e o seu curso médio (Barnes, *idem*). Estas dificuldades foram responsáveis pelo atraso da penetração das frentes de expansão nesta região. Tem-se notícia de que, em 1613, Daniel de la Touche navegou o rio Tocantins até chegar à confluência com o rio Araguaia, onde seu companheiro de viagem, La Planque, permaneceu por três anos (Barnes, *idem*).

~~De acordo com Barnes,~~ Em 1615, os portugueses expulsaram os franceses do Maranhão e, posteriormente, com o objetivo de consolidar a sua ocupação no norte do Brasil, fundaram uma fortaleza no local onde hoje está situada a cidade de Belém, no atual estado do Pará. A partir de então, os portugueses passaram a colonizar a rede hidrográfica do Tocantins e Amazonas, com a organização de expedições para o apresamento de índios e coleta das chamadas *drogas do sertão* (cravo, canela, castanha, salsaparrilha e cacau), além da prática de alguma agricultura, baseada principalmente na cana-de-açúcar (pelo menos até a metade do século XVII, quando houve a primeira crise nos preços deste produto no mercado internacional), como parte da expansão territorial efetuada pela colônia na região do delta do rio Amazonas.

As ordens religiosas foram as primeiras agências de fixação colonial e fundação de aldeamentos indígenas, que resultaram na formação dos principais povoados e vilarejos ao longo das margens dos rios Tocantins e Araguaia. Em 1625 (Baena, 1969:30-1, *apud* Barnes, *idem*), frei Cristóvão de Lisboa teria sido um dos primeiros portugueses a subir o rio Tocantins. Estas expedições resultavam na edificação de escolas e organização do trabalho indígena voltados para a produção agrícola.

Em 1653, uma expedição dirigida pelo padre Antonio Vieira chegou à foz do rio Itacaiúnas e, dois anos mais tarde, padre Francisco Veloso, por solicitação do primeiro, retornou àquela localidade levando consigo cerca de mil e duzentos índios (Bettendorf, *apud* Rodrigues, 1945:51, *cf.* Velho, *op.cit.*).

Em 1658, o padre Tomé Ribeiro comandou uma expedição até o baixo rio Araguaia, tendo realizado contatos com grupos Karajá. Os jesuítas Gonçalo Paes e Manuel Brancão, em 1699 (*cf.* Baena, *op.cit.*, *apud* Barnes, *idem*) encontraram cravo, canela e castanha no rio Tocantins, numa região entre a foz do Araguaia e a cachoeira de Itaboca.

⁸ Neste local foi construída a UHE Tucuruí, na década de 1970.

Ao final do século XVII, algumas bandeiras paulistas desceram os rios Tocantins e Araguaia, com o objetivo de prear índios e encontrar pedras e metais preciosos. O século XVIII não apresentará modificações em relação a este tipo de ocupação colonial, ou seja, as principais incursões nos rios Tocantins e Araguaia destinavam-se à obtenção das *drogas do sertão*.

Em 1721, Antonio Ladislau Baena descreveu as primeiras explorações portuguesas com maior profundidade no rio Itacaiúnas e o encontro com populações indígenas pertencentes à família linguística Tupi-Guarani:

"Entra o jesuíta Manoel da Mota pelo rio Tacaiunas, um dos concorrentes com o Tocantins, em observância da Ordem Superior para missionar assim os Selvagens de quem o citado rio assume o nome, como os Guaranizes e outras cabildas de homens de pelle avermelhada" (cf. Baena, *op.cit.*: 143, *apud* Barnes, *op.cit.*:9).

FUNAI

A navegação do rio Tocantins, em 1737, chegou a ser proibida por uma "Provisão do Conselho Ultramarino" (cf. Velho: 1972), por temor da Coroa, da ocorrência de contrabando de metais preciosos provenientes da exploração de minas da região das cabeceiras do Tocantins, em Goiás, onde paraenses fundaram os povoados de Natividade e São Félix do Tocantins (atuais municípios do estado de Tocantins).

Na segunda metade do século XVIII, a atividade agrícola relacionada ao cultivo de cana-de-açúcar e algodão teve grande expressão nas zonas litorâneas maranhenses, registrando-se o aparecimento de uma companhia de comércio que passou a financiar agricultores, com o fornecimento de escravos, ferramentas e crédito, incentivando a produção de algodão e arroz (Melatti, 1967, *apud* Barnes, *op.cit.*:9-10).

FUNAI

Ao final do século XVIII, ao lado da decadência da atividade mineradora, a navegação do Tocantins foi reaberta; expedições foram organizadas por comerciantes de Goiás e Pará, financiadas pelos governadores dessas províncias, visando o estabelecimento de linhas regulares. No entanto, devido às características dos rios Tocantins e Araguaia, com suas 'corredeiras', estes empreendimentos não foram adiante. O ponto mais avançado então da ocupação colonial no rio Tocantins foi o posto militar e fiscal de Alcobaça, próximo às cachoeiras de Itaboca, a 270 km de Belém. Foi ainda no final do século XVIII que se encontraram registros da aproximação de representantes da frente de expansão pastoril; de atividade subsidiária à economia açucareira, a criação bovina internalizou-se em direção ao Brasil central (Salvador e Olinda foram os polos iniciais da dispersão desta atividade).

O interesse pela ocupação do rio Tocantins foi retomado pela Coroa em 1798, quando uma Carta Régia ordenou aos governadores do Maranhão, Pará e Goiás a descoberta e exploração do Tocantins. Deste movimento, também relacionado com a definição de limites entre estes estados, surgiram alguns entrepostos, voltados para a navegação do rio, de onde se praticava uma agricultura incipiente para abastecimento local. Esta ocupação visava também o estabelecimento de

uma rede de comunicação mais sistemática entre as cidades de Belém e Rio de Janeiro.

- **Século XIX**

Em 1809, por força de um alvará do Príncipe Regente criou-se a Comarca do Norte ou São João das Duas Barras. De acordo com O.Velho (1972:25-26, *apud* Barnes, *op.cit.*:10),

^{FUNAI} "tentou-se a sua instalação na margem esquerda do Itacaiúnas, próximo ao atual sítio de Marabá; porém, por ficar aí muito isolada transferiu-se a sede da comarca para a vila de Palma, mais para o sul em Goiás. Manteve-se no Itacaiúnas um destacamento de tropas de Goiás que depois foi substituído por um do Pará, que se transferiu finalmente um pouco para o sul, para a confluência do Araguaia com o Tocantins, onde hoje se encontra São João do Araguaia".

Há registros de que São João do Araguaia foi fundado por iniciativa do governo de Goiás, com o objetivo de lá estabelecer um posto fiscal contra o contrabando de ouro vindo das minas próximas das vilas de Porto Real do Pontal (atual Porto Nacional), Carmo, Paranã e Natividade. Em São João fora instalado um 'presídio', termo utilizado à época com o significado de núcleo de colonização militar, associado à catequese dos missionários dominicanos em toda aquela região.

No decorrer do século XIX, o rio Tocantins passou a ter um papel importante de articulação entre os representantes da frente de expansão pecuarista, que adentravam os sertões do Brasil central, especialmente no sudoeste do Maranhão e norte de Goiás, em busca de pastos para a criação extensiva do gado. Comerciantes, vindos de Belém, passaram a estabelecer entrepostos comerciais ao longo do Tocantins, tendo surgido, sucessivamente, os núcleos de São Pedro de Alcântara (atual Carolina), Porto da Chapada (hoje, Grajaú) e Boa Vista do Tocantins (atual Tocantinópolis).

A expansão dos criadores de gado em direção a oeste foi refreada pela resistência dos povos timbira e tupi-guarani e pela presença da floresta amazônica, pois os criadores de gado, nesta época, expandiam-se à procura de campos naturais, existentes ao sul do Maranhão (Pastos Bons) e norte de Goiás (atual estado do Tocantins). A crença na existência de campos naturais a oeste e ao norte, em direção ao rio Xingu, por trás da floresta amazônica que margeava os rios Araguaia e Tocantins, já em terras do Pará (a sudoeste) motivou os criadores de gado a penetrarem nos domínios da floresta, alcançando o rio Itacaiúnas. Mais para o oeste, na margem esquerda do Araguaia, entre as bacias dos rios Inajá, Pau d'Arco e Arraias foram ocupados os últimos campos naturais, dando origem à atual cidade de Conceição do Araguaia, no estado do Pará.

Em 1895, o deputado estadual goiano Coronel Carlos Gomes Leitão, financiado pelo governo do Pará, fundou uma colônia denominada 'Burgo Agrícola do Itacaiúnas', localizada a oito quilômetros da foz do Itacaiúnas; um dos principais objetivos da fundação deste burgo era providenciar suporte para a penetração da frente pecuarista em direção a oeste, utilizando o rio Itacaiúnas.

Somente ao final do século XIX as terras banhadas pelo rio Tocantins passaram a ser incorporadas ao grande negócio da borracha. No início foram exploradas as seringueiras situadas na região da ilha de Marajó e no baixo Amazonas; posteriormente, com a descoberta do caucho junto ao rio Itacaiúnas, começou a exploração da goma na região de Marabá.

Ao lado do caucho, a castanha também era um produto de extração vegetal que despertava interesse dos habitantes do Burgo do Itacaiúnas, tendo a sua exploração incentivado a formação, mesmo que temporária, de alguns povoados às margens do rio Tocantins, apesar da presença dos índios denominados "Gavião" ou "Gaviões" na margem direita, temidos pelos representantes das frentes extrativista e pastoril (Da Matta, 1967).

Neste contexto do crescente interesse pela extração da goma, em junho de 1898, Francisco Coelho da Silva, comerciante oriundo da cidade de Grajaú (MA), fez construir, na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins, a primeira casa de comércio e aviamento, que daria origem ao núcleo urbano de Marabá (Petit, 2003:186-7). A fonte de riqueza dos grupos de 'aviadores' repousava sobre o monopólio do crédito ('aviamento'); eram em geral comerciantes de origem sírio-libanesa, chamados de 'patrões', que vendiam mercadorias a crédito a seus 'fregueses', castanheiros que iam adentrar nas matas, durante alguns meses, para realizar o trabalho da coleta da castanha, ficando desta forma obrigados a vender seu produto ao dono do 'barracão', instaurando o sistema da dívida, pela força organizada (Emmi, 1987:78).

Ao final do século XIX, em 1891, encontramos uma das primeiras referências aos *Aikewara*, registradas por frei Gil de Vilanova O.P., missionário dominicano: ao realizar uma expedição aos Kaiapó, encontrou um grupo de índios distintos dos Tapirapé, que viviam próximos à atual cidade de Conceição do Araguaia, com os quais estabeleciam relações intertribais. Este encontro ocorreu próximo ao pequeno povoado de Santa Isabel (atual Santa Isabel do Araguaia), localizado à margem esquerda do rio, onde se encontram as corredeiras de Santa Isabel, decorrentes da formação rochosa da Serra dos Martírios/Andorinhas. pl.

De acordo com Laraia (1967:29), um dos primeiros autores contemporâneos a se dedicar ao estudo etnográfico deste grupo, "podemos supor ainda que estes índios são os mesmos que, segundo Coudreau (1898:78-81), apareceram no fim do século passado [XIX] num lugar chamado Arara, um pouco acima da confluência do Itacaiúnas, nas margens do Tocantins". É portanto possível verificar a grande extensão do território original *Aikewara* e o intenso processo de espoliação verificado com a expansão nacional.

- **O século XX: dos primeiros registros escritos à memória dos *Aikewara* sobre a ocupação da região**

No início do século XX, os *Aikewara* se estabeleceram na região do rio Sororó, afluente do rio Itacaiúnas, fugindo dos repetidos ataques dos Xikrin / Kaiapó, quando habitavam as margens do rio Vermelho, também afluente do Itacaiúnas (Vidal, 1977:30).

De acordo com Laraia (*op.cit.*), neste século,⁴

"as primeiras notícias que temos destes índios datam de 1923 e nos foram transmitidas laconicamente por frei Antonio Sala, na revista dominicana 'Cayapos e Carajás' [n.4, abril 1923]: "Sororós – raça ainda não identificada, meio bravos, vagam pelas cabeceiras~~as~~ do rio Sororó, afluente direito do Itacaiúnas, defronte da povoação de Santa Isabel" (grifo nosso).

Data desta época a identificação do grupo com o rio Sororó, tendo a Terra Indígena sido assim denominada com a fundação do posto da FUNAI, em 1971. Na memória dos mais velhos entre os *Aikewara* - que têm hoje mais de 90 anos de idade -, há registro das suas perambulações às margens do rio Araguaia (que denominam *Porono*), no trecho compreendido entre Santa Cruz e Santa Isabel do Araguaia, exatamente em meados da década de 20. Desta época, lembram-se também dos ataques dos Kaiapó (Xikrin) às suas aldeias e das mortes de adultos, seguidas de raptos de crianças que jamais retornaram.

Habitavam as cabeceiras dos rios Sororó, Sororozinho e Gameleira, este, afluente da margem esquerda do rio Araguaia, cuja foz está situada nas corredeiras de Santa Isabel (local do registro de sua presença). Eram vistos nas vizinhanças de uma fazenda conhecida na época pelo nome de Altos Montes (provavelmente em referência à Serra dos Martírios), localizada nas proximidades do povoado de Santa Isabel. Segundo Laraia (*op.cit.*), os *Aikewara* foram atacados a mando do fazendeiro, o que resultou em mortes e na fuga do grupo para o interior da mata.

Até 1925, a frente extrativista da castanha utilizava áreas próximas à cidade de Marabá para a exploração, num sistema denominado de 'castanhais livres' (que vigorou até o início da década de 1970, com o projeto de expansão do município). A partir de 1920, no entanto, a lei n. 1947 previra o aforamento perpétuo em terras devolutas para indústria extrativa de produtos vegetais e, a partir de 1930, o sistema de arrendamento dos castanhais a chefes políticos locais iria imprimir um novo modelo e ritmo ao sistema político e econômico de exploração dos castanhais. Segundo O.Velho (*op.cit.*:59, *apud* ~~Barnes~~ ^{FUNAI}, *op.cit.*:14),

"o novo sistema começou a surgir a partir de 1925. Aparentemente, foi uma reivindicação do chefe político [Deodoro Machado de Mendonça, secretário geral do governador Gama Malcher] aos seus correligionários no governo do Estado para favorecer os elementos da *situação* e controlar o comportamento político. Como os arrendamentos seriam provisórios (em geral por uma safra), podiam, a juízo do chefe político, deixar de serem renovados. Esperava-se que os aquinhoados, em troca do prestígio e do poder advindos, fossem capazes de retribuir politicamente a graça recebida".

Deste modo, na região do Tocantins, a apropriação da terra tornou-se decisiva para a consolidação de um controle local em moldes oligárquicos, entre as décadas de 1920 e 1940. De acordo com Emmi (*op.cit.*:80-1),

"Muito mais do que a ação dos coronéis da borracha liderados por Carlos Gomes Leitão, foi a política desenvolvida pelo comerciante de castanha

Deodoro de Mendonça⁹ e sua parentela que gerou os mecanismos capazes de garantir uma estrutura de poder oligárquica em Marabá (...) Já da década de 1950 em diante, [esta dominação] foi exercida por um grupo de comerciantes, fazendeiros e exportadores de castanha, entre os quais se evidenciou o tronco familiar Mutran”.

Desta maneira, a exploração da castanha avançou para o interior, deslocando-se para regiões mais distantes de Marabá, especialmente ao sul e a sudeste, utilizando os cursos d'água do Sororó e Sororozinho, afluentes do Itacaiúnas. Os 'barracões', responsáveis pelo aviamento dos castanheiros, passaram a ser instalados no interior dos castanhais. O processo de formação das 'colocações' de castanha (locais na mata onde há uma concentração de castanheiras) levou ao acirramento e conflito pela posse e uso do território dos *Aikewara* que, ~~segundo Barnes (op.cit.:14)~~ "só tiveram a alternativa de se refugiarem mata adentro, buscando as áreas mais próximas às cabeceiras dos rios Sororó e Sororozinho" (cf. FUNAI, op.cit.:14).

No final da década de 1930, a frente mineradora penetrou na região das terras ocupadas pelos *Aikewara*. A extração de diamantes atraiu pessoas vindas de outras regiões e integrantes da população de castanheiros, pois esta atividade era realizada durante a estação seca, alternando-se, portanto, à coleta da castanha (estação chuvosa). Deste modo, intensificaram-se as pressões, sob a forma de turbacão e esbulho sobre as terras de uso tradicional dos *Aikewara*.

Foi a partir da década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial, que a atividade mineradora tomou forte impulso, tendo em vista a procura pelo *crystal de rocha*, considerado material de importância estratégica. Ao contrário do diamante, que era extraído do fundo dos igarapés ou grotões, o cristal de rocha era obtido em terra firme, o que permitia sua exploração durante o ano todo. Xambioá (TO) foi uma das 'corrutelas' que surgiram ao longo do rio Araguaia como resultado deste movimento da frente mineradora.

O avanço definitivo da frente extrativista da castanha sobre o território dos *Aikewara* marcou os registros, na memória oral dos integrantes mais velhos do grupo, dos confrontos havidos neste período. Foram episódios marcados por mortes, emboscadas, correrias, tiroteios, incêndio de aldeias e contágios por doenças, que levaram os *Aikewara* a viver uma rotina de mudanças de aldeamentos e busca de locais de mais difícil acesso, caracterizados, em geral, pelas regiões serranas, nas cabeceiras de grotões, formadores dos igarapés e rios.

Os registros da história oral dos *Aikewara* realizados nos início de 1960 por Laraia (1967) junto a um dos integrantes mais velhos do grupo (*Mykwá*, atualmente com idade estimada entre 95 e 100 anos) revelam as táticas belicosas utilizadas pelos castanheiros contra eles. *Mykwá* relatou que o grupo tentou estabelecer contato com castanheiros, em 1947, junto a um barracão localizado no interior de seu território, numa 'colocação' denominada Cajueiro, próxima a uma antiga aldeia. O encarregado do 'barracão' e seus empregados atiraram com espingardas, ferindo

⁹ Foi também Secretário de Estado dos Governos Souza Castro (1921-1925), Dionísio Bentes (1925-1929) e Gama Malcher (1934-1937) – cf. Borges, 1970, *apud* Emmi, *op.cit.*:81.

o próprio *Mykwá* e sua mulher, *Muru*. Logo em seguida, um outro episódio violento resultou em tiroteio e duas mortes (dois homens adultos), com escalpo de um deles, que permaneceu insepulto. Com medo dos castanheiros, os *Aikewara* transferiram a aldeia para uma localidade mais distante. Era o "tempo do Cariolano" (Coriolano), conforme se referem os mais velhos hoje em dia a este período dos ataques às aldeias e às fugas, quando este encarregado de "barracão", junto com um certo Durval Reis ficaram conhecidos pela violência contra os indígenas na região do baixo Araguaia.

Outra área em relação a qual os *Aikewara* possuem memória de uso e ocupação fica localizada nas cabeceiras do rio Taurizinho – por eles chamado *Kurunahy* –, afluente do Tocantins. *Myhó*, homem com idade estimada entre 70 e 75 anos, relatou que foram expulsos deste local por castanheiros que abriram a colocação "Some Homem", por eles chamada de *Són Pirong*, "castanha vermelha".¹⁰ O mesmo aconteceu nas cabeceiras do rio Patauá (também conhecido como 'Truazinho), por eles chamado *Tapiikiwara* (um tipo de gavião), um antigo aldeamento onde se estabeleceu mais tarde um pequeno povoado, Lagoa.

Deste modo, os *Aikewara* passaram a ter cada vez mais restringido o uso de seu território de ocupação tradicional, com as invasões dos 'donos de castanhais' – os arrendatários de terras. O Estado Novo (1939-1945) havia consolidado a legislação que regulamentou o "Serviço de Arrendamento de Terras para Exploração de Produtos Nativos" por meio do Decreto-Lei n. 3.143, de 11.11.1938, que "estipulava que o loteamento fosse feito a partir de um curso d'água, que portanto tomaria toda a frente, com o que se facilitavam as comunicações". Os lotes não poderiam exceder uma légua quadrada (uma légua corresponde a 6 km, portanto a medida seria 36 km²) e os arrendatários seriam obrigados a "promover a limpeza rigorosa dos igarapés e grotões, estradas e caminhos". Em cada lote deveriam ser plantadas duzentas castanheiras e construídos sólidos barracões.

O contrato seria inicialmente por uma safra e, depois, por cinco anos, podendo ser renovado caso não houvesse outro pretendente. De acordo com Velho (*op.cit.*: 618, *apud* FUNAI, *op.cit.*: 16) citado por Barnes (*op.cit.*: 16), "Na prática pouco foi respeitado das exigências do decreto. A légua quadrada era esticada para duas ou mais e um mesmo indivíduo mantinha sob seu controle diversos castanhais através do expediente de arrendá-los em nome de parentes".

• A década de 1950 e o contato definitivo

A década de 1950 trouxe uma nova frente de pressões sobre o território dos *Aikewara*, implicando também em mudanças no modo de ocupação na região de Marabá e, conseqüentemente, na zona do Itacaiúnas, com a migração de pequenos agricultores nordestinos, vindos do sudoeste do estado do Maranhão (Mearim, Grajaú e Pindaré) (*cf.* Velho, *op.cit.*: 95, *apud* Barnes, *op.cit.*: 16). Estes agricultores buscaram áreas mais ao interior, evitando aquelas junto aos cursos d'água onde os arrendatários de castanhais haviam se estabelecido. Isto resultou,

¹⁰ Este local tornou-se um pequeno povoado com a abertura da rodovia OP-2, no início da década de 1970, conforme mencionado.

no início da década de 1950, no surgimento do povoado de São Domingos do Araguaia,¹¹ hoje município, cuja sede está situada a 45 km da aldeia ~~Aikewara~~ Sororó. Neste local, os primeiros habitantes encontravam peças de cerâmica indígena espalhadas pelo chão, evidenciando a ocupação ainda recente de grupos tupi-guarani, provavelmente, os mesmos ~~Aikewara~~.

Foi também na década de 1950 que os missionários dominicanos realizaram expedições para estabelecer contatos pacíficos com as populações indígenas na região de Marabá. Uma primeira tentativa foi organizada em 1951 por Frei Gil Gomes Leitão, tendo partido da 'corrutela' de Xambioá, acompanhado de alguns homens ('muleiros' e mateiros) e chegando até a aldeia localizada junto a uma gruta, que passou a ser denominada então "Grotão dos Caboclos" (referência, exatamente, à forma regional e geral como são chamados os 'índios'), tributário do rio Sororozinho (cf. CEDI, 1985:103). No entanto, encontraram a aldeia deserta, tendo deixado alguns "presentes" (facas e espelhos) no local. Após alguns dias, os *Aikewara* fizeram incursões nas casas de sertanejos nas proximidades do ribeirão Xambioá (afluente da margem esquerda do rio Araguaia), deixando jabutis, bananas e adornos plumários. No entanto, os moradores ficaram assustados com as oferendas, tendo causado pânico.¹²

Dois anos mais tarde (1953), numa terceira expedição, o missionário dominicano conseguiu estabelecer seu primeiro contato com os *Aikewara*; junto a um igarapé, nas proximidades da aldeia, encontrou-se com mais de 100 pessoas que o aguardavam (cf. Carvalho, 1958:2, *apud* Ferraz, 1996:4). Os dominicanos chegaram a realizar expedições de contato em 1954 e 1958; no entanto, apesar dos encontros terem sido amigáveis, os *Aikewara* não permitiam que os missionários pernoitassem na aldeia, o que só veio a ocorrer na década de 1960.

Em 1957, empolgados com os contatos que vinham mantendo com os dominicanos, os *Aikewara* tentaram novamente estabelecer relações pacíficas com os castanheiros nas margens do rio Sororozinho, num local denominado 'Fortaleza', próximo à sede do 'barracão' do comerciante Almir Moraes (CEDI, *op.cit.*:104). No entanto, foram recebidos a tiros de rifle, o que resultou na morte de um adulto e ferimentos em outros três.

Em abril de 1960, uma epidemia de gripe abateu-se sobre o grupo, tendo levado à morte de *Mussená*, o então *moruwisawa*, chefe maior e um dos homens mais velhos do grupo que tivera papel importante no contato com os missionários. A depopulação sofrida desencadeou uma forte crise e desorganização da sociedade *aikewara*. De acordo com Laraia (*op.cit.*), aproveitando-se da ausência temporária de frei Gil, um certo João Correia inseriu-se no grupo e passou a ditar novos hábitos e padrões de comportamento regionais, como o corte dos cabelos, o uso de roupas, construção de habitações de duas águas e a dieta alimentar. João

¹¹ São Domingos das Latas foi a denominação dada a esta localidade pelo frei dominicano Gil Gomes Leitão, devido à grande quantidade de latas encontradas, utilizadas pelos castanheiros como medida para a castanha.

¹² Nesta mesma época, eram bastante conhecidas, sobretudo em Marabá, as reações violentas dos chamados "Gavião" que, desde a década anterior, tinham o seu território tradicional – a margem direita do médio Tocantins – invadido por castanheiros.

Correia aproveitou-se do conhecimento dos *Aikewara* sobre as matas e incentivou-os a caçar animais cuja pele tivesse valor comercial; junto com ele entraram mais 25 regionais na aldeia para acompanhar nas caçadas. Esse contato teve como consequência a transmissão de muitas moléstias, reduzindo a sua população a 40 pessoas.

Ainda em 1960, através de contatos com agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), frei Gil obteve uma autorização para expulsar João Correia e seus comparsas da aldeia dos *Aikewara*. O missionário contratou então um casal de moradores regionais (seu Doca e dona Alzira) para prestar assistência ao reduzido grupo na reorganização de seus roçados, retomada da construção das habitações tradicionais e ajuda no tratamento das doenças. Morando num barracão a três km da aldeia, este casal trabalhou com os *Aikewara* até 1965.

Em 1964, José Maria da Gama Malcher, inspetor regional do SPI em Belém, registrou, com base nas informações de frei Luiz Palha, dominicano de Conceição do Araguaia, que "vivem na região do Itacaiúnas (Tocantins-Pará), igarapé Sororozinho, afluente do Sororó, tributário do rio Vermelho, sub-grupo Asurini, também conhecido como Surui" (cf. ^{FUNAI} Barnes, *op.cit.*:18). Foi a primeira vez que a agência indigenista oficial reconheceu a presença dos *Aikewara* em seu território. #

2.3.2. Aspectos demográficos da sociedade *aikewara*

Decorridos cerca de sessenta anos das relações do contato dos *Aikewara*, é possível observar um processo de recuperação e crescimento demográfico. Ao final da década de 1950, época dos primeiros contatos sistemáticos e registros dos padres dominicanos, a população era de 126 pessoas (cf. Laraia, *op.cit.*:29). Apesar da assistência dos missionários, seguiu-se um período de intensificação das relações com regionais, ocasionando epidemias de gripe e acentuada depopulação num curto espaço de tempo.

No início da década de 1960, a população registrada por Laraia era de 40 pessoas, sendo 14 homens, 7 mulheres e 21 crianças (*idem*:30); de acordo com a perspectiva da 'fricção interétnica' que orientava aquele trabalho,¹³ um processo de 'marginalização' do grupo foi a hipótese aventada pelo autor como possibilidade de sobrevivência – e não desaparecimento como sociedade etnicamente diferenciada. Não parecia possível então prever a sua recuperação e o crescimento populacional que se verificaram.

Os registros e os dados censitários relativos aos *Aikewara* só passaram a ser sistematizados a partir da instalação do posto da FUNAI, em 1973.¹⁴ Em março de 1975, a população era de 64 pessoas, sendo 29 do sexo masculino e 35 do sexo feminino (cf. Queiroz, 1975). Já em fevereiro de 1976 eram 74 indivíduos, sendo 35 homens e 39 mulheres (cf. Ferraz, 1976).

¹³ Esta abordagem focalizava a situação geográfica do grupo combinada com a natureza da frente pioneira da sociedade nacional.

¹⁴ Havia registros anuais da população 'Surui' desde o início da década de 1970, realizados pelo médico da Escola Paulista de Medicina que chegou a acompanhar frei Gil em algumas visitas à aldeia.

O salto havido nos anos seguintes evidenciou o crescimento populacional ocorrido: em fevereiro de 1985 (cf. Ferraz, 1985 a), a população dos *Aikewara* era de 105 pessoas (54 mulheres e 51 homens) e, em novembro do mesmo ano, mais seis crianças tinham nascido, somando 111 indivíduos. Observava-se ainda que o número de nascimentos de indivíduos do sexo masculino tinha diminuído em razão inversamente proporcional ao aumento de nascimentos de indivíduos do sexo feminino, tendência que viria a se traduzir num ligeiro desequilíbrio demográfico, inverso àquele observado por Laraia em 1961, que motivara alguns arranjos poliândricos.

Entre julho de 1988 e julho de 1991 - quando a população era de 141 indivíduos (cf. Vieira Filho, 1991), o crescimento registrado foi de 15,5%. Em novembro de 1996, a população total era de 167 indivíduos, sendo 153 na aldeia (87 mulheres e 80 homens) e 14 pessoas residindo em São Domingos do Araguaia. No decorrer deste período (1976-1996), seis regionais (três mulheres e três homens) e três Parakanã agregaram-se aos *Aikewara* através de casamentos.

Em meados da década de 1980, diante da indisponibilidade de rapazes solteiros (de acordo com os patrigrupos) e por interveniência de agentes do Conselho Missionário Indigenista, houve quatro casamentos de moças *aikewara* com rapazes Parakanã (dadas a semelhanças linguísticas e culturais). Após o nascimento dos respectivos primogênitos, ou seja, consolidada a união, elas foram levadas por seus maridos para a TI Parakanã. Mais tarde (1995), houve um outro casamento de mulher adulta (após separação) com um Parakanã (de Paranatinga), atualmente desfeito, tendo o homem *parakanã* ido embora. Todas as mulheres *aikewara* retornaram para a TI Sororó com seus maridos e filhos Parakanã; no entanto, apesar dos casamentos, não há relações de aliança efetiva entre os dois grupos.

Em 1996, a população era de 167 *Aikewara* (sendo 87 homens e 80 mulheres) e 9 regionais, agregados por casamentos. No período compreendido entre 1976 e 1996, verificou-se uma taxa de crescimento populacional de 4,06% ao ano, o que permite estimar que a população *Aikewara* duplica num intervalo de 17,24 anos, mantidas as baixas taxas de mortalidade infantil (e geral) verificadas.

As elevadas taxas de crescimento populacional ficam evidenciadas pelos dados que se seguem. Em dezembro de 1999 (cf. ^{FUNAI} Barnes, *op.cit.*:61), os *Aikewara* somavam 218 indivíduos, conforme apresentado no Quadro 2.3.1.

* (cf. FERRAZ, 1996).

Quadro 2.3.1: População *aikewara* – dez.1999.

Faixa etária	Masculino	Feminino
0-10	43	44
11-20	26	26
21-30	19	19
31-40	08	11
41-50	07	05
51-60	03	01
61-70	02	01
71 e mais	02	01
Subtotal	110	108
Total	218	

Fonte: ~~Barnes~~, 2003.
FUNAI

De acordo com estes dados, 39,9% da população *aikewara* era constituída por crianças até 10 anos e 23,8% por jovens de 11 a 20 anos, o que totalizava 63,7%, demonstrando ser um grupo formado por uma população predominantemente jovem. Esta tendência permanece, diante da elevada taxa de natalidade observada.

Em julho de 2004, de acordo com os dados da FUNASA/Marabá, a população *aikewara* era de 245 pessoas (ou 265, considerando uma família Guajajara / *Tenetehara*, composta por 12 pessoas, oriunda da TI Lagoa Comprida /MA) que, desde 2000, havia se fixado na TI Sororó, tendo havido um casamento com moça *aikewara*, dois homens adultos Parakanã e seis regionais (três homens e três mulheres), agregados por casamentos (Quadros 2.3.2 e 2.3.3). Em junho de 2003, houve um óbito da mulher mais velha do grupo (*Wa'á*), com idade estimada em torno de 80 anos e, em junho de 2004, registrou-se um óbito de uma menina de cinco anos (causa ainda desconhecida, mas provavelmente por desnutrição aguda). Em junho de 2009, registrou-se um outro óbito de mulher adulta (*Tahá*), com mais de 70 anos, vitimada por câncer. O Quadro 2.3.4. apresenta a distribuição da população por faixas etárias nas aldeias Sororó e *Itahy*.

Quadro 2.3.2: População *aikewara* – julho 2004

Faixa etária	Masculino	Feminino
0-10	46	51
11-20	37	33
21-30	27	21
31-40	07	12
41-50	06	08
51-60	06	04
61-70	03	01
71 e mais	03	-
Subtotal	135	130
Total	265	

Fonte: FUNASA/Marabá, julho 2004.

Quadro 2.3.3 – População *aikewara* distribuída por faixas etárias – set. 2005

Faixa etária	<i>Aikewara</i>		Outras etnias*		Não indígenas	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
0-5	35	31	-	2	1	1
6-10	16	19	1	1	-	1
11-20	33	37	2	2	1	-
21-30	21	23	2	4	2	-
31-40	14	9	-	1	-	-
41-50	4	2	1	1	2	2
51-60	4	6	-	-	-	-
61-70	2	1	-	-	-	-
71-80	-	4	-	-	-	-
+ 81	-	1	-	-	-	-
Sub-total	129	133	6	11	6	4
TOTAL	262		17		10	

Fonte: Equipe local de saúde - setembro 2005.

*Guajajara e Parakanã.

OBS.: não está registrada aqui a população total da aldeia *Itahy*, constituída por 03 famílias com cerca de 26 pessoas (a mãe é não-indígena, assim como seus dois filhos do primeiro casamento) .

Quadro 2.3.4 - População *aikewara* distribuída por faixas etárias – julho 2010

a) Aldeia Sororó

Faixa etária	Aikewara		Outras etnias (Parakanã)		Não indígenas	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
0-5	35	26	-	-	-	-
6-10	24	31	-	-	-	-
11-20	33	34	-	-	-	-
21-30	25	22	-	2	-	1
31-40	16	18	-	1	-	-
41-50	6	6	-	-	1	1
51-60	7	5	-	-	-	1
61-70	1	2	-	-	-	-
71-80	-	3	-	-	-	-
+ 81	-	2	-	-	-	-
Sub-total	147	149	-	3	1	3
TOTAL	296		3		4	

Fonte: Calheiros, 2010.

b) Aldeia Itahy

Faixa etária	Aikewara		Não indígenas	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
0-5	1	8/8	1	3
6-10	2	1	5	3
11-20	1	2	5	-
21-30	23	-	3	2
31-40	-	-	1	1
41-50	-	4	1	-
51-60	-	1	-	-
61-70	-	-	-	-
71-80	-	-	-	-
+ 81	-	-	-	-
Sub-total	57	13	16	9
TOTAL	20		25	

Fonte: Calheiros, 2010.

2011: + 24

trabalhos
1 Δ filho René
+ família Alex
+ Europa
+ filha + filho
2011: + 5

A drástica redução territorial sofrida ao longo de meio século de relações de contato e o acentuado crescimento demográfico verificado nos últimos vinte anos traduzem-se atualmente em deficiências alimentares de um modo geral e no quadro de saúde debilitada da população *Aikewara*, como demonstram os casos de desnutrição infantil e epidemias de malária anuais.

A assistência à saúde dos *Aikewara* é prestada diretamente por uma auxiliar de enfermagem, em um sistema de revezamento nas aldeias a cada três semanas, contratada pela Associação dos Povos Indígenas do Tocantins (APITO) que, através do Polo Base de Marabá administra o convênio com o Ministério da Saúde. Na aldeia, dois jovens atuam, respectivamente, como Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento, ~~porém devido, talvez, ao despreparo e à formação ainda incipiente, esta atuação é pouco expressiva na comunidade.~~

A transição FUNASA/ Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena está em curso, embora não sejam preconizadas mudanças efetivas, a não ser o desligamento da FUNASA com as devidas adequações burocráticas. } *resumir*

2.3.3. Organização sociopolítica

Os *Aikewara* distribuem-se em patrigupos auto-referidos como *ma'é-kwera* – pronome interrogativo (*ma'é*) seguido de sufixo que indica passado ou separação de um todo (*kwera*), parte (cf. Calheiros, 2011) - com denominações: *Koati'ara* (os quati), *Saopakani* (gavião), *Inatayw* (coqueiro), *Ukwytakwa* (taboca) e *Karajá* (termo usado para designar indígenas não falantes de dialetos tupi).

A regra de residência segue tendências gerais dos povos tupi-guarani, a saber, uxorilocalidade temporária (*brideservice*), seguida de ambi- ou neo-localidade. São veladas as disputas internas em relação à chefia política entre a sociedade *aikewara*, devido ao fato de esta ser hereditária, pertencendo ao clã *Koati'ara*, descendentes do herói mítico *Moronekó*, o primeiro *murerekotareté* (chefe de verdade). Todavia, toda patrilinearidade apresenta o seu chefe-representante independente, o *moruwisawa* (homem grande).

Destarte, é possível observar entre os *Aikewara*, assim como nas demais sociedades tupi contemporâneas, que estes conjuntos de unidades familiares correspondem a círculos de poder relativamente independentes e, por vezes, com interesses antagônicos: alianças e fissões costumam, assim, operar com frequência na dinâmica social e as separações espaciais expressam estas diferenças - este foi o caso, por exemplo, da formação, em 2003, da aldeia *Itahy*, localizada junto ao limite sudeste da área.

Assim, a despeito da unicidade étnica, a 'unidade' do grupo - manifesta, por exemplo, na formação de "roças da comunidade", ou o "gado da comunidade" - é, em geral, uma construção dos agentes externos, diante de uma aparente dificuldade de compreender as distinções internas e, conseqüentemente, lidar com elas.

Desde os primeiros momentos do contato com não-indígenas,¹⁵ os *Aikewara* demonstravam muita curiosidade pelo seu modo de vida. A quantidade de objetos novos que avistavam nos barracões que espionavam secretamente até o início da década de 1950 fazia crescer cada vez mais os anseios de um encontro com os *kamará*.

¹⁵ *Kamará* e *tori* (este, de origem karajá) são termos indistintamente usados para designar os não-indígenas.

As especializações e a exogamia são responsáveis pela segmentação em vários grupos; na estação chuvosa, as famílias extensas saem em expedições de caça e coleta e na estação seca, predominam as atividades agrícolas e de caça (as roças estão situadas num raio que varia de 2 a 6 km da aldeia); nestas temporadas, permanecem em habitações afastadas do núcleo das aldeias (em geral, nas 'colocações', os castanhais, na mata).

O xamanismo é um aspecto significativo da cultura *aikewara*. Conforme os dados etnográficos recolhidos por Laraia (1967), o antigo *murerekotareté Mussená* e seu sucessor, *Akwae'kwara*, eram xamãs-cantores (*se'engarae*) importantes. Segundo os dados etnográficos recentes (Calheiros, *op.cit.*) *Awassa'í*, substituto de *Akwae'kwara*, atualmente com idade bem avançada, foi sucedido por *Myhó* na condução das funções cerimoniais. Contudo, dado o paradigma local, todos os homens em idade avançada são considerados como xamãs, possuidores de *pasé* (feitiço) e, portanto, capazes de assumir funções rituais, como a nomeação de recém-nascidos, cantar e curar.

O *karuara* é o ritual mais importante realizado pelos *Aikewara*, onde a participação dos homens é acentuada. Ocorre no período da derrubada das roças, geralmente após a queima (agosto), quando uma pequena casa cerimonial – *tukasa* – é construída na praça central da aldeia. *Karuara* é o espírito residual dos antigos *se'engarae* e *murerekotaré* que atacam os *Aikewara* por não serem capazes de reconhecê-los como parentes. Para serem reconhecidos como tal, todos os homens, guiados pelo *se'engarae*, usando de pintura corporal (jenipapo e urucum), dançam e cantam durante quinze dias seguidos, período no qual relações sexuais e o consumo de carne de caça são interditados.

Até há pouco tempo, os *Aikewara* costumavam enterrar os mortos no interior da casa, característica cultural ~~de outros~~ grupos da família linguística tupi-guarani. Recentemente, foi preparado um cemitério nas proximidades da aldeia para o sepultamento de crianças; os adultos são enterrados na 'aldeia velha', situada a cerca de dois quilômetros da atual.

Deste modo, eram, sobretudo, as mortes que determinavam as mudanças e reconstrução de novos aldeamentos; é preciso "esquecer o morto", segundo o xamã *Awassaí*, para que ele se reintegre ao mundo dos espíritos. Para os *Aikewara*, assim como para outras sociedades tupi (cf. Viveiros de Castro, 1986a), vida e morte são processos que formam um *continuum*, em cujo eixo podem intervir os xamãs. O sistema de conferir nomes pessoais, por sua vez, também é um operador deste *continuum*, à medida que os nomes pessoais, buscados em 'sonhos' pelos xamãs, retornam, em geral, a cada duas gerações - e cada patrigrupo parece possuir uma espécie de estoque, ou seja, um conjunto finito de nomes próprios.

As práticas xamanísticas de cura parecem não ser frequentes, mas não caíram em desuso. A realização de rituais mágico-religiosos, por sua vez, se intensifica por ocasião da derrubada e plantio de novas roçadas. Estas práticas talvez não se verifiquem atualmente com a frequência observada entre outras sociedades tupi-guarani, possivelmente devido à recente introdução de ~~muitas~~ atividades novas, (S/n)

como criação de galinhas ou de peixes, para consumo alimentar – ver adiante. No entanto, revestem-se de grande importância e significado simbólico para os *Aikewara*, enquanto expressão de sua identidade e de um sistema de valores que se reafirma permanentemente, em contraposição às pressões crescentes da sociedade do entorno.

Por interferência dos ^{agentes} missionários do Conselho Missionário Indigenista (CIMI), as relações dos *Aikewara* com os *Parakanã* de Paranatinga resultaram em alguns casamentos na década de 1980, quando quatro mulheres foram para aquele aldeamento. Os missionários viam assim uma “solução” para o grande número de solteiros entre aquele grupo. Com os casamentos, as mulheres transferiram-se para lá, o que trouxe grande descontentamento para seus familiares, dada a regra de residência uxorilocal entre os *Aikewara*. Passados cerca de dez anos, elas foram retornando, trazendo seus maridos *parakanã* e os filhos nascidos desses casamentos.

Com os *Parkatêjê*, conhecidos como “Gavião” da TI Mãe Maria, na última década os *Aikewara* consolidaram relações de aliança e, sobretudo, de trabalho. Muitos jovens se deslocaram para aquela comunidade, localizada a cerca de 40 km ao norte de Marabá (já no município de Bom Jesus do Tocantins), com a finalidade de prestar serviços remunerados, dada a disponibilidade de recursos monetários oriundos de um convênio com a Vale, firmado em 1990. Do mesmo modo alguns *Aikewara* foram trabalhar em períodos intermitentes entre os *Xikrin* da TI Catete, embora no passado essas relações fossem marcadas pelas disputas por territórios e mulheres.

2.3.4. Análise da relação sociopolítica, econômica e cultural dos *Aikewara* com a sociedade envolvente e com outros grupos indígenas.

Há muito os *Aikewara* não se enquadram no imaginário ocidental de uma sociedade autárquica, isolada e xenofóbica, imagem na qual, de fato, nunca se enquadraram – se é que aplicável a qualquer outra sociedade ameríndia.

A relação dos habitantes atuais da Terra Indígena Sororó com outros grupos indígenas remonta aos tempos pré-contato. Suas narrativas apontam para o pertencimento a um conjunto pan-aldeão, um sistema supralocal Tupi, formado por blocos (grupos locais) adversários que gozavam de uma semelhança linguística e cultural. Neste sistema, cada grupo seria então localizado, nominado e politicamente autônomo. Comparando dados (Fausto, 2001), cada um dos blocos deste sistema “original” supostamente se reconheceriam por *awaeté* (pessoas verdadeiras) ao movimento que todos os outros seriam denominados genericamente *akwawa*, inimigos.

Especula-se – e a favor consta uma unidade linguística e sociocosmológica atual, ainda - que tal sistema tenha ruído em meados do século XIX, em decorrência da depopulação pós-contato e que os remanescentes tenham sido contatados, já no século XX, sob a forma de *Asurini* do Trocará, *Parakanã* e *Aikewara*. Decerto, todo um conjunto de narrativas *aikewara* reforça tal afirmativa, localizando as causas

de ~~uma~~ ruptura do sistema na emergência de diferenças irreconciliáveis *entre* os grupos que o constituíam.

“Antigamente¹⁶ nós-outros (*ure*) vivíamos em uma grande cidade, como Marabá. Mas os diferentes foram embora, os *tapy'pya* [pés de anta] foram embora por uma briga por causa de curicas [espécie de psitacídeo]” (*Awassa'i*).¹⁷

A relação delicada dos *Aikewara*, identificados pelo pronome *ure* (nós-exclusivo) com estes outros, os *tapy'pya*, ainda é tematizada em outra narrativa que fala, justamente, de uma tentativa frustrada de reaproximação dos grupos via troca matrimonial. Ainda que os *Aikewara* nunca tenham feito explicitamente tal conexão, sabe-se, através do ~~relato~~ relato supracitados de Fausto (*op.cit.*), que *tapy'pya* (*tapi'pya* na fala *parakanã*) é justamente a autodesignação de um dos patrigrupos *Parakanã*. Por outro lado, os próprios *Parakanã* (*tapy'pya*) especulam que os *Aikewara* seriam os remanescentes de um de seus próprios patrigrupos, os *pa'ametywena*. Nunca se registrou entre os *Aikewara* qualquer menção a esta palavra, contudo, de modo insuspeito, *Wyrapina* (*wyrapina*, cabeça de ave, na fala *aikewara*), que segundo os *Parakanã* é o nome de um de seus patrigrupos partidos, junto com os *pa'ametywena*, é, justamente, um dos nomes pelo qual o patrigrupo *Saopakani* (gavião) dos *Aikewara* é autodesignado.

“Somos todos misturados”, o enunciado *Aikewara* – algo comum em grupos Tupi (cf. Viveiros de Castro, 1986b) – leva a intuir que a morfologia atual desta sociedade, atravessada por cinco patrigrupos onomásticos, corresponde a uma introspecção, justamente, deste sistema pan-aldeão para o nível da aldeia. Este movimento é confirmado pela existência do patrigrupo *Karajá*, figura-conceito prototípica da alteridade entre os grupos Tupi desta região. A origem do patrigrupo remonta à adoção de um menino oriundo de uma população não-tupi, muito provavelmente Xikrin (Jê-Kaiapó), população com a qual entraram em choque quando viviam às margens do rio Itacaiúnas, em meados da década de 1920 (cf. Vidal, 1977). Foi nessa época em que receberam, por parte de seus inimigos, a alcunha pela qual ficaram conhecidos na etnologia, *Mudjêtire* (cf. Wagley, 1988).

Portanto, o relativo isolamento dos *Aikewara* em relação a outras populações indígenas é, de fato, recente e decorrente da pressão exercida pelo encontro com a frente de expansão que limitou seus movimentos migratórios, territorializando-os às margens do rio Sororó (cf. Laraia & Matta, 1967). Atualmente, os *Aikewara* mantêm relações de toda sorte com outros coletivos indígenas, com especial destaque para os Gavião, povos de língua Jê-Timbira territorializados na Terra Indígena Mãe Maria, a cerca de 35 km da cidade de Marabá (cf. Ferraz, 1998). Impossibilitados de obter serviços satisfatórios (saúde e ensino formal) ou rendimentos fixos em sua própria reserva e áreas proximais, famílias inteiras de *Aikewara* se veem obrigadas a migrar, ainda que temporariamente, para a TI Mãe

¹⁷ Importante salientar que esta narrativa é tomada por uma verdadeira narrativa histórica pelos *Aikewara*, algo evidenciado pela utilização do deíctico evidencial *hakokwe*, aqui traduzido por *antigamente*, em contraste com as narrativas míticas que se iniciam pelo deíctico evidencial *hekwehé*.

Maria, trabalhando como caçadores, agricultores, seguranças (homens) e empregadas domésticas (mulheres). Há ainda um contínuo fluxo migratório de jovens *Aikewara* para o território Gavião na esperança de seguirem a vida como jogadores profissionais de futebol no time Gavião *Kyikatejê*. Naturalmente, esta proximidade entre as etnias vem se traduzindo em uniões matrimoniais – atualmente, observam-se três uniões estáveis entre estes povos, homens Gavião e mulheres *Aikewara*, residentes por temporadas ora na TI Mãe Maria, ora na TI Sororó.

Em tempos recentes, ~~o~~ contato com os *Parakanã*, povo que mais se assemelha aos *Aikewara* linguística e culturalmente, ^{canco} fora retomado por intermédio de uniões matrimoniais. Atualmente, observam-se quatro uniões matrimoniais estáveis entre homens *parakanã* e mulheres *aikewara*. Contudo, aqui, nota-se uma tendência oposta àquela das uniões com os chamados “Gavião” e, seguindo os movimentos uxoriocais dos *Aikewara* e *Parakanã* (cf. Fausto, 1991), três destas uniões vivem na TI Sororó. Os homens *parakanã* encontram-se, inclusive, perfeitamente incorporados a rotina aldeã, participando dos cursos de formação promovidos pelo Estado na aldeia e da vida ritual *aikewara*.

No final da década de 1990, em uma política duvidosa, a Administração Regional da FUNAI em Marabá mediu a transferência de uma família extensa Guajajara (*Tenetebara*) para a TI Sororó, tendo lá permanecido até os primeiros anos da última década. ~~Como signo deste contato, observa-se a existência de uma aliança matrimonial entre um homem guajajara e uma mulher aikewara. A família, atualmente, reside no assentamento indígena dos Guajajara, no município de Itupiranga, retornando para a TI Sororó apenas no período de coleta de castanha.~~

2.3.4.1. Sobre o contato com populações não-indígenas.

Contatados na década de 1950, o convívio dos *Aikewara* com não-indígenas, conhecidos genericamente pelo termo de *kamará*,¹⁸ intensificou-se a partir da década de 1960, com a ocupação da região por pequenos lavradores expulsos de outras áreas do país (Goiás, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais) (cf. Ferraz 1985 a), de modo que a subsistência indígena passou a depender quase que exclusivamente das trocas realizadas com estes. A situação foi definitivamente consolidada com a abertura de uma rodovia cortando seu macro território, a Belém-Brasília, transformando-o em centro de convergência com a ^{transamazônica} ~~transamazônica~~, em meados da década de 1970, com a abertura ^{(pelas} ~~(pelas~~ Forças Armadas) da OP-2, hoje BR-153.

Atualmente, para além dos auxílios governamentais capazes de render aos *Aikewara* um mínimo (Bolsa Família e aposentadorias), a principal fonte de renda

18 Também registram-se os termos, incomuns para povos Tupi, *turi* e *wasu*. A primeira parece ser comum aos povos tocantino-araguaio (cf. Fausto 2001, Parakanã, Wagley 1977, Tapirapé e Toral 1992, Karajá), sendo que a segunda, de maneira bastante peculiar, encontra cognado idêntico entre os A'uwe-Xavante (Falleiros, i.p.), povo de língua/cultura jê central, do estado de Mato Grosso. Este fato sugere que as trocas entre os *Aikewara* e demais povos, ainda que ausentes de sua memória coletiva, excedam o supracitado sistema tupi e os conflitos bélicos com os Xikrin.

* por interferência ^{de} ~~da~~ agentes do Conselho
Misionário Indigenista (CIMI)

da população *aikewara* continua sendo a troca, agora sob a forma de venda, de produtos coletados, sobretudo a castanha-do-Pará. ~~Ainda~~ Alguns homens, em geral os mais jovens, ^{ainda} obtêm algum rendimento extra participando de campeonatos de futebol amador em cidades próximas, ou prestando pequenos serviços em fazendas vizinhas.

Há muito os *Aikewara* incorporaram elementos do *modos vivendi* ocidental, ainda que o tenham feito a seu modo: televisões e músicas populares convivem com narrativas míticas e rituais "tradicionais" de modos insuspeitos. Contudo, apesar dos esforços de missionários católicos, em tempos recentes, observa-se o crescimento de um culto evangélico na aldeia, comandado pelo ~~próprio~~ cacique da aldeia Sororó, Mairá Suruí. Este fato vem estreitando laços da comunidade com regionais devotos, como a grande maioria dos residentes de um vilarejo próximo denominado São Raimundo, sendo comum que os mesmos venham até à aldeia para participar de cultos e festas relacionadas à religião. Talvez por serem eles próprios os controladores do movimento de conversão, as práticas evangélicas não apresentam uma contradição direta com aquilo que concebem como seu *modus vivendi* tradicional - *ure apó tehé*, o fazer de nós-outros, glosa na língua nativa para da palavra-conceito cultura -, em nada interferindo, por exemplo, nos calendário ritual da aldeia.

As lideranças *aikewara* apresentam sólidas ligações políticas com o Partido dos Trabalhadores e algumas representantes locais do INCRA e MST. De fato, ~~Mairá~~ o 'cacique' da aldeia Sororó, lançou-se, sem sucesso, como candidato a vereador pela cidade de São Geraldo do Araguaia, no ano de 2008. Pretende fazê-lo novamente no ano de 2012, mas pelo município de Brejo Grande, um pouco mais afastado dos limites da reserva. Nos "tempos de política", a comunidade envolve-se ativamente nos jogos locais: são convidados por políticos locais para participar de comícios eleitorais, recebem presentes e têm suas próprias festas rituais patrocinadas. Do ponto de vista da política não-indígena, os *Aikewara* pouco se diferem de uma comunidade camponesa local que deve ser seduzida em troca de votos. Ainda que os *Aikewara* saibam lidar com ~~isso~~ de uma maneira ativa e reflexiva, por vezes são prejudicados por serem tomados desta forma pelas forças políticas: como o serão na possível instalação de um acampamento sem-terra próximo a uma das entradas da reserva.

Nos últimos dois anos, os *Aikewara* observaram o crescimento populacional não-indígena dentro de sua própria reserva. Em uma demonstração de insensibilidade e descaso do órgão responsável pela fiscalização da Terra Indígena, uma empreiteira contratada para construção de casas populares ^(COPAP) na aldeia e, posteriormente, uma escola, ^(SEDE) instalou dentro da reserva, menos de um quilometro da aldeia, um barracão onde vivem cerca de 60 trabalhadores não-indígenas. Ainda que alguns *Aikewara* tenham obtido emprego neste processo, tal prática, que só pode ter como justificativa ~~(amoral)~~ o corte com gastos referentes ao transporte dos ~~mesmos~~, tem exposto a população, de forma descontrolada, a toda sorte de infortúnios relacionados ao contato com não-indígenas, como doenças e conflitos interpessoais - há casos de trabalhadores expulsos da reserva sob acusações de estarem assediando as jovens indígenas.

trabalhadores

Atualmente, na aldeia Sororó, relativamente isolada no centro da reserva, registram-se sete casamentos com não-indígenas. Ao passo que na aldeia *Itahy*, colada ao vilarejo de São Raimundo, praticamente todas as uniões vigentes se dão entre homens indígenas e mulheres não-indígenas.

2.4. Meio Físico e Biótico

2.4.1. Geomorfologia

Localizada a cerca de 40 km da margem esquerda do baixo rio Araguaia, a TI Sororó está situada em uma região cujos conhecimentos geomorfológicos ainda são fragmentários e os estudos realizados até hoje tratam apenas do seu espectro regional (Gorayeb, 2008).

No quadro geomorfológico da Amazônia Oriental, na região de interface sudeste do Pará - noroeste do Tocantins, onde se situa a TI Sororó, existem como principais expressões do relevo a Serra de Carajás e a Serra do Gradaús a oeste. A leste se encontram a Serra do Estrondo e a Serra das Andorinhas, estando esta última a apenas 15 km da TI Sororó (Figura 2.6) (Gorayeb *et al.*, *op.cit.*).

Em seu intermédio estende-se uma ampla área rebaixada, descrita por Ab´Saber (2004) como terras baixas colinosas – tabuleiros, baixos platôs, relevos cuestiformes, colinas ligeiramente mamelonizadas situadas em terrenos antigos rebaixados, denominado Depressão Periférica Araguaia-Tocantins, onde a Serra de Carajás quebra a monotonia relativa dessas terras baixas, salientando-se na paisagem como restos de antigos divisores dissecados (Ab´Saber, 2004; Gorayeb *et al.*, *op.cit.*). Na área da folha Xambioá (escala 1:250.000) Souza & Moreton (2001) definem essa unidade como Depressão Periférica do Sul do Pará formada por processos de pediplanização pleistocênica que atuaram sobre parte do Planalto Dissecado do Sul do Pará e Depressão Ortoclinal do Médio Tocantins.

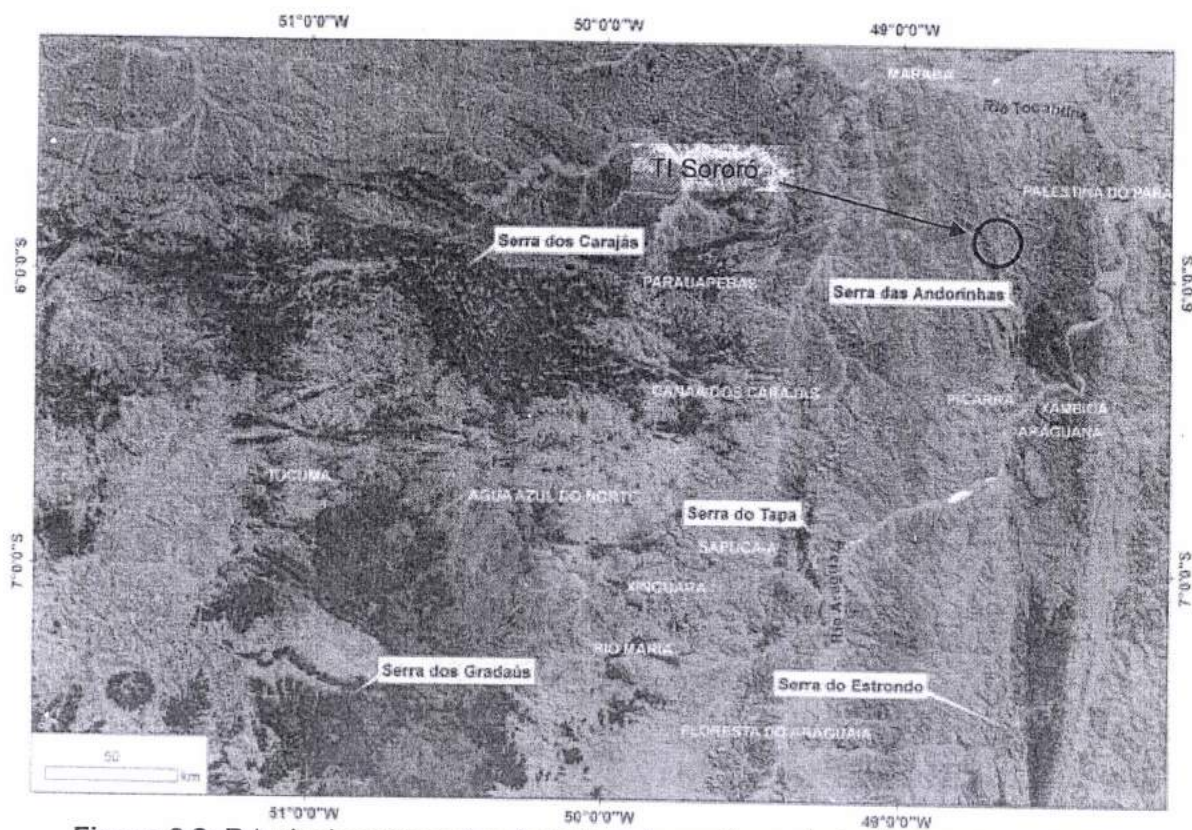


Figura 2.8: Principais expressões de relevo da região sudeste do estado do Pará e noroeste do estado de Tocantins, em imagem SRTM obtida em novembro de 2005. Fonte: Gorayeb *et al.*, 2008.

Do lado leste já no estado de Tocantins destaca-se um sistema de cordilheiras de direção submeridiana, fortemente dissecado, edificada sobre rochas do Cinturão do Araguaia, cuja Serra do Estrondo é um dos principais componentes sendo a Serra das Andorinhas, já no estado do Pará, o seu último remanescente ao norte. Esta serra é constituída por um pequeno maciço quartzítico que se salienta, com quase 600m acima do nível geral das colinas do vale do médio-baixo Araguaia, onde se localiza a TI Sororó (Gorayeb, *op.cit.*).

A área da TI Sororó é dominada por duas unidades geomorfológicas: Sistema colinoso periférico e platô vila bandinha. De acordo com Gorayeb (*idem*) as principais características dessas unidades são:

- **Sistema Colinoso:**

Relevo colinoso, relativamente monótono, com formas de topo abauladas com altitudes de até 260 m, com topos suaves e declividades inferiores a 30°. O substrato dessa unidade compreende sequências em que predominam xistos da Formação Xambioá e mais estritamente ardósias e filitos da Formação Couto Magalhães.

- **Platô Vila Bandinha**

Compreendido por um conjunto de pequenas colinas. São pouco drenados tendo ao seu redor padrões radiais ou dendríticos, com topos aplainados ou abaulados suavemente, com altitudes inferiores a 240 m. É sustentado por arenitos ferruginosos subhorizontais e crostas lateríticas pertencentes a formações sedimentares da Bacia do Parnaíba. Ao sul, fora da TI Sororó, essa unidade se torna menos expressiva.

2.4.2. Geologia da TI Sororó e arredores

Geologicamente, a TI Sororó se localiza no ponto de junção da bacia sedimentar do Parnaíba com o Cinturão do Araguaia, apresentando assim características geológicas dessas duas grandes estruturas, conforme pode ser visualizado na Figura abaixo.

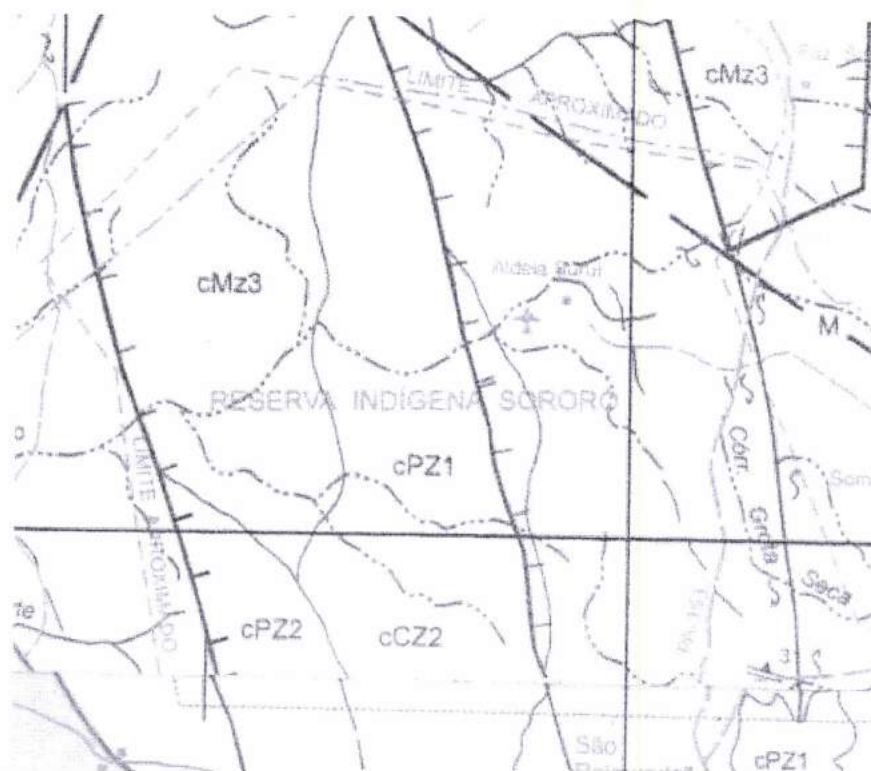


Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2001.

Figura 2.9. Carta geológica da TI Sororó e arredores

Quadro 2.4.1: Unidades e Formações Geológicas encontradas na região da TI Sororó

Unidades		Litotipos / metamorfismo / deformação / metalogenia	
Cinturão Araguaia	Pcm	Formação Couto Magalhães	Rochas metasedimentares compreendendo filitos, quartzo sericita-clorita xistos de granulação fina gradando a filitos e ardósias. Subordinadamente ocorrem silixistos e rochas ferríferas bandada Pcm (mu). Fácies metamórfica xisto-verde baixo a médio, alcançando o grau anquimetamórfico. A marcante anisotropia estrutural é expressa por alternâncias milimétricas de níveis filitosos e silicosos, sendo resultante de extrema deformação, com conseqüentes transformações em estágio milonítico. São registrados garimpos de cristal-de-rocha.
	Pqp	Formação Pequizeiro	Rochas psamo-pelíticas, paraderivadas, com dominância de quartzo-muscovita-clorita xistos com variações para clorita xistos, muscovita-clorita-quartzo xistos, clorita-quartzos xistos e muscovita-biotita-clorita xistos. Fácies metamórfica xistos-verde médio a baixo. A anisotropia estrutural é conspícua, observando-se nos níveis silicosos cristais de quartzo fortemente achatados e estirados, resultante da formação que atinge o estágio milonítico. Na folha não há registro de ocorrências minerais.
	Pxb	Formação Xambioá	Xistos paraderivados com predominante associação de quartzo-biotita-muscovita, com granada, epidoto e clorita como fases minerais adicionais. Fácies metamórfica xisto-verde médio a alto. A anisotropia estrutural de caráter penetrativo, por deformação dúctil, apresenta padrões anastomótico com forte transposição. Há registro de garimpos de cristal-de-rocha e ametista.
Bacia do Parnaíba e Grabens Associados	Ppf	Formação Pedra de Fogo	Arenitos cinza, grã fina a média, com lentes de calcarenitos, calcissiltitos e calcilitos, localmente com lentes de conglomerado. Ambiente marinho em zona de supra a intermaré em planície de maré mista carbonática-siliciclástica rasa e depósitos lagunares de rios entrelaçados.
	Ki	Formação Itapecuru	Arenitos cinza e amarelados, grã fina a média, às vezes arcosianos, bem selecionados, localmente com lentes de conglomerado. Pelitos avermelhados com acamamento regular intercalados aos arenitos. Ambiente fluvial de rios entrelaçados, associados a lagos em planície de inundação e duna eólicas originados do retrabalhamento de barras e dunas subaquáticas.
	Dp	Formação Pimenteiras	Arenitos de cor cinza, grã fina a média, com intercalação de pelitos cinza-esverdeados, com acamamento regular ondulado. Ambiente de planície de maré rasa, com lagos, depósitos de frente deltaica e canais de maré.
Formação Superficial	TQc	Coberturas detríticas e/ou lateríticas	Coberturas semiconsolidadas de arenito e argilito com capeamento de laterito. Ambiente continental.



Fonte: CPRM – Serviço Geológico do Brasil,

Rochas sedimentares:	
cMz3	Sequência terrígena arenosa, continental fluvial.
cPZ1	Sequência terrígeno-arenosa, de ambiente transicional.
cPZ2	Sequência terrígeno-carbonática (estratos e lentes de calcário e silexite), marinho de planície de maré.
cCZ2	Sedimentos argilo-arenosos, inconsolidados.

Figura 2.10: Associações litológicas na área da TI Sororó

2.4.3. Solos

Os solos do estado do Pará foram originados por terrenos cristalinos e sedimentares apresentando certa diversidade e caracterizados por uma intensa lixiviação a que são submetidos causados pela erosão pluvial, derrubadas e queimadas, devido aos altos índices de chuva da região (governo do Estado do Pará, 2006).

De acordo com o levantamento do Projeto RADAM (1974) a área da TI Sororó é dominada por quatro tipos de solos de três grupos de solos bem distintos: solos areno-quartzosos profundos, solos podzólico vermelho-amarelo e solos litólicos.

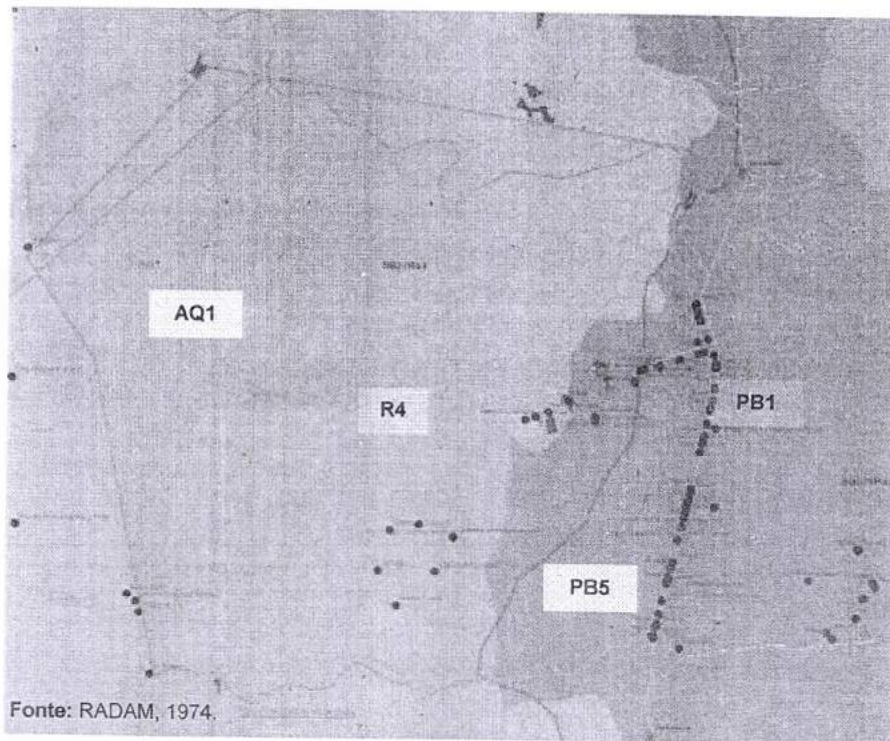


Figura 2.11: Solos da TI Sororó

- **Solos areno-quartzosos profundos**

São solos que apresentam um perfil pouco evoluído, com baixa atividade de argila, saturação de base baixa e soma de bases frequentemente bastante baixas. São permeáveis de textura grosseira, cujo conteúdo de argila não ultrapassa a 15% no horizonte B. Possuem fraca diferenciação morfológica entre os horizontes. Geralmente são solos profundos, com perfil em média acima de 200cm, que aparecem fortemente drenados, porosos e com consistência muito friável ou mesmo soltos em todo o perfil. Ocorrem em relevo plano e suave-ondulado sob vegetação de campo cerrado e floresta e tendo como material originário arenito.

Na TI Sororó encontra-se um tipo de solo desse grupo: areias quartzosas distróficas relevo suave ondulado (AQ1 no mapa). Esta unidade compreende solos minerais, arenosos, profundos, excessivamente drenados, muito ácidos e de fertilidade natural muito baixa. Ocorre normalmente em relevo suave ondulado e originário de materiais provenientes da decomposição de arenitos.

- **Podzólico vermelho – amarelo**

Os solos podzólicos vermelho-amarelo são solos ácidos, bem desenvolvidos, que possuem um horizonte A fraco e um horizonte B argílico. Sendo solos em sua maioria de baixa fertilidade e de textura argilosa com sequência de horizonte do tipo A, B e C, cuja espessura não excede a 200 cm com pronunciada diferenciação entre o A e o B. Os solos desta unidade apresentam-se bem drenados, ácidos e com erosão variando de laminar ligeira a moderada. A vegetação comumente encontrada nestes solos é a de floresta mista de babaçu e de floresta-verde pluvial tropical. O relevo dominante são o suave ondulado e o ondulado, com morros e meia laranja de pendentes curtas.

A TI Sororó apresenta dois tipos de solos desse grupo:

- a) **Podzólico vermelho-amarelo textura argilosa e podzólico vermelho-amarelo equivalente eutrófico textura argilosa (PB1) relevo sem ondulação.**

Esta unidade de solos é constituída de solos minerais com horizonte B textural, não hidromórficos, argilosos, bem drenados, profundos, apresentando-se com saturação de bases geralmente baixa, podendo ser alta, em alguns casos. Nesta unidade também podem ser encontradas através de inclusões outras classes de solo como o podzólico vermelho-amarelo cascalhento e latossolo vermelho-amarelo textura média. Ocorrem em área de relevo suave ondulado e localmente ondulado. Desenvolvem-se sobre material proveniente da decomposição de granitos, filitos-xistos, riolitos ou sedimentos inconsolidados retrabalhados.

- b) **Podzólico vermelho-amarelo textura argilosa e solos litólicos distróficos textura indiscriminada (PB5) relevo forte ondulado.**

Esta unidade compreende solos minerais, profundos a rasos, bem drenados, ácidos, geralmente de textura argilosa, e sujeitos a ação erosiva. São encontrados em relevo forte ondulados, e são provenientes da decomposição de granitos e riolitos.

- **Solos Litólicos**

São solos onde a unidade está constituída por solos onde o horizonte A repousa diretamente ou não sobre a rocha R, com perfil pouco evoluído, bastante raso, de textura e fertilidade variável dependendo do material originário. Sendo encontrado em áreas de relevo ondulado a montanhoso, geralmente sob vegetação arbórea, podendo também ocorrer em áreas de campo cerrado. Estes solos apresentam horizonte A com espessura de 15 a 20 cm, fracamente desenvolvido, constituindo em alguns casos perfil do tipo AC e mais frequentemente do tipo AR, podendo também aparecer A11 e A12 sobre R.

Na TI Sororó encontra-se uma unidade desse grupo de solos: solos litólicos distróficos textura indiscriminada e solos concrecionários lateríticos

indiscriminados distróficos textura indiscriminada (R4) relevo ondulado. Os solos componentes desta associação são originários da decomposição de siltitos. São solos rasos, pedregosos e medianamente profundos, de textura geralmente argilosa. A estrutura é geralmente mascarada pela grande quantidade de concreções. São bem drenados e de fertilidade natural baixa.

2.4.4. Clima

Segundo a classificação de Köppen, que leva em consideração principalmente as precipitações pluviométricas e as temperaturas a região, a TI Sororó esta dentro da área classificada como Aw (tropical úmido). Climas sob essa classificação apresentam um período de inverno com chuvas que vai de janeiro a maio, com as mais elevadas precipitações em março e abril. O 'verão' (estação seca) se estende de junho a dezembro. A precipitação média anual varia de 1000 a 1500 mm. A deficiência hídrica varia de 400 a 500 mm, média anual, uma das mais altas do estado do Pará (Lima, 2008; Almeida *et al.* 2001).

De acordo com a classificação climática de Thorntwaite, que leva em consideração os índices representativos de umidade, aridez e eficiência térmica, diretamente derivados da precipitação pluviométrica e da temperatura, a TI Sororó se enquadra em uma região de clima úmido e subúmido, com pequena ou nenhuma deficiência de água, anualmente. Essa área apresenta temperaturas médias mínima de 10° a 26° C, média máxima de 25° C a 35° C, com umidade média anual de 85%. A insolação média anual é de 1.800 horas, sendo os meses de junho a novembro os mais ensolarados (Lima, *op.cit.*).

De acordo com Lima (*idem*) que fez uma ampla consulta a dados climáticos da região, providenciados por órgãos públicos (SUDAM, ANEEL e ANA), além de diferentes autores, a região onde se insere a TI Sororó possui um aspecto climatológico geral de natureza continental, razoavelmente homogêneo sem grandes anomalias. Possui temperaturas médias (em torno de 26° C) e índices elevados de umidade na época de chuvas (maiores que 80%). Entre agosto e setembro, as temperaturas podem chegar até 38° C. ~~O dia se apresenta de um modo geral com temperaturas elevadas e a noite com temperaturas baixas.~~ A umidade relativa do ar é elevada em todos os meses do ano.

Dados pluviométricos da região analisados pela mesma autora demonstraram que os meses mais chuvosos são de dezembro a abril. Os meses mais secos vão de junho a agosto. Um período com uma redução considerável da quantidade de água na bacia hidrográfica da área e que correspondem ao período de queimadas de pastos na região (Lima, *idem*).

Os ventos possuem velocidade média de 14 a 17 km/h sendo responsável pelo transporte da umidade equatorial para o sul. Ventos esparsos do sul costumam ocorrer associados às frentes frias em dissipação, sendo de fraca intensidade (Lima, *idem*).

2.4.5. Recursos Hídricos e Qualidade da Água

A TI Sororó está localizada no interior da Região Hidrográfica do Tocantins Araguaia e faz parte da bacia de dois rios, o Itacaiúnas e o Araguaia. A bacia do Itacaiúnas ocupa grande parte da TI Sororó através de igarapés que deságuam no igarapé Água Preta, que por sua vez deságua no rio Sororozinho, um afluente do rio Sororó, que desemboca no rio Itacaiúnas, afluente da margem esquerda do rio Tocantins.

Numa pequena parte da região sudeste da TI Sororó, os córregos deságuam no rio Gameleira, um dos principais afluentes da margem esquerda do baixo rio Araguaia. No sistema hídrico da TI Sororó destacam-se como mais importantes o igarapé Água Preta e o rio Gameleira. Cerca de dois terços da área da TI Sororó é coberta por igarapés que deságuam no Água Preta, um afluente de quarta ordem do rio Tocantins. O terço restante da área é coberto por igarapés que deságuam no rio Gameleira, ~~um afluente direto da margem esquerda do rio Araguaia.~~

Os rios Gameleira e *Sakareuna* são os dois corpos d'água mais importantes como fonte de água para as necessidades diárias dos *Aikewara*, atualmente, (Figura 2.12).



Figura 2.12: Rio Gameleira (à esquerda) e igarapé *Sakareuna* (à direita), os mais importantes corpos hídricos para uso no dia a dia das aldeias *Itahy* e Sororó, respectivamente.

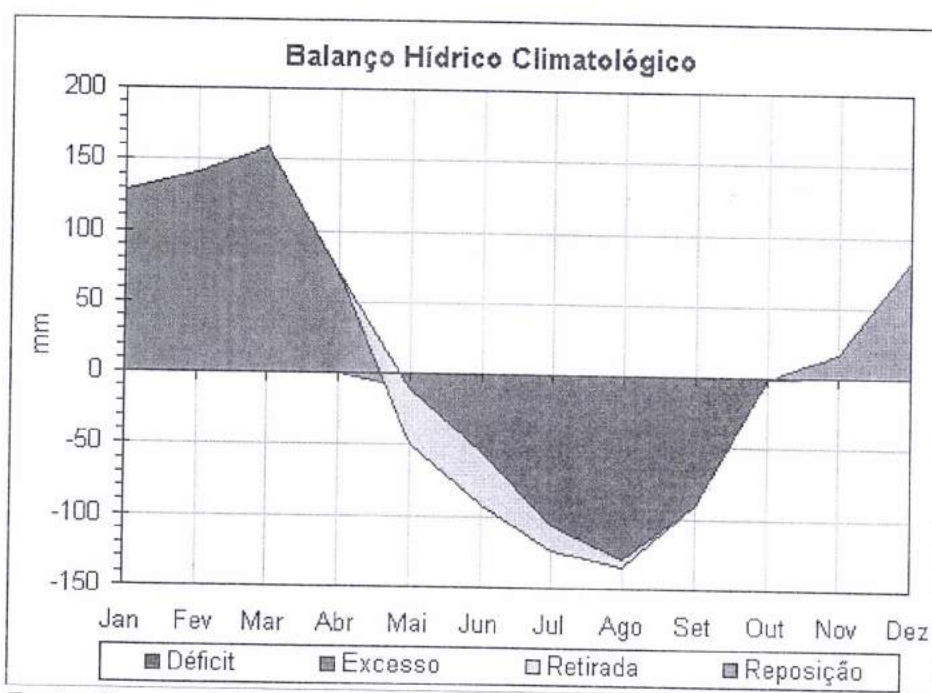
Todas as cabeceiras dos igarapés que cruzam a TI Sororó, com exceção do igarapé Caracol, se encontram dentro dos limites da TI Sororó, um fator muito importante e que garante a preservação dessas escassas fontes de água para os *Aikewara*.

Dados da Estação Pluviométrica de Xambioá de 1961 a 1990 demonstram um comportamento diferenciado entre o período seco e chuvoso na região. A evapotranspiração potencial é bem elevada, atingindo médias mensais de 158,1

mm em agosto e reduzindo-se para 106,5' mm em fevereiro (Governo do Estado do Pará, 2006).

Com 392,0 mm, a deficiência hídrica na região corresponde a 23,9% do total anual médio da precipitação pluviométrica ocorrida na região, que é de 1.639,1 mm. De outubro a dezembro é o período de reposição de água no solo, quando se inicia a época de chuvas. De janeiro até abril há um excedente hídrico quando rapidamente se estabelece novamente o déficit.

O teor de água disponível para a vegetação atinge seu máximo de dezembro a abril, quando começa a decrescer atingindo valores insuficientes ao bom desenvolvimento da vegetação a partir de maio até o mês de novembro. Apesar de o armazenamento ser reduzido a partir de abril, somente de maio a novembro é que os teores de água disponível no solo são insuficientes para manter a vegetação túrgida, agravando-se nos meses de junho a setembro, o que favorece a ocorrência de incêndios.



Fonte: Governo do Estado do Pará (2006)

Figura 2.13: Balanço Hídrico Climatológico da região da TI Sororó,

Como pode ser observado na Figura acima, os corpos d'água da área sofrem nos meses mais secos do ano uma reduzida diminuição da quantidade de água das suas bacias micro-hidrográficas, com a presença de água em apenas alguns poucos igarapés, ou parte deles, durante todo o ano.

Essa é uma característica marcante do sistema hídrico da região. Essa situação de intermitência dos corpos d'água transforma os recursos hídricos no interior da TI Sororó, fundamentais para a manutenção dos *Aikewara*, em um recurso escasso e muito vulnerável. *Este quadro os leva a uma situação de risco hídrico muito forte por possuírem poucos corpos hídricos disponíveis para as suas necessidades de sobrevivência durante todo o ano.*

A falta de corpos d'água significativos no território demarcado sempre foi uma questão fundamental. Em 1984, os *Aikewara* retornaram ao local onde encontraram com frei Gil pela primeira vez, em 1951, justamente devido à abundância de água nesse local que possibilitava melhores condições de vida para eles (cf. CEDI, 1985).

O temor de que a implantação do AHE Santa Isabel seque os seus igarapés já atemoriza os Aikewara, ~~que afirmaram~~ que isso já aconteceu após a construção da usina de Tucuruí no rio Tocantins.

2.4.5.1. Qualidade da água e limnologia

Para a realização do EIA Santa Isabel foram feitas 19 coletas de amostras de água superficial e sedimento para o diagnóstico da qualidade da água e limnologia (GESAI, 2010).

Os resultados desses levantamentos demonstraram que, de um modo geral, todos os recursos hídricos superficiais da região do baixo Araguaia apresentaram baixa transparência da água, com valores variando de 0,90m a 1,50m, durante o período seco, e de 0,50m a 1,30m durante o período chuvoso. Esses rios da região caracterizam-se por serem ecossistemas bem oxigenados, com pH ligeiramente básico durante a estiagem e ligeiramente ácido a neutro no período chuvoso, reduzida turbidez, com riqueza iônica de baixa a moderada e baixos teores de nutrientes.

Desses 19 pontos de coleta, dois pontos foram localizados no rio Gameleira, um bem próximo à TI Sororó (TR 60) e outro próximo à foz do Gameleira (TR 65). Além disso, existe um estudo prévio sobre a qualidade da água, realizado em 2003 pela empresa Engevix, em que também houve coleta na foz do rio Gameleira.

De acordo com o estudo de 2003 e 2004 (Engevix), o rio Gameleira, que percorre áreas rurais com predomínio da atividade pecuária, foi o corpo d'água que apresentou as maiores concentrações de coliformes fecais, fósforo total e nitrato, estando acima dos níveis recomendados pela legislação. Este resultado indica um maior comprometimento da qualidade da água na bacia devido à pecuária (GESAI, 2010).

O ponto TR 60, localizado no rio Gameleira nas proximidades da TI Sororó, foi o tributário do rio Araguaia que apresentou as maiores concentrações de fósforo total no sedimento nos períodos de cheia e seca.

A análise do sedimento do rio Araguaia e de seus tributários foi constituída predominantemente por areias finas com boa qualidade, com baixas

concentrações de nutrientes. Não foram observados metais pesados em concentrações acima do estabelecido pela legislação ambiental e os elementos encontrados em maiores concentrações como alumínio, ferro e manganês são originários da geologia local. Também não há evidência de pesticidas ou herbicidas nos sedimentos, o que indica que o uso dos mesmos não é comum na região, onde a principal atividade é a pecuária e não a agricultura.

O índice do estado trófico mostrou que a maioria dos corpos d'água afluentes do rio Araguaia tem grande probabilidade de serem mesotróficos nos períodos da enchente e cheia. Somente o ponto TR 60 no rio Gameleira possui a mesma probabilidade de se apresentar como oligotrófico. No período da seca, o alto rio Gameleira (TR 60) teve a probabilidade de se enquadrar como hipereutrófico.

2.4.6. A ictiofauna e a pesca entre os *Aikewara*

Em reuniões realizadas junto a alguns dos anciãos especialistas em peixes, indicados pela própria comunidade, foram listadas 48 espécies de peixes e três espécies de crustáceos consumidas pelos *Aikewara*. A identificação destas espécies foi feita mediante observação em campo e visualização de pranchas de identificação junto a esses anciãos. Devido a não possibilidade de coleta de espécimes para a confirmação das identificações, existe uma pequena incerteza quanto a sua exata classificação.

Apesar da pesca não ser a principal fonte de biomassa protéica na dieta dos *Aikewara*, ela é extremamente importante para a sua diversificação. Como eles mesmos disseram, "são *fracos de peixe*" por não ter rio grande por perto", declarações que refletem certa nostalgia da perda de território causada pelos violentos processos de ocupação da região, que fizeram com que ficassem reduzidos atualmente aos limites da TI Sororó, perdendo, dessa forma, importantes locais de pesca utilizados no passado.

Vale ressaltar que esses ambientes funcionam como verdadeiros berçários para as diversas espécies de peixes da região, que procuram as águas ricas em oxigênio e limpas para a desova e nutrição dos alevinos. É ainda nesses locais aquáticos que a fauna terrestre encontra fonte de água para seu abastecimento.

Neste estudo não foi possível quantificar o consumo de proteína proveniente de animais aquáticos, mas esses animais, que incluem peixes e jacarés, são importantes na diversificação da alimentação dos *Aikewara* e muito apreciados por eles.

A perda de seus antigos territórios de pesca e o aumento do contato com a sociedade envolvente provocou mudanças na relação de consumo que os *Aikewara* possuíam com esses animais aquáticos. Para continuarem tendo acesso a essa fonte de proteína aquática, os *Aikewara* ampliaram o repertório de espécies de peixes que consomem, "Antigamente não comíamos todos os peixes não, agora comemos". Um dos exemplos dessa diversificação no hábito alimentar é o tambaqui, uma espécie que desconheciam e que começaram a consumir após a implantação dos açudes de piscicultura na aldeia Sororó.

Quadro 2.4.2: Relação de espécies de peixes utilizadas como alimento pelos Aikewara.

Ordem	Nome científico	Nome em aikewara	Nome em português
	Família		
Characiformes	Characidae		
	<i>Brycon gouldingi</i>	<i>Ipirakwahaweym</i>	Matrinchã
	<i>Brycon falcatus</i>		
	<i>Mylossoma duriventre</i>	<i>Pacu</i>	Pacu
	<i>Myleus</i> sp.		
	<i>Pygocentrus nattereri</i>	<i>Ipiroi</i>	Piranha
	<i>Serrasalmus</i> sp.		
	<i>Salminus hilarii</i>	<i>Pirakaw</i>	Piaba
	<i>Astyanax</i> sp.		
	<i>Poptella compressa</i>		
	<i>Tetragonopterus</i> cf. <i>chalceus</i>		
	<i>Brycon pesu</i>		
	<i>Astyanax</i> sp.	<i>Ipirasykiri</i>	Piaba dourada
	<i>Moenkhausia oligolepis</i>	<i>Tehakuru</i>	Piaba rabo de ouro
	<i>Moenkhausia</i> sp.	<i>Wararai</i>	Piaba
	<i>Agoniates halecinus</i>	<i>Tami iwehe</i>	Maiacá
	<i>Triportheus</i> sp.		Sardinha
	Anostomidae		
	<i>Leporinus</i> sp.	<i>Ipisaw</i>	Piau
	<i>Schizodon vitattus</i>		
	<i>Anostomoides laticeps</i>		
	<i>Laemolyta</i> cf. <i>taeniata</i>		
	<i>Leporinus affinis</i>	<i>Ipissawahaw</i>	Piau flamengo
	Cynodontidae e Acestrorhynchidae		
	<i>Cynodon gibbus</i>	<i>Ipiratipema</i>	Cachorra
	<i>Rhaphiodon vulpinus</i>	<i>Tawarerassapima</i>	Cachorra
	<i>Acestrorhynchus falcistrostris</i>		
	<i>Acestrorhynchus microlepis</i>		
	Erythrinidae		
	<i>Hoplerythrinus unitaeniatus</i>	<i>Sessu</i>	Iu
<i>Hoplias</i> sp.	<i>Tareira</i>	Traira	
Ctenoluciidae			
<i>Boulengerella cuvieri</i>	<i>Awatihareim</i>	Bicuda	

Quadro 2.4.2: Relação de espécies de peixes utilizadas como alimento pelos Aikewara-
(Continuação)

Ordem	Nome científico	Nome em aikewara	Nome em português	
	Família			
Siluriformes	Auchenipteridae			
	<i>Ageneiosus inermis</i>	Arawo	Mandubé	
	<i>Trachelyopterus galeatus</i>		Cangati	
	Doradidae			
	<i>Platydoras costatus</i>	Amuata	Tipo de cari	
	<i>Oxydoras niger</i> (?)	Sacarepetym	Cuiu cuiu	
	Loricariidae			
	<i>Glyptoperichthys joselimaianus</i>	Muru	Cari	
	Pimelodidae			
	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	Uruwi	Surubim	
	<i>Zungaro zungaro</i>	Arawopiton	Jaú	
	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>	Itaiha	Pirarara	
	<i>Pinirampus pirinampu</i>	Tururupi	Tipo de mandi	
	<i>Megalonema</i> sp.	Tini irpuku	Tipo de mandi	
	<i>Pimelodus</i> sp.			
	Espécie não identificada	Arawore	Tipo de mandi	
	Heptapteridae			
		<i>Rhamdia cf. quelen</i>	Tiniar	Mandi
	Gymnotiformes	Gymnotidae		
<i>Electrophorus electricus</i>		Puraque	Poraquê	
Espécie não identificada		Aropo	Tipo de poraquê	
	<i>Gymnotus</i> sp.	Tuwyhuna	Lampreia	
Rajiformes	Potamotrygonidae			
	<i>Potamotrygon motoro</i> <i>Potamotrygon henlei</i>	Sawewyra	Arraia	
Espécies introduzidas	Espécies introduzidas			
	<i>Oreochromis niloticus</i>		Tilápia	
	<i>Colossoma macropomum</i>		Tambaqui	
Perciformes	Cichlidae			
	<i>Crenicichla strigata</i>	Sakunaehapirong	Sabão de olho vermelho / jacundá açu	
	<i>Crenicichla</i> sp.	Sakuna	Sabão / jacundá	
	<i>Astronotus ocellatus</i>	Tapiamuna	Acará	
	<i>Cichlasoma araguaiense</i>	Akara	Acará	
	<i>Geophagus proximus</i> <i>Satanoperca acuticeps</i>	Akarasurupuku	Acará	
	Sciaenidae			
	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	Akararon	Corvina	

Quadro 2.4.3: Relação de espécies de peixes não identificadas e utilizadas como alimento pelos *Aikewara*

Nome em aikewara	Nome em português
<i>lamopira</i>	Tipo de cari
<i>lpirosso</i>	Parece com pacu
<i>Aru</i>	Espécie não identificada
<i>Atirare</i>	Tipo de amoatá bem pequeno
<i>lpiraseneiru</i>	Espécie não identificada
<i>lpirasurupehe</i>	Espécie não identificada
<i>Sawatihapeym</i>	Peixe agulha
<i>Tinywahaw</i>	Espécie não identificada
<i>Mussa</i>	Tipo de mandi
<i>Tokotimahawera</i>	Espécie não identificada

Quadro 2.4.4: Relação de espécies de crustáceos utilizadas como alimento pelos *Aikewara*

Nome científico	Nome em aikewara	Nome em português
Espécie não identificada	<i>Uwa</i>	Caranguejo vermelho
Espécie não identificada	<i>Wararu</i>	Caranguejo preto
Espécie não identificada	<i>Muti'ó</i>	Camarão

Diferentemente da atividade de caça, que é estritamente masculina, a pesca é realizada tanto por homens como por mulheres e até mesmo por meninos e meninas. Em várias casas entrevistadas, as mulheres eram as principais pescadoras da família. Das 51 famílias entrevistadas, 28 possuem dois ou mais pescadores, e apenas quatro famílias declararam não possuir nenhum pescador em sua casa. Em 32% das entrevistas foi declarado que um dos pescadores da família era uma mulher ou mesmo uma menina, sendo que em algumas vezes elas foram declaradas como a principal pescadora ~~dessa~~ casa.

Além das etnoespécies coletadas, os entrevistados citaram outros peixes ocorrentes nos rios Gameleira e Sororozinho, como matrinhã, curimatá, peixe-cachorra, cascudinho, traíra, surubim, entre outros (Quadro 2.4.5). Fica claro que os ambientes aquáticos como rios, lagoas, nascentes e córregos são importantes para os *Aikewara*, pois além de lhes fornecer água para manutenção das atividades domésticas, também lhes fornecem peixes que contribuem para o enriquecimento da alimentação, *no contexto da estação seca.*

“... Se sumir os peixes, vai ficar ruim pra nós, porque é o que nós tem pra comer! Ai vai fazer o quê? (...) até porque, a nossa preocupação é combater a fome (...) ter um peixe pra criança, pra gente que come o peixe (...) ai vai, menino pesca, ~~é~~ eles mesmo que pesca” (mulher, 45 anos, TI Sororó).

Quadro 2.4.5: Etnoespécies de peixes citados como ocorrentes na TI Sororó

Família	Etnoespécie	Local ocorrência
Characidae	Piranha	rio Sororozinho
	Pacuzinho	
	“Zoiuda”	
	Piaba-dourada	
	“Zoiudinha” rabo-de-ouro	
	“Avoadorzinho”	
	Matrinchã	rio Sororozinho/Gameleira
	Peixe-cachorra	
Cichlidae	Acará	rio Sororozinho
	Tilápia	Açude TI Sororó aldeia
Prochilodontidae	Curimatá	rio Sororozinho/Gameleira
Loricariidae	Cascudinho	rio Sororozinho/Gameleira
Erythrinidae	Traira	
Pimelodidae	Mandi	rio Sororozinho
	Suribum	rio Gameleira
	Fidalgo	
	Mandinzão	
	Jaú boca-grande	

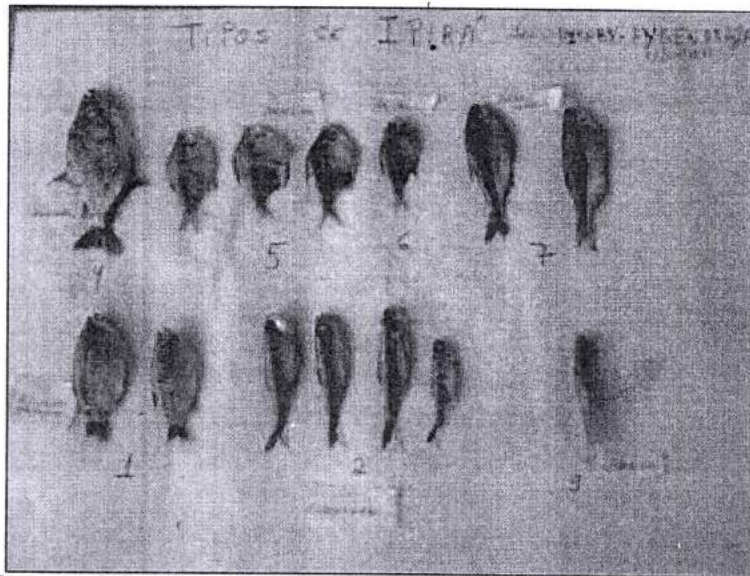


Figura 2.14: Etnoespécies de peixes encontradas no rio Sororozinho (B) da aldeia Itahy, TI Sororó, PA. ~~Sororozinho~~ Gameleira

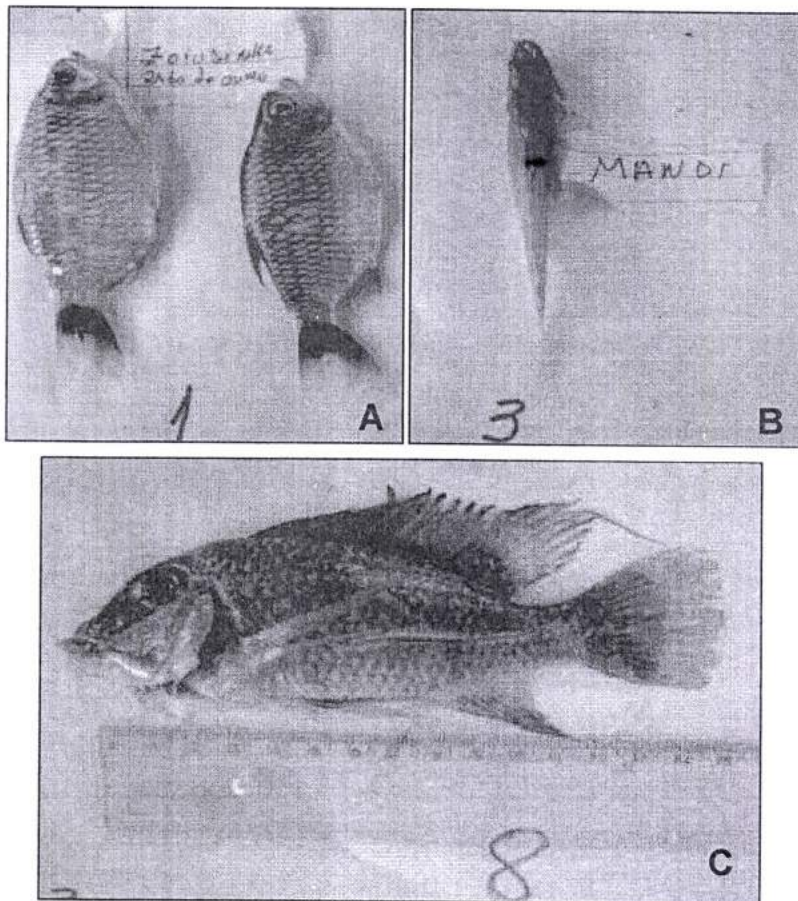


Figura 2.15: Peixes ocorrentes na TI Sororó: zoiudinha rabo-de-ouro (A), mandinzinho (B) e acará (C).

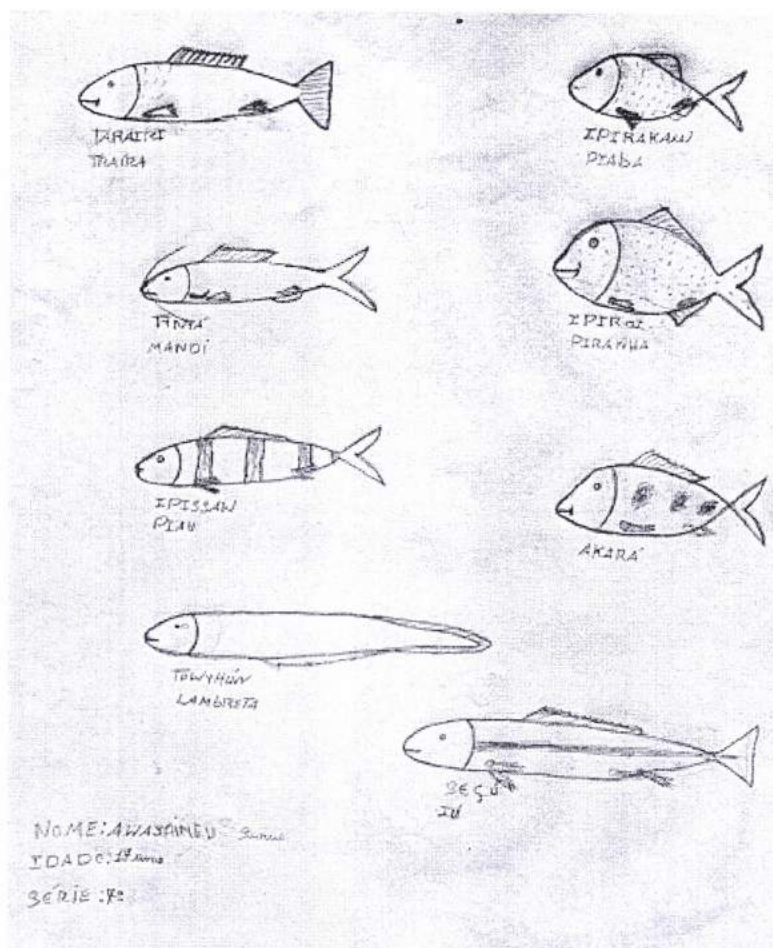


Figura 2.16: Desenhos das “formas” de peixes identificadas pelos Aikewara,

A pesca para os Aikewara é uma atividade tradicionalmente sazonal, realizada principalmente na estação seca (o ‘verão’), quando os corpos d’água de seus territórios ficam com volume reduzido. Das 36 famílias que responderam à frequência com que realizam as atividades de pesca, 24 delas afirmaram que a pesca é realizada menos de uma vez por semana, em alguns casos podendo ficar até um mês sem pescar. Por sua vez, para 12 famílias a pesca é realizada pelo menos uma vez por semana, sendo que para três dessas famílias, a pesca chega a ser uma atividade quase que diária; este é o caso dos moradores da aldeia *Itahy*, onde a pesca é praticada diariamente por meninas da faixa etária de 10 a 14 anos (Figura 2.17).

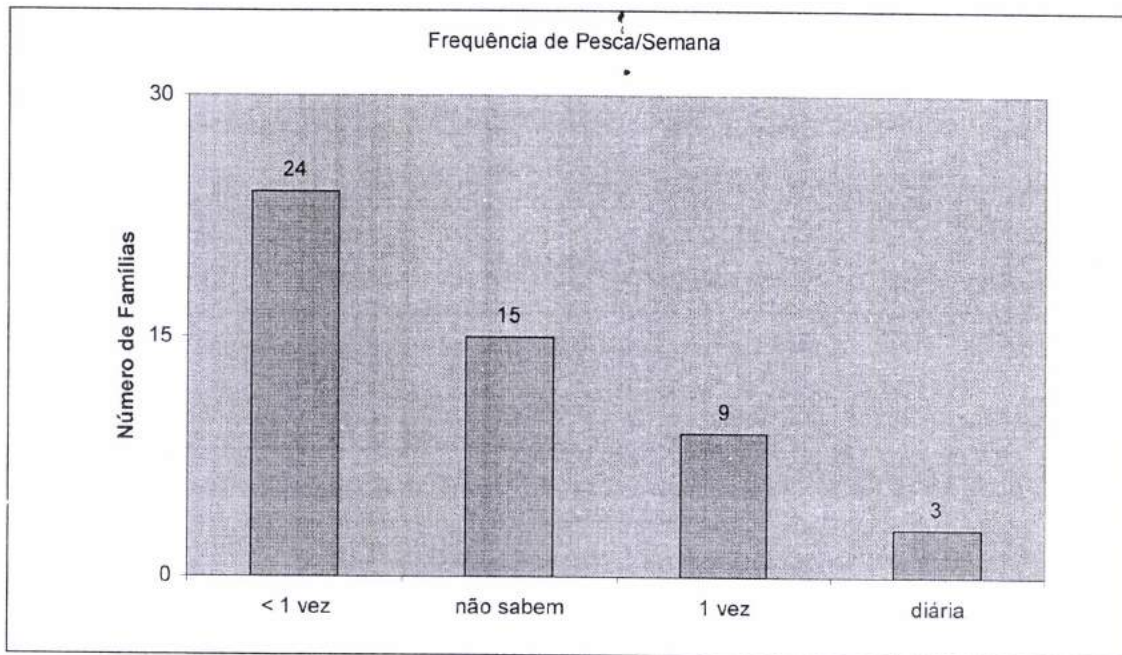


Figura 2.17: Frequência de pesca por família entrevistada

2.4.6.1. Os instrumentos e estratégias de pesca [dos Aikewara]

Os Aikewara pescam em locais próximos as suas aldeias, de preferência no verão, neste caso são pescarias rápidas que envolvem apenas algumas horas. Quando resolvem pescar em locais distantes, onde realizam seus acampamentos de caça e vigilância territorial ou mesmo em locais fora dos limites da Terra Indígena, por exemplo, a atividade envolve uma saída de vários dias. Esta prática é mais comum entre os moradores da aldeia Itahy.

Para isso se utilizam de três tipos de técnicas e conhecimentos tradicionais, o arco e flecha, o timbó e as armadilhas de pesca, bem como duas novas tecnologias aprendidas após o contato com a sociedade envolvente, o anzol e linha de nylon e as redes também de fios de nylon. A pesca com o arpão, por sua vez, começou a ser testada apenas recentemente por alguns integrantes da aldeia Sororó.

A seguir estão descritos alguns instrumentos de pesca utilizados pelos Aikewara.

Arco e flecha

Apesar de ser uma técnica já em desuso entre os Aikewara para a atividade de caça, o arco e flecha ainda são comumente utilizados durante a pesca, especialmente durante as pescarias com timbó, quando muitos peixes ficam atordoados pelas substâncias dos cipós e podem ser facilmente capturados com o uso das flechas.

Timbó

Esta técnica amplamente empregada por muitos povos indígenas do mundo consiste na utilização de plantas (cipós) com substâncias tóxicas para os peixes. A sua utilização consiste em liberar, através da maceração, o sumo dessas plantas nos corpos d'água, provocando a intoxicação e o conseqüente atordoamento ou morte dos peixes, facilitando sua captura. Os *Aikewara* declararam utilizar dois tipos de cipós, o *timoete* que é o mais forte e por isso utilizado para peixes grandes e o *kururutimo*, considerado mais fraco e utilizado para peixes pequenos (Quadro 2.4.6). Ambos os tipos de timbó (cipós) são obtidos através de coleta nas matas do território *aikewara*.

Trata-se de uma forma de pescaria coletiva, realizada normalmente por toda uma família, até mesmo outras pessoas que ficam sabendo que alguma família está batendo timbó também se juntam ao grupo, participando dos seus frutos. Esta característica faz da pesca com timbó uma estratégia boa para apanhar um "bocado de peixes", conforme ^{a fala de um aikewara} ~~a fala de um aikewara~~.

A pesca com timbó é praticada ^{em função de} somente no 'verão', quando os igarapés já secaram e ficaram os poços d'água ou mesmo em grotas grandes. É realizada também apenas em corpos d'água mais distantes da aldeia, evitando assim a contaminação dos córregos utilizados no cotidiano.

Quadro 2.4.6: Tipos de timbó (*timo*) utilizados pelos *Aikewara*

Tipo de timbó	Espécies de peixes preferenciais
<i>Timoete</i>	Peixes grandes
<i>Kururutimo</i>	Peixes pequenos

Armadilhas

Os *Aikewara* afirmaram que antigamente ^{estava} utilizavam vários tipos de armadilhas para pesca, que eram usadas na ~~v~~ seca, algumas delas associadas com a colocação de timbó nos igarapés e poços d'água. Durante este levantamento foi coletado o nome de duas delas: *myha*, um tipo de "malhadeira" feita com folhas de coco e *sykeir*.

Anzol e linha

O anzol e linha são os instrumentos mais utilizados hoje pelos *Aikewara* na sua pesca do dia a dia. Junto com a pesca de timbó é a principal técnica fornecedora de proteína de peixes atualmente.

Diferentemente do timbó, técnica que é sempre realizada em igarapés mais distantes, o anzol e linha são utilizados nas pescarias realizadas nos corpos d'água próximos das aldeias, tanto no 'verão' como no 'inverno'. Para tanto,

utilizam-se de uma ampla variedade de iscas como frutos, minhocas (milangas), larvas de coqueiro ou mesmo pedaços de peixe, dependendo da espécie de peixe alvo de suas pescarias.

Rede

As tarrafas e malhadeiras, obtidas após o contato com a sociedade envolvente, também são utilizadas pelos *Aikewara*, mas devido à pequena dimensão dos igarapés da TI Sororó, são empregadas somente no açude e numa represa natural, ambos localizados junto à aldeia Sororó, onde afirmam haver peixes maiores.

Arpão

O arpão é uma nova tecnologia de pesca que alguns *Aikewara* mais jovens começam a testar. Aprenderam com um conhecido de São Geraldo de Araguaia, mas ainda não é uma técnica que tenha sido efetivamente incorporada.

2.4.6.2. Os principais locais de pesca [dos *Aikewara*]

Os *Aikewara* reconhecem como os principais locais de pesca de seu território os igarapés Água Preta, Alegria, Água Fria, *Mocomohi*, o rio Gameleira, além de alguns ambientes lênticos como os açudes de piscicultura da aldeia Sororó e os lagos das fazendas próximas à aldeia *Itahy* (Figura 2.18).

Os ambientes citados correspondem aos corpos d'água de maior dimensão e que por isso são considerados pelos *Aikewara* como os melhores lugares onde podem encontrar peixes grandes e em maiores quantidades. Nas outras grotas conseguem pescar somente "piauzinhos", como se referem aos peixes pequenos encontrados nesses locais.

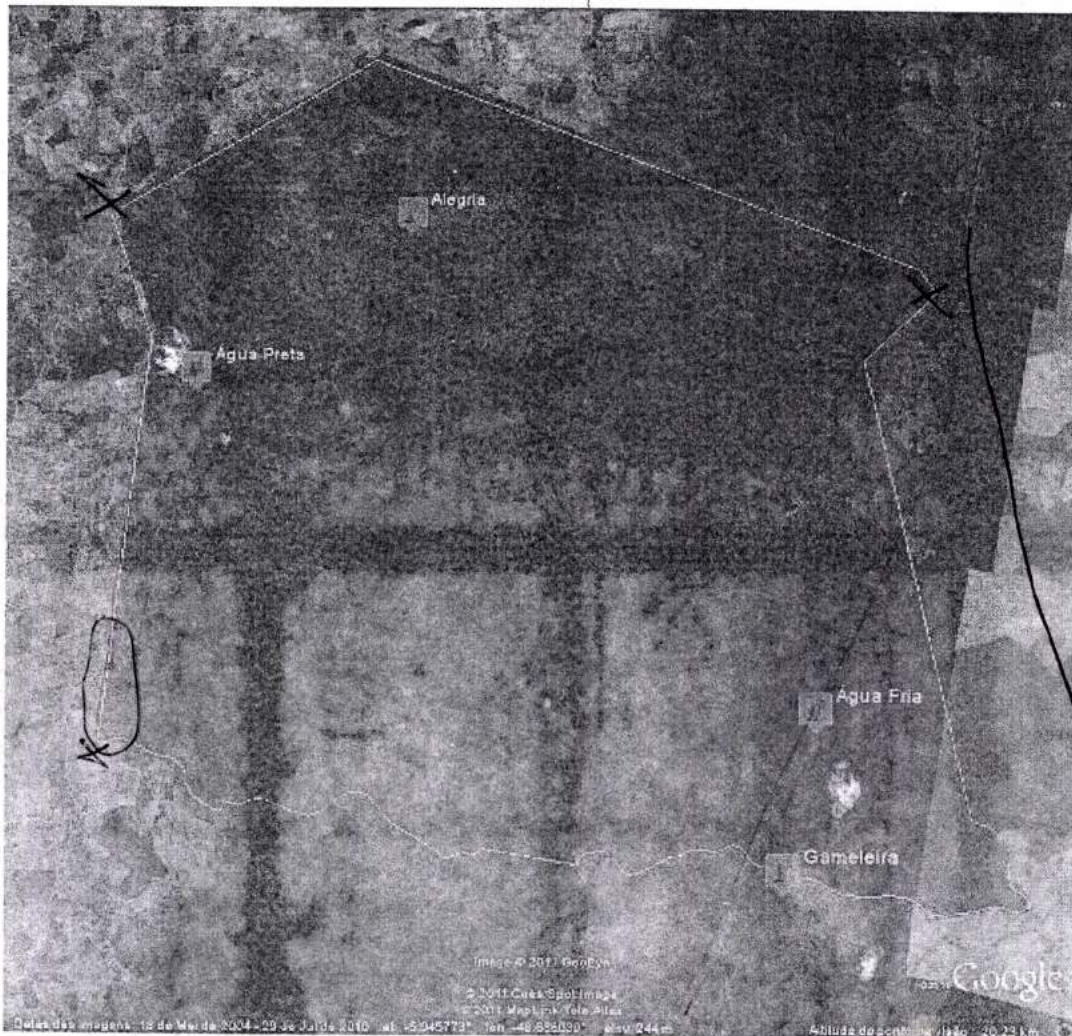


Figura 2.18: Alguns dos principais locais de pesca reconhecidos pelos *Aikewara*

Esses locais de pesca podem ser divididos entre os locais mais importantes para os moradores da aldeia Sororó e para os moradores da aldeia *Itahy*, o que não descarta que membros de uma aldeia também pesquem nos locais mais utilizados pela outra aldeia.

Alguns desses locais de pesca, por se localizarem próximos às aldeias Sororó e *Itahy*, são utilizados em pescarias de pouco tempo de duração, quando regressam no mesmo dia. Outros locais, como o igarapé Água Preta, por exemplo, estão em pontos distantes na TI Sororó. A atividade de pesca nesses pontos envolve a permanência nos acampamentos aí localizados, que constituem também em importantes locais de caça e pontos de vigilância dos limites territoriais da TI. Uma expedição para esses acampamentos é sempre uma combinação entre caça, pesca e fiscalização (Figura 2.19).



Figura 2.19: Família se deslocando para pescaria com dormida na mata.

- Importantes locais de pesca para a aldeia Sororó:

Iwikatu

Água Preta

O igarapé Água Preta é o mais importante corpo d'água que cruza a TI Sororó na porção pertencente à bacia hidrográfica do rio Tocantins (Figura 2.20). Neste igarapé, localizado próximo a uma antiga aldeia *aikewara*, existe uma grande lagoa e um grande açazal onde pescam jacaré, ~~puraqué~~, traíra e iu (segundo os *Aikewara*, até mesmo botos já foram avistados no local). Afirmam também que neste igarapé vêm arraia, piau, surubim, mandi, piranha, pacu e traíra, todos peixes grandes que sobem do rio Tocantins. É considerado um bom lugar para pesca tanto no 'verão' como no 'inverno'.

Iwikatu

Esta localidade foi uma antiga aldeia e é fundada por um afluente do Kuravutuhung (Água Preta). (7)
 Com água abundante mesmo na estação seca, é um local de acampamentos neste período do ano, quando muitas famílias P/ta se deslocam, para o objetivo de se alimentar sobretudo de peixes, moluscos e a técnica do timbó.



Figura 2.20: Igarapé Água Preta, um dos mais importantes locais de pesca para os Aikewara.

Água Fria:

O igarapé Água Fria, localizado próximo à BR-153, é um corpo de água que seca no 'verão', época em que permanece apenas com alguns poços d'água, favorecendo a pesca de piaba, pacu, piauí, mandi e traíra, especialmente com a utilização do timbó.

~~Alegria e Mokomohy e Alegria~~
~~é Mo~~
~~medicão usado~~

Apesar de serem citados como dois importantes locais de pesca para os Aikewara, não foi possível nas estadas em campo obter informações relevantes sobre eles.

Timbó

Açudes:

Mokomohy é local de pesca principal e p/a colocação de

De acordo com os Aikewara, os açudes que hoje se encontram na aldeia Sororó foram feitos com a cooperação de uma freira católica que ~~viveu~~ ^{viveu} entre eles. Iniciaram com a construção de um açude sem qualquer cuidado especial, construído por eles mesmos: fizeram somente uma barreira com paus e depois colocaram 50 tilápias. Logo gostaram dos resultados e acharam a construção de açudes uma boa idéia.

Em 2000, de acordo com o Termo de Compromisso assinado entre a Vale e a FUNAI (como apoio aos povos indígenas localizados em um raio de 100 km da Estrada de Ferro Carajás), através de um projeto de piscicultura foi ampliado o tamanho do tanque e do açude, onde colocaram mais alevinos. Após dois anos, a Vale estendeu os recursos do projeto para cinco anos, quando então solicitaram mais dois tanques e dois açudes. Segundo os Aikewara, os açudes da aldeia

Sororó já possuem cerca de dez anos de existência ^o e o Termo de Compromisso com a Vale, foi abruptamente encerrado em 2006. ^{no entanto,} ~~NOTA~~ v. 7. 17

O antropólogo da FUNAI responsável pelo GT de Identificação e Delimitação da Gleba Tuwapekuakau (~~Barnes, 1999~~) afirmava, por sua vez, que como medida compensatória da pavimentação da BR-153, foi construída em 1998 uma barragem no igarapé *Takwapuku*, formador do Grotão dos Caboclos. O objetivo da construção desse açude era resolver a crise de abastecimento de água enfrentada pelos *Aikewara* no 'verão', já que a área demarcada restringiu-se às cabeceiras dos igarapés da região que secam ou se tornam apenas filetes d'água. Outro objetivo foi estabelecer um criatório de peixes. No primeiro ano do açude várias crianças apresentaram dermatoses por utilizarem ^o este local para banho (FUNAI, 2003).

A ^{aldeia} Sororó conta com três açudes e dois tanques que, de acordo com o relatório (fevereiro de 2009) do então Chefe do Posto Indígena Sororó, tem capacidade para 30 mil alevinos. Havia a intenção de se ampliar o criatório com pelo menos mais dois tanques no ano de 2008, o que não ocorreu; naquele ano também adquiriram 30 mil alevinos das espécies tambaqui e curimatá. /

Atualmente, apenas dois dos açudes possuem curimatás e tilápias, espécies que chegaram a se reproduzir naturalmente. Existem também alguns tambaquis que ficaram "perdidos" dentro desses tanques e açudes. Esses açudes e tanques são constantemente utilizados para a pesca seja com o uso de anzol e linha ou de redes e tarrafas. No entanto, o surgimento de dermatoses principalmente em crianças e mulheres está associado (pela atendente de enfermagem) à utilização desses reservatórios para banhos, lavagem de roupas e louças (Figura 2.21).
46.

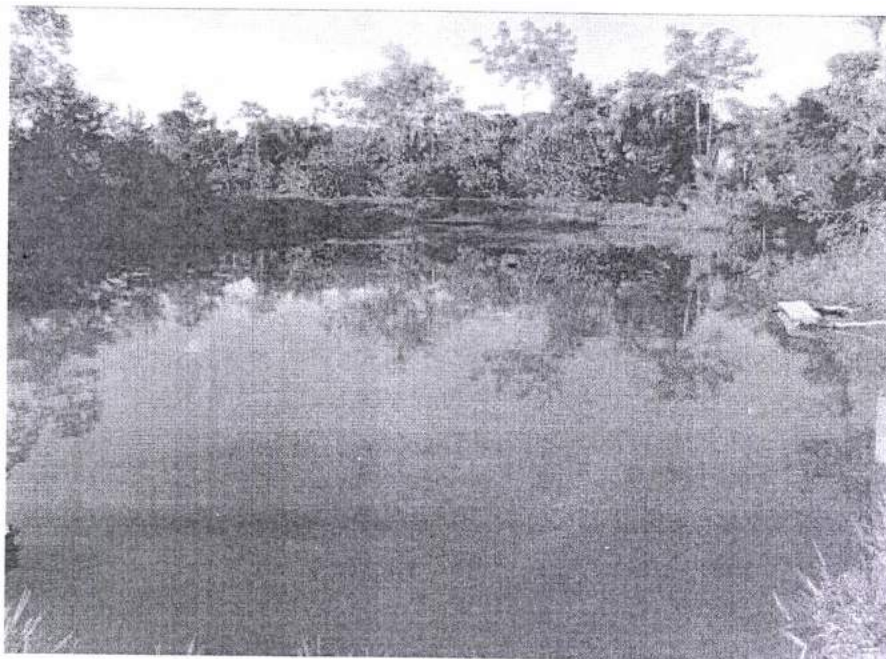


Figura 2.21: Um dos açudes localizado na aldeia Sororó.

- Importantes locais de pesca para a aldeia *Itahy*

Rio Gameleira:

O rio Gameleira é o principal corpo d'água da porção da bacia do Araguaia na TI Sororó, constituindo, dessa forma, o mais importante local de pesca para os moradores da aldeia *Itahy*. É neste rio, localizado ao lado dessa aldeia, que muitas crianças e mulheres garantem o suprimento diário de proteína para suas famílias, quando não foi possível a caça ou mesmo a compra de carne (realizada principalmente com recursos do Bolsa Família), da coleta de castanha ou mesmo do trabalho assalariado de alguns de seus integrantes.

Durante o trabalho de campo para este estudo foi possível observar o resultado da pescaria de duas dessas meninas: em menos de uma hora e meia foram pescados 25 peixes pequenos (Figura 2.22).



Figura 2.22: Mulher e menina pescando no rio Gameleira, o ponto de pesca mais importante para os moradores da aldeia *Itahy*.

Os moradores dessa aldeia afirmaram que os peixes mais pescados no rio Gameleira são: cará, mandi, piaba, piauí, traíra, sardinha, iu e piranha; ~~Os Aikewara~~ afirmam que normalmente cada uma das crianças e mulheres pesca, diariamente, de 6 a 10 peixes nesse rio.

Segundo os ^{morador} ~~Aikewara~~ da aldeia *Itahy*, uma vez que o rio Gameleira é um afluente direto do rio Araguaia, quando as águas do Araguaia começam a represar as águas do rio Gameleira, os peixes começam a subir. Sobem do Araguaia para o Gameleira: arraia, surubim, poraquê, rebanho (cardume) de curimatá, piranha e matrinhã. Afirmaram que até jacaré vem pelo rio Gameleira com a enchente do rio Araguaia.

No rio Gameleira pescam somente com anzol e linha, não colocando rede, pois, segundo afirmam, "com a rede pegariam muito peixe em uma única oportunidade, mas depois não pegariam mais".

Sendo o rio Gameleira o único afluente direto do rio Araguaia que cruza a TI Sororó, é o ponto de pesca mais importante para os Aikewara que será afetado pela eventual construção do AHE Santa Isabel.

Represas das fazendas próximas:

É possível afirmar que assim como os moradores da aldeia Sororó compensaram a perda de seus antigos locais de pesca com a implantação de açudes, os moradores da aldeia *Itahy* compensam a limitação territorial que sofreram com o processo de ocupação da região utilizando-se das represas (criadas para fornecer água para o gado) e igarapés das fazendas vizinhas a sua aldeia para pesca e caça de jacaré. Estas atividades são realizadas através das relações de amizade e compadrio que estabeleceram com os seus proprietários. Quando querem apanhar peixes grandes, principalmente traíra e cará, é para esses locais que se dirigem.

- **Importantes locais de pesca [para os Aikewara] excluídos dos limites da TI Sororó**

Não foi objetivo deste estudo realizar um levantamento exaustivo de todos os locais de pesca perdidos pelos *Aikewara* ao longo do processo de ocupação da região que, com violência, nas últimas ~~três ou~~ quatro décadas, os confinou aos atuais limites da TI Sororó. Entretanto, a análise das fontes bibliográficas e o próprio trabalho de campo permitiram a identificação de alguns desses pontos.

A zona dos pedrais onde se propõe a implantação do eixo do AHE Santa Isabel era utilizada pelos *Aikewara* como passagem para a outra margem do rio Araguaia. É justamente no povoado de Santa Isabel, localizado próximo a essas corredeiras, que se tem o primeiro registro histórico da presença dos *Aikewara* feito por frei Gil Vilanova em 1891 (Barnes, 2003).

^{ITACAIÚNAS}
Umassu, um dos informantes *Aikewara*, afirmou que no tempo de seu avô eles pescavam com timbó no Araguaia, próximo ao mesmo vilarejo. Após a demarcação da TI Sororó, muitos já não realizam mais pescarias nessa região por temerem conflitos com os *kamará*.

Apenas a aldeia *Itahy* mantém relações de pesca no rio Araguaia; nessa aldeia, justamente por haver casamentos com não-indígenas, seus integrantes possuem relações com os não-indígenas da região, que lhes permitem continuar o hábito de pescar, sem conflitos, naquele local tradicional.

Outra área de pesca importante para os *Aikewara*, excluída na demarcação da atual TI Sororó, é a região dos rios Sororozinho e Sororó, afluentes do rio Itacaiúnas, tributário do rio Tocantins. Os *Aikewara* se estabeleceram próximos às cabeceiras desses rios no início do século XX, fugindo da região do rio Vermelho, outro afluente do Itacaiúnas, devido aos repetidos ataques dos Kayapó-Xikrin. Em

1923, registros de avistamentos dos *Aikewara* nas proximidades das cabeceiras dos rios Sororó e Sororozinho foram feitos por frei Antonio Sala, conforme mencionado (Barnes, *op.cit.*).

A equipe responsável pelo Relatório de Identificação e Delimitação da Gleba Tuwapekuakau (*idem*)^{FUNAI} constatou que os *Aikewara* continuam pescando esporadicamente no igarapé Sororozinho e corpos d'água próximos a este, mesmo não fazendo parte dos limites demarcados pela TI Sororó, considerando este um importante local de fonte de recursos fundamentais para a sobrevivência dos *Aikewara*. O mesmo relatório, bem como Ferraz (1985a, 1985b), levantam outros corpos d'água ainda importantes para os *Aikewara* realizarem suas pescarias, como o *Ipirahyeté* (Grotão dos Caboclos) e igarapé *Pamengara*, locais onde se localizavam aldeias antigas e cemitérios, de onde os *Aikewara* foram expulsos à bala e que acabaram excluídos da demarcação da TI Sororó, ~~levando a situações de confronto com os atuais moradores não indígenas. Toda essa região era reconhecida como um bom local de pesca.~~

* Toda a área denominada no estudo da FUNAI⁽²⁰⁰³⁾ como Gleba Tuwapekuakau, e que fora excluída dos atuais limites demarcados como Terra Indígena, está sendo solicitada há mais de três décadas pelos *Aikewara* para ser incorporada aos limites da TI Sororó ~~num processo de grande luta e resistência.~~

2.4.6.3. Os peixes mais pescados atualmente [pelos *Aikewara*]

A partir das entrevistas realizadas junto a 43 famílias *aikewara*, foi possível conhecer quais as espécies de peixes mais pescados por elas. Os resultados obtidos mostram que o cará, o piaú, a piaba, a traíra e o mandi são atualmente os peixes mais pescados pelos *Aikewara* (Figura 2.23).

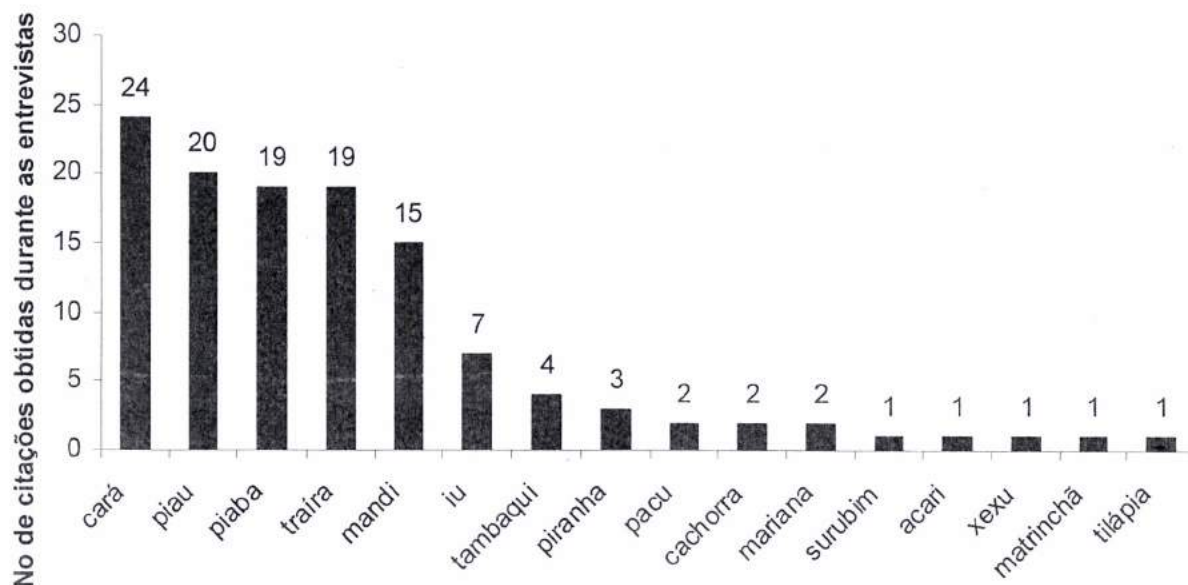


Figura 2.23: Número de referências feitas pelos *Aikewara* em relação aos peixes mais pescados durante as 43 entrevistas realizadas.

Dessa forma, pode-se afirmar que cinco famílias de peixes estão entre as principais fontes de proteína de peixes para os *Aikewara*: Erythrinidae (traíra e iu), Characidae (piaba, piranha, pacu e matrinhã), Cichlidae (cará), Anostomidae (piauí) e Pimelodidae (mandi e surubim). Juntas, essas cinco famílias representam 91% de todas as espécies de peixes que os *Aikewara* afirmaram pescar mais atualmente.

A Figura abaixo apresenta os resultados obtidos.

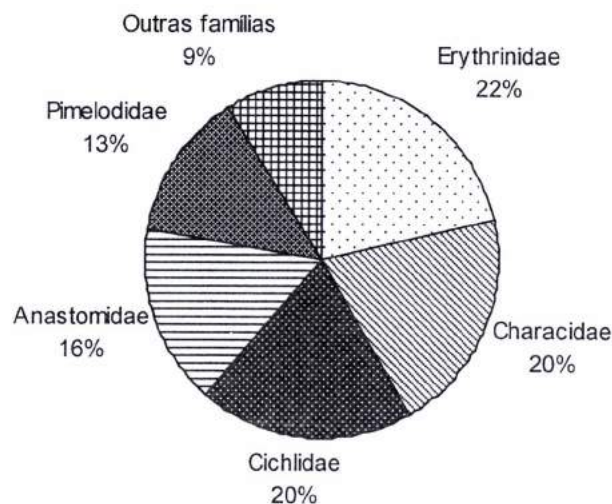


Figura 2.24: Porcentagem das famílias de peixes mais importantes atualmente para a pesca Aikewara.

A atividade de pesca ^{pelos} Aikewara é realizada predominantemente no 'verão', quando os volumes de água dos igarapés ~~secam~~ ^{diminuem}. É nesse período, quando já não estão mais coletando castanha, que a proteína proveniente dos peixes adquire mais importância na dieta Aikewara.

As entrevistas mostraram também que ~~o~~ ^{pelos} cará, mandi, piau, traíra, tambaqui e piaba são as espécies de peixes ~~mais~~ preferidas para a alimentação dos Aikewara. Juntos, esses seis grupos de peixes representam 85% dos peixes preferidos pelos 82 Aikewara entrevistados. Um dos critérios mais importantes para a escolha pelos Aikewara das espécies de peixes preferidas é a presença de poucas espinhas em sua carne. Doze entrevistados citaram que preferem justamente o cará, o mandi, o piau, a traíra, o tambaqui, a piaba, o tucunaré e a tilápia por estas espécies possuírem poucas espinhas.

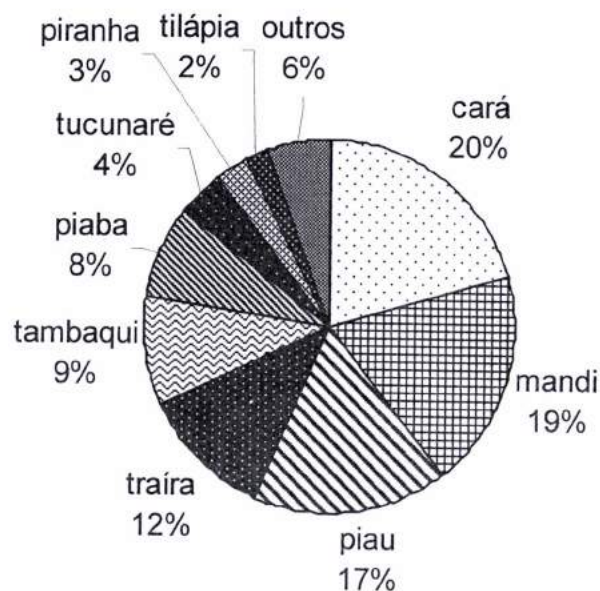


Figura 2.25: Peixes citados pelos *Aikewara* como preferidos para alimentação.

2.4.6.5. As espécies de peixes em diminuição na TI Sororó

O processo de ocupação do entorno da TI Sororó tem produzido consequências também nos estoques de peixes da região. 55 famílias (78% do total) foram entrevistadas quanto à percepção da diminuição ou não dos estoques pesqueiros nos igarapés de seu território. Para 70% das famílias entrevistadas, os estoques populacionais de peixes diminuíram muito e apenas 7% afirmaram que os estoques de peixes não estão em diminuição.

Mandi, cará, traíra, piau e piaba, justamente as cinco espécies mais pescadas e preferidas estão em diminuição na percepção dos *Aikewara*; juntas, elas correspondem a 69% das referências feitas pelos entrevistados.



Figura 2.26: Percepção da redução da disponibilidade de peixes pelos Aikewara.

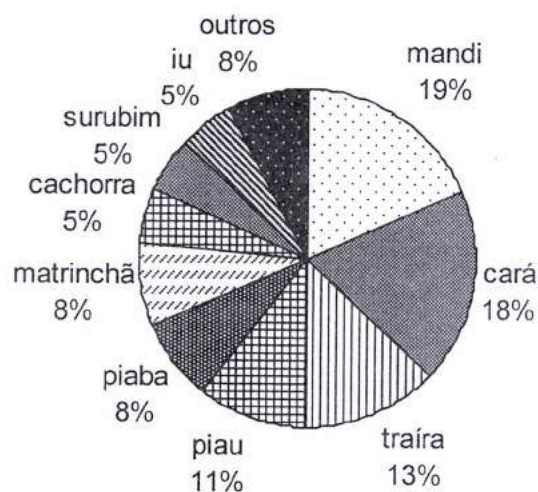


Figura 2.27: Espécies de peixes que estão com maior redução populacional, na percepção dos Aikewara.

Durante as entrevistas foram constantes os comentários saudosos do tempo de 'antigamente' (apenas há uma geração, cerca de 20 anos), quando a fartura de peixes era grande:

"diminuiu foi muito, no tempo do meu pai tinha muito peixe",

"antes tinha muito peixe, ia lá pegar e pegava muito",

"tudinho [todas as espécies] tinha muito antes e hoje tem pouco"

"piauí três pintas tinha muito!"

Este saudosismo é contrastado com a difícil situação da pesca para os *Aikewara* atualmente, quando tudo *"tá pouco"*:

"tá diminuindo porque o pessoal passa tempo e não pega nada".

"Não é como antigamente, hoje tá difícil",

"matrinchá agora tá difícil, antes pegava mais, antes via muito, cará também",

"matrinchá tinha muito enxame (cardume), agora tá difícil",

"iu e piauí tá difícil",

"cará tá mais difícil",

"cará quase não vê mais",

"cará e chorão estão difíceis".

A diminuição do tamanho dos peixes também foi mencionada por oito famílias:

"cará não tem mais, do grande",

"mandi tinha muito, agora tá pouco, tá pequeno, no tempo antigo era grande",

"só tem peixe pequenininho",

"os peixes maiores estão desaparecendo".

Nunes (2009) também registrou uma redução no tamanho dos piaús, pacus e matrinhãs em toda a região do rio Araguaia e afluentes, o que indica uma sobrepesca regional desses peixes.

Dezesseis famílias *Aikewara* (23% do total) indicaram o motivo dessa redução dos estoques pesqueiros dos corpos d'água de seu território. Na percepção de mais da metade dessas famílias, a construção da barragem de Tucuruí no final dos anos 70 foi a principal responsável por essa redução.

"Tá diminuindo. Os velhos contam que antigamente tinha muito peixe. É por causa da barragem [Tucuruí]".

"Ta pouco por causa da barragem [Tucuruí]".

"Traíra, cachorra e surubim tinha muito, depois da barragem [Tucuruí] o peixe não vem mais pra cá não. Antes tinha muito peixe, agora só tem piabinha pequenininha".

"Antes as traíras no Água Preta eram grandes é a gente flechava... Agora tão pequenas. Depois de Tucuruí não vieram mais não".

"Naquele tempo tinha todo tipo de peixe. Depois que fizeram a barragem tá difícil, só vem aqueles pequeninhos".

"Depois que fez barragem, pirarara não subiu mais para nós não. Até os 80 ainda tinha peixe aqui para nós, depois de 90, 91, 92 acabou, não subiu mais não".

Para outros 37% das famílias entrevistadas, a principal causadora dessa redução é a diminuição do volume de água dos igarapés da região, situação que muitos também associam com a construção da hidrelétrica de Tucuruí.

"Tinha muito mandi e cará. Acabou porque secou a água que vinha pra cá. Fizeram a barragem e secou. Antes tinha muito".

"Os velhos contam que esses igarapés eram de água grande e agora seca tudo".

"No verão a água seca e eles morrem tudinho".

"Tucuruí secou o igarapé e os peixes não subiram mais. O que ficou os pescadores comeram. Tudo se acabou. A água deles [dos peixes] secou".

"Tá meio difícil. Essa semana fomos pescar e quase não pegamos nada. Tivemos que comer gongo de coco [larva de besouro]. Secou muito a água, por causa do clima da terra. Quando eu era criança tinha muito peixe, peixe cachorra grande. De primeiro não secava, agora seca tudo".

"Há dois anos que não tem 'inverno' bom. Esse ano que encheu mais e veio mais peixinhos".

Somente 11% das famílias entrevistadas acreditam que os pescadores das vilas do entorno são os principais responsáveis pela diminuição da população de peixes de seu território.

"De primeiro tinha muito peixe, tinha pintado. O peixe, pra subir, passa primeiro na terra dos kamará e eles pegam primeiro. Os peixes vêm de muito longe. Tem muita gente na beira do rio, tem até cidade".

"Antes tinha muito peixe, mandi, piau e traíra. Agora não se vê mais. Tá difícil. Os pescadores das vilas pescam muito".

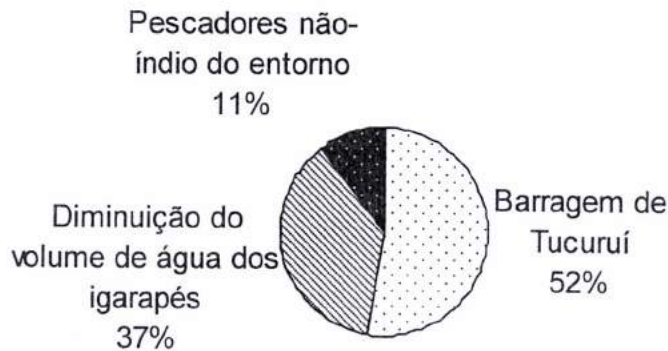


Figura 2.28: Motivos causadores da redução dos estoques pesqueiros na TI Sororó, na percepção dos *Aikewara*.

2.4.6.6. A pesca e a insegurança alimentar [entre os *Aikewara*]

A redução dos estoques populacionais dos peixes nos corpos d'água do território *Aikewara* tem feito com que a atividade de pesca não seja mais uma fonte de proteína suficiente para alimentar as suas famílias. 45 famílias (63% do total) foram entrevistadas para saber se a pesca era suficiente para alimentar suas respectivas famílias. Para 64% dessas famílias entrevistadas ela não é suficiente; apenas 16% delas afirmaram que sim.

Atualmente já é comum entre os *Aikewara* a prática de compra de peixes de vendedores não-indígenas que entram na aldeia, oferecendo peixes de criatórios da região. O tambaqui, por exemplo, é vendido na aldeia a R\$ 9,00 o quilo.

2.4.6.7. O AHE Santa Isabel e o futuro da pesca [entre os *Aikewara*]

Para os *Aikewara*, uma conjunção de fatores levou nas últimas décadas à redução dos seus já diminutos estoques pesqueiros. A hidrelétrica de Tucuruí, construída no final dos anos 70, foi o principal deles. Essa represa, que não possuía eclusas, bloqueou a migração dos peixes de longas migrações, como os grandes bagres (GESAI, 2010). O próprio processo de desenvolvimento e ocupação regional no qual a hidrelétrica de Tucuruí e mesmo o projeto da usina ~~de~~ Santa Isabel estão inseridos têm provocado um adensamento populacional do entorno e grandes desmatamentos, interferindo no regime de chuvas regional e alterando o regime hidrológico de toda a região, pois como muito sabiamente declarou um *Aikewara*, "a mata chama chuva".

Embora as declarações feitas para as entrevistas aqui discutidas pareçam indicar uma sobrepesca praticada pelos *Aikewara* - já que suas espécies de peixes mais pescadas e preferidas estão em franca diminuição - os problemas ambientais causados por esse processo de ocupação da região contribuíram para levar os *Aikewara* a essa situação de sobrepesca.

Dados apresentados pela SECTAM (2009) e Santos et al. ~~2004~~ (apud GESAI, ~~2010~~) confirmam que *Crenicichla cyclostomata* e *C. jegui* (jacundás), espécies consumidas pelos *Aikewara*, tiveram sua área de ocorrência alterada após a implantação da UHE Tucuruí, ficando sua distribuição restrita à área a jusante da usina e se tornando uma espécie criticamente em perigo.

Para as espécies migratórias, a construção da ^{usina Santa Isabel} hidrelétrica funcionará como uma barreira ao fluxo gênico entre as localidades de sua ocorrência, já que os estudos realizados para o EIA ~~de~~ Santa Isabel demonstraram que as corredeiras de mesmo nome não são obstáculos para o padrão de migração desses peixes migradores (GESAI, 2010). Coletas realizadas para a elaboração do EIA Santa Isabel demonstraram que os tributários de grande porte do rio Araguaia, o que inclui o rio Gameleira, apresentaram os maiores percentuais de espécies de peixes migradores de longa distância, demonstrando a importância desses ambientes como rotas de migração para essas espécies (GESAI, 2010). O mesmo Estudo afirma a importância dos grandes tributários do rio Araguaia, o que inclui novamente o rio Gameleira, na manutenção dos estoques pesqueiros do rio Araguaia. Fica claro então através desse Estudo que haverá redução na disponibilidade desses peixes migradores no rio Gameleira, **afetando sobremaneira a disponibilidade de peixes para os Aikewara.**

O EIA Santa Isabel continua afirmando que as espécies que não realizam migrações de grande distância possivelmente não serão afetadas “podendo até ser beneficiadas com a formação do reservatório”. Afirma também que a planície de inundação da Ilha do Bananal é o maior berçário de peixes do Araguaia. Neste caso, o grande problema é a série de empreendimentos hidrelétricos projetados para este rio e da qual ^{AHE} Santa Isabel faz parte, não podendo ser analisado separadamente. Neste caso, a implantação do AHE Santa Isabel pode fortalecer a decisão da construção de outros empreendimentos a montante desta, o que bloquearia as populações de peixes que frequentam o rio Gameleira a terem acesso aos seus locais de desova na planície de inundação da Ilha do Bananal.

Para os *Aikewara*, a construção do AHE Santa Isabel traz grandes preocupações. Tendo cerca de dois terços da TI Sororó drenados por corpos d'água que deságuam no rio Tocantins, os *Aikewara* já sentiram grandes mudanças nos estoques populacionais de seus recursos pesqueiros, redução esta que não foi acompanhada por qualquer medida compensatória. A construção do AHE Santa Isabel irá afetar os corpos d'água que drenam o terço restante e os *Aikewara* já sabem por experiência própria que isso irá provocar novas reduções nos estoques pesqueiros de seus igarapés, empurrando-os mais ainda para uma situação de insegurança alimentar e sobrepesca.

Os moradores da aldeia *Itahy* possuem grandes temores do que pode acontecer no rio Gameleira, com a eventual instalação do AHE Santa Isabel. Temem que a água venha a inundar sua aldeia e os pontos de castanha que possuem rio abaixo:

“Já vimos o que aconteceu com Tucuruí. Passa hoje e tá seco, seis meses depois já está debaixo d'água”.

Para todos os *Aikewara*, a construção do AHE Santa Isabel provoca o medo de que não tenham mais peixes e jacarés para o consumo, já que estes não subiriam mais os igarapés, tal como aconteceu após a construção da barragem de Tucuruí:

"Antes comia muito peixe. Depois da barragem (Tucuruí) acabou tucunaré e matrinchã" (Arihera, mulher *Aikewara*).

"Agora estamos com fome por isso que não queremos que façam a barragem [Santa Isabel] aqui" (Umassu).

2.4.7. Vegetação e uso do solo

De acordo com o Projeto RADAMBRASIL, (1974) a área da região da TI Sororó era ocupada por uma Floresta Ombrófila Densa, estando próxima a uma região de Floresta Aberta e de uma região de Contato. A Floresta Ombrófila Densa, que nos climas quentes-úmidos e superúmidos, com acentuada diminuição das chuvas em determinadas épocas do ano, é caracterizada, sobretudo, por suas grandes árvores, amíude com mais de 50 metros de altura, que sobressaem entre 25 e 35 metros de altura ao estrato arbóreo uniforme.

Dentro da região ecológica da Floresta Ombrófila Densa, a área abrangida pelo baixo Araguaia foi classificada pelo Projeto RADAMBRASIL como pertencente à sub-região da superficial dissecada do Araguaia, sub-região que pode ser dividida em dois ecossistemas, sendo aquele situado mais ao norte, na margem esquerda do rio Araguaia, o referente à região da TI Sororó. Este ecossistema é caracterizado, sobretudo, por morrotes onde se concentram as castanheiras (*Bertholetia excelsa*) e breu preto (*Protium sp.*) e por vales, onde pequenos grupos de babaçu (*Orbignya martiana*) são envolvidos pelo cipoal, que reveste as encostas das pequenas elevações das partes mais aplainadas.

As áreas da Floresta Ombrófila Densa desenvolveram-se predominantemente sobre a superfície dissecada em rochas metasedimentares e ígneas, com dois níveis de aplainamento, sendo um deles a área movimentada e fortemente intemperizada da margem esquerda do rio Araguaia.

Essa formação vegetal é caracterizada pela presença de fanerófitos, marcadamente pelas subformas de vida macro e mesofanerófitos, além de lianas lenhosas e epífitos em abundância (GESAI, 2010).

Entre os estudos relacionados a essa formação efetuados nas adjacências da TI Sororó, cabe mencionar o de Salomão (1992, *apud* GESAI, *op. cit.*) que analisou a composição florística, fitossociologia, estrutura da floresta e fertilidade do solo de um trecho preservado de floresta na Reserva Florestal da Companhia Vale do Rio Doce, no município de Marabá. Através da demarcação de três unidades amostrais permanentes, num total de 6 hã, este estudo registrou 3147 indivíduos com DAP \geq 10 cm, distribuídos em 46 famílias, 157 gêneros e 237 espécies. As famílias com maior número de espécies nessa amostragem foram a Leguminosae,

Mimosoideae e Moraceae. As famílias Burséraceae, Euphorbiaceae e Meliaceae apresentaram as maiores densidades.

Dois tipos de Floresta Ombrófila Densa ocorrem no interior da TI Sororó, a Floresta Ombrófila Densa Submontana e a Floresta Ombrófila Densa Aluvial.

ATUAL
INSERIR MAPA DE VEGETAÇÃO E USOS DO SOLO (2.29)

- Floresta Ombrófila Densa Submontana

Apesar das ~~ameaças~~ *queimadas e incêndios* constantes ~~das queimadas~~ na TI Sororó, ainda há um predomínio quase exclusivo desse tipo de vegetação que ocupa o dissecamento do relevo montanhoso dos planaltos com solos medianamente profundos. É formada por uma floresta que apresenta os fanerófitos, tendo árvores com alturas aproximadamente uniformes, raramente ultrapassando os 30m e com presença de palmeiras. No sub-bosque, predominam plântulas da regeneração natural, poucos nanofanerófitos e caméfitos, além da presença de palmeiras de pequeno porte e

lianas herbáceas em maior quantidade. A principal característica dessa formação é a presença de fanerófitos de alto porte, alguns ultrapassando os 50 metros de altura (GESAI, *idem*).

A cobertura florestal dessa vegetação tem estrutura bem variada, sendo baixa (de 10 a 15 metros) nas cadeias de montanhas, com uma variação de madeira entre 65 e 100 m³/ha; pouco mais alta nos outeiros (não mais de 20 metros), com uma variação de madeira entre 110 e 125 m³/ha; e bem pujante (25 ou mais metros) nos interflúvios, com variação madeireira entre 110 e 175 m³/ha.

Na região à esquerda do rio Araguaia, onde se inclui a TI Sororó, destacam-se a castanheira (*Bertholletia excelsa*), o breu-preto (*Protium* sp.), bem como o pau d'arco (*Tabebuia* sp.) e caripé (*Licania* sp.). Além das espécies já mencionadas, essas matas apresentam a ocorrência de axuá (*Sacoglottis* spp.), breu-branco (*Protium* sp.), breu-sucuruba (*Protium* sp.), breu-vermelho (*Protium* sp.), cajuaçu (*Anacardium giganteum*), casca-doce (?), envira-preta (*Guatteria* spp.), fava-amarela (*Parkia* sp.), fava-orelha (*Enterolobium* sp.), ingá (*Inga* spp.), louro (?) louro-amarelo (*Aniba* spp.), louro-preto (*Nectandra* sp. *Ocotea* sp.), marupá (*Simaruba amara*), melancieira (*Alexa grandiflora*), morototó (*Didymopanax morototoni*), mururé (*Nucleopsis* sp. *Trymatococcus amazonicus*), parapará (*Jacarandá copaia*), pau-de-remo (*Chimarrhis turbinata* ?), pitaica (*Swartzia* sp.), rim-de-paca (?), sucupira-amarela (*Vatairea sericea*), sucuúba (?), tatapiririca (*Tapirira guianensis*), tachi-preto-folha-grande (*Tachigalia* sp.), tachi-preto-folha-miúda (*Sclerolobium micropetalum*), tento (*Ormosia micrantha*), ucuúba-vermelha (*Virola* spp.). Também foi registrado nas matas da TI Sororó um grande predomínio de cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*).

Espécies como o mogno (*Swietenia macrophylla*), o cedro (*Cedrela odorata*) e a cedrorana (*Cedrelinga cateniformis*) aparecem esparsamente. Com frequência esta formação aparece intercalada com a Floresta Ombrófila Aberta, em grupamentos mistos de babaçu (*Orbignya martiana*) nos vales estreitos, ou de inajá (*Attalea maripa*) nos vales abertos, e de cipoal nas depressões aplainadas ou nas encostas das baixas colinas (RADAMBRASIL, *op.cit.*).

O interior dessa mata é denso e marcado pela intensa regeneração, onde sobressaem plântulas de espécies arbóreas dos estratos superiores, que crescem associadas a arbustos e arvoretas como *Casaria sylvestres*, *Theobroma speciosum* (cacau-bravo), *Hirtella racemosa*, *Miconia tomentosa*, *Garcinia gardneriana* (bacupari), entre outras. Trepadeiras e lianas são aí frequentes, destacando-se espécies como *Bauhinia* sp. (escada-de-macaco), *Dioclea megacarpa* (mucunã), *Passiflora pohlii* e *Passiflora haematostigma* (maracujás-domato). Entre as ervas, destacam-se marantáceas como *Monotagma* sp. e *Ischnosiphon* sp (GESAI, *idem*). Já em trechos alterados ou nos estágios iniciais da sucessão é comum a presença de espécies pioneiras e secundárias como a *Trema micrantha* (candiúva), *Casaria sylvestris*, *Solanum lycocarpum* (jurubeba), *Solanum crinitum* e *Guazuma ulmifolia* (mutamba).

No estudo da composição florística do componente arbóreo para esta fisionomia realizado na região de influência direta (AID) do AHE Santa Isabel foram

~~tatapiririca?~~

amostrados um total de 631 indivíduos arbóreos representados por 39 famílias e 134 espécies. Destacaram-se a família Fabaceae com 204 indivíduos representados por 31 espécies, seguida pela família Arecaceae com 92 exemplares representados por 5 espécies e da família Malvaceae com 72 indivíduos representados por 10 espécies. Para a caracterização do componente herbáceo dessa tipologia florestal foram encontradas 497 plantas de 97 espécies e 40 famílias obtidas através de 24 parcelas amostrais (GESAI, *idem*).

Atualmente o que resta dessa formação original são apenas poucos fragmentos localizados na margem esquerda do rio Araguaia. A TI Sororó é o maior bloco dessa floresta que ainda resta na região.

- **Floresta Ombrófila Densa Aluvial**

Essa vegetação constitui uma formação ribeirinha ou ciliar que ocorre ao longo dos principais cursos d'água da região do Araguaia e seus afluentes, como o rio Gameleira. Ocupam terraços antigos das planícies quaternárias que estão sujeitas a inundações periódicas. Verifica-se um estrato emergente, além do dossel. Apresenta muitas palmeiras no estrato intermediário; apresenta também muitas lianas lenhosas e herbáceas, além de grande número de epífitas. Nessa formação ao longo do rio Araguaia e seus afluentes, como o rio Gameleira, se sobressaem como principais espécies a ucuúba (*Virola* spp.) e árvores emergentes como a sumaúma (*Ceiba pentandra*). Essa formação ribeirinha que ocorre ao longo principalmente do rio Gameleira, estando submetida ~~ou não~~ aos efeitos das cheias dos rios nas épocas chuvosas, constitui uma formação relativamente estreita ocupando uma área muito restrita da TI Sororó.

- **Formações antrópicas**

- Roças e capoeiras

As roças são as áreas de Floresta Ombrófila Densa Submontana derrubadas pelos *Aikewara* para dar lugar as suas plantações de mandioca, milho, arroz, banana, fava, batata-doce, cará, inhame, feijão, abóbora e melancia. Atualmente existem 14 roças no entorno da aldeia Sororó e uma roça no entorno da aldeia *Itahy*.

As capoeiras são formadas a partir da recuperação parcial da floresta original derrubada para a plantação das roças. As espécies que mais predominam nesta área são as embaúbas (*Cecropia* sp.), babaçu (*Orbygnia martiana*) e pau-pombo (*Tapirira guianensis*).

- Pastagens

As pastagens são representadas por duas pequenas áreas, localizadas uma na entrada da aldeia Sororó onde são mantidas 40 cabeças de gado e outra na entrada da aldeia *Itahy*, onde são mantidas 7 bezerras, além de 4 cavalos, 3

burros e 2 jumentos. Como será descrito adiante, esses pastos são decorrentes de "projetos de desenvolvimento comunitário" implantados sobretudo pela FUNAI.

A pastagem é o uso de solo predominantemente em quase 100% do entorno da TI Sororó, onde a floresta foi substituída por pastagens cultivadas que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento e manejo. Nesses pastos, inclusive nos dois pequenos pastos do interior da TI Sororó, observam-se muitas gramíneas forrageiras exóticas, tais como braquiarião e quicuío. No entorno da TI, o pasto é intercalado com pequenos capões de vegetação natural, normalmente muito degradados. Nos terrenos mais planos observa-se a presença de palmeiras, principalmente de babaçu (*Orbignya phalerata*) e diversas árvores isoladas nas áreas de pastagem. Muitos destes pastos também apresentam inserções das áreas do chamado "pasto sujo", onde a regeneração das áreas ocupadas anteriormente por formações florestais apresenta vasta vegetação arbustiva.

2.4.7.1. As tipologias ambientais na visão dos *Aikewara*

De acordo com a classificação das tipologias florestais feita pelos ~~próprios~~ *Aikewara* existem pelo menos sete formas de classificar as matas da região, conforme o Quadro abaixo.

Quadro 2.4.1: Classificação *aikewara* das tipologias fitoecológicas da região.

Nome em <i>aikewara</i>	Nome e descrição
<i>sawahyw</i>	impuca, mata muito fechada
<i>sakatuété</i>	mata limpa
<i>hyputyw</i>	mata cheia de cipó
<i>sayw</i>	castanhal
<i>kokotu</i>	carrasco / cerrado
<i>kukwerera</i>	capoeira
<i>kór</i>	roça

2.4.7.2 As roças *aikewara*

O sistema de roça empregado pelos *Aikewara* é o de coivara, que consiste na broca, derrubada, ~~queima~~ queima e plantio da área escolhida, originalmente de floresta primária. Através das informações obtidas, a prática da agricultura segue o ciclo da natureza, ou seja, ocorrência de chuva e seca na região, iniciando os trabalhos de derrubada em junho e queima em ~~agosto~~ setembro, logo após a 1ª chuva.

As roças dos Aikewara têm em média 0,5¹a 1,0 hectares e cada grupo familiar possui no mínimo duas delas, uma em uso e outra descansando (Loureiro, 2000 apud FUNAI, 2003); ~~segundo Prado (2007), a área ficou maior e os mecanismos de preparo ficaram mais rápidos, justificados pelo aumento da população que necessita de uma produção maior.~~ Ferraz (1985b) descreveu a atividade agrícola dos Aikewara, que se inicia por volta do mês de junho com a derrubada (broca), que é basicamente tarefa masculina; as mulheres participam principalmente no plantio da mandioca e acompanham as tarefas iniciais, ~~para cozinhar nos acampamentos.~~

Quase os homens
preparam
as roças.

As famílias cultivam ^{principalmente} dois tipos de mandioca, dois tipos de milho, ^{banana, fava} arroz, algodão, batata, cará e inhame, realizando o pousio por 8 a 10 anos; ao utilizar essas áreas de capoeiras evitam que novas áreas de mata sejam abertas. Em 2003, plantas como abacaxi, coco, caju, goiaba, jaca, mamão foram citadas como componentes do roçado dos Aikewara, muitas delas, ~~no entanto~~, introduzidas no início da década de 1970, quando da instalação do posto da FUNAI.

Em 1984, o roçado recebeu assistência técnica agrícola, mecanização (trator) e emprego de mão-de-obra regional por iniciativa do PI, com recursos do Convênio CVRD/FUNAI (Ferraz 1985b), tecnologia que logo se mostrou inadequada. Atualmente, o ciclo do roçado permanece quase o mesmo; no entanto observa-se, ^{uma} ~~uma~~ sensível diminuição das variedades cultivadas, embora tenham sido citadas, como o milho indígena, dois tipos de algodão e o tabaco, ~~as variedades indígenas de milho e de mandioca.~~

Fica

Provavelmente devido às muitas mudanças de aldeamentos havidas na mesma área, durante este levantamento e nas visitas feitas aos roçados atuais, ~~peuco se viu, havendo um predomínio apenas de macaxeira, mandioca e abóbora.~~ Foi realizada caminhada pelos roçados e, durante o percurso, ^{foram} fotografados alguns itens componentes de algumas áreas produtivas (Figura 2.28), bem como foram tomadas as coordenadas de localização (Quadros 2.4.2 e 2.4.3). Averiguou-se que na aldeia Sororó existem quinze roças, sendo uma comunitária e as demais familiares, porém nem todas ~~estão sendo~~ cultivadas.

por isso
pequeno
da visita
a preparação
dos roçados

Na aldeia Itahy, cada família possui uma pequena área ^{ou linha}, como é também denominado este espaço onde cultivam principalmente a mandioca, ^{macaxeira}, feijão e fava. Porém disseram que neste ano só estão cultivando mandioca para fazer farinha, cuja produção ~~é vendida para o prefeito de São Geraldo.~~ Durante as entrevistas, os ^{moradores} integrantes desta aldeia declararam que ^{querem} retomar o cultivo do milho, abóbora, cará e outros itens; ali, é comum contratar não indígenas para trabalhar no cultivo e manutenção do roçado, ^{a presença de}

Seg. os
moradores
de Itahy,

A maioria das roças permanece do tipo familiar e é elaborada pelos membros da família, onde trabalham homens e mulheres. Como a roça pertence a uma determinada família, os produtos originados do plantio só poderão ser colhidos pelos seus integrantes, mas se outra pessoa fora do grupo de parentela necessitar de algum produto e pedir ao dono, este lhe cederá. Durante a caminhada pelos roçados, uma das informantes manifestou o desejo de levar uma abóbora, mas como não havia comunicado aos donos daquele roçado, não o fez. Na roça comunitária, o objetivo (da FUNAI) era que todos participassem do trabalho de

observa-se
no interior de 01 a 02 ha (01 ha) de roça,
plantar 2 abóbora
e acentuada
de mandioca
e fava
neste ano,
os trabalhos de
NOTA: preparação
do terreno
está sendo
feito por
16 indígenas
e 10 não indígenas

forma coletiva, para que pudessem usufruir de seus produtos desta maneira. No entanto, apenas algumas poucas famílias disseram ter trabalhado na “roça da comunidade”.



Figura 2.30: Caminhada pelo roçado, plantas cultivadas nas roças da aldeia Sororó: mandioca (A) e abóbora (B).

Quadro 2.4.2: Coordenadas das roças da aldeia Sororó.

NOME	ROÇA	S	W
Zeca	1	05 56 12.1	48 38 12.3
Tiapé	2	05 56 17.9	48 38 03.0
Ehapikon	3	05 56 39.8	48 37 55.2
Arukapé	4	05 56 39.6	48 37 53.0
Myho	5	05 56 08.6	48 38 20.6
Arikassá	6	05 56 19.0	48 38 21.6
Mairaw	7	05 56 19.5	48 38 21.6
Okongoti	8	05 56 32.9	48 38 23.6
Itai	9	05 56 10.3	48 38 02.8
Warini	10	05 56 01.2	48 38 22.2
Waiwera	11	05 54 20.8	48 40 14.9
Irikwaré	12	05 55 19.3	48 39 35.3
Arikassú	13	05 55 24.3	48 39 23.3
7 Oroti de*	14	05 92 84.3	48 63 06.6
Comunidade	15	05 94 01.9	48 66 10.2

* Não indígena que vive do retauo boro.

Os produtos são estocados e consumidos pela família e o excedente pode ser comercializado nos municípios próximos. Na aldeia Sororó, a equipe presenciou a comercialização de abóboras por uma família; apenas parte da produção foi realmente vendida, pois o comprador havia combinado uma data e apareceu bem depois, e durante este intervalo de tempo, muitas abóboras estragaram na plantação. A família que plantou não colheu para si, pois a safra já estava comprometida/vendida. Além disso, alguns animais invadiram o roçado e comeram boa parte do que não estragou. Às pressas, a família havia conseguido estocar parte da produção perto da sua casa. As abóboras foram vendidas a um preço de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) o quilo.

(mudas)

(fava)

Quadro 2.4.3: Plantas citadas para cultivo nos roçados da TI Sororó.

Nome científico	Nome <i>aikewara</i>	Nome regional	Etnovariedade
<i>Manihot esculenta</i>	<i>Ywynuhu</i>	Mandioca	Arrebenta burro Zaibara Amazonas Carema Jabuti Cacau
	<i>Ikatu</i>	Macaxeira	Branca Melancia
<i>Musa spp.</i>	<i>Pahakuweang</i>	Banana	--
	<i>Sykyri</i>		
	<i>Upakatu</i>		
	<i>Inasa</i>		
	<i>Ynata</i>		
	<i>Ehakwassu</i>		
	<i>Iron</i>		
	<i>Pahakurona ete</i>		
	<i>Pahakuwe</i>		
	<i>Komoko</i>		
	<i>Tupehoma</i>		
<i>Zea mays</i>	<i>Awati</i>	Milho	Milho para pipoca Milho vermelho Não identificado
	<i>Itahuwa</i> <i>Awatipirong</i>		
<i>Oryza sp.</i>	<i>Awati sape'pissaw</i>	Arroz	Arroz agulhinha Arroz ligeira / anânico Arroz bacaba
	-		
<i>Phaseolus sp.</i>	<i>Kumanarona</i>	Feijão	Feijão do sul Não identificado
	<i>Terepapaw</i>		

Quadro 2.4.3: Plantas citadas para cultivo nos roçados da TI Sororó. (Continuação)

Nome científico	Nome <i>aikewara</i>	Nome regional	Etnovariedade
<i>Phaseolus sp.</i>	<i>Kumana</i>	Fava	Não identificado
	<i>Kumana ipirong</i> <i>Asoheakwera</i> <i>Kumana ete</i>		
<i>Curcubita sp.</i>	<i>Iakoron</i>	Abóbora	Jerimum (redondo) Jerimum (comprido) Jerimum (comprido com bola na ponta) Abóbora (pintadinha) Abóbora (amarela)
<i>Citrullus lanatus</i>	<i>Wapussarona</i>	Melancia	Branca Preta Listrada
	-		
<i>Ipomoea batatas</i>	<i>Setyting</i> <i>Setypiron</i>	Batata-doce	Branca Vermelha
<i>Dioscorea sp.</i>	<i>Kara</i>	Cará	Cará branco Cará roxo escuro Cará roxo claro
<i>Gossypium barbadense</i>	<i>Amonisso</i>	Algodão	--
<i>Nicotiana sp.</i>	<i>Petyma</i>	Tabaco	--

Nas entrevistas realizadas nas duas aldeias da TI Sororó observou-se que muitas famílias têm deixado de fazer seu roçado, mesmo alegando que quando praticavam esta atividade, a produção de alimentos era suficiente para se alimentarem. Vários motivos são apontados, principalmente, doenças, acidentes ou por estarem desenvolvendo novas ocupações de trabalho remunerado (Figura 2.31).

Esta situação é preocupante, pois além desses fatores que interferem na obtenção dos alimentos, a agrobiodiversidade local também está ameaçada - prova disso é a ausência do milho indígena nos roçados, praticamente inexistente na TI Sororó, sendo relatado por alguns integrantes mais idosos como alimento do passado. Pelo tempo de contato relativamente recente dos *Aikewara* (cerca de 60 anos), a erosão genética está ocorrendo em um curto espaço de tempo; se a reintrodução desta e de outras variedades agrícolas não for realizada com urgência, os *Aikewara* correm o risco da perda de espécies agrícolas, por conseguinte

colocando em risco a sua saúde, sem considerar os aspectos culturais e cosmológicos envolvidos.

Outras plantas estão sendo deixadas de ser cultivadas, mas foram mencionadas com alimento tradicional dos *Aikewara*, como a batata-roxa (cará), fonte de carboidrato e que pode desaparecer das roças *aikewara* (a exemplo do milho indígena) em favor dos produtos das prateleiras dos mercados. O contato das populações indígenas com outras sociedades tem ocasionado ganhos e perdas, não somente na diversidade de espécies alimentares, mas também no que diz respeito ao conhecimento tradicional.

Este intercâmbio de informações entre as populações indígenas e principalmente com as não-indígenas ocasiona, na maioria das vezes, alterações no modo de vida, nos valores, tanto os de ordem econômica, política, social e ecológica e, principalmente, na forma de obtenção dos alimentos. Se antes do contato a forma de obtenção dos alimentos se dava através da coleta e prática da agricultura tradicional, depois desse evento, muitos itens alimentares precisam ser adquiridos através de uma economia desconhecida aos povos indígenas, envolvendo outras formas de produção e negociação (Maciel, 2010) – é o quadro que se observa também entre os *Aikewara* na TI Sororó.

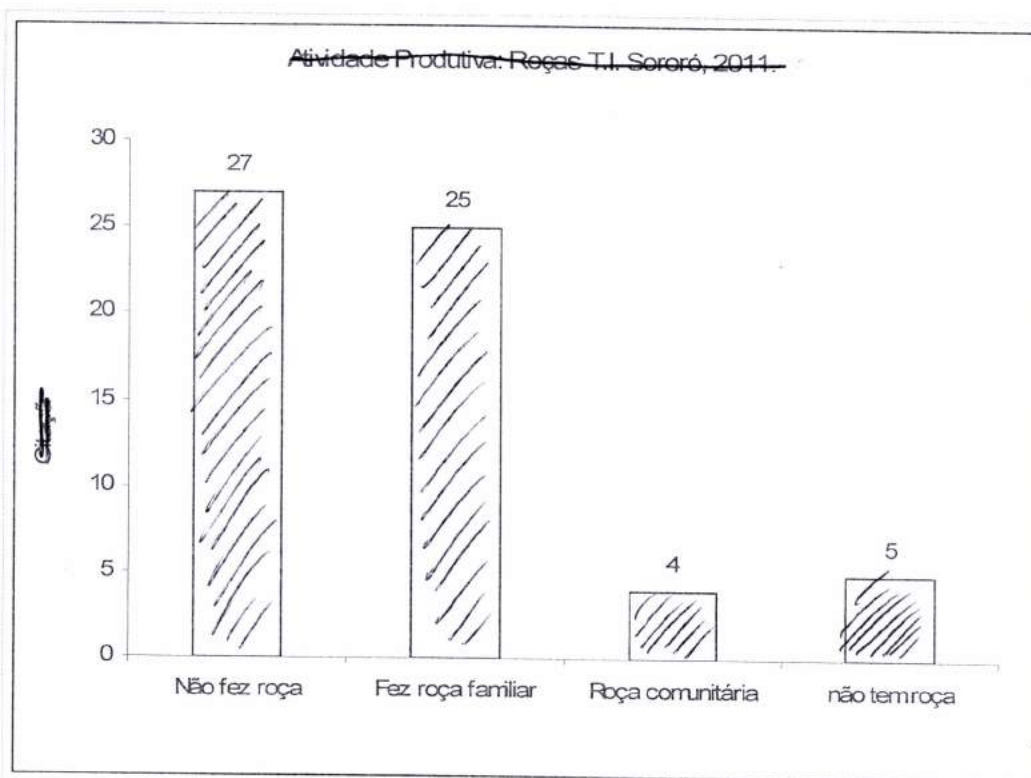


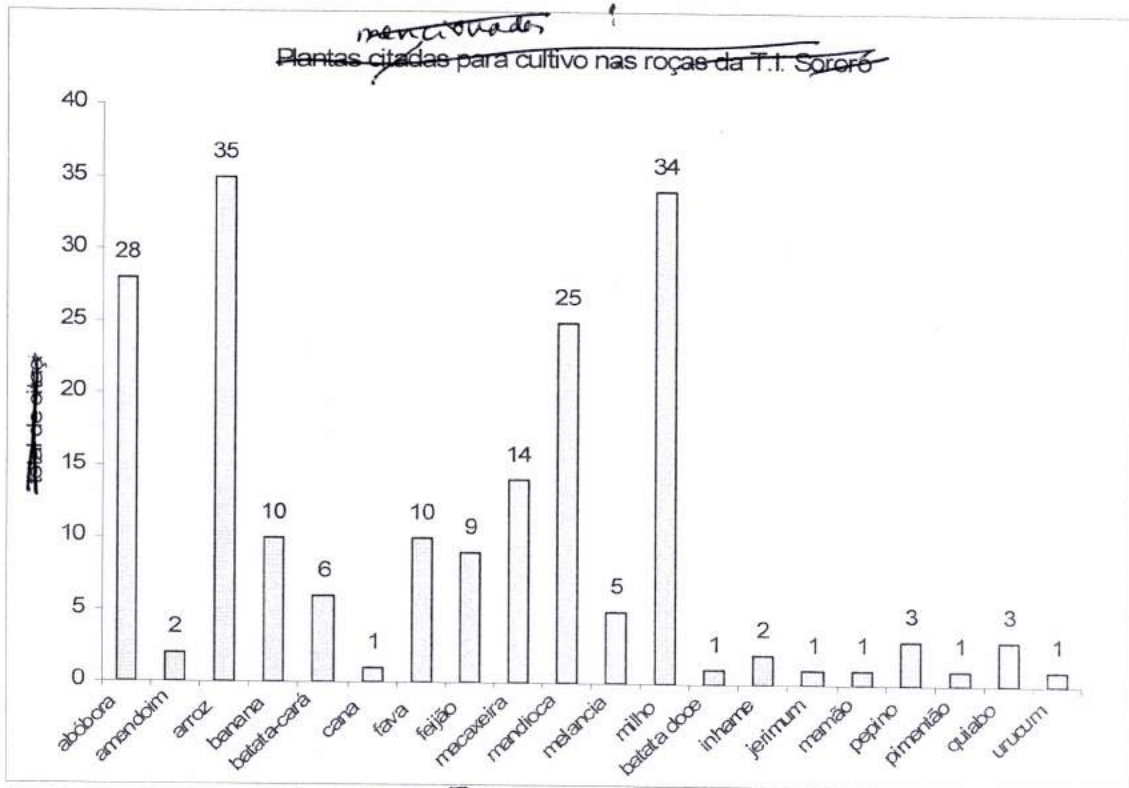
Figura 2.31: Gráfico da frequência da atividade produtiva: roças na TI Sororó, 2011.

Os Aikewara têm enfrentado diversos problemas para cultivar seus alimentos, desde alterações climáticas, como a irregularidade no ciclo chuvoso, ~~uma certa~~ ^{destruturação social,} ~~uma vez que muitos dos~~ ^{de locais de} ~~os~~ ^{na área da} ~~homens responsáveis pelo~~ ^{educação,} ~~preparo do roçado têm se deslocado~~ ^{em outras} ~~para outras funções como,~~ ^{T15} ~~por exemplo,~~ ~~trabalhar como funcionários da~~ ~~saúde, construção e até mesmo~~ ~~nas áreas~~ ~~urbanas.~~ E agora se deparam com as pragas comuns nas plantações dos não-indígenas. *Foi relatada e observada in loco a perda da plantação de arroz de todas as roças existentes na aldeia Sororó e na aldeia Itahy* (Figura 2.32). E o ~~mal~~ ^{problema} agravante é que este grão atualmente pode ser considerado como um dos elementos da base alimentar dos Aikewara, juntamente com o feijão e outros itens de origem externa. Disseram que *não sabem como farão neste ano, já que não terão arroz para colher.*

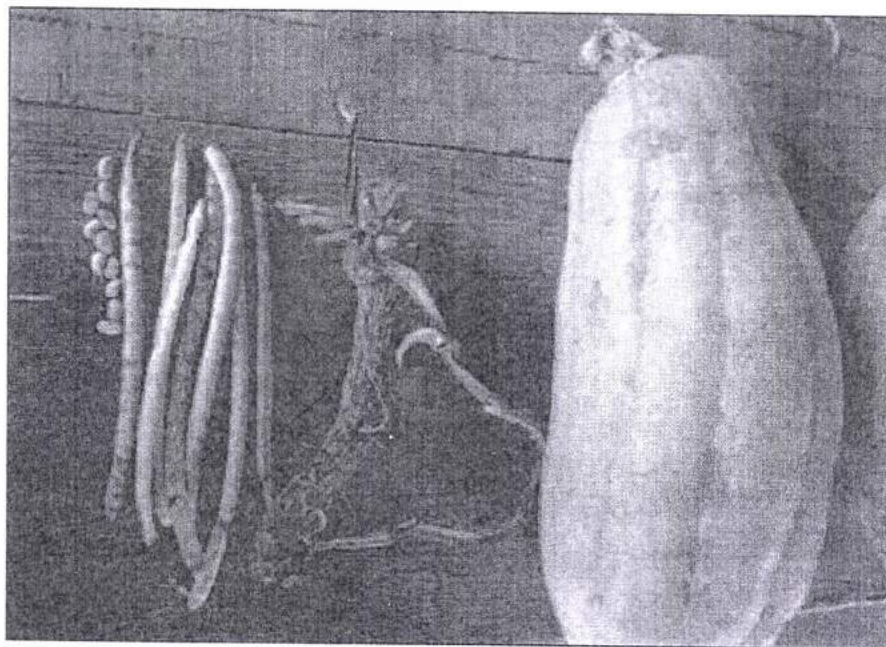


Figura 2.32: Vista geral de um dos roçados da TI Sororó.

Dentro de um período de cinco anos até o presente foram ~~citadas~~ ^{mençãoado} algumas plantas para cultivo nos roçados como arroz, milho ("do branco"), abóbora, batata-cará, mandioca, macaxeira, feijão, batata-doce, café, fava, e mamão, algumas plantas de forma mais expressiva e outras nem tanto (Figuras 2.33, 2.34 e 2.35). Não é comum o plantio de citrus, embora os entrevistados tenham demonstrado grande interesse em cultivá-los, como laranja, mexericas e limão, mas afirmaram faltar recursos, incentivos e apoio técnico.



mencão
Figura 2.33: Frequência da citação das plantas cultivadas nas roças da TI Sororó nos últimos três anos.



Fotos: Equipe Técnica; fev/2011.

Foto 2.34: Plantas cultivadas na roça: feijão, rama de cará-roxo e abóbora.

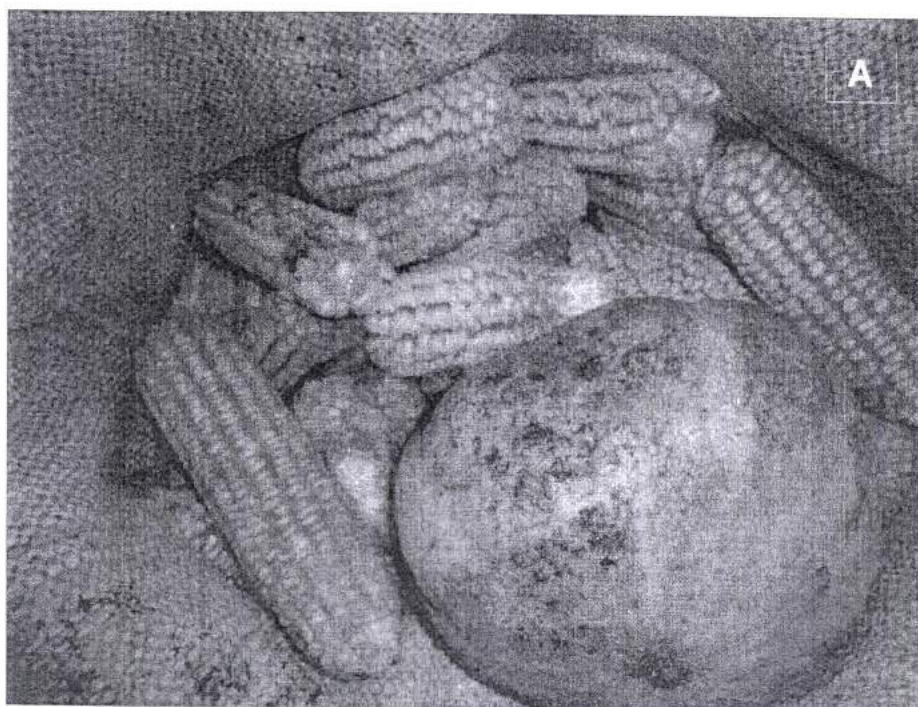


Figura 2.35: Produtos cultivados nas roças na TI Sororó: milho híbrido, abóbora (A) e arroz (B).

Segundo a literatura de Santilli e Empeaire (2005), na Amazônia brasileira, os Kaiabi cultivam mais de 140 cultivares repartidos em 30 espécies; os Yanomami, 40; os seringueiros do Acre no Alto Juruá, 17 cultivares de mandioca, 14 de banana e nove de feijão. No Alto Rio Negro, os povos indígenas Baniwa, Tukano, Desana, Baré ou outros cultivam um imenso leque de cultivares de mandioca, o alimento de base das populações amazônicas. Em uma única roça desta região, pode haver 40 variedades de mandioca, que servem para preparar diversos tipos de farinha, beijus, mingaus, etc. A alta diversidade, por responder a uma demanda variada em produtos agrícolas, permite um melhor aproveitamento da heterogeneidade das condições ecológicas, resistência a pragas e doenças, etc., constituindo-se em um elemento importante da segurança alimentar dos povos tradicionais e de estabilidade de seus sistemas agrícolas.

Neste sentido, o
Como o Neste sentido, o caso dos Aikewara é preocupante, uma vez que ~~vai no sentido~~ *é se apresenta* oposto do afirmado pelas autoras: por diversos motivos, estão deixando de cultivar suas roças e perdendo a diversidade agrícola, como por exemplo o caso do milho indígena. Além disso, a alteração rápida nos hábitos alimentares pode ocasionar sérios problemas de saúde, como a desnutrição infantil verificada entre os Aikewara, que pode estar relacionada a esta situação de abandono das roças e da alimentação tradicional.

"Planta arroz, nós plantamo, mas morreu tudo".

"Morreu tudo o arroz, e o milho também".

2.4.7.3. Uso dos recursos naturais e subsistência

Para que fosse possível iniciar uma tentativa de obtenção dos dados para o levantamento etnoecológico, a equipe técnica direcionou a elaboração do calendário das atividades desenvolvidas pela comunidade. Para tanto, reuniram-se cerca de 30 integrantes no pátio central da aldeia Sororó. As principais atividades elencadas foram: roça tradicional, caça, pesca, coleta da castanha e produção de artesanato. Vale observar que os participantes apresentaram dificuldade para que o levantamento fosse realizado de forma coletiva. Mesmo assim, foi possível captar informações importantes, principalmente com os mais velhos, que foram lembrando diversos fatos e nomes dos animais e plantas que fizeram ou fazem parte do cotidiano.

A equipe também aplicou outra metodologia de coleta das informações, que consiste na entrevista semi-estruturada com pequenos grupos ou mesmo individualmente, mantendo-se os temas. Os resultados eram anotados nas cadernetas de campo ou registrados em gravadores e vídeos

• Os alimentos consumidos pelos Aikewara ~~na TI Sororó~~

Foram levantadas algumas informações sobre os alimentos que estão sendo consumidos pelos Aikewara da TI Sororó. Para ^{com} obtenção dos dados foi realizada ~~entrevista~~ *com* com auxílio de um questionário-guia, ~~As entrevistas foram realizadas na aldeia~~ *As entrevistas foram realizadas na aldeia* com as pessoas que se encontravam na casa naquele momento. Os dados *na aldeia.*

revelaram que há uma dependência dos gêneros alimentícios oriundos da área urbana, como, por exemplo, arroz, feijão, carnes, óleo e frutas (citrus principalmente) e outros itens, como material de limpeza. A alimentação recebe complemento de carne de caça (porcão, veado e jabuti entre outros) (Figura 2.36). Algumas frutíferas nativas, como castanha, cupuaçu e açaí figuram dentre as mais citadas para consumo e também para venda (como ~~por exemplo~~, o carvão do babaçu) (Figura 2.37).
Tb.

O consumo das frutas ocorre no período em que estão disponíveis na floresta, conforme o ciclo de cada espécie; Mas ~~ressalta-se que no caso da castanha, esta é~~ ~~uma~~ importante tanto na obtenção de renda, quanto para a alimentação. ~~Dessa Do~~ fruto utilizam a embira e a casca para remédio e consomem as sementes secas apenas na época da colheita. (poucas pessoas disseram que armazenam para consumo posterior) coleta

No entanto, para obtenção de dados mais apurados sobre a alimentação dos *Aikewara* são necessários estudos mais aprofundados que acompanhem o ciclo produtivo tanto das áreas produtoras, como os roçados, quanto do ciclo anual das principais espécies frutíferas citadas como alimentos.

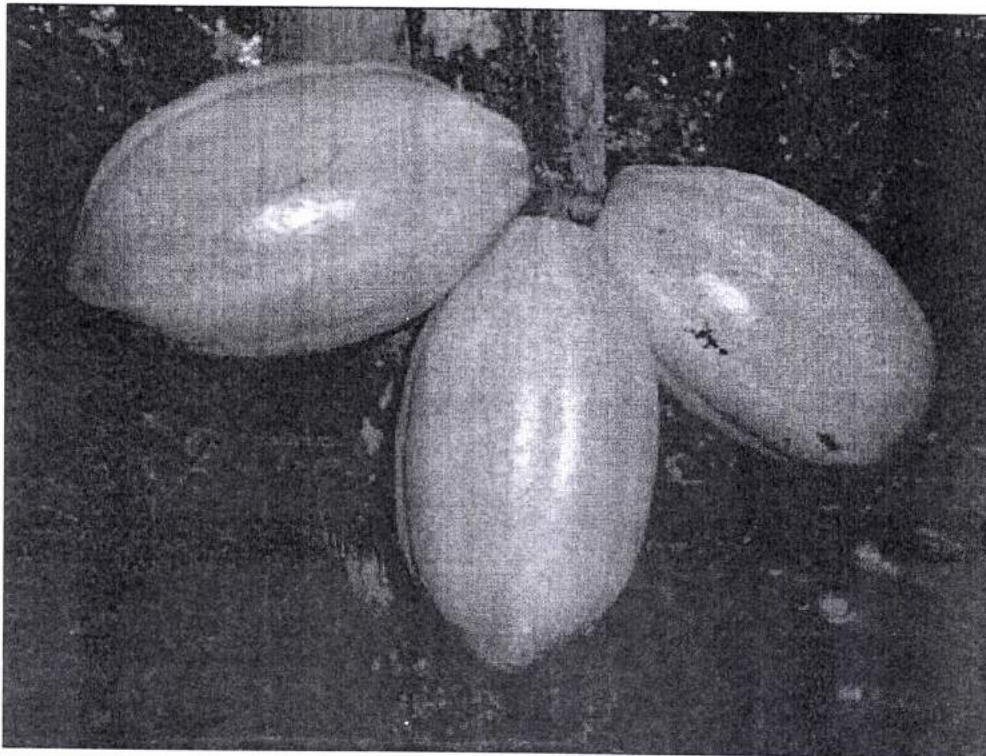


Figura 2.36: Cacau cultivado na aldeia Sororó (A) e crianças da aldeia *Itahy* comendo frutas (B).

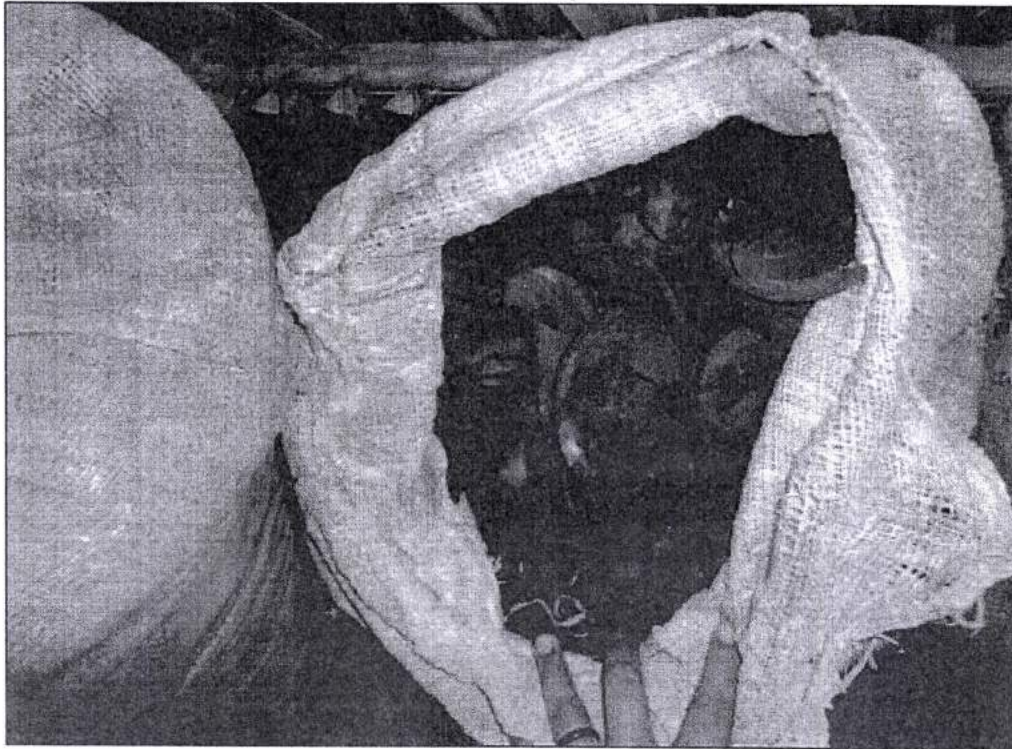


Figura 2.37: Carvão de babaçu produzido na aldeia *Itahy* para consumo familiar.

Foram observadas algumas iniciativas que ocorrem de forma tímida para a produção de mudas de frutíferas nativas, como o cupuaçu e a castanha. Segundo os informantes, estas mudas seriam utilizadas tanto para recompor as áreas degradadas pelas ~~queimadas~~ ^{incêndios,} quanto para composição de pomar nos quintais da aldeia (Figura 2.38).

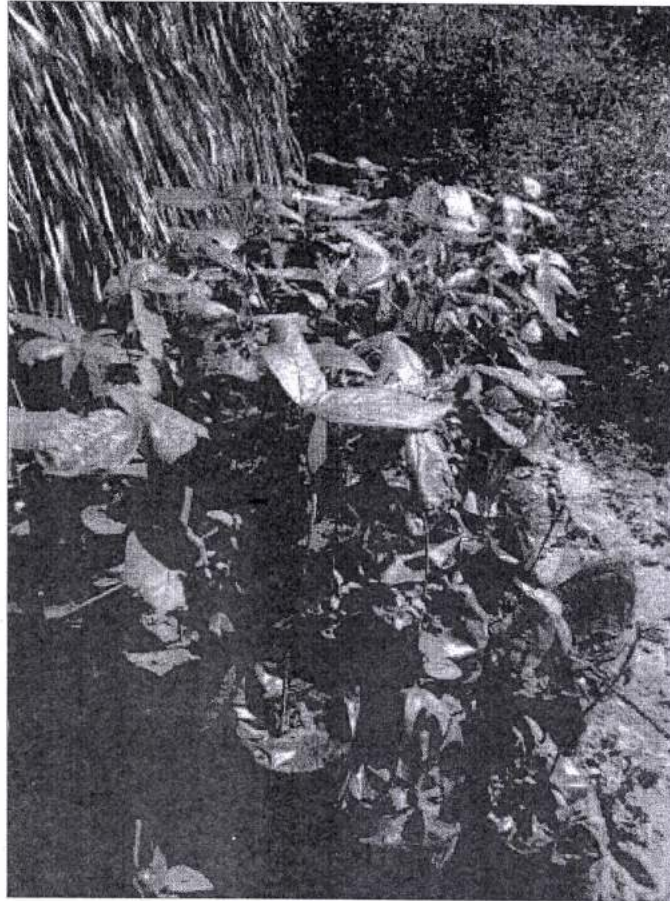


Figura 2.38: Mudas de cupuaçu produzidas em uma casa da aldeia Sororó para plantio no quintal.

- **Frutos silvestres coletados pelos *Aikewara***

De acordo com uma relação elaborada em conjunto com os anciãos especialistas da aldeia, indicados pela própria comunidade, os *Aikewara* consomem pelo menos 40 espécies de frutos silvestres coletados na mata de seu território. São espécies de frutos pertencentes a mais de 18 famílias, sendo os ingás e as palmeiras os grupos mais utilizados.

Quadro 2.4.4: Espécies de árvores frutíferas utilizadas como alimento pelos Aikewara.

Nome científico	Nome em aikewara	Nome em português
Família		
Leguminosae		
<i>Inga</i> spp.	<i>Ingasataiwa</i>	Ingá jatobá
<i>Inga</i> spp.	<i>Ingasykiri</i>	Tipo de ingá
<i>Inga</i> spp.	<i>Ingaiwuna</i>	Tipo de ingá
<i>Inga</i> spp.	<i>Ingapuku</i>	Ingá comprido
<i>Inga</i> spp.	<i>Muaguiwipe</i>	Tipo de ingá
<i>Inga</i> spp.	<i>Ingai ingai</i>	Ingázinho
<i>Inga</i> spp.	<i>Ingaraniwypé</i>	Tipo de ingá
<i>Hymenaea courbaril</i>	<i>Sutaiwa</i>	Jatobá
Arecaceae		
<i>Oenocarpus bacaba</i>	<i>Pinuahu</i>	Bacaba
<i>Euterpe</i> sp.	<i>Pinua</i>	Açaí
<i>Euterpe</i> sp.	<i>Pinuaeté</i>	Açaizinho
<i>Euterpe</i> sp.	<i>Sysiwa</i>	Açaí grande
<i>Maximiliana maripa</i>	<i>Inassá</i>	Inajá
<i>Mauritia flexuosa</i>	-	Buriti
Anacardiaceae		
<i>Anacardium</i> sp.	<i>Akassuhú</i>	Caju de janeiro
<i>Spondias mombin</i>	<i>Akassá</i>	Acajá
Clusiaceae		
<i>Platonia insignis</i>	<i>Wakuri</i>	Bacuri
<i>Rheedia acuminata</i>	<i>Namuiwa</i>	Bacurizinho
Lecitidaceae		
<i>Bertholletia excelsa</i>	<i>Só</i>	Castanheira
<i>Lecythis pisonis</i>	<i>Sohú</i>	Sapucaia

Quadro 2.4.4: Espécies de árvores frutíferas utilizadas como alimento pelos Aikewara (Continuação)

Nome científico	Nome em aikewara	Nome em português
Bromeliaceae		
<i>Ananas</i> sp.	<i>Suparapara</i>	Abacaxi do mato
Malvaceae		
<i>Theobroma</i> sp.	<i>Kuironuhú</i>	Cupuaçu
<i>Theobroma</i> sp.	<i>Aka'úwa</i>	Cacau
Rubiaceae		
<i>Genipa americana</i>	<i>Sanipaw</i>	Jenipapo
Passifloraceae		
<i>Passiflora</i> sp.	<i>Hypukiruhurona</i>	Maracujá do mato
Musaceae		
<i>Musa</i> sp.	<i>Pahakua</i>	Banana brava
Myrtaceae		
<i>Psidium</i> sp.	<i>Petiwarona</i>	Goiaba brava
Cariocaceae		
<i>Caryocar villosum</i>	<i>Pekeir</i>	Pequi
Humiriaceae		
<i>Endopleura uchi</i>	<i>Mu'urona</i>	Uxi
Cecropiaceae		
Não identificada	<i>Kiriworonuhú</i>	Tipo de imbaúba
Sapotaceae		
<i>Pouteria</i> sp.	<i>Akutityriwa</i>	Taturubá
Euphorbiaceae		
<i>Hevea brasiliensis</i>	<i>Yworow</i>	Borracha/ Seringueira
Caricaceae		
<i>Jacaratia spinosa</i>	<i>Tawiwa</i>	Mamoí
Burseraceae		
<i>Protium</i> sp.	<i>Warukating</i>	Almescão branco
Outras famílias		
Não identificada	<i>Api</i>	Não identificada
Não identificada	<i>Mururé</i>	Não identificada
Não identificada	<i>Iwapirongohú</i>	Não identificada
Não identificada	<i>Muiwa</i>	Jambo do mato
Não identificada	<i>Tarumiar</i>	Tipo de borracha
Não identificada	<i>Wiratiniwa</i>	Laranjinha

Tatajuba?
Manjaho

De acordo com as entrevistas realizadas em 62 casas da TI Sororó (87% do total) o cupuaçu, o açaí, a bacaba e a castanha são as espécies consideradas mais importantes, recebendo juntas 82% de todas as referências feitas por essas 62 famílias *Aikewara*.

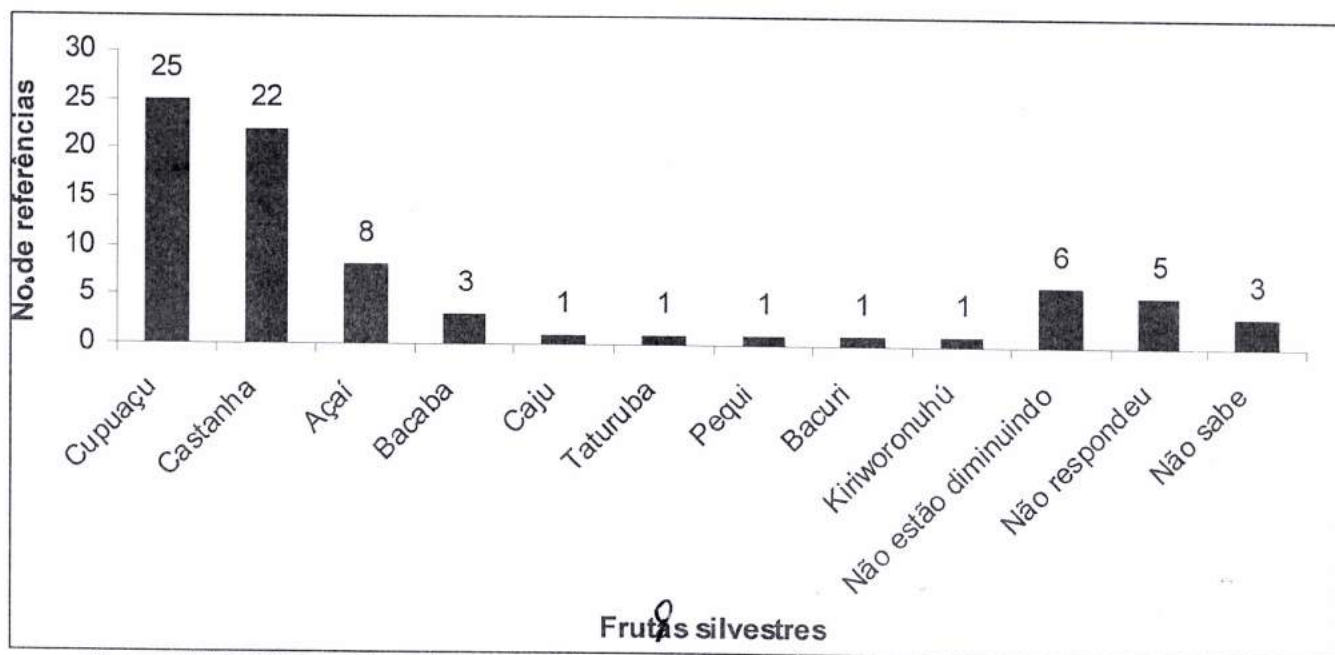


Figura 2.39: Número de referências feitas aos frutos silvestres coletados pelos *Aikewara*.

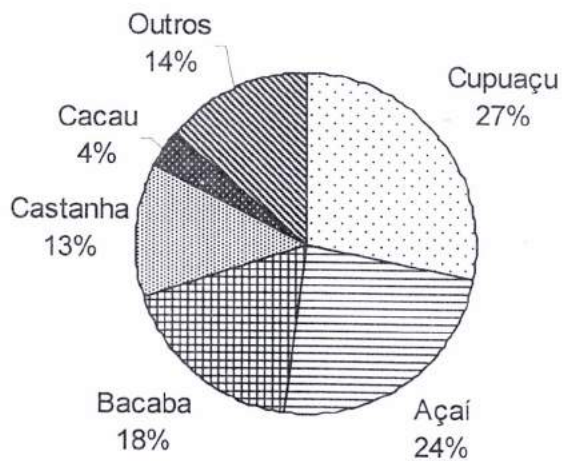


Figura 2.40: Porcentagem dos frutos silvestres mais coletados pelos *Aikewara*.

- **Coleta e comercialização da castanha na TI Sororó**

A atividade da coleta e comercialização da castanha ^{realizada} feita pelos *Aikewara* foi descrita por Ferraz (1976; 1985b). Enquanto uma planta abundante no território *aikewara*, sua coleta é datada desde 1974, figurando já como a principal fonte de renda; dentre as atividades produtivas geradoras de renda a castanha ainda exerce forte importância econômica.

Outras ^ofrutas ^oamazônicas além de fazerem parte da alimentação dos *Aikewara* também desempenham papel importante na economia - as principais frutíferas citadas para venda foram: castanha, cupuaçu, açaí, bacaba e babaçu. Outra fonte de renda importante são os programas assistenciais do governo federal como, por exemplo, a Bolsa Família - praticamente todas as famílias da TI Sororó recebem o benefício. ~~e as aposentadorias.~~

~~Ainda a respeito da castanha,~~ Em 1974/1975, a FUNAI se encarregava da ^{para a coleta,} safra ^{de castanha} e os *Aikewara* eram utilizados como mão-de-obra juntamente com ~~alguns~~ ^{não-maiores,} sertanejos da região para a realização de tarefas como abertura de picadas, construção de mata-burros e transporte nas tropas de muares. O sistema utilizado pela FUNAI ^{era semelhante ao dos "donos de castanhais", conhecido como baseado no} sistema ^{de barracão} ~~de barracão~~. A produção era transportada para a cidade de Marabá e de lá, para Belém (Ferraz, 1985b). ^{onde predomina a coleta por pequenas}

Neste ^{verificou-se} estudo ~~averguou-se~~ que para a safra de 2011 foram colocados no mercado da castanha pelos *Aikewara* cerca de 1395 sacas, sendo que cada saca pesa 60 kg. Isso indica que os *Aikewara* comercializaram cerca de 83 toneladas e 700kg a um valor médio de R\$ 66,72 centavos a saca. A safra foi vendida praticamente para o mesmo local, na cidade de São Geraldo do Araguaia e para atravessadores do entorno da TI Sororó.

A coleta é familiar, onde cada família coleta junto ou contrata alguém para realizar o serviço pesado, além dos tropeiros para a retirada da castanha do interior do castanhal. Esta pessoa pode ser da própria aldeia ou ~~qualquer outra~~ moradora nas imediações da TI e o pagamento pelos serviços pode ser em sacas de castanha (quando dividem a produção), ^{o que é mais comum,} ou em dinheiro, sendo mais comum o primeiro caso.

O sistema de comercialização que prevalece é o do "marreteiro", que entra na TI e dá o preço que melhor lhe convém; ~~Por outro lado,~~ as famílias necessitadas acabam se submetendo a este sistema porque não encontram nas autoridades competentes o apoio necessário. ¹⁹

Apesar da quantidade significativa, durante as entrevistas os *Aikewara* afirmaram que esta safra não foi das melhores, que a produção dos castanhais tem

¹⁹ A TI Sororó localiza-se a 120 km da cidade de Marabá e a 50 km de São Geraldo do Araguaia, onde estão os compradores que poderiam pagar melhor; as estradas para escoar a produção encontram-se em níveis mínimos de trafegabilidade, condições que pioram muito na estação das chuvas, dada a intensa movimentação de carretas transportando cimento e outros materiais pesados, que se destinam à Marabá, além dos madeireiros.

diminuído e acreditam que o maior motivo são as queimadas e os incêndios frequentes na área.

Para melhor compreensão desta atividade foi realizada caminhada aos locais de extrativismo da castanha para visita e registro das coordenadas de localização de alguns castanhais da TI Sororó. ^{às "colocações", como chamados} Durante o percurso foi possível ^{de} obter outras informações sobre esta atividade produtiva. Narraram diversas dificuldades que encontram para a realizar a coleta e comercialização da castanha, principalmente o baixo preço a que se sujeitam para a venda, e também a diminuição das castanheiras e, conseqüentemente, a diminuição da produção dos frutos, ~~a falta de conhecimento técnico para coleta, armazenamento e conhecimento de funcionamento~~ da cadeia produtiva. Deixaram claro que as famílias tanto da aldeia Sororó quanto da *Itahy* dependem desse recurso como principal fonte de geração de renda (Figura 2.41).

Outras informações foram também levantadas como a época de coleta, a forma de venda, ^{comprador} ~~para quem vendem~~, preço, entre outras. Vale salientar que a todo o momento ~~eles~~ ressaltaram que a cada safra a produção dos castanhais vem diminuindo e que estão preocupados. Alguns motivos foram apontados, como por exemplo, as queimadas e os incêndios de grandes proporções constantes na mata, alteração no ciclo das chuvas, roubo das castanhas pelos invasores, ataque de aves ^{como as araras que}, na ausência da vegetação no entorno da TI, buscam alimento, como os frutos imaturos da castanha, nas terras dos *Aikewara*.

Abaixo alguns depoimentos a respeito da atividade da coleta da castanha:

"É boa fonte de renda pra nós, melhor que coco babaçu";

"É porque não tem ganho todo mês. Na safra é bom, mas não no verão.

"É boa, mas é barato".

"...queimou e a fumaça também, os bichos (arara e papagaio) também estão comendo muito por que agora só tem castanha na TI Sororó".

"Castanha tinha muito, mas queimou um bocado. Cupu também tá pouco, antigamente dava mais".

"Antigamente traziam sacos e sacos de castanha. Acha que é devido à queima e ao clima".

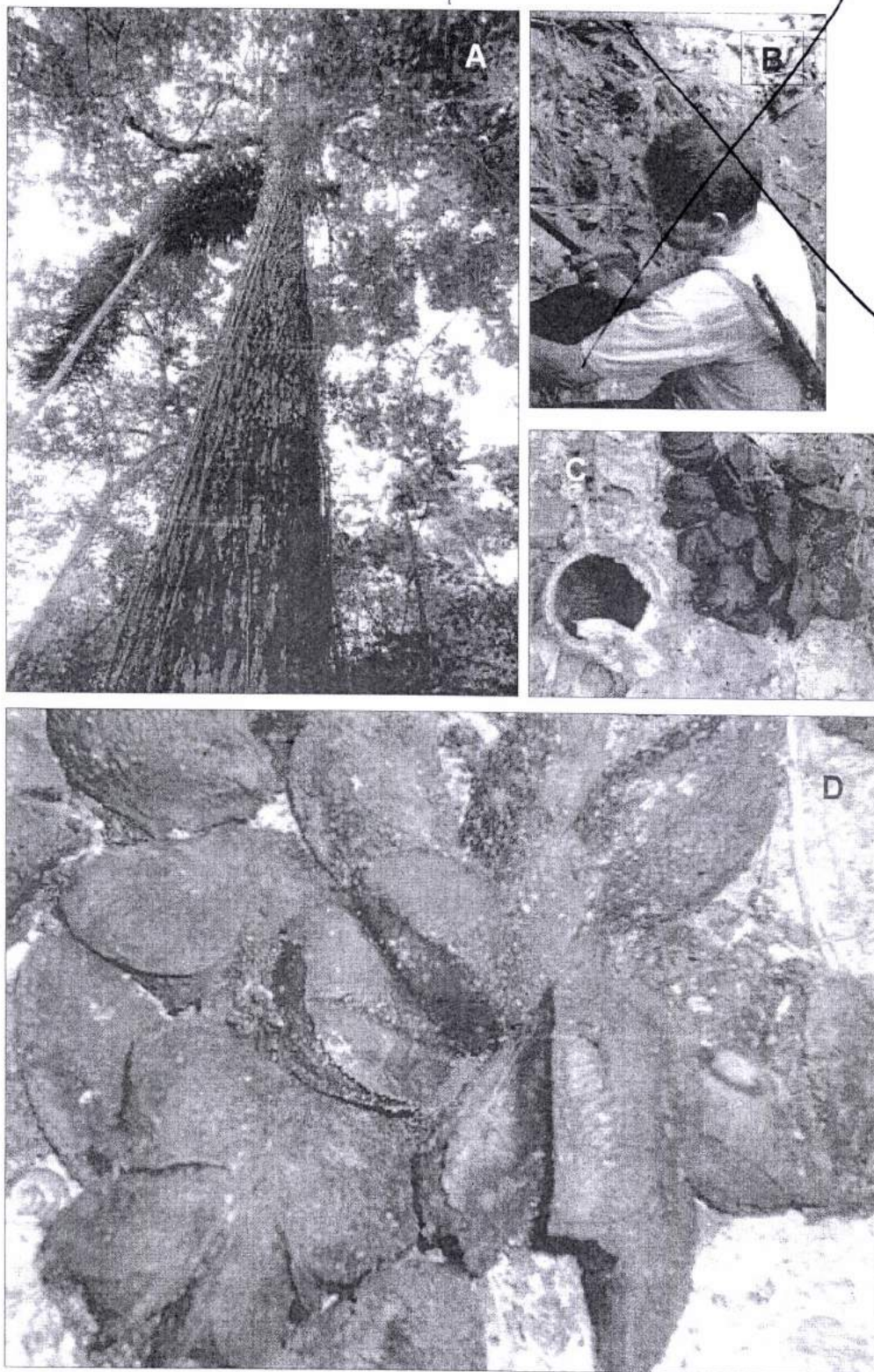


Figura 2.41: Coleta da castanha (A), *Tibaku* mostrando como corta o ouriço da castanha (B) e a castanha já cortada (C) na TI Sororó.

Os compradores/atravessadores buscam a castanha na aldeia, havendo alguns casos em que os indígenas se deslocam até às cidades para fazer a venda, e segundo os *Aikewara*, há compradores em cidades mais distantes como Belém (Quadro 2.4.5).

A castanha é comercializada 'suja', ou seja, não há processo de limpeza após a coleta, o que favorece ainda mais o preço baixo. Logo após a reunião dos ouriços, estes são abertos com uso do facão e as castanhas são despejadas em cima de palhas de alguma palmeira. Após a feitura dos montes, as castanhas são ensacadas e levadas no "lombo" de muares, cavalo ou às vezes até mesmo às costas (dependendo da quantidade), para a estrada principal. Um pequeno trator comunitário é usado para o transporte dos sacos até a aldeia. Por vezes paga-se o tropeiro para retirada da castanha, aumentado o gasto. Cada família/coletor armazena e comercializa sua própria ^{produção} castanha, cuja venda é feita de forma individual, favorecendo mais uma vez o atravessador, que dá o preço que melhor lhe favoreça - para um, dita um preço e, se este não concorda, surge outro que lhe vende por um valor menor ainda. "Eles vêm aí, entra aí e põe preço, e a gente tem de aceitar, vai fazer o quê?".

O armazenamento é feito nas casas, ou em barracões no caso da aldeia *Itahy*; na aldeia Sororó estão construindo um galpão para armazenar a castanha (estes armazéns de madeira são periodicamente refeitos). Em geral, não há muita variação nos preços, já que praticamente é a mesma pessoa quem compra toda a produção de castanha dos *Aikewara*. Alguns conseguem se deslocar para outras cidades, como Marabá, e alcançar um preço melhor pelas sacas de castanha, conseguindo cobrir as despesas de 'rancho' e o pouco que resta investem na compra de móveis, roupas e sobretudo alimentos.

Quadro 2.4.5: Informações sobre a comercialização da castanha na TI Sororó, safra de 2011.

Nº de sacas com peso de 60kg	Preço vendido/saca (R\$)	Gasto da safra (R\$)	Município da venda
63	80,00	200,00	São Geraldo
19	60,00	--	São Geraldo
68	80,00	--	São Geraldo
90	60,00	--	São Geraldo
20	80,00	--	Araguaína
5	70,00-60,00	--	São Geraldo
90	60,00 - 70,00 - 40,00	700,00	São Geraldo
2	60,00	--	São Geraldo
50	80,00	--	Marabá
45	60,00 - 75,00	não sabe	São Geraldo
10	80,00 - 60,00	não sabe	São Geraldo
50	70,00 - 60,00 - 40,00	não sabe	São Geraldo
10	80,00	400,00	Marabá
5	60,00	não sabe	São Geraldo
5	80,00	não teve	Marabá
12	60,00	200,00	São Geraldo
7	70,00	não sabe	São Geraldo
10	70,00	não teve	São Geraldo
3	70,00	rancho	São Geraldo
8	60,00	200,00	São Geraldo
25	70,00 - 60,00	150,00	São Geraldo e Xambioá
12	70,00 - 80,00	150,00	São Geraldo
31	não sabe	não sabe	'Marquinho' de São Geraldo
20	70,00 reais	não sabe	São Geraldo
23	não sabe	não sabe	São Geraldo
44	75,00 - 65,00	não sabe	São Geraldo
50	60,00 - 70,00	500,00	'Barroso' de São Geraldo
80	70,00	200,00	'Marquinho' de São Geraldo
130	80,00 - 60,00	500,00	'Barroso' de São Geraldo
36	70,00 - 60,00 e 80,00	200,00	São Geraldo
8	80,00	20,00	São Geraldo
46	70,00 - 60,00	100,00	São Geraldo
56	60,00	400,00	'Barroso' de São Geraldo
20	80,00 - 60,00	não sabe	'Barroso' de São Geraldo
9	60,00 - 70,00	não sabe	'Barroso' de São Geraldo e Araguaína
40	65,00	140,00	'Marquinho' de São Geraldo

130	60,00 - 80,00	400,00	Belém
25	60,00	300,00	São Geraldo

Quadro 2.4.5: Informações sobre a comercialização da castanha na TI Sororó, safra de 2011. (Continuação)

Nº de Sacas com peso de 60kg	Preço vendido/saca (R\$)	Gasto da Safra (R\$)	Local da venda
15	50,00 - 60,00	250,00	São Geraldo
2	60,00	não sabe	Morador do entorno
12	80,00	não sabe	na beira da pieta rodovia
9	60,00 - 80,00	não sabe	São Geraldo

Seis espécies de frutos nativos do território *aikewara* são utilizados para o comércio: cupuaçu, castanha, açaí, bacaba, babaçu e bacuri, sendo que as três primeiras representaram 88% de todas as referências que as 62 famílias entrevistadas fizeram aos frutos que comercializam.

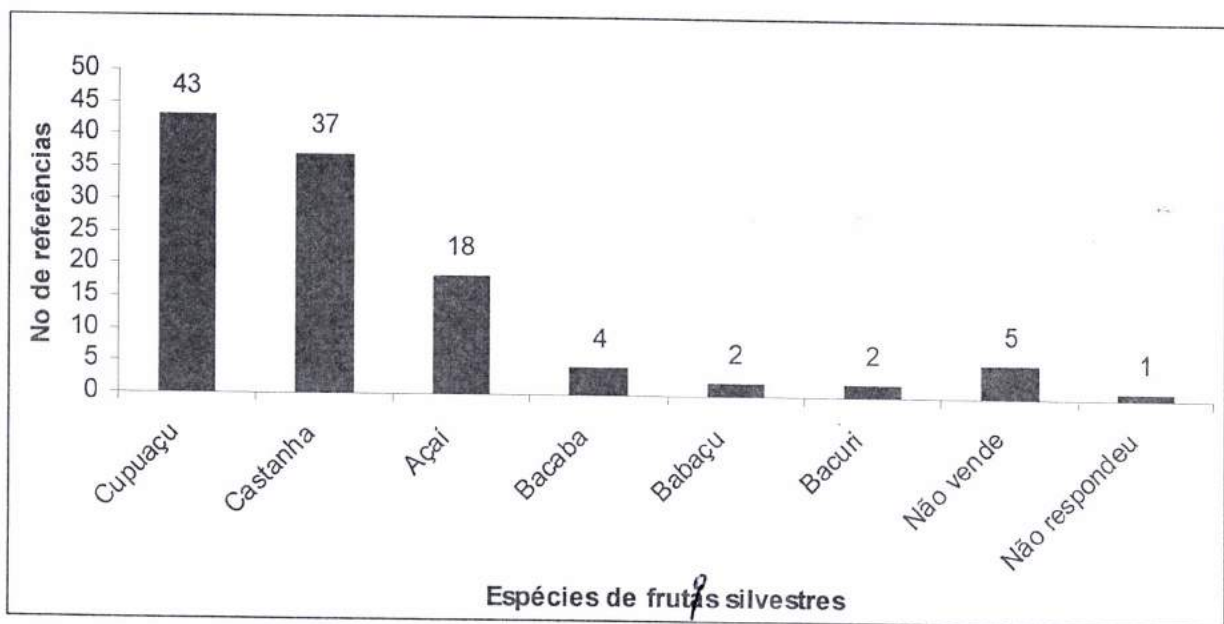


Figura 2.42: Número de referências feitas às espécies de frutos silvestres que os *Aikewara* utilizam para o comércio.

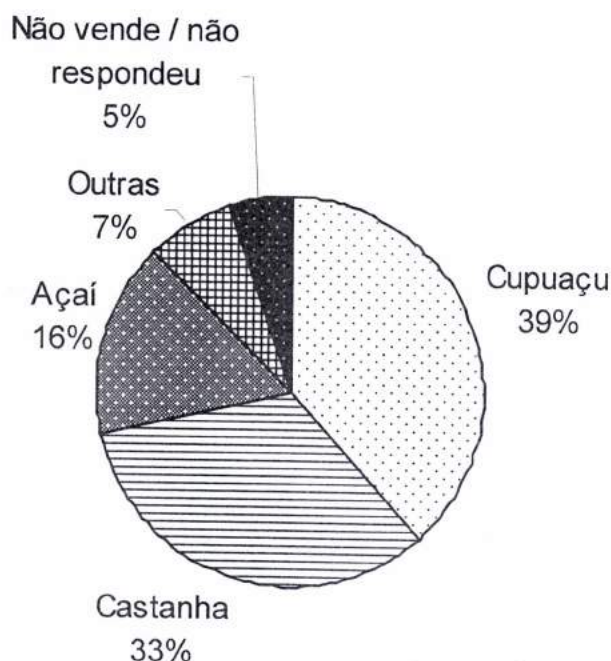


Figura 2.43: Porcentagem das referências feitas aos frutos silvestres que os *Aikewara* utilizam para o comércio.

A castanha, como já realçado, é um fruto silvestre considerado muito bom para o comércio pelos *Aikewara*, sendo a sua fonte de renda mais importante. Já os outros frutos silvestres são considerados produtos muito baratos para serem comercializados, mas mesmo assim muitas vezes os comercializam. A maior parte deles é vendida a compradores/atravessadores que vão buscar na própria aldeia.

Cupuaçu:

O território *aikewara* possui vários locais com concentrações naturais de cupuaçu, fruto que utilizam amplamente na sua alimentação e para o comércio. Depois da castanha, esse é o fruto mais vendido. Seu comércio é feito na própria aldeia quando os compradores das cidades do entorno, como São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia ou mesmo Marabá vão até lá e os compram. Em algumas ocasiões, são os *Aikewara* que levam os frutos a essas cidades para a venda. O preço do cupuaçu varia de R\$1,00 a R\$1,50 o grande, podendo chegar a R\$0,50 o pequeno.

Açaí:

O açaí é um fruto que os *Aikewara* chegaram a vender nos anos de 2002 e 2003, mas que hoje em dia parece não estarem vendendo mais. Consideram um fruto difícil para a venda porque o açazeiro é muito alto, o que dificulta a coleta. *Atualmente possuem a prática de derrubar a palmeira para essa coleta, o que compromete seriamente a continuidade dos estoques populacionais da espécie no futuro.* Quando vendiam em 2002 e 2003 obtinham de R\$25,00 a R\$60,00 cada saca de açaí.

Babaçu:

Apesar de não ter sido mencionado nas entrevistas como um fruto coletado pelos *Aikewara*, o babaçu já foi utilizado como um produto de comércio. Vivendo relativamente próximos ~~aos~~ a várias guserias movidas a carvão vegetal (distrito industrial de Marabá), atraídas pela maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, a Serra de Carajás, os *Aikewara* também já foram envolvidos pelo comércio de matéria de combustão para os fornos dessas indústrias. O coco de babaçu é um dos materiais utilizados para o fabrico do carvão, visando a atender essa enorme demanda.

Moradores de ambas as aldeias, Sororó e *Itahy*, declararam que já coletaram coco de babaçu para venda. No caso da aldeia Sororó, essa coleta era realizada no interior da área e o babaçu vendido *in natura*. Essa atividade era realizada com mais frequência no 'verão', após o final da safra da castanha - um saco de babaçu (seis latas) era então vendido pelo preço de R\$1,00 a R\$2,00.

No caso dos moradores da *Itahy*, a coleta era feita nas fazendas de seus amigos e compadres limítrofes à aldeia, tendo chegado a "mexer" com carvoaria, produzindo carvão de babaçu queimado no tambor. Vendiam o saco de carvão a R\$4,00- 4,50; consideram essa atividade um "trabalho pesado", feito muitas vezes debaixo de sol forte e com baixíssima remuneração.

• **As espécies de frutos silvestres em diminuição na TI Sororó**

Os frutos silvestres do território dos *Aikewara* também estão entre os recursos naturais que vêm sofrendo um processo de redução populacional. Para 76% das 62 famílias entrevistadas, os frutos silvestres são recursos cada vez mais difíceis de obter. Apenas 11% consideram que sua disponibilidade continua a mesma.



Figura 2.44: Percepção da redução da disponibilidade de frutos silvestres pelos *Aikewara*

As espécies ^{apud} que mais sofreram redução são o cupuaçu, a castanha e o açaí, justamente as espécies com importância econômica, pois são utilizadas como fonte de renda para as famílias *Aikewara*.

Por sua vez, 77% das 39 famílias entrevistadas (55 % do total) que citaram um motivo para essa redução populacional, indicaram a queimada provocada pelos fazendeiros e colonos dos Projetos de Assentamento do entorno da TI Sororó e pelos motoristas que circulam pela BR-153 como os principais responsáveis. O fogo que ^a cada ^{dois} anos consome mais áreas da TI Sororó tem queimado várias castanheiras e pés de cupuaçu, árvores que não resistem ao fogo. Em várias entrevistas os *Aikewara* lembraram o tempo em que "traziam sacos e sacos de castanha". Agora que "queima ^{quase} todo ano e as castanhas estão fracas, não dão mais como antes não".

O desmatamento da região também foi considerado um dos motivos ^{para} a redução dos estoques dessas árvores frutíferas. Desmatamento que, segundo os *Aikewara*, tem contribuído para o aquecimento do clima e a conseqüente alteração no desenvolvimento dos pés de cupuaçu. ^{Este} aumento de temperatura ^{que} acaba facilitando mais queimadas, num círculo vicioso. Esta alteração na dinâmica ecológica foi exemplificada por um ancião, para quem o desmatamento também reduziu a disponibilidade de castanheiras para alimentar as araras e papagaios, que se voltaram então para os frutos das castanheiras utilizadas pelos *Aikewara* destruindo muitos frutos e reduzindo a produção de seus castanhais.

As queimadas já refletem na produção dos castanhais comprometendo a renda obtida nessa atividade. O castanhal "Chico Bundão" produzia 50 sacas de castanha, após a queimada sua produção se reduziu a 8 sacas, um prejuízo de cerca de R\$ 2.500,00 ~~reais~~ por ano para a família ^{coletora} proprietária. O castanhal do Ipirómi, desde

que foi queimado há 2 anos não produz mais castanha. Antes da queima produzia 60 sacas, um prejuízo médio de 3.600,00 reais por ano. O castanhal Água Fria é outro ~~castanhal~~ muito afetado; ^{a sua} a produção ~~desse castanhal~~ foi reduzida em pelo menos 40 sacas, um prejuízo de mais de 2.500,00 ~~reais~~ a cada ano.

O incêndio A queimada tem afetado também a produção dos cupuzeiros e algumas famílias já não puderam comercializar esse ~~fruto~~ ^{fruto} este ano. Por causa ~~de queimada~~ ^{de} a expectativa dos Aikewara é que a produção para o ano que vem "seja mais fraca".

incêndio de 2010

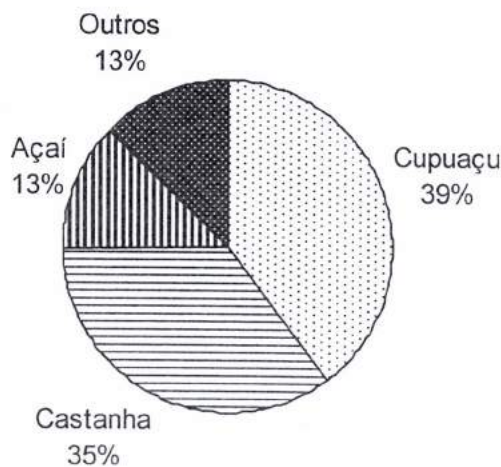


Figura 2.45: Espécies de frutos silvestres que estão em redução populacional, na percepção dos Aikewara.

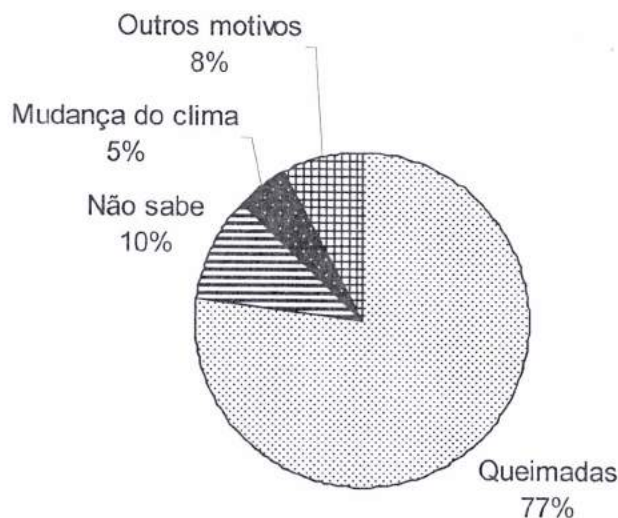


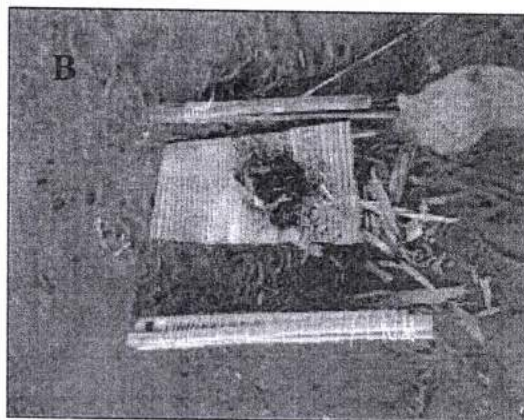
Figura 2.46: Motivos causadores da diminuição dos frutos silvestres, na percepção ~~dos~~ Aikewara.

O AHE Santa Isabel vai aumentar a pressão dos fazendeiros e colonos nos limites dos territórios dos Aikewara e intensificará o fluxo de veículos na BR-153, processos que aumentarão os riscos de incêndios, fragilizando mais ainda o bloco de floresta representado pela TI Sororó. Estes impactos ~~que~~ irão contribuir para o aumento da redução na disponibilidade de frutos silvestres coletados pelos Aikewara para a sua alimentação e comércio, comprometendo a sua mais importante fonte de renda.

- **O uso tradicional de algumas plantas**

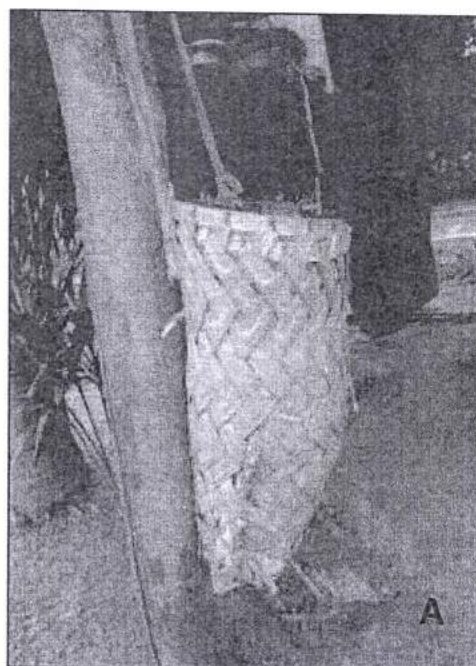
Foi ^{mencionado} citado pelos Aikewara o uso de diversas plantas para a alimentação, nos processos de cura de doenças, para produção de artefatos, ~~para produção de~~ lenha, construção de galinheiros, casas, caibros e mourões para cerca. ^{obtenção}

O urucum (*Bixa orellana* L.) é usado na pintura corporal e para produção do fogo quando não há fósforo (Figura 2.47). Foi citado ainda o uso de várias palmeiras na alimentação, como o fruto do buriti (*Mauritia flexuosa* Linn. F.), o tucum, da qual a partir das fibras produzem linha e cordas e ainda o babaçu (*Oryzopsis sphegodes*, Mart. Barb. Rodr.), planta abundante na região devido aos desmatamentos. As palhas dessa palmeira servem para fazer a cobertura das casas tradicionais ^{de} os frutos ^{para} para a produção do óleo de babaçu, que é comercializado a R\$ 15,00 (quinze reais) o litro nos municípios vizinhos, ~~ainda~~ ^{entram} entram na produção dos artefatos como os cestos, que são utilizados para guardar mantimentos e outros objetos (Figura 2.48 e 2.49).



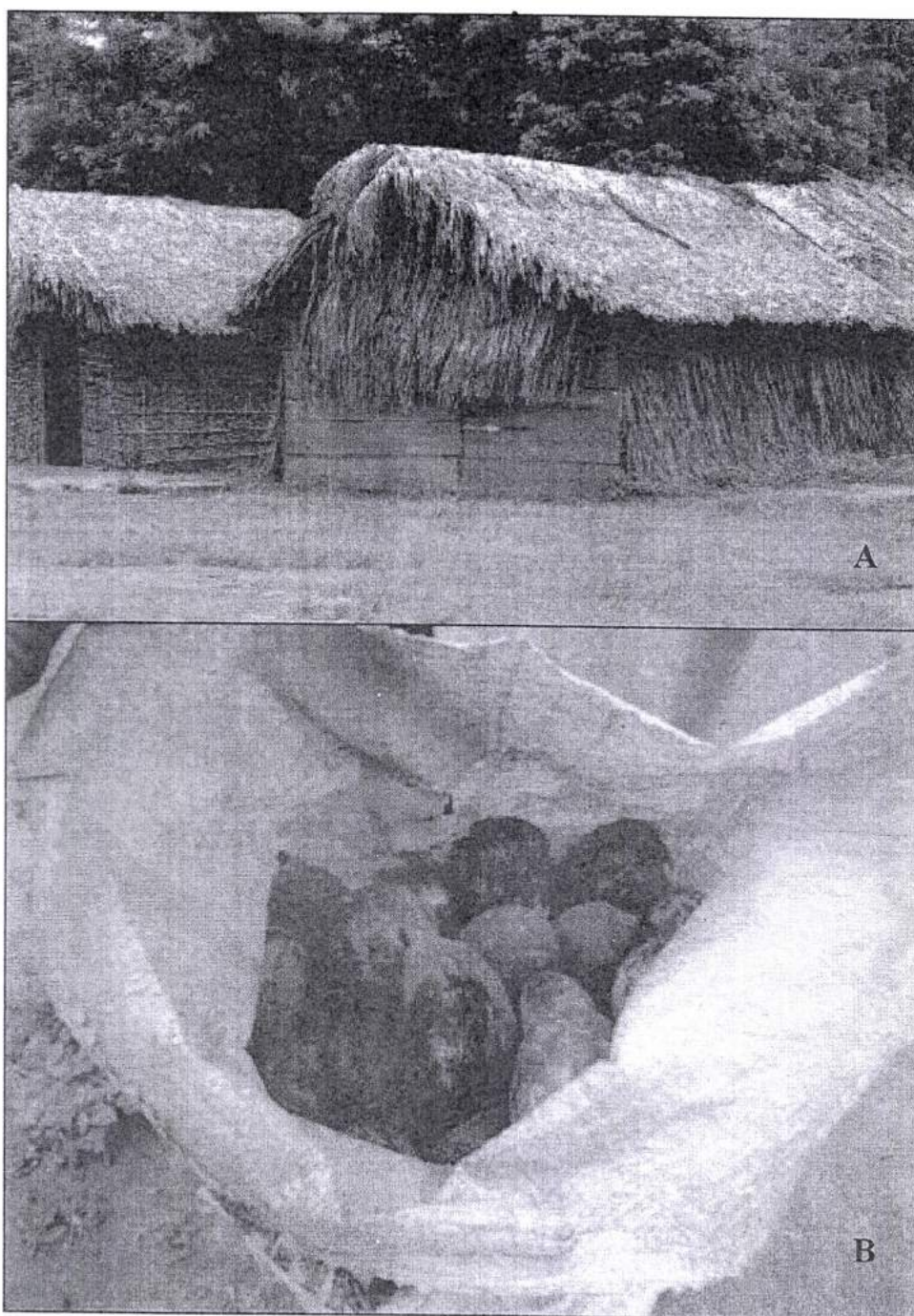
Fotos: Equipe Técnica, fevereiro 2011

Figura 2.47: Demonstração do uso do graveto da *Bixa orellana* L. na obtenção do fogo, TI Sororó.



Fotos: Equipe Técnica

Figura 2.48: Cesto produzido a partir do miolo (olho) da ^{palma} folha de babaçu (A), fruto maduro da *Bixa orellana* L. (B) e fruto imaturo da *Genipa americana* L., usados na pintura corporal dos Aikewara (C), TI Sororó.



Fotos: Equipe Técnica; fev/2011.

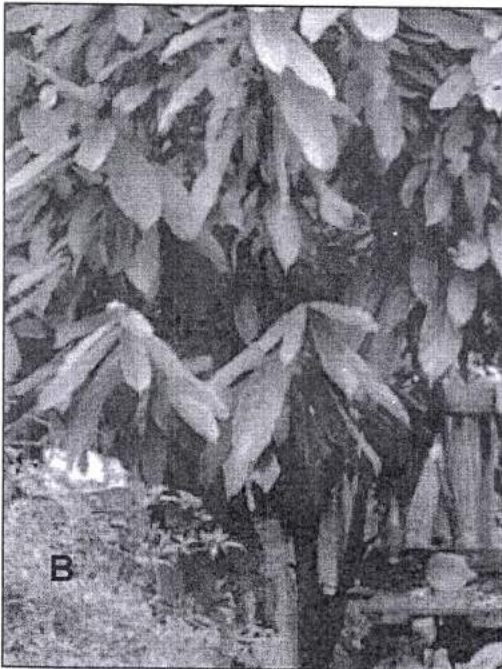
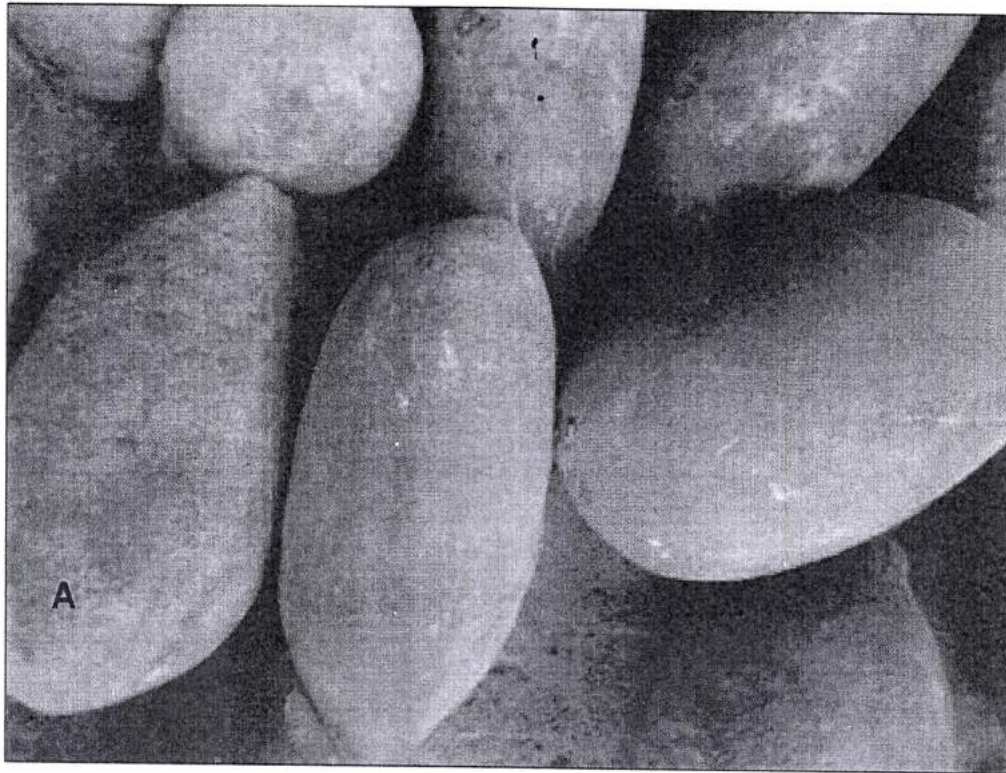
Figura 2.49: Uso da palmeira *Orrbignya speciosa* (Mart. Barb. Rodr.), para cobertura da casa tradicional (A) e frutos usados na produção do óleo de babaçu (B), TI Sororó.

Para a confecção dos artefatos plumários, como os cocares, que são elaborados pelos homens, utilizam a embira, retirada dos bambus nativos e tingidos com o urucum, sendo geralmente adornados com penas retrizes de arara vermelha. Estes artefatos são importantes componentes da cultura material aikewara, usados em ocasiões cerimoniais.

Uma planta de grande ocorrência na TI é o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* L.), usado como alimento não apenas pelos Aikewara, mas também pela população que habita os municípios no entorno da TI, tornando-se assim uma fonte de renda extra a partir da venda dos frutos e da 'manteiga' produzida com os caroços ~~de cupuaçu~~ (Figura 2.49). O cupuaçu é consumido sob a forma de sucos, ^e ao natural, ^{e como "feladinho",} principalmente pelas crianças. Foi citado ainda seu uso para o reflorestamento e para o enriquecimento dos pequenos pomares existentes nos quintais das duas aldeias.

As flechas são artefatos produzidos pelos Aikewara, ^{ocasionalmente} e utilizados para caçar animais consumidos na alimentação. ~~Esse artefato é confeccionado~~ pelos homens, ^{que} retiram da vegetação os materiais necessários, como o bambu e o tucum, usados para fazer a corda e a lança, respectivamente, aproveitando as penas das ~~aves~~ ^(mutum, javitá) para dar direcionamento ~~para este artefato~~ ^{às flechas} no momento de abater o animal ~~(mutum, javitá)~~ (Figura 2.50).

(mutum, javitá)
arara e papagaio



Fotos: Equipe Técnica,
fev. 2011.

Figura 2.49: Frutos maduros da *Theobroma grandiflorum* L. usados para alimentação e comercialização (A), árvore adulta presente no quintal (B) e sementes (C) armazenadas para a produção da *manteiga do cupuaçu*, na aldeia Itahy, TI Sororó.

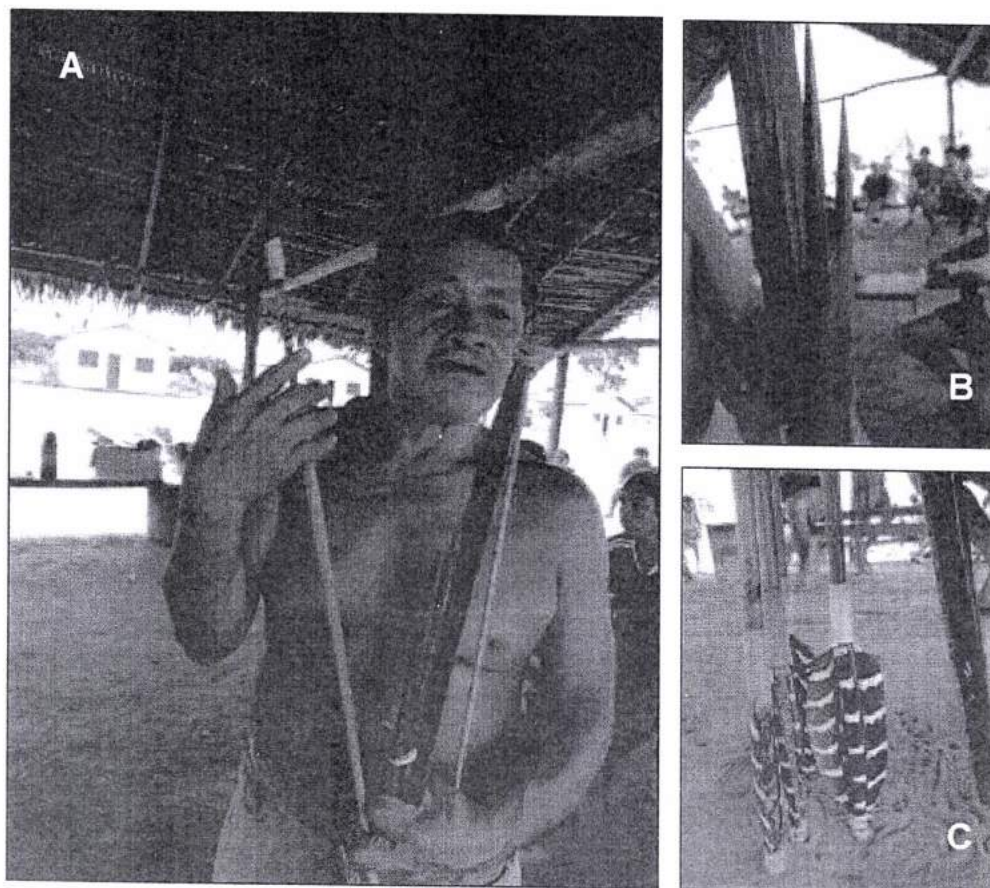


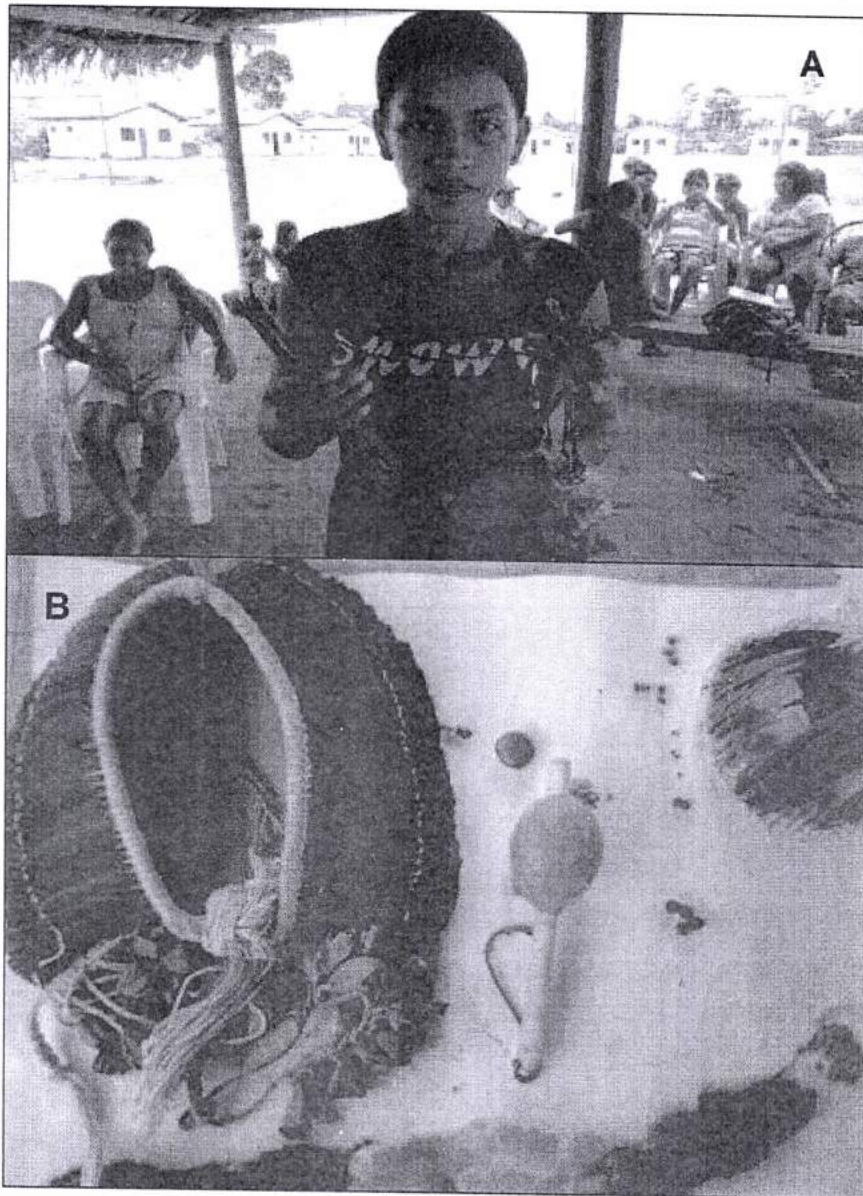
Figura 2.50: *Umassu* portando flechas utilizadas para caçar (A); detalhe da lança feita de tucum (B) e uso das penas para dar direcionamento à flecha (C), TI Sororó.

O Artesanato

Produzido pelas mulheres, ^oeste artesanato é comercializado nos municípios do entorno da TI, ou quando não-indígenas visitam a aldeia. Segundo as mulheres *aikewara* entrevistadas, essa atividade não é uma fonte de renda segura, pois somente de vez em quando conseguem fazer alguma venda ou trocar os objetos por alimentos como arroz, óleo, entre outros.

As peças produzidas são colares, pulseiras, cestos, anéis e prendedores de cabelo. Para a confecção desse artesanato são utilizadas miçangas, adquiridas na cidade, sementes nativas como o *morototó* e outras coletadas na mata (Figuras 2.51 e 2.52). Foi registrado o uso de diversos tipos de fibras de cocos, como o tucum (ou tucumã), usado tanto para a confecção da linha quanto das peças propriamente ditas, e ainda partes de animais, como ossos, dentes e penas (estas para a confecção de artefatos de uso ritual, feitos pelos homens). Outros materiais

utilizados são: agulha, linha de nylon, tesoura, facas, faquinhas, alicates, limas, entre outros.



Fotos: Equipe Técnica; fev/2011.

Figura 2.51: Artefatos para comercialização (A), ou para uso ritual (B), TI Sororó.

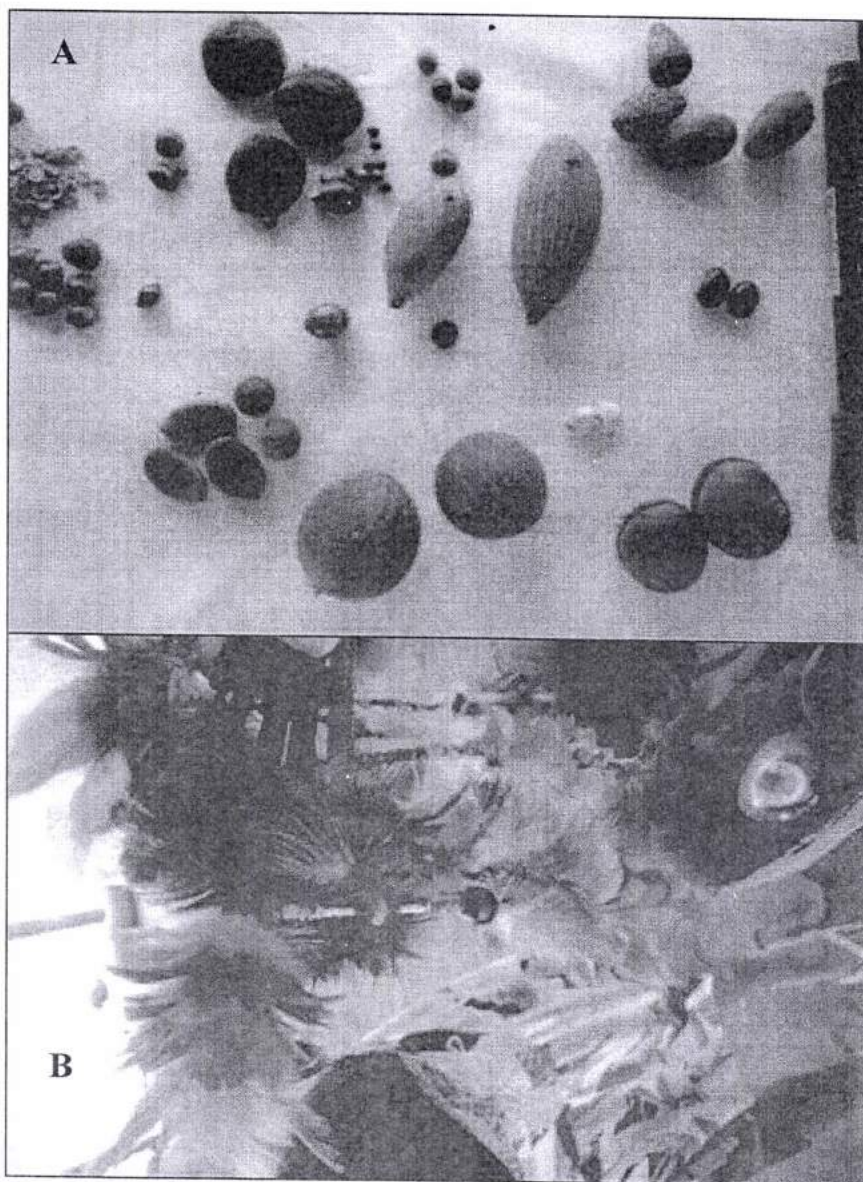


Figura 2.52: Sementes utilizadas para confecção dos colares e pulseiras (A), prendedores de cabelo (B) feitos pelas mulheres *aikewara* da ~~X~~ Sororó. aldeia

- **Recursos naturais: a economia dos *Aikewara* e os novos “projetos”**

A escassez de recursos naturais e o empobrecimento da dieta alimentar dos *Aikewara* parecem estar diretamente relacionados à exiguidade territorial e ao confinamento que lhes foram impostos pelas relações do contato nos últimos 50 anos.

A coleta e comercialização da castanha no mercado local (em geral em Marabá), realizada também pelos grupos familiares, constituíram-se, sobretudo até 1995 - quando ocorreu um grande incêndio nas matas da TI Sororó - na única atividade que ainda vem proporcionando algum rendimento aos *Aikewara*, com vistas à obtenção de bens industrializados que se tornaram indispensáveis, tais como roupas, calçados, panelas, pratos, talheres, sabão, munição, etc.

A dieta *aikewara* continua baseada primordialmente na caça (jabutis, queixadas, veados, antas, macacos, guaribas) e na coleta de frutos silvestres (castanha, cupuaçu, bacaba e açai). A escassez crescente destes recursos naquela área levou-os a formular "projetos" destinados a agências de financiamento.

Entre 2002 e 2006, os "Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas" / PDPI (com recursos do PPG-7, administrados pelo Ministério do Meio Ambiente) patrocinaram as atividades de piscicultura (também com recursos da Cia. Vale do Rio Doce, devido à interferência do Projeto Carajás naquela área), ao lado do plantio de sementes e cultivo de mudas de espécies nativas para reflorestamento da TI.

Ao contrário deste projeto que contou com assistência e monitoramento, tendo sido gerenciado pela *Associação Indígena Aikewara* (fundada em 1998), o projeto de apicultura iniciado em 2003 através de recursos do governo estadual (Programa Raízes), não teve acompanhamento e se encontra desativado, ~~sobretudo depois do último incêndio ocorrido nas matas dos *Aikewara* (julho 2010), que afugentou as abelhas.~~

Distintamente dos recursos oriundos do PDPI, houve pouca autonomia na gestão dos projetos e recursos provenientes da Vale, empresa responsável pela exploração da Serra de Carajás, através de um Termo de Compromisso com a FUNAI que vigorou até 2006. Geridos pelos representantes da Administração Executiva Regional da FUNAI, em Marabá, os projetos com apoio da empresa trouxeram insatisfação para as jovens lideranças; a descontinuidade da liberação de recursos provocava interrupção nas atividades dos novos "projetos" (aviário, piscicultura e canteiros de mudas para reflorestamento), gerenciados na aldeia por um técnico agrícola, contratado por terceirização.

Estas novas atividades atraíram e envolveram os jovens da comunidade, permanecendo os homens maduros e mais velhos - e suas famílias - dedicados às atividades tradicionais da caça, agricultura e confecção de artefatos cerimoniais, sobretudo plumária.

Até há pouco tempo, a pesca deixara de ocupar lugar de destaque enquanto fonte de obtenção de alimentos, dada a inexistência de mananciais na área onde se encontram, as cabeceiras do *Tieté*, denominação *aikewara* para o 'Grotão dos Caboclos'. Mas a presença de olhos d'água permitiu a formação de tanques para piscicultura (açudes) - atualmente há três na aldeia Sororó, mas apenas um deles teve a finalidade de reprodução de espécies como tambaquis e tilápias ~~(que foram~~

economicamente interdependentes, ou seja, pouco se assemelham aos 'clãs' pressupostos por Laraia. O idioma local ensina que tais divisões são tomadas por *mae'kwera* (partes) e conhecidas como *herarupy* (aquilo que carrega o nome ou, glosa nativa, símbolo), passíveis de serem descritos como patrigrupos onomásticos. Revisando a lista proposta por Laraia (*op.cit.*): *Koati'ara* (os Quati), *Saopakani* (Gavião), *Ukywytakwa* (Taquara), *Inatayw* (pé de Inajá) e *Karajá*. Decerto, à exceção dos *Koati'ara*, onde circula a posição de chefia, nunca foi encontrado qualquer relato sobre "especialização", mesmo quando falavam dos tempos pré-contato.

Os *Aikewara* possuem uma ampla lista de animais comestíveis que habitam seu território (Quadros 2.4.7, 2.4.8 e 2.4.9) - entendido aqui não somente como a atual terra demarcada, mas também as áreas que ocupavam antes do processo de demarcação que os confinou em uma pequena parte desse território mais amplo. As informações dessas listas, expostas abaixo, foram obtidas através de entrevistas coletivas junto aos anciãos especialistas no tema, indicados pela própria comunidade. Como não houve coleta de espécimes, a identificação dessas espécies foi realizada através da observação e experiência pessoal do técnico da equipe, levantamento das espécies de ocorrência na região em diferentes guias de identificação e cruzamento com as informações do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra das Andorinhas - Martírios e do EIA do AHE Santa Isabel.

A Figura 2.53 apresenta alguns registros e espécies identificadas durante os trabalhos de campo.

Os aproximadamente 26 mil hectares da TI Sororó ^é o único grande bloco remanescente de floresta em uma região profundamente alterada pelas atividades de pecuária e por projetos de assentamentos do INCRA. Apesar de um entorno ~~profundamente~~ ^{há} modificado, os limites da TI Sororó abrigam espécies raras e exigentes como o cuxiú, anta e onça pintada, demonstrando sua integridade ambiental (Quadro 2.4.10). Os dados demonstram também que a TI Sororó funciona ^o como um dos últimos e mais importantes refúgios de espécies que ocorriam antes na região. De acordo com um *Aikewara*, "no entorno da TI, principalmente na região do Caracol, havia muita onça e castanha. Quando os kamará derrubaram a mata, os animais entraram tudo nos limites ~~dessa~~ ^{da} terra indígena".

Quadro 2.4.7: Relação de espécies da fauna de mamíferos utilizados como alimento pelos Aikewara.

Ordem	Nome científico	Nome em aikewara	Nome em português
	Família		
Artiodactyla	Cervidae		
	<i>Mazama americana</i>	Misara	Veado mateiro
	<i>Mazama gouazoubira</i>	Pakwahow	Veado fuboca
	Tayassuidae		
	<i>Tayassu pecari</i>	Tassahu	Porcão / queixada
	<i>Pecari tajacu</i>	Tiwa'a	Cateto
Perissodactyla	Tapiridae		
	<i>Tapirus terrestris</i>	Tapi'ira	Anta
Cingulata	Dasypodidae:		
	<i>Dasyus</i> sp. ou <i>Cabassous</i> sp.	Tatuete	Tatu
		Tatuin	Tatu rabo de couro
		Tatupew	Tatu peba
	<i>Priodontes maximus</i>	Tatuhu	Tatu rabo de couro /tatu canastra
	<i>Dasyus novemcinctus</i>	Tatu'ete	Tatu galinha
<i>Euphractus sexcinctus</i>	Tatukapehaw	Tatu peba (?)	
Pilosa	Megalonychidae		
	<i>Choloepus didactylus</i>	Akykypiron	Preguiça real
Rodentia	Hydrochaeridae		
	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	Ka'apewara	Capivara
	Agoutidae		
	<i>Agouti paca</i>	Karuwaruhu	Paca
	Dasyproctidae		
	<i>Dasyprocta agouti</i>	Akuti	Cutia
	Sciuridae		
<i>Sciurus</i> sp.	Wawere	Esquilo	
Lagomorpha	Leporidae		
	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	Tapiti	Tipiti
Carnivora	Procyonidae		
	<i>Nasua nasua</i>	Koati	Quati
	<i>Potos flavus</i>	Supara	Jupará
Primates	Callitrichidae		
	<i>Saguinus midas</i>	Kahenai	Souim / guaribinha
	Cebidae		
	<i>Cebus apella</i>	Ka'i	Macaco prego
	Pitheciidae		
	<i>Chiropotes satanus</i>	Kutipi	Cuxiú
	Atelidae		
<i>Alouatta belzebul</i>	Akyky	Capelão / guariba	

Quadro 2.4.8: Relação de espécies da avifauna utilizadas como alimento pelos Aikewara.

Nome científico	Nome em aikewara	Nome em português
Família		
Psittacidae		
<i>Ara macao</i>	Araraete	Arara
<i>Ara chloroptera</i>	Ararakonguhú	Arara vermelha
<i>Anodorhynchus hyacinthinus</i>	Araranuhú	Arara azul
<i>Ara ararauna</i>	Ararasykiri	Arara canindé
<i>Amazona</i> sp.	? TIKWÁ	Papagaio
Diversas espécies	? ARARI	Curica
Tinamidae		
<i>Tinamus</i> sp. ou <i>Crypturellus</i> sp.	Namuita	Nambu
	Namuir	Nambu
	Namorow	Nambu
	Namutytyra	Nambu
<i>Tinamus tao</i>	Inamuhú	Azulona
<i>Rhynchotus rufescens</i>	Inamuhúkwakuhu	Jao'puta
Cracidae		
<i>Crax fasciolata</i>	Mitun ete	Mutum
<i>Mitu tuberosa</i>	Mitun onguhu	Mutum
<i>Penelope</i> sp. ²¹	Sakuhú	Jacu
	Tarukaw	Jacu
	Sakuete	Jacu
Columbidae		
<i>Patagioenas</i> sp.	Pikahu	Pombo grande
<i>Leptotila</i> sp.	Seruti	Juriti
<i>Columbina</i> sp.	Pikuí	Rolinha
Ramphastidae		
<i>Ramphastus vitellinus</i>	Tucanoete	
<i>Ramphastus tucanus</i>	Tucanohú	
<i>Pteroglossus</i> sp.	?	Araçari
Ardeidae		
<i>Tigrisoma</i> sp. ou <i>Botaurus</i> sp.	Sakurupiwon	Socó
	Okowira	Socó
Odontophoridae		
<i>Odontophorus</i> sp.	Piaka	Uru
Psophiidae		
<i>Psophia viridis</i>	Jakamin	
Trogonidae		
<i>Trogon</i> sp.	?	Surucua

²¹ Durante o levantamento da avifauna para o estudo do AHE Santa Isabel foram levantadas a ocorrência de três espécies de jacus: *Penelope superciliaris*, *P. pileata*, *P. ochrogaster*. A região está localizada dentro da área de ocorrência das duas primeiras espécies, mas o mesmo não pode ser dito para a terceira espécie (*P. ochrogaster*), que teria ocorrência confirmada na margem direita do rio Araguaia. Existe grande possibilidade de que uma dessas espécies de "jacu" seja uma jacutinga (*Pipile cufubi*), que na região pode ser conhecida também por jacupara.

Quadro 2.4.9: Relação de espécies da fauna de répteis utilizados como alimento pelos Aikewara.

Ordem	Nome científico	Nome em Aikewara	Nome em português
	Família		
Chelonia	Pelomedusidae		
	<i>Podocnemis unifilis</i>	Sawti	Tartaruga Jabuti
	<i>Podocnemis expansa</i>	Sawtipew	Tartaruga
	Testudinidae		
	<i>Chelonoides carbonaria</i>	Sawti'ete	Jabuti vermelho
	<i>Chelonoides denticulata</i>	Sawiti piritare	Jabuti branco amarelo
	Geomydidae		
	<i>Rhinoclemmys punctularia</i>	Sawtiakararaw	Perema
	Chelidae		
	<i>Platemys platycephala</i>	Sawtikamon	Jabuti machado
	<i>Phrynops sp.</i>	Sawtirema	ESP. NOVA ?
Crocodylia	Alligatoridae		
	<i>Caiman crocodilus</i>	Sakaretin	Jacaretinga
	<i>Melanosuchus niger</i> ou <i>Paleosuchus sp.</i>	Sakarehuna	Jacaré preto

Quadro 2.4.10: Relação de outras espécies da fauna de mamíferos que os Aikewara reconhecem existir em seu território, mas que não utilizam como alimento.

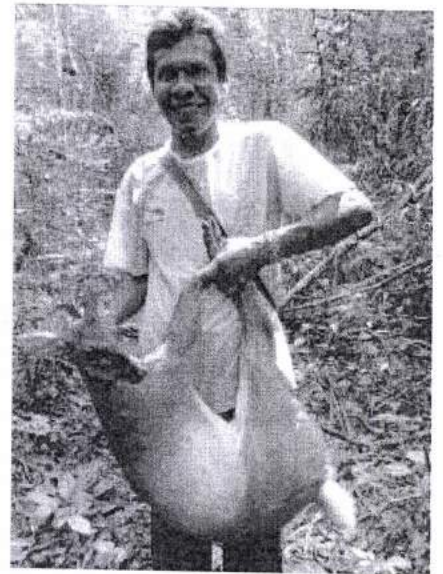
Ordem	Nome científico	Nome em aikewara	Nome em português
	Família		
Carnívora	Felidae		
	<i>Panthera onca</i>	Sawapinima	Onça pintada
	<i>Panthera onca</i>	Sawapissuna	Onça preta
	<i>Puma concolor</i>	Sawapiron	Onça parda
	<i>Leopardus sp.</i>	Sawari	Todos os gatos pequenos
	Mustelidae		
	<i>Eira barbara</i>	Eirarasuwa	Irara
	<i>Lontra longicaudis</i>	Sawatarag	Lontra
	<i>Pteronura brasiliensis</i>		Ariranha
	<i>Galictis vittata</i>	Waweresawara	Furão
	Canidae		
	<i>Speothos venaticus</i>	Sawarona	Cachorro do mato vinagre
	<i>Atelocynus microtis</i>	Apekwaianhara	Cachorro do mato
Pilosa	Bradypodidae		
	<i>Bradypus sp.</i>	Arikassú	Preguiça
	Myrmecophagidae		
	<i>Tamanduá tetradactyla</i>	Asson	Mambira
	<i>Myrmecophaga tridactyla</i>	Tamawá	Tamanduá bandeira
<i>Cyclopes didactylus</i>	Tamanuiason	Tamanduáí	
Rodentia	Erethizontidae		
	<i>Coendou sp.</i>	Kwanu	Coendu



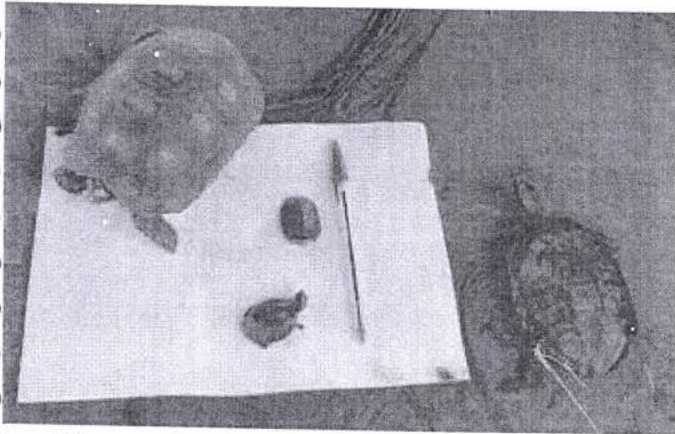
Quati (*Nasua nasua*)



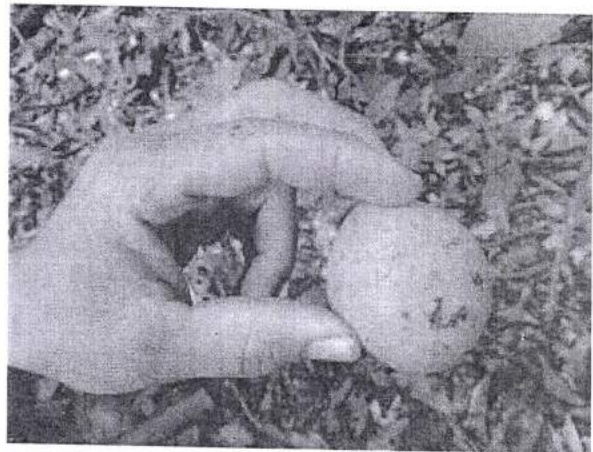
Cutia (*Dasyprocta agouti*)



Veado roxo (*Mazama gouazoubira*)



Algumas das tartarugas encontradas no território dos Aikewara, destacando-se



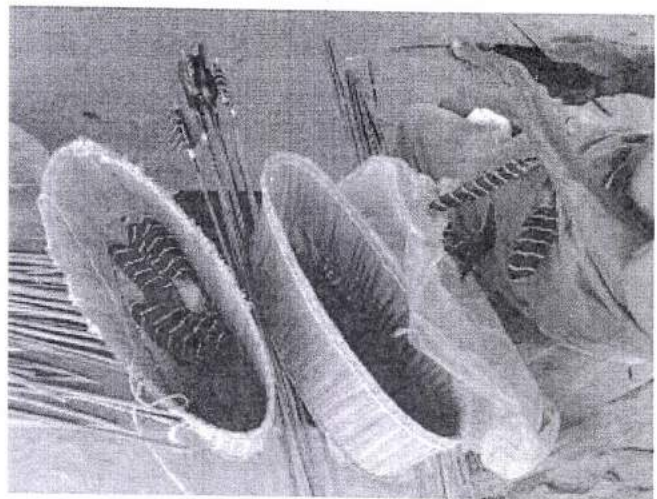
Ovo de azulona (*Tinamus tao*)

estavam as pequenas, uma provável nova espécie já identificadas

Figura 2.53: Registros de algumas espécies identificadas durante os trabalhos de campo na TI Sororó.

Existem algumas espécies cujo consumo entre os *Aikewara* é restrito a certos segmentos populacionais, por exemplo o quati, que não é consumido pelos velhos; já a preguiça real só é consumida justamente pelos mais velhos. Outras espécies tiveram o seu consumo abandonado, como o caso do jupará, que só é consumido por algumas pessoas, assim como os guaribinhas (*Saguinus midas*).

Além de serem fontes de proteínas, algumas aves como araras, papagaios, tucanos e mutuns são fontes de penas utilizadas na elaboração de adornos usados nos rituais dos *Aikewara*, como os *araraw* (cocares) e instrumentos de caça, como a flechas. Esses adornos rituais e instrumentos de caça também são uma fonte de renda, quando comercializados pelos *Aikewara* (Figura 2.54).



Araraws elaborados com penas de várias espécies de aves.

Elaboração de flechas com penas de mutum e arara.

Figura 2.54: Exemplos de adornos e de instrumentos de caça confeccionados pelos *Aikewara*.

Foram realizadas

Uma entrevista sobre as atividades de caça foi realizada entre os moradores das duas aldeias. Na aldeia *Itahy*, esta entrevista abrangeu as 11 casas existentes onde, de acordo com esse levantamento, moram 40 pessoas. Na aldeia *Sororó*, ~~essa~~ entrevista atingiu 43 das 60 moradias existentes, atingindo a representatividade de 230 moradores (cerca de 96% da sua população).

Nessas 54 residências foram encontrados 48 caçadores, o que demonstra que basicamente cada casa tem pelo menos um caçador. Na casas onde afirmaram não haver caçadores, o fornecimento de carne de caça depende de algum outro parente caçador. Estas casas costumam ser moradias de pessoas mais velhas, que já não caçam mais, ou nas quais os maridos se encontram trabalhando fora da comunidade ou exercendo algum trabalho assalariado temporário, o que não lhes permite realizar as caçadas.

Apesar da caça ser a mais importante fonte de proteína animal para os *Aikewara*, ela não é realizada com grande frequência. Apenas 17% dos moradores afirmaram que os caçadores de suas casas saem pelo menos uma vez por

(dentro do intervalo elevado e proibição de aquisição)

semana. Os demais caçam com um intervalo de frequência muito maior, tendo caçadores que chegam a ficar mais de um mês sem caçar. A falta de munição p/ os rpinfados também é um fator que limita a frequência da caça.

2.4.8.1. As estratégias de caça dos Aikewara

Os Aikewara ~~continuam mantendo suas~~ ^{mantêm} práticas de reciprocidade, dividindo a carne da caça obtida para além de sua família elementar. Se a caça abatida for um animal pequeno, como uma cutia, o próprio caçador ficará somente com um pequeno pedaço de carne. ^{de acordo c/ o seu nível de util. no uso, por ex.}

De dezembro a maio, quando estão trabalhando na coleta de castanha, o que os obriga a ir diariamente a seus castanhais, ou mesmo acampar neles caso sejam mais distantes, a caça é uma atividade frequente, numa época que coincide com ~~uma~~ diminuição do trabalho na agricultura. O período da coleta de castanha também é o de abundância de frutos como cupuaçu, cacau-do-mato, bacaba, abiu, almescão, pequi, injá, pavão e castanha, abundância que engorda os animais de caça, como a queixada (porcão). A época de abundância de frutas é a época de maiores chuvas, mas os Aikewara preferem as caçadas no 'verão', quando a mata está enxuta. Os Aikewara caçam tanto no 'verão' como no 'inverno', mas muitos deles foram unânimes em enfatizar que a estação seca, o 'verão' (junho, julho, agosto) é a principal época de caça.

As estratégias de caça dos Aikewara são divididas em ~~três~~ ^{quatro} tipos principais: caçadas de um dia, as esperas e os acampamentos ^{e caçadas tukana.}

Caçadas de um dia:

Na ~~As~~ caçadas de um dia, ~~são caçadas onde~~ os caçadores saem pela manhã e retornam até o final do dia. Nesse tipo de caçada, um caçador, sem o uso de outro meio de transporte, pode atingir um raio de cerca de 10 km de distância de sua comunidade. Geralmente, os Aikewara se utilizam de cães (*ma'esawara*) para ajudar na detecção de alguma caça ou mesmo para acuá-las.

Durante essas caçadas, os caçadores andam pela mata em trilhas, preexistentes ou não, à procura de rastros, vocalizações ou locais frequentemente visitados por animais de caça, como certas árvores frutíferas. Um local muito visitado pelos caçadores à procura de caça são os 'banhos de porcão', ou seja, os barreiros, ou chupadores, locais da mata onde existem certas concentrações naturais de sais que são procurados pelos animais de caça para ajudar nos seus processos digestivos. Dentro dos limites da TI Sororó existe uma grande quantidade desses 'banhos de porcão', amplamente distribuídos e frequentemente visitados pelos caçadores, ~~principalmente em busca dos porções.~~

Essas caçadas também podem ser realizadas oportunisticamente, quando o caçador se desloca pela mata ou roça para a realização de alguma outra atividade, como a coleta de castanha, por exemplo.

Um caçador mais velho informou que antigamente eles caçavam na área que hoje é o Parque Estadual das Andorinhas, segundo ele "um local bom pra pegar jabuti". Os habitantes da aldeia Sororó já não realizam mais caça fora dos limites da TI ou

da Serra

a reduzem a eventos esporádicos. Já os moradores da aldeia *Itahy* continuam realizando atividades de caça nas reservas legais das fazendas colindantes com os limites da TI Sororó, ~~em geral com a permissão de seus proprietários~~. A caçada de jacarés pelos habitantes dessa aldeia, nos lagos e igarapés que cruzam ~~muitas~~ das grandes fazendas próximas, realizada sempre com a permissão dos seus proprietários, muitas vezes ~~obtida~~ através de relações de compadrio, tem permitido que os integrantes dessa comunidade continuem utilizando áreas de caça consideradas 'perdidas' durante o processo de demarcação da TI.

Espera:

Uma outra estratégia de caça muito utilizada pelos *Aikewara* são as caçadas em espera, realizadas sempre no 'verão' e à noite, quando um ou mais caçador monta uma espera em alguma árvore frutífera consumida por algum animal de caça (Quadro 2.4.11). As esperas são montadas ~~através da~~ ^{em} instalação de uma rede de dormir ou uma pequena estrutura feita de paus que permitem ao caçador ficar esperando, a uma altura de 4 a 5 metros do chão, a chegada de algum animal de caça durante a noite para se alimentar do ~~respectivo~~ ^{daquela árvore} fruto (Figura 2.55).

As caçadas em espera são feitas sempre em árvores frutíferas em produção e de reconhecida preferência por algum tipo de animal de caça, sendo muito utilizadas para o abate de paca, veado e anta, espécies que possuem hábitos noturnos ou noturnos/diurnos.

A caçada de espera também é realizada nos bebedouros de água que restam no 'verão', quando muitos dos igarapés da região secam e são procurados por muitos animais de caça para a obtenção de água. Segundo os *Aikewara*, esses bebedouros são bons para se esperar todo tipo de caça.

Quadro 2.4.11: Espécies de árvores frutíferas mais utilizadas pelos *Aikewara* para caça de espera.

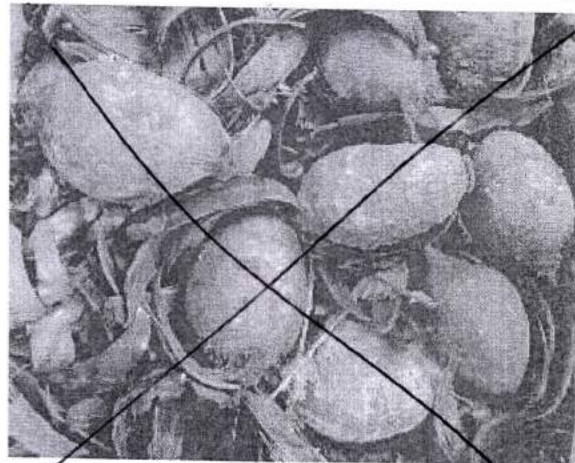
Árvores frutíferas	Espécie de caça atraída
Gameleira	Veado e anta
Jambri	Veado, paca e tatu
Caju de janeiro	Anta e veado
Bacaba	Veado e paca
Jatobá	Anta
Matamatá	Paca
Tambori	Paca
Tropeiro	Paca e veado
Sabonete	Paca e veado



Local de espera, perto da aldeia *Itahy*, junto a um pé de tambori.



Frutos de jambu, árvore frutífera utilizada na caçada em espera para veado, paca e tatu.



Frutos de babaçu roídos por cutia.

*outros
lugar*

Figura 2.55: Alguns frutos ^{*de árvores*} utilizados nas caçadas em espera.

Os acampamentos são mais utilizados especificamente para caçadas no 'verão', quando ~~também~~ combinam suas expedições de caça com pescarias, visto que muitos desses acampamentos estão localizados ~~também~~ próximos a importantes locais de pesca. Os acampamentos mais distantes, por sua vez, são utilizados geralmente para caçadas familiares, com permanências prolongadas de até 15 dias. É importante ressaltar que a utilização desses acampamentos permite um melhor uso dos recursos faunísticos do território e promove uma diminuição da pressão de caça nas áreas mais próximas ~~das~~ aldeias.

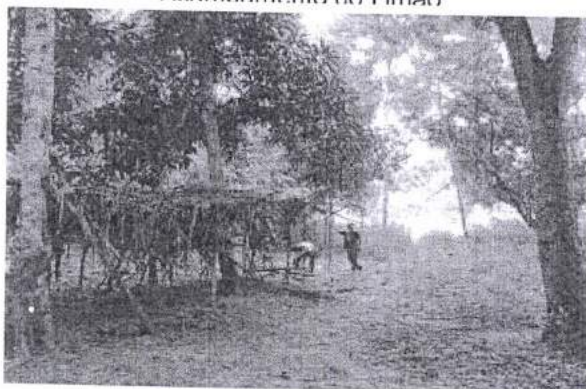
O uso desses acampamentos também faz parte de uma estratégia de ocupação e fiscalização do território *aikewara* titulado. Após o fim da época de coleta da castanha, ~~no~~ final da estação das chuvas, quando os *Aikewara* deixam de estar muito ocupados com essa atividade, iniciam um processo de perambulação pelo seu território através dessa rede de acampamentos, o que permite que realizem o monitoramento e fiscalização de toda a área. Neste período em que intensificam suas atividades de caça também coincide com as invasões, por caçadores ~~não-índios~~ *não-índios*. Muitos desses acampamentos estão localizados próximos aos limites da TI Sororó. Um desses acampamentos, o Água Preta, é considerado por eles um dos melhores locais para caçar no 'verão', onde pegam jabuti e porcão.



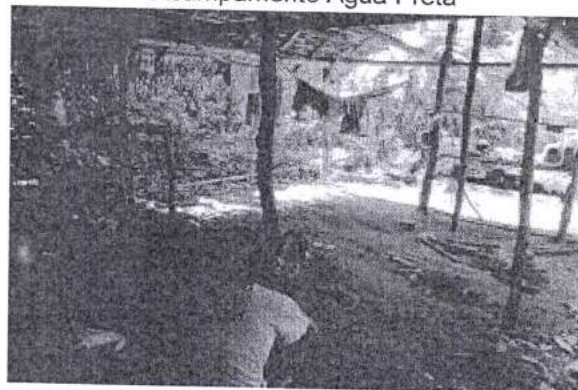
Acampamento do Limão



Acampamento Água Preta



Acampamento do Cupu



Acampamento/'colocação' Borracheira.

Figura 2.57: Exemplos de ~~Al~~ Alguns dos acampamentos utilizados pelos *Aikewara*.

2.4.8.2. As ^{técnicas} tecnologias tradicionais de caça [dos Aikewara]

Os Aikewara possuem duas técnicas de caça tradicionais: o arco e flecha e as armadilhas de caça.

Arco e flecha:

O uso do arco e flecha começou a entrar em desuso entre os caçadores Aikewara após o intenso contato com a sociedade envolvente e com suas novas tecnologias de caça, como o uso de armas de fogo. Atualmente, os Aikewara não possuem fontes de taboca (utilizada para a elaboração da flecha) no interior dos limites do seu território demarcado. Suas únicas fontes atuais ~~de flecha~~ são as ribeiras do rio Araguaia e o ~~próprio~~ Parque Estadual da Serra das Andorinhas / Martírios. Antigamente, um dos locais onde também podiam encontrar a taboca era na Grotta do Cunha, perto do Abóbora. Apesar de não ser mais uma importante técnica empregada para a caça, ainda é utilizada em alguns momentos, principalmente quando os cartuchos para as espingardas estão em falta na comunidade, devido ao seu custo elevado. ^{dessa matéria prima}

O arco e flecha também têm valor simbólico, voltado para a identidade aikewara, sendo sempre utilizados nas danças rituais (*puraha*), além de encontros e jogos indígenas em que participam, como um elemento diferenciador e marcante de sua identidade, e como produtos para venda nessas ocasiões. ^{pensado}

Armadilhas:

As armadilhas tradicionais assim como o arco e flecha caíram em desuso. Hoje as armadilhas, utilizadas principalmente no 'verão', são feitas com a espingarda colocada no varadouro do animal que se pretende abater, principalmente paca, tatu e veado. A arma é disparada quando o animal passa por ela por um mecanismo de acionamento.

Técnicas Tecnologias não tradicionais:

Como consequência do contato com a sociedade do entorno, intensificada a partir da década de 60, ^{muitos dos} as técnicas dos Aikewara foram sendo substituídas pelas ~~técnicas~~ dos regionais. Armas de fogo substituíram o arco e flecha, utensílios de metal substituíram ^{os objetos} os objetos de cerâmica e pedra, o fósforo facilitou a difícil operação de fazer fogo e as grandes casas comunais foram substituídas pelas habitações de tipo regional (CEDI, 1985).

O aumento da dependência em relação a essas novas ^{técnicas} ~~tecnologias~~ contribuiu para o risco de segurança alimentar dos Aikewara, que passaram a depender da disponibilidade de espingarda e de cartuchos (bens caros para a realidade aikewara), para o fornecimento de proteína animal. Hoje a disponibilidade dos cartuchos é um limitador para a realização das atividades de caça e obtenção de proteína animal, já que atualmente a atividade de caça dos Aikewara é realizada principalmente com o uso da espingarda. Os cartuchos são obtidos nas cidades de São Geraldo do Araguaia, ~~São Domingos do Araguaia~~ ou mesmo Marabá.

2.4.8.3. Os animais mais caçados [pelos Aikewara]

De acordo com as respostas às entrevistas domiciliares realizadas, os animais que os Aikewara mais caçam são o porcão, o jabuti e o veado, que juntos corresponderam a 58% do total ~~das~~ ^{das} respostas. O porcão é a espécie de caça mais importante para os Aikewara sendo sozinho responsável por ~~4~~ ^{um quarto} de todas as respostas obtidas (Figura 2.58).

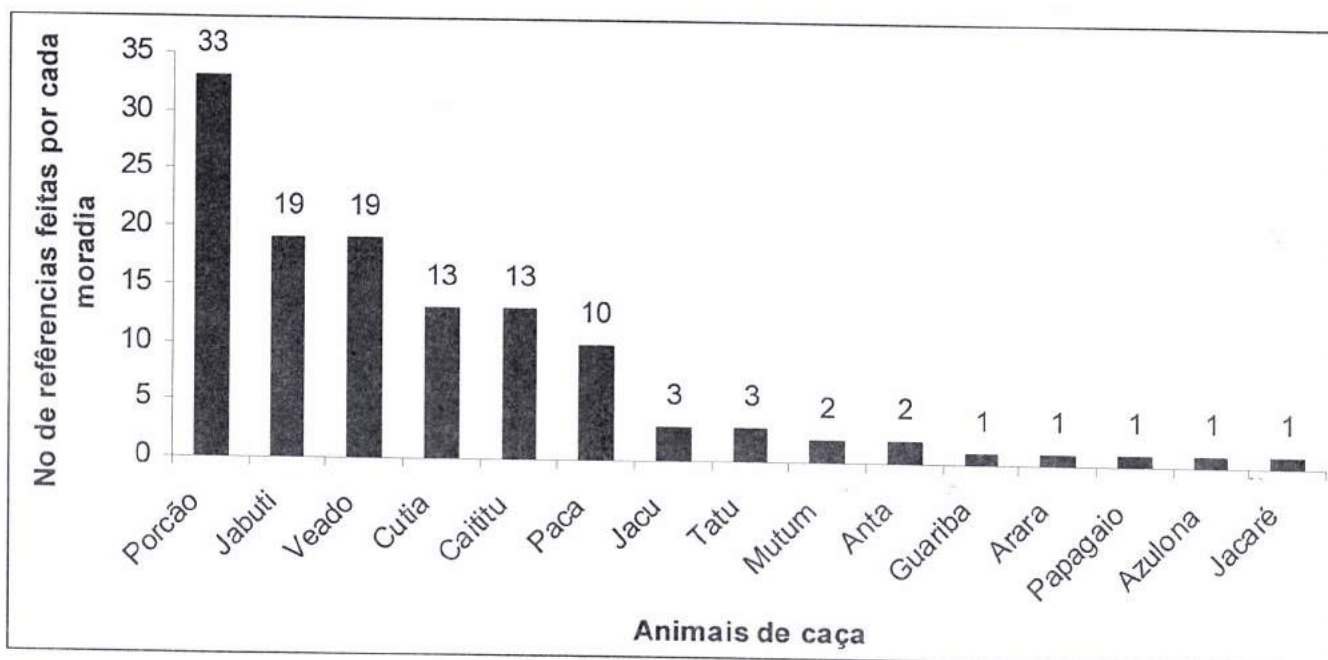


Figura 2.58: Número de referências feitas por moradia aos animais mais caçados, durante o levantamento domiciliar realizado na TI Sororó.

2.4.8.4. A fauna da TI Sororó e a preferência alimentar [dos Aikewara]

Durante as entrevistas, alguns integrantes das aldeias foram solicitados a indicar duas carnes de caça por ordem de preferência. Essas respostas foram obtidas junto a 92 pessoas (44 homens e 48 mulheres), que representam 27% da população total ~~Aikewara~~ da TI Sororó, moradoras de 52 casas que representam 73% do total de moradias existentes.

A carne de porcão é a carne de caça preferida ~~número um~~ de quase metade (48%) dos entrevistados, seguida pela carne de veado e jabuti (Figura 2.59). Já a carne de veado é a segunda carne de caça preferida para quase a metade desses mesmos entrevistados. Porcão, veado e jabuti são as carnes de preferência em primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente, para 90% de todos os entrevistados (Figura 2.60).

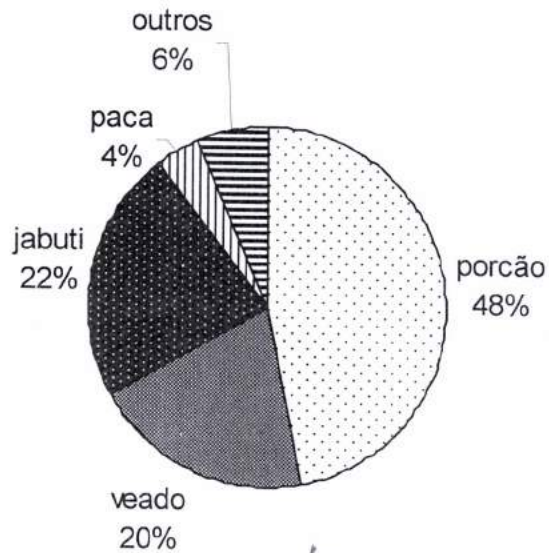


Figura 2.59: Animais de caça citados como o primeiro em ordem de preferência pelos Aikewara. *mencionados em* *lopa na*

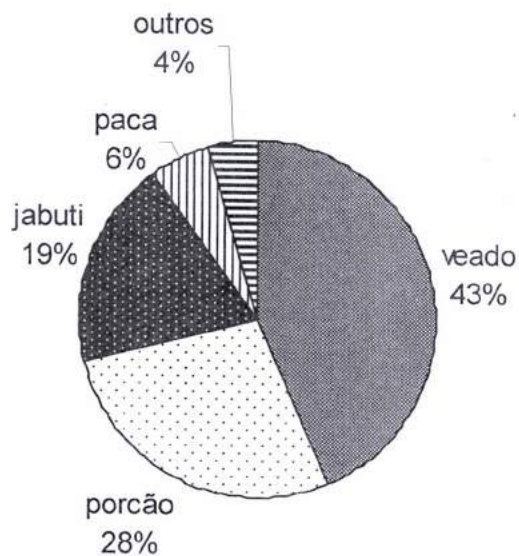


Figura 2.60: Animais de caça citados como o segundo em ordem de preferência pelos Aikewara. *mencionados em* *lopa na*

2.4.8.5. Criação de animais domésticos e silvestres [pelos Aikewara]

Animais domésticos:

Um número de 47 famílias *aikewara*, das 61 entrevistadas, afirmaram manter a criação de animais domésticos, tanto para consumo como para o comércio. Os *Aikewara* se utilizam de uma ampla gama de animais de carga como jumentos, burros e cavalos para o transporte de castanha de seus castanhais, coco babaçu retirado da mata para a venda às carvoarias ^{(combustível das} ~~para os~~ fornos das guserias em Marabá), ou mesmo para transportar mandioca e macaxeira de suas roças. Muitos *Aikewara* possuem animais de carga que são arrendados para o transporte da safra de castanha no interior da comunidade, mediante pagamento.

O resultado do levantamento do número de animais realizado junto a 24 famílias *aikewara* (34 % do total) está apresentado no Quadro 2.4.12.

Quadro 2.4.12: Número total de animais domésticos criados por 24 famílias *aikewara*.

Animal	Nº levantado
Galinha	271
Cachorro	23
Jumento	11
Boi/vaca*	10
Cavalo	9
Burro	15
Bode	10
Pato	4
Porco	8
Carneiro	3

* Não está incluído aqui o rebanho de gado bovino de propriedade coletiva das aldeias Sororó e *Itahy*.

Rebanho bovino:

Os *Aikewara* também possuem, há vários anos, a criação de um pequeno rebanho de gado, com cada uma das aldeias possuindo o seu próprio plantel. Os animais são mantidos em duas áreas de pasto que existem na TI Sororó, localizadas, respectivamente, na entrada das aldeias Sororó e *Itahy*, ^{parte} ~~junto à~~ BR 153.

O levantamento na aldeia Sororó contabilizou 40 cabeças de gado, na sua maioria constituída de fêmeas para a produção leiteira, ~~vendida aos laticínios da região (São Domingos do Araguaia).~~ Os *Aikewara* afirmam que as vacas chegam a produzir 50 litros de leite por dia, ~~vendidos a R\$0,45 por litro.~~ O manejo e criação desse plantel bovino da aldeia Sororó está, atualmente, sob responsabilidade de um morador não-indígena e sua família. A aldeia *Itahy*, por sua vez, possuía, na

consumida na aldeia.

época do levantamento, 7 novilhas, que também são manejadas por um não-indígena contratado pela comunidade, *alem de 2 cavalos e 3 muaras.*

Em algumas ocasiões, um ou mais destes animais podem ser abatidos para consumo ~~de toda a aldeia~~ em alguma festa da comunidade. Em outras ocasiões podem chegar a vender um bezerro (ou boi), por não possuírem grandes áreas de pasto e pelo manejo dos indivíduos machos ser diferente do das fêmeas, destinadas à produção leiteira.

Apesar da maior parte deste gado ser de propriedade coletiva da comunidade, existem alguns poucos animais que são de propriedade individual de alguns *Aikewara, como os muaras ou algumas reses.*

Animais silvestres:

~~Dessa~~ ^{Das} 61 famílias *aikewara* entrevistadas, 44 (72%) declararam não criar nenhum tipo de animal silvestre. Apenas 15 famílias afirmaram possuir algum animal desse tipo como criação; destes, o jabuti é o animal mais frequentemente criado (Quadro 2.4.13).

Quadro 2.4.13: Número total de animais silvestres criados por 15 famílias *aikewara*.

Animal	Nº levantado
Jabuti	22
Porção	3
Curica	2
Veado	1
Guaribinha	1
Tartaruginha	1
Caititu	1

2.5. Os *Aikewara* no contexto do processo de desenvolvimento regional

2.5.1. Histórico do processo de desenvolvimento regional

Data do final do século XIX o início do processo de desenvolvimento da região de Marabá na qual os *Aikewara* e seu território estão inseridos. É nesse período que a região começa a se transformar em um importante polo comercial para a então recém-iniciada extração de borracha, que mais tarde viria a ser substituída pela extração de castanha-do-Pará. Marabá logo prospera e se torna um centro de polarização para uma vasta zona da região, atraindo grandes contingentes populacionais e se transformando em município em 1913. Este é justamente o período do início dos primeiros registros históricos de contato dessa frente de colonização com os *Aikewara* (FUNAI, 2003).

Enquanto isso, no vizinho estado de Goiás (que décadas depois se transformaria no estado do Tocantins) é a expansão da agropecuária que dá os rumos para o desenvolvimento regional.

Em 1930, uma nova frente econômica, a mineração, chega à região, inicialmente voltada para a extração de diamantes e, dez anos depois, durante a II Guerra Mundial, voltada para os garimpos de cristais de rocha.

Na década de 50 uma grande migração de pequenos agricultores nordestinos vindos do sudoeste do estado do Maranhão se inicia e dá origem ao povoado de São Domingos do Araguaia, hoje município. Este processo migratório continuaria nas décadas seguintes, atraindo cada vez mais pequenos agricultores de outros estados do nordeste e de Goiás (FUNAI, *op.cit.*).

Mas é a partir da década de 70, com a descoberta da mina de Carajás que a região começa a sofrer o impacto de uma série de grandes projetos desenvolvimentistas, que transformariam profundamente a região, decretada "Área de Segurança Nacional". ^{A primeira metade desta} ~~Esta~~ década coincide com a atuação do movimento guerrilheiro do Araguaia e sua repressão justamente em território dos Aikewara, atraindo grandes contingentes do Exército e provocando a abertura da estrada OP-2, hoje federalizada como BR-153, ^{causadora de inúmeros} ~~e que causa tantos problemas para os Aikewara.~~

Ao final da década de 70, a região se conecta com o restante do país através da ~~abertura~~ ^{ampliação} do ramal da rodovia Transamazônica, que liga Marabá à rodovia Belém-Brasília (rodovia que tinha sido finalizada no final da década de 50). Estas estradas viriam a dinamizar mais ainda esses processos históricos do conturbado "desenvolvimento" da região, mesclado à intensidade dos conflitos agrários, que a caracterizam até o presente como uma das regiões mais violentas do país.

2.5.1.1. Os Aikewara no contexto do Programa Grande Carajás

Apesar de ter o seu processo de desenvolvimento econômico iniciado pela extração vegetal da borracha e castanha, seguido pela mineração de diamantes e cristais de rocha, bem como da agropecuária, é a partir da década de 70 que um grande projeto governamental de desenvolvimento para a região se inicia, marcando profundamente até os dias de hoje o rumo de toda essa área, o Programa Grande Carajás.

Em 1962 foi descoberta a existência de reservas de minério de ferro na Serra de Carajás e, oito anos depois, em 1970, muitas dessas riquezas minerais já estavam identificadas e cubadas. Nessa época, a então estatal Companhia Vale do Rio Doce (privatizada em 1997, tendo ^{passado} a se chamar Vale) assumiu o controle do empreendimento, lançando o Projeto Ferro Carajás (PFC), espinha dorsal no âmbito do Programa Grande Carajás – PGC, instituído pelo governo federal mediante incentivos fiscais.

Lançado oficialmente em 1982, o PFC tinha como objetivo realizar a exploração integrada dos recursos dessa província mineralógica, considerada a mais rica do mundo, contendo minérios de ferro de alto teor, ouro, estanho, bauxita (alumínio),

manganês, níquel, cobre e minérios raros (na década de 80, a vida útil estimada das reservas de ferro dessa província era de 500 anos). O PFC compreendia ainda a construção da Estrada de Ferro Carajás bem como as instalações do porto de Itaquí, em São Luís/MA, para a exportação de toda a produção de *commodities*. Para a consolidação desse grande projeto, foram implantadas grandes obras de infraestrutura na região, como a usina hidrelétrica de Tucuruí, para fornecer a energia necessária para a produção de alumínio.

Mas o Programa Grande Carajás não se limitou apenas a explorar a mineração, compreendendo outros projetos associados, como agropecuários e de extração florestal, que tinham como objetivo o “desenvolvimento” da região. Assim a partir da década de 70, um intenso surto de desenvolvimento, baseado principalmente na derrubada da mata nativa, estava centrado na implementação de grandes projetos estimulados por políticas de incentivos fiscais do governo federal, bem como a instalação de projetos de colonização (Souza & Moreton, 2001). Estabeleceu-se assim um corredor de exportação de minérios e produtos agrícolas do sul do Pará até o litoral maranhense, aumentando ainda mais os intensos conflitos pela posse de terras já existentes.

No início da década de 80 houve a descoberta de ouro no garimpo de Serra Pelada, localizado na mesma região. Deste garimpo foram retiradas mais de 30 toneladas de ouro somente nos três primeiros anos, o que provocou um grande fluxo de dinheiro na região e a atração de 50 mil garimpeiros (Souza & Moreton, *op.cit.*).

Os *Aikewara*, vivendo no perímetro dos 840.000 km² do Programa Grande Carajás, sofreram todos os impactos da implantação desse grande projeto, considerado um *enclave econômico*. Tiveram seu território reduzido, com muitas porções significativas liberadas pelo governo para a formação de pastagens das grandes fazendas ou para os projetos de colonização do Grupo Executivo do Araguaia-Tocantins (GETAT) que, ao final do regime militar (início dos anos 80) substituiu o INCRA na região para controlar a expansão fundiária e acomodar, exatamente, os interesses dos grandes grupos econômicos. Este processo aumentou a densidade populacional do entorno da TI Sororó, parte do território *Aikewara* demarcado pelo governo brasileiro em 1983, facilitando a sua devastação e o crescente processo de desertificação que ^{at} se verificando,

Atualmente, uma das principais atividades econômicas da região é a engorda de gado bovino para atender às demandas dos grandes centros consumidores do país e do exterior. Mas a riqueza mineral é ainda a principal propulsora do crescimento regional. A partir de 2004, a demanda de minério de ferro pelo mercado internacional se elevou, principalmente pelas recentes necessidades do parque industrial da China. Começou então um novo *boom* de desenvolvimento que afeta toda a região, com consequências também para os *Aikewara* e seu território.

2.5.1.2. Pecuária, carvão vegetal, desmatamento, crimes ambientais e trabalho escravo

Essa região está localizada numa área de forte avanço da pecuária bovina, expansão que leva a desmatamentos crescentes. Nela estão localizados nove frigoríficos, um deles pertencente ao maior frigorífico do mundo.

A presença da maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo também atraiu para a região fundições de ferro gusa e aciarias, várias delas localizadas no distrito industrial de Marabá; toda a produção é escoada pela Estrada de Ferro Carajás (Vale) para o porto de Itaqui, na cidade de São Luis, no estado do Maranhão.

O carvão é um produto fundamental para a produção do ferro-gusa e do aço. Em 2004, o Instituto Observatório Social publicou uma pesquisa confirmando a existência de trabalho escravo na cadeia produtiva do carvão utilizado pelas guserias instaladas na região. Sete anos depois, em 2011, o mesmo instituto trouxe à tona o uso de processos predatórios e corruptos para garantir o suprimento de carvão vegetal, produzido com madeira retirada de áreas de preservação ambiental e terras indígenas para sete grandes empresas siderúrgicas e montadoras de veículos. Trata-se de grupos criminosos que 'esquentam' o carvão oriundo do desmatamento e do trabalho escravo; são quadrilhas formadas por políticos, empresários e servidores públicos do governo do estado do Pará, conforme demonstrado em fevereiro de 2011 pela publicação "A floresta que virou cinza", um esquema criminoso que funciona nos porões da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Quatro meses depois, em junho de 2011, o mesmo premiado Instituto Observatório Social lançou outra reportagem especial, intitulada o "Aço da devastação", onde afirma que a siderurgia no pólo de Carajás continua baseada na devastação ambiental e no descumprimento de leis trabalhistas. As siderúrgicas da região continuam operando com alto índice de ilegalidade, comprando carvão vegetal de carvoarias que operam mantendo trabalhadores em condições análogas à escravidão. Dos 70 casos de trabalho escravo que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) identificou no estado do Pará em 2010, 58 ocorreram nessa região.

O uso de madeira da devastação para o setor siderúrgico é o principal problema ambiental no polo siderúrgico de Carajás. Desde sua criação no final dos anos 80, esses processos predatórios e ilegais contaminam a cadeia produtiva do aço. O polo siderúrgico de Marabá produz cerca de 38% do ferro gusa brasileiro, cerca de 3 milhões de toneladas. Mais de 90% dessa produção são exportados para a fabricação de aço usado em eletrodomésticos, automóveis e até mesmo aviões. "Se a corrupção, o crime ambiental e o trabalho escravo fossem estancados de um dia para o outro, o setor siderúrgico da região entraria em colapso" (Instituto do Observatório Social, 2011b).

"A atividade siderúrgica no Polo de Carajás gera divisas, impostos, empregos e caixa de campanha. Envolve grandes somas de dinheiro e é controlada por empresários e políticos de alto escalão, sendo prática comum a corrupção no

órgão ambiental do Pará e bem conhecida pelo Ministério Público, Polícia Federal, IBAMA e Ministério do Meio Ambiente. Um esquema organizado que transcende governos e não discrimina partidos" (cf. Instituto Observatório Social, *op.cit.*).

Os *Aikewara*, conforme discutido, já fizeram parte desse processo exploratório, coletando coco babaçu, comprado a preços irrisórios para alimentar as carvoarias e os fornos das guserias do Polo de Carajás.

A conjugação do avanço da pecuária, que necessita de novas áreas de pastos com a grande demanda de carvão vegetal (a partir de restos de madeira e do coco babaçu) para a combustão dos fornos da indústria siderúrgica resulta em uma região permeada constantemente por crimes ambientais, como desmatamento e extração ilegal de madeira para atender a essa demanda. São constantes as operações do IBAMA em carvoarias e madeireiras ilegais, fazendas com desmatamento ilegal e em siderúrgicas do distrito industrial de Marabá que operam com carvão ilegal. 49% do desmatamento registrado no Pará em 2010 pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) foram realizadas nessa região.

~~Medicina~~ ~~legisla~~ ~~na~~ ~~medicina~~
2.5.1.3. A corrupção envolvendo a disputa pela terra

Esse processo de "desenvolvimento" na região atrai e vem atraindo grandes contingentes populacionais dos empobrecidos estados nordestinos vizinhos, que fogem da grande concentração populacional e das constantes secas de suas áreas de origem, indo em busca de novas terras com melhores condições de chuvas para o plantio e postos de trabalhos nas mineradoras, garimpos e fazendas.

Sem ter condições de absorver toda essa população que atrai, o resultado são grandes contingentes populacionais de sem-terras que se concentram na região. Atualmente são cerca de 70 mil famílias vivendo em 502 assentamentos e mais outras 12 mil famílias em terras invadidas, de acordo com reportagem de *Valor Econômico* (20.06.2001).

De acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo* (05.06.2011), sete mil lotes em 44 assentamentos do sudeste do Pará apresentam indícios de irregularidade, como venda ilegal de terras, ocupação de áreas da reforma agrária por 'laranjas' a serviço de madeireiros ou fazendeiros, segundo estimativas da própria Superintendência Regional do INCRA de Marabá.

2.5.1.4. O novo "boom" de desenvolvimento regional

A cidade de Marabá, principal polo da região e quarta cidade mais populosa do estado do Pará, cresce hoje a um ritmo duas vezes mais rápido que o dos tigres asiáticos, o que levou a *Revista Veja* (01.09.2010) a chamá-la de "o Tigre da Amazônia". Com um crescimento de 19,7% ao ano, enquanto a média nacional é de 4%, Marabá é a segunda cidade média brasileira (entre 100 e 500 mil habitantes) que mais cresceu no Brasil. Sendo a siderurgia o motor principal de sua economia, Marabá (de acordo com a mesma reportagem) tem hoje 3 bilhões

de reais de Produto Interno Bruto, 16 mil reais de renda *per capita* anual e está se tornando o “polo de desenvolvimento do sul e sudeste do Pará, uma das regiões mais promissoras do país”.

A exploração da riqueza mineral de sua região, associada à siderurgia, consiste, atualmente, no principal motor do crescimento inusitado da cidade, que pode se transformar na capital do mais novo estado da federação: o estado de Carajás. A exploração mineral é caracterizada, principalmente, pela exportação de minério bruto, situação que começa a mudar com a implantação da Aços Laminados do Pará – ALPA, que agregará mais valor ao ferro gusa produzido com o minério de ferro da mina de Carajás, no município de Parauapebas. A ALPA está sendo construída pela Vale, no distrito industrial de Marabá, localizado na margem direita do rio Tocantins. Esta usina siderúrgica, que terá capacidade de produção de 2,5 milhões de toneladas de placas, é um empreendimento totalmente construído pela Vale; sua construção foi iniciada em junho de 2010 e tem como previsão de entrada em operação o ano de 2013. Para sua implantação serão gerados 16 mil novos empregos e na sua fase de operação deverá ser mais de 5.300 empregos diretos e outros 16 mil indiretos, segundo a empresa.

Uma das principais razões pela escolha dessa região para a sua construção foi justamente a proximidade da fonte produtora de minério, a infraestrutura de transporte instalada (Estrada de Ferro Carajás) e o rio Tocantins, que servirá como alternativa de transporte fluvial para o escoamento da produção. Assim, o empreendimento também prevê a construção de um terminal fluvial nesse rio para receber o carvão mineral proveniente do mercado internacional e fazer o escoamento da produção siderúrgica até o terminal de Vila do Conde, em Barcarena, no estado do Pará.

As grandes transformações que a região está atravessando já podem ser sentidas na cidade de Marabá. ^{Extensos} grandes desmatamentos foram feitos para a construção de ^{dez} 10 grandes condomínios ^{na região} até então inexistentes. De acordo com um corretor de imóveis daquele município e gerente de vendas de um desses grandes condomínios (conforme entrevista realizada em 21.02.2011), o déficit habitacional da cidade é de 16 mil habitações - e apenas um dos condomínios visa a esse mercado habitacional com a comercialização de 6 mil novos apartamentos. Além desses condomínios de apartamentos, estão à venda cerca de 31 mil novos lotes, que visam ao mercado de novos moradores atraídos por esse novo “boom” que afeta a região.

Quadro 2.5.1: Estimativas do número de lotes e apartamentos dos novos condomínios que estão sendo vendidos em Marabá, em 2011.

Condomínio	Nº de lotes	Nº de apartamentos
Total Ville	–	6 mil
Buriti	12 mil	–
Delta Parque	3,5 mil	–
Mirante do Vale	1,5 mil	–
Castanheira	3 mil	–
Morumbi	1,5 mil	–

* no sentido de concentração urbana

Ipiranga	3,5 mil	-
Outros 3 mais	6 mil	-
Total	31 mil	6 mil

Fonte: Corretor de imóveis em Marabá, fevereiro 2011.

O mercado de serviços de Marabá também ^{através} passa por um processo de expansão acelerada, com a construção do primeiro *shopping center* da região, que contará com 200 lojas, cinco salas de cinema e um parque de diversões, à beira da ^{rodovia Transamazônica} rodovia Transamazônica.

Marabá também sente os reflexos da UHE Belo Monte por estar ligada pela rodovia Transamazônica com a cidade de Altamira. Todo esse processo de "desenvolvimento" e investimento em obras de grande porte na região levou à necessidade do asfaltamento desta rodovia e da sua duplicação no trecho urbano de Marabá que se desenvolveu a sua beira, tendo se transformado no mais importante ponto de conexão na região.

na entrada da cidade.

Como consequência desse processo nos últimos 19 anos, a população das três cidades dessa região nas quais a TI Sororó está inserida praticamente duplicou de 162 mil habitantes para 282 mil. A previsão para Marabá é que a sua população seja novamente duplicada em 2015 (Figura 2.61).

Quadro 2.5.2: Crescimento populacional, nos últimos 19 anos, das três cidades nas quais está inserida a TI Sororó.

Municípios	1991	1996	2000	2007	2010
São Domingos do Araguaia	-	17.008	20.005	21.094	23.140
São Geraldo do Araguaia	38.540	35.942	27.646	24.872	25.584
Marabá	123.668	149.665	168.020	196.468	233.462
Total	162.208	202.615	215.671	242.434	282.186

Fonte: IBGE.

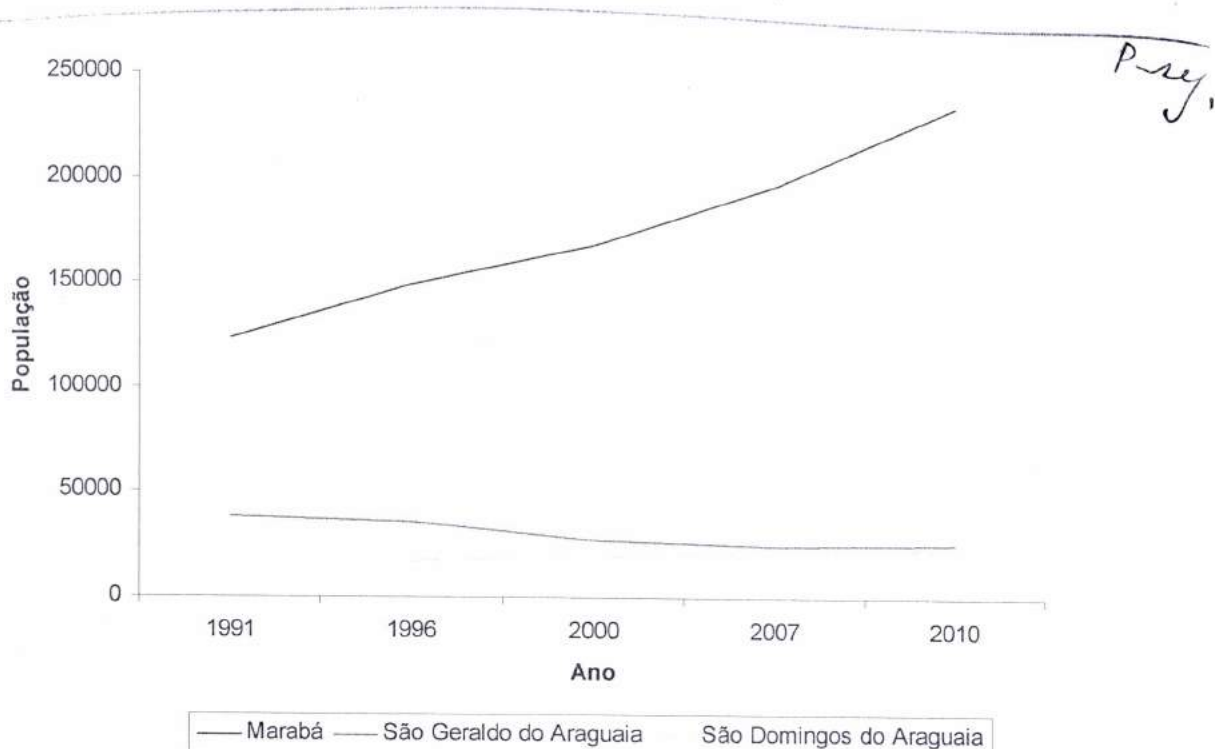


Figura 2.6.1: Crescimento das três cidades da região na qual está inserida a TI Sororó ao longo dos últimos 19 anos.

Esse novo *boom* de crescimento na construção civil da região aumenta a demanda por materiais para construção, como as argilas do rio Sororó. Também provocará um maior fluxo na BR-153 que cruza a TI Sororó, causado pela necessidade de cimento proveniente da indústria de Xambioá (Votorantim) e pelo aumento na demanda de produtos industrializados do sul do Brasil que, em sua grande maioria, passam pela mesma rodovia com destino à Marabá.

Todo esse agressivo processo de “desenvolvimento” regional tem resultado também em desmatamento, crimes ambientais, disputa pela terra e graus muito elevados de violência.

2.5.1.3. A mineradora Vale no contexto regional ~~de desenvolvimento~~

A empresa mineradora Vale, maior empresa privada brasileira e, desde 2006, segunda maior mineradora do mundo, atrás somente da BHP Billiton, é uma empresa com influência muito acentuada em toda essa região: é a única fornecedora de minério de ferro para as guserias (e, em breve, ^{planta ALTA} siderúrgica) e controladora da estrada de ferro usada para o escoamento de toda a produção mineral e do distrito industrial de Marabá.

Desde sua privatização (1997), a empresa busca especializar-se principalmente em minério de ferro e logística, também utilizada a serviço do agronegócio e da siderurgia. Ao mesmo tempo, a empresa busca o controle de toda a cadeia de produção, em particular de insumos como energia, participando assim majoritariamente em projetos de hidrelétricas como Belo Monte e ~~o~~ própria AHE Santa Isabel (I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010).

Mesmo após sua privatização, a empresa possui enorme simbiose com o Estado brasileiro, fazendo parte da estratégia oficial de projeção do poder econômico do Brasil no cenário internacional (I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, ^{op.cit.} 2010).

De acordo com o seu relatório financeiro do primeiro trimestre de 2010, a produção de minério de ferro está sob uma mudança estrutural, com o início da tendência na direção do avanço da participação do minério de Carajás de baixo custo e alta qualidade, aumentando a competitividade da empresa no mercado global (I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010).

A Vale atua em 38 países e é a maior fornecedora de minério de ferro para a China, país responsável por um terço do lucro da empresa em 2010, de acordo com a reportagem “Mudança de Rumo na Vale”, da Revista *Isto é Dinheiro* (13.04.2011). Críticas e denúncias a sua atuação no Brasil e no mundo vêm crescendo junto com o seu poder econômico. Em 2010, um dossiê com denúncias de violações de direitos humanos, exploração de trabalhadores, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, destruição do meio ambiente, poluição e contaminação ambiental foi produzido ~~no~~ I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale e enviado à Organização das Nações Unidas – ONU e à Organização dos Estados Americanos – OEA. O documento afirma que

em todas as áreas de exploração da empresa se conforma um modelo de desenvolvimento desigual e concentrador (o enclave econômico). Na região de Carajás, de um modo geral, ao longo das vias de escoamento e produção da empresa os benefícios não são compartilhados com as populações (Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, 2010). A própria cidade de Marabá tem sofrido um processo de inchaço sem controle, acumulando problemas de violência, desemprego, ausência de saneamento básico e segurança.

elevados índices de criminalidade

A própria construção da siderúrgica ALPA – Aços Laminados do Pará, de propriedade da Vale, foi objeto, em junho de 2009, de uma Ação Civil Pública na Justiça do Pará, interposta pelo Ministério Público, devido a uma série de irregularidades relativas à realização da audiência pública em Marabá, ausência de estudos adequados e incongruências no Estudo de Impactos Ambientais. De acordo com tal pedido de Ação Civil Pública, algumas situações foram atropeladas devido à urgência direcionada a tal projeto, prejudicando a avaliação sobre os estudos ambientais, o que resultou em uma análise superficial dos impactos ambientais devido ao prazo extremamente exíguo. São Geraldo do Araguaia, uma das cidades atingidas pelo empreendimento e onde se localiza a TI Sororó, não teve audiência pública, conforme determina a lei.

Os *Aikewara*, por estarem localizados na “área de influência” da Estrada de Ferro Carajás tiveram, ao longo desses anos, relações com a empresa. De 1982 a 1990, por força de uma cláusula do financiamento do Banco Mundial, a empresa deveria destinar recursos para projetos de apoio a 23 povos indígenas ~~em~~ situados, através de um Convênio firmado entre a então CVRD e a FUNAI; no entanto, projetos genéricos de apoio às atividades produtivas, à saúde e à educação foram, no caso da TI Sororó, inadequados devido à pendência da questão fundiária irresolvida, apesar das ações empreendidas para a revisão da demarcação homologada às pressas, em 1983 (cf. Ferraz, 1983 e 1985a).

em sua "área de influência"

A partir de 2003, os recursos oriundos da empresa (já privatizada) foram destinados ao financiamento de “projetos de desenvolvimento sustentável” na TI Sororó, através do Termo de Acordo de Cooperação nº 002/2003 celebrado entre a FUNAI e a empresa. Conforme entrevista realizada com o ex-Chefe do Posto Indígena Sororó (fevereiro 2011), esse projeto durou 5 anos, tendo acabado em julho de 2007, mas devido à existência de um saldo remanescente, continuaram trabalhando até 2008 (no total, foram um milhão e 500 mil reais durante esse período, cerca de R\$ 300 mil por ano).

Apesar dos insistentes apelos dos integrantes da comunidade *aikewara* para a gestão desses recursos e definição da natureza e andamento dos projetos (piscicultura, *apicultura, viveiro*, *aviário*, *canteiros de mudas e coleta de castanha*), ~~elas~~ foram sempre geridos pela Administração Regional da FUNAI em Marabá, o que resultou em descontinuidades e grande descontentamento da comunidade, sobretudo dos jovens que se envolveram.

mas

~~De "arredo de matameus" a~~

2.5.1.6. ~~Polígono da~~ "Violência" (6)

Com a valorização e expansão cada vez maior da pecuária e a migração ^{crecente} ~~cada vez~~ mais constante de pequenos produtores rurais dos estados do nordeste e de Goiás, toda ~~essa~~ região do sudeste do Pará começa a sofrer um acirramento pela disputa pela terra entre grandes proprietários e pequenos agricultores de assentamentos e invasões, ~~e ambientalistas~~. A partir da década de 80, torna-se comum a contratação de pistoleiros para resolver esses conflitos fundiários e a região começa a se destacar como a área mais violenta do país, transformando-se no "Polígono da Violência" no Brasil (cf. OESP, 30.05.2011)

⊕ p. 211.

dependem, de maneira bem diferente, da exploração desses recursos configuram-se como uma situação constante.²³

As taxas recordes de homicídios nos municípios à beira do lago da UHE Tucuruí, da mina de Carajás e da expansão da agropecuária deixam claro que a violência explode nas novas fronteiras econômicas, que atraem grande número de imigrantes para trabalhar no garimpo, na mineração ou na extração de madeira ou nas zonas onde o modelo de exploração da madeira e garimpo está próximo ao esgotamento. O fato de cinco dos municípios desse polígono ficar à beira do lago de Tucuruí levanta preocupações sobre os impactos causados pelas hidrelétricas projetadas para a Amazônia e, particularmente, nessa região.

⊙ AHE Santa Isabel contribuirá para o acirramento dessa disputa pela terra podendo levar os Aikewara a uma situação de forte risco, principalmente por ainda não terem resolvida a questão da ^{inclusão de parte} parte excluída do seu território, a Gleba Tuwapekuakau (FUNAI, 2003). ^{A especulação imobiliária eleva o valor da terra, o que certamente terá implicações para a indenização e reassentamento dos atuais ocupantes dessa porção reivindicada há cerca de 30 anos pelo A.} A especulação imobiliária eleva o valor da terra, o que certamente terá implicações para a indenização e reassentamento dos atuais ocupantes dessa porção reivindicada há cerca de 30 anos pelo A.

2.5.1.7. O futuro novo estado de Carajás

A Câmara dos Deputados ^{em maio de 2011} aprovou, em maio de 2011, a realização do plebiscito, que deve ocorrer em ^{novembro P.F.} seis meses, onde será decidida a criação, ou não, de dois novos estados na região: Carajás e Tapajós. O estado de Carajás, caso venha a ser criado, englobaria 39 municípios da parte sul e sudeste do estado do Pará, incluindo todos os municípios do entorno da TI Sororó e tendo Marabá como sua capital.

O possível futuro estado do Carajás possuirá a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, assim como será o campeão mundial em violência decorrente de conflitos agrários, um dos maiores desmatadores da floresta amazônica, só perdendo para o estado de Mato Grosso, além de campeão em trabalho escravo. Sua capital, Marabá, ^{será} ~~será~~ uma das cidades mais violentas do mundo. ^{e hoje}

2.5.1.8. Os projetos regionais do setor elétrico

• A Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Iniciada em 1975 e começando a operar em meados da década de 80, Tucuruí gera 4.125 MW, sendo que a maior parte (cerca de 70%) dessa energia é subsidiada para mineradoras, principalmente para a produção de alumínio para exportação, entre elas a Vale e Billiton Metais (Fearnside, 2002).

Construída em uma época em que as exigências ambientais e sociais de empreendimentos desse porte eram mínimas, sua construção elevou a população

²³ Em maio de 2011, a violência pela disputa pela terra e seus recursos naturais nessa região, já conhecida internacionalmente pelo assassinato da irmã Dorothy Stang, chamou novamente a atenção nacional e internacional com o assassinato de um casal de castanheiros. Dias depois uma testemunha do duplo assassinato também foi executada. ^{em plena luz do dia em uma janela da cidade de Marabá.}

de Tucuruí de 9 mil habitantes para 90 mil, população que até hoje sofre com a falta de planejamento da infraestrutura para atender ao contingente de migrantes, aumento de roubos, exploração sexual e violação dos direitos humanos. Até hoje não existe saneamento básico e tratamento de água para todos naquela cidade. E ainda hoje, 30 anos depois, muitas famílias ~~estão sem~~ receberem suas indenizações ~~pela~~ construção da usina de Tucuruí. *e furto,* *ainda não*

Os Gavião *Akrantikatejê* lutam desde 1989 – quando ingressaram com uma ação judicial - para obter da Eletronorte uma nova área, depois que seu território, o Posto Indígena Montanha, reconhecido pelo governo desde 1945, foi usado como canteiro de obras e, sobre seus cemitérios, foi construída a ~~captação~~ barragem, tendo sido então inundado todo o seu território de ocupação tradicional. Os integrantes do grupo tiveram que ser compulsoriamente transferidos para a Terra Indígena Mãe Maria, onde já viviam dois outros grupos rivais, também conhecidos como “Gavião”. Em março de 2011, o Ministério Público Federal encaminhou uma representação à Justiça Federal do Pará, sem possibilidade de recurso, para que a Eletronorte fosse obrigada, imediatamente, a adquirir as terras da compensação, em cumprimento à decisão judicial de 2003, *em favor do Gavião "da montanha".*

Em junho de 2011, os *Asurini* da TI Trocará (município de Tucuruí) conseguiram que a Justiça Federal de Marabá determinasse a implantação, pela Eletronorte, dos programas de medidas compensatórias e mitigatórias em favor dessa comunidade, impactada pela construção da usina de Tucuruí. Esta decisão foi baseada em estudos de impactos socioambientais realizados entre 2005 e 2006, patrocinados pela própria Eletronorte e acompanhados pela FUNAI, onde foram identificados os danos causados aos *Asurini* desde a implantação do empreendimento.

Os *Aikewara*, como ficou claro na discussão sobre a pesca, sofreram impacto com a construção desse empreendimento, que afetou o estoque de peixes dos rios que drenam dois terços da TI Sororó, sem nunca terem recebido qualquer tipo de indenização.

• Os outros empreendimentos hidrelétricos previstos para a região

O potencial hidrelétrico da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia foi inventariado pela primeira vez nas décadas de 70 e 80. Posteriormente, em 2001, esses inventários foram revistos, alcançando um potencial hidrelétrico de quase 30.000 MW (Mendes, 2005).

De acordo com o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia, a região hidrográfica do Tocantins-Araguaia é palco de um dinâmico processo de desenvolvimento regional e que deve se intensificar nas próximas décadas, em função das demandas nacionais e internacionais por *commodities*. Suas potencialidades hídricas para navegação e produção de energia serão cada vez mais intensamente demandadas.

No caso dos *Aikewara* preocupa, além ^{AHE} da própria Santa Isabel, a construção de outra hidrelétrica inventariada: a UHE Marabá, com capacidade de 2.160 MW, a ser construída no rio Tocantins, acima da hidrelétrica de Tucuruí. Causará fortes impactos, assim como a UHE Tucuruí já impactou dois terços dos rios que cruzam

a TI Sororó. Com a construção da usina de Tucuruí, os *Aikewara* já sofreram redução nos estoques de seus recursos pesqueiros e a UHE Marabá certamente intensificará ainda mais esse impacto.

2.5.1.9. A hidrovía Araguaia-Tocantins

O aproveitamento dos recursos hídricos dos rios Tocantins e Araguaia visa principalmente à produção de energia elétrica, mas em segundo plano visa também à implantação da hidrovía Araguaia-Tocantins (Mendes, *op. cit.*).

O projeto da hidrovía Tocantins-Araguaia data da década de 60, tendo sido retomado a partir dos anos 80 com o objetivo de implementar a navegação comercial na bacia Tocantins-Araguaia, em trechos já navegáveis durante boa parte do ano. A Hidrovía Tocantins-Araguaia projetada seria constituída pelos rios das Mortes, Araguaia e Tocantins; no rio Araguaia ela compreende cerca de 1.230 km entre Aruanã (GO) e Xambioá (TO). Juntos, os trechos desses três rios significariam cerca de 2.200 km de canal navegável para atender aos estados de Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão (Almeida, 2004).

A consolidação do Corredor de Transporte Multimodal Centro-Norte baseia-se no aproveitamento potencial da hidrovía Tocantins-Araguaia. Esse projeto objetiva a implantação de um eixo de desenvolvimento de transporte hidro-rodoviário, que liga o planalto central aos portos da baía de São Marcos, no estado do Maranhão e do rio Pará, no estado do Pará, flexibilizando a navegação no interior do Brasil, ao promover a integração entre as bacias do Paraguai, Tocantins e Amazonas. Consiste numa alternativa para o transporte de grãos do cerrado oriental, que reduz cerca de 5.000 km da distância Brasil-Europa e Brasil-Japão (Almeida, *op. cit.*). Trata-se de um empreendimento industrial que visa ao transporte de grandes volumes de massa e com o qual o Governo Federal visa incentivar o plantio de soja no vale do Araguaia. Uma estrutura fundamental para o adequado funcionamento da hidrovía é o porto de Xambioá, para integrar o modal hidroviário ao rodoviário (Almeida, *idem*).

A hidrovía está totalmente conectada com a construção de hidrelétricas nos rios Tocantins e Araguaia para facilitar a sua navegabilidade ao longo de todo o ano. Em 30 de novembro de 2010 foram inauguradas as eclusas de Tucuruí, construídas e pagas pelo Estado brasileiro para permitir que o ferro gusa chegue ao porto de Barcarena, no estado do Pará, com 25% de economia. A siderúrgica ALPA de propriedade da Vale é parte integrante desse projeto com a construção de portos à beira do rio Tocantins, acima de Tucuruí.

O primeiro EIA/RIMA para a obra da Hidrovía Araguaia-Tocantins concluído em 1996 foi rejeitado pelo IBAMA por não conter aspectos antropológicos. Ao longo de seus 2.516 km, desde o estado de Mato Grosso ao estado do Maranhão, a obra passaria por 35 aldeias indígenas. A segunda versão do EIA/RIMA também foi questionada na Justiça. O relatório sobre seus possíveis impactos nas aldeias relatados por sete renomados antropólogos teria sido editado, ~~Quatro~~ antropólogos chegaram a divulgar uma carta descrevendo a manipulação de seu conteúdo (Baptista, 2000).

descrições
antropólogos chegaram
potencializam

cientistas

o que levou
quatro antropólogos

Assoreamento das nascentes do Araguaia¹ e alagamento de outras porções ao longo do curso são os impactos mais prováveis, o que poderia desfazer as lagoas que margeiam o rio, trazendo consequências ao ciclo de vida dos peixes. Essas lagoas produzem os alimentos dos peixes e são usadas como berçários por algumas espécies e como refúgio por outras. Sem elas a reprodução fica comprometida. Erosões, assoreamento à jusante e enchentes a montante seriam outras consequências da dragagem necessária no rio, além de alterações da flora e das planícies de inundação.

O lento processo de implantação da hidrovia e a aparente falta de vontade política nesse sentido comprometeram sua inserção mais efetiva nos projetos institucionais ou empresariais da região e causam descrença sobre sua consolidação, ~~conforme foi levantado por Almeida, *idem*~~.

A realização desse empreendimento que está totalmente conjugada com a construção de hidrelétricas na região trará mais pressões ao entorno da TI Sororó com a consolidação de áreas para o cultivo de soja, valorizando ainda mais as terras. Esta valorização acirrará ~~ainda mais~~ a disputa pela terra, dificultando ainda mais o reconhecimento e desapropriação da Gleba Tuwapekuakau, reivindicada pelos *Aikewara* há décadas. Também poderá aumentar o fluxo na BR-153, intensificando os problemas já levantados devido a Xambioá ser um importante polo de conexão rodo-hidroviário desse empreendimento.

2.5.2. O AHE Santa Isabel e os *Aikewara* no contexto regional

O projeto do AHE Santa Isabel existe desde 2000 quando saiu vencedor o consórcio Geração Santa Isabel - GESAI constituído pela Vale (43,85%), BHP – Billiton Metais S. A. (20,60%), Alcoa Alumínio S. A. (20 %), Votorantim Cimentos Ltda (10,0%) e Camargo Corrêa S. A. (5,55%). Durante a sua construção serão utilizados 4.900 profissionais (cf. GESAI, 2010).

Com 84,45% do consórcio sendo constituído por empresas mineradoras, entre elas a Vale e a BHP Billiton Metais, as duas maiores mineradoras do mundo e já clientes da energia de Tucuruí, fica claro que o AHE Santa Isabel é um projeto totalmente integrado nesse contexto de desenvolvimento regional discutido e que é impulsionado pelas ~~indústrias~~ ^{empresas} mineradoras e siderúrgicas, na qual a Vale é a principal locomotiva.

Marabá é o centro comercial e de serviços da região sudeste do Pará. Seu entorno vive de grandes investimentos e em andamento em mineração, siderurgia e hidrelétricas, resultando em ^{aumento de} conflitos agrários, avanço de pastagens para pecuária bovina, indústria madeireira, problemas ambientais e trabalho escravo. Como afirmou o procurador chefe do Ministério Público Federal do Pará, Ubiratan Cazetta para o jornal *Valor Econômico* (20.06.2011) a região é “um caldo que está fervendo”. ~~O AHE Santa Isabel é mais lenha para essa fogueira, na qual quem se queima, entre outros, são os *Aikewara*.~~

2.6. Conflitos socioambientais na TI Sororó e entorno

A partir do exposto ao longo deste diagnóstico, fica clara a forte pressão exercida sobre TI Sororó, principalmente pelas ações e anseios da transformação de seu entorno em ^{projetos} projetos de Assentamentos, aumentando mais ainda a já elevada densidade populacional dos seus limites e acentuada degradação ambiental. A implantação do AHE Santa Isabel representará o impulso final para a concretização desses ^{projetos} projetos de Assentamentos, pressionando por uma rápida regularização fundiária da região.

Essa pressão fica clara quando se observa o mapa de ameaças do entorno ^{elaborado} feito pelos Aikewara durante uma oficina realizada com o pessoal técnico da COPPE-UFRJ, a serviço do DNIT (componente indígena para o EIA da pavimentação da rodovia BR 230, a Transamazônica) (Figura 2.63).

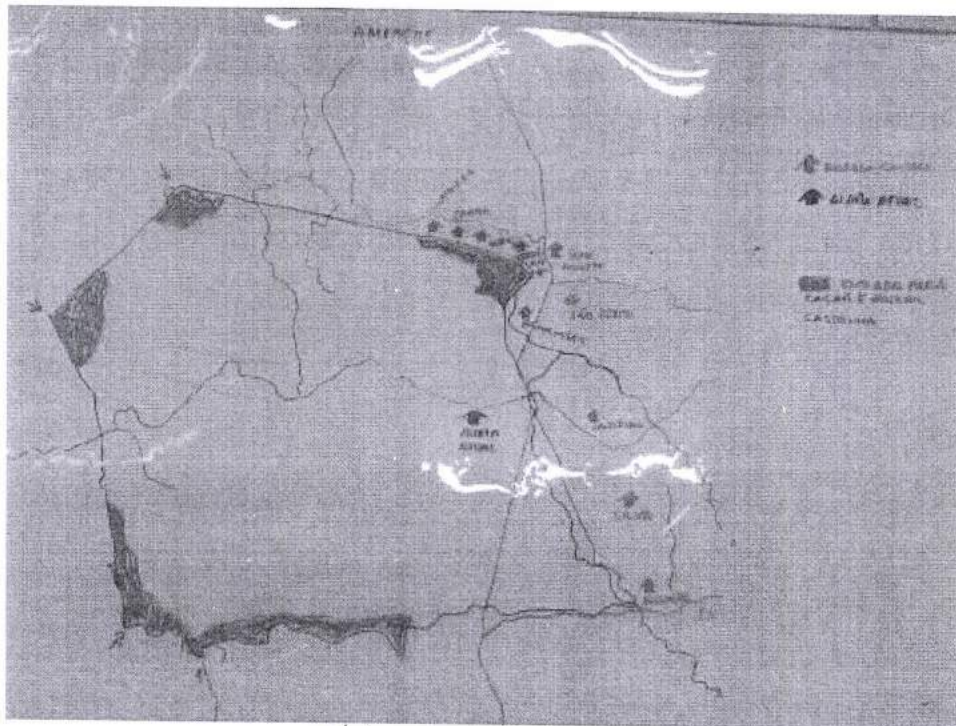


Figura 2.63: Mapa de ameaças ^{elaborado} produzido pelos Aikewara durante oficina realizada com a equipe técnica da COPPE-UFRJ, a serviço do DNIT (2010).

A seguir estão descritos os principais conflitos identificados na região da TI Sororó.

2.6.1. Caça ilegal

As atividades ilegais de caça na região apresentam três claras modalidades: caça

2.6.1 Modos de caça

esportiva, caça de subsistência e caça comercial. Entendê-las é fundamental para mapear o possível aumento dessa atividade ilegal na TI Sororó com o empreendimento do AHE Santa Isabel.

Caça esportiva

Essa modalidade de caça é realizada nos fins de semana e feriados, quando um grupo de amigos se reúne e vai caçar em alguma área de fazenda da região. É uma atividade realizada por diversão e não por necessidade. Essa atividade também é realizada dentro dos limites da TI Sororó, ficando claro quando os *Aikewara* falam que os *kamará* (não-indígenas) "matam por maldade", pois não levam a caça inteira só se aproveitando das partes mais nobres, uma característica de quem caça por esporte e não por necessidade de subsistência ou para atender ao mercado de carne silvestre ilegal da região.

Caça de subsistência

Os moradores dos vários ~~Projetos de Assentamentos~~ do INCRA na região, grande parte deles de baixa renda, complementam o seu consumo diário de proteína com o abate de animais silvestres. Esse é o consumo típico da área rural da região, a caça por necessidade. Estando a TI Sororó cercada, principalmente na sua parte oeste e sul, por dois grandes ~~Projetos de Assentamentos~~, essa área ~~recebe uma~~ sofre pressão diária pelo abate de animais para o consumo de subsistência desses moradores. A grande pressão para que mais áreas no entorno da TI Sororó venham a se transformar em outros projetos de assentamentos do INCRA aumentará mais ainda a densidade populacional do seu entorno e a pressão dessa caça de subsistência. *ilegal*

Caça comercial

Apesar de ser ilegal, existe nas áreas urbanas da região um mercado clandestino de carne de caça. Esse mercado é abastecido por caçadores profissionais, e também muitas vezes por um excedente da caça de subsistência realizada pelos próprios moradores dos ~~Projetos de Assentamentos~~. Os sem-terras que moram nas proximidades de Marabá também vendem tatu, paca e cutia na beira das estradas da região, como pôde ser constatado pela equipe técnica no km 52 da rodovia PA-150.

Nas áreas urbanas da região, o mercado da carne de caça é voltado para as classes média e alta, diferentemente da caça de subsistência das áreas rurais, que é voltada para atender à mesa de uma família de baixa renda. A carne de caça vendida na área urbana de São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá são mais caras que a carne de vaca, porco ou frango (Quadro ???). A única exceção seria talvez para o tatu, que possui um preço muito similar ao frango, dependendo do tamanho, já que um tatu médio pesa de 5 a 7 quilos já limpo. Alguns podem chegar a até 15 quilos, já limpo.

Basicamente, esse é um mercado que opera através da encomenda de um determinado tipo de caça. Ele não funciona com um local de venda, normalmente sempre é feita primeiro a encomenda a um caçador. De acordo com os técnicos da SEMA de São Geraldo do Araguaia, nessa cidade há um consumo maior de

tatu e capivara. Para eles, "quem caça dentro da TI Sororó não é de São Geraldo do Araguaia" (também afirmaram que a cidade "não é violenta e nem tem miséria").

Como seria de esperar após a análise da tabela de preços das carnes da região, a população consome mais carne de vaca e frango. O peixe é caro e consumido mais pela classe média. ~~O peixe~~ que abastece São Geraldo do Araguaia vem basicamente de Tucuruí. *sendo que o mercado*

De acordo com os *Aikewara*, os *kamará* invasores de suas terras caçam mais veado, queixada e, às vezes, anta. Muitos vendem para caminhoneiros e restaurantes. Independente da finalidade última da caça ilegal realizada dentro da TI Sororó, ela incomoda muito aos *Aikewara*, que afirmam:

"Não entendemos por que os kamará acabam com seus recursos e vêm então querer pegar os nossos! Não caçamos na terra deles. Eles têm que comer capim, tá tudo plantado com capim."

O aumento populacional previsto para a obra do AHE Santa Isabel, que prevê a chegada de 4.900 trabalhadores, sem levar em conta suas famílias, provocará uma maior pressão sobre os recursos da região. Trabalhadores de baixa, média e alta renda provocarão um aumento das atividades de caça ilegal, seja ela para atender às necessidades de subsistência de uma família pobre migrante, ou para atender ao mercado de consumo de carnes exóticas amazônicas, intensificado pela chegada dos técnicos que vão se transferir para lá.

A maior circulação de recursos financeiros nas áreas urbanas da região, decorrente da construção do empreendimento do AHE Santa Isabel, dará maiores condições também para que mais moradores e com mais frequência realizem seus almoços especiais de fim de semana com carne de caça.

Sendo a TI Sororó o mais importante bloco de floresta da região, a pressão sobre seus recursos faunísticos aumentará muito para atender a esses novos consumidores ávidos por carnes exóticas.

Está claro que o empreendimento do AHE Santa Isabel irá promover um aumento da demanda de carne de caça e invasão da TI Sororó por caçadores ilegais dos três segmentos de caça ilegal acima descritos para a região.

2.6.2. Mineração

A região do Vale do Araguaia foi a primeira área do país a revelar, historicamente, a existência de diamantes no Brasil. Sua primeira gema foi descoberta em 1610 por um soldado enviado pelo conquistador francês La Ravardiére ao Pará (Collyer & Kotschoubey, 2008). Já os primeiros registros referentes os depósitos de Minas Gerais, são datados somente um século depois, em 1714.

Mas as dificuldades de acesso fizeram com que os aluviões diamantíferos do baixo Tocantins-Araguaia fossem explorados somente a partir de 1926. A exploração propriamente dita teve início em 1939 e durou mais de 30 anos, sendo desenvolvida principalmente pelas empresas de mineração Caeté-Mirim S/A Ananaquara S/A e Ocean Mining Inc. Estima-se que no verão regional, de julho a

dezembro, durante o auge da produção, o número de garimpeiros alcançou 12 mil homens que chegaram até a utilizar escafandro. Neste período, a região produziu cerca 30.000 quilates de diamantes, correspondendo a 10% do total da produção brasileira da época, diamantes que se destacavam pela sua qualidade (Collyer & Kotschoubey, *op.cit.*).

Essa mineração de ouro e também de cristais de rocha contribuiu para a criação de novos núcleos populacionais na margem esquerda do Tocantins, que já vinham sendo fundados como resultado do processo de povoamento provocado pela extração de caucho e castanha. Com a II Guerra Mundial houve um maior impulso pela procura de cristais de rocha, provocando a fixação de um contingente populacional na região que complementou os efeitos da expansão pastoril. Foram esses garimpos de cristal de rocha do baixo Araguaia que determinaram uma maior penetração na área tribal dos *Aikewara*, promovendo um maior contato e a sua consequente 'pacificação' (Laraia & Matta, 1967).

Assim começam a surgir nas cercanias do território dos *Aikewara*, às margens do Araguaia, inúmeros garimpos ilegais de ouro, além de projetos de mineração, colonização e pecuária que faziam parte do Programa Grande Carajás, concebido para a região na década de 1970. O estabelecimento de um corredor de exportação de minérios e produtos agrícolas do sudeste do Pará até o litoral maranhense se estabeleceria na região aumentando ainda mais os intensos conflitos agrários já existentes (*cf.* CEDI, 1985). Nessa época, devido aos desmatamentos provocados por essas atividades já se percebia a redução da caça, principal fonte de proteína dos *Aikewara* (*cf.* CEDI, *op.cit.*).

Na década de 60, quando a guerrilha do Araguaia se instalou na região, a área já se configurava como um importante local de minerais de alto valor estratégico cobiçado por setores nacionais e internacionais (CEDI, *idem*). A região de Marabá se transformava numa das maiores reservas minerais do mundo.

Já em 1985, conforme a listagem do PROSIG/DNPM, a ^{empresa} ~~firma particular~~ de José Candido Araújo e Cia, apresentaram em 3 de outubro de 1984 o relatório das atividades de pesquisa mineral em 10.000 ha localizados nas cabeceiras do igarapé Sororozinho, incidindo parcialmente com a área Sororó. José Candido, conhecido como "Zé Arara", obteve o alvará de pesquisa nesta área em 1981, assim como em outros três lotes no limite da TI (CEDI, *idem*).

Na década de 90, ainda existiam garimpos de cristais de rocha na região, compreendendo as variedades quartzo hialino, citrino e ametista (Almeida et al., 2001).

Em 2005, de acordo com um levantamento realizado por Ricardo & Rolla (2005) existia um requerimento de pesquisa mineral junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, sobreposto à TI Sororó (Quadro 2.6.1).

Quadro 2.6.1: Requerimento de pesquisa mineral por empresa na TI Sororó, válido junto ao DNPM em 2005.

Empresa mineradora	Minério	Nº de requerimentos	Área da TI com incidência do requerimento	% da TI
Empresa de Mineração Miltônia Ltda.	Cobre	1	3.356	12,10

Fonte: Ricardo & Rolla (2005).

Esse requerimento para pesquisa de cobre se sobrepõe a 3.356 ha dos 26.258 ha da TI Sororó, correspondendo a 12,10% da área da TI. (A Empresa de Mineração Miltônia Ltda., titular desse requerimento de pesquisa, possui também mais outros 17 requerimentos que se sobrepõem a outras sete Terras Indígenas de diferentes partes da Amazônia.)

nota

Esses requerimentos possuem uma relação hipotética com a existência efetiva de jazidas a serem exploradas. Somente com a realização dos trabalhos de pesquisa mineral, geralmente demorados, custosos e infrutíferos, é que se pode saber se há ou não jazida explorável e, em caso positivo, qual é o seu potencial, rentabilidade e interesse geral para a economia do país. Mas os requerimentos constituem um mercado em si e podem ter um valor relevante para o valor da empresa ou de suas ações nas bolsas de valores (Santilli, 1999).

Além disso, todo o limite sul e oeste da TI Sororó, nas margens dos rios Sororó e Sororozinho, justamente onde estão os Projetos de Assentamentos do INCRA, estão sobrepostos também a outros requerimentos de pesquisa mineral. Ao sul esses requerimentos chegam bem perto do limite da TI Sororó (Figura 2.64).

Os rios Sororó e Sororozinho, a oeste da TI Sororó, possuem quatro garimpos de cristal de rocha que, nessa localidade, se associam em drusas, preenchendo "bolsões" dispostos segundo orientação filoneana. Dois ativos e dois inativos. Os cristais variam de dimensões centimétricas a decimétricas, raramente atingindo 1m de comprimento (Almeida et al., *op.cit.*).

A produção de cristal de rocha na região é classificada em três tipos: de 1ª, 2ª e 3ª. A maior parte da produção corresponde à produção de lascas, seguido de cristais para ornamentação e finalmente uma pequena fração com grau eletrônico. A produção não é controlada, sendo a comercialização realizada com compradores do centro-sul do país (Almeida et al. 2002).

Na margem esquerda do rio Sororozinho também existe um garimpo de ametista. Os garimpos de cristais de rocha e de ametista que propiciaram o desenvolvimento da região de Xambioá nas décadas de 40/50 estão hoje com as atividades semi-paralisadas devido às desvantagens do preço de mercado e custos de produção (Souza & Moreton, 2001). No entanto,

Todos esses garimpos de cristal-de-rocha e ametista se localizam dentro de uma área (área rosada do mapa metalogenético) com um contexto geológico favorável, provável e/ou de possíveis metalotecnos, ocorrências e/ou indícios diretos de mineralização (Almeida et al., *op.cit.*). A área onde justamente se encontra grande parte das requisições minerárias é a mesma que os *Aikewara* reivindicam para ampliação da TI Sororó, através do reconhecimento da "Gleba *Tuwapekuakau*" (cf. FUNAI, 2003).

De acordo com Almeida et al. (2001) também foi identificada uma reserva de 12.500 m³ de argila vermelha no rio Sororó a 14 km de Marabá. Embora seja uma área distante da TI Sororó, é justamente em um de seus afluentes, no igarapé Sororozinho, que os *Aikewara* coletavam a argila necessária para fazerem suas panelas de cerâmica. Esta área ficou excluída dos limites da TI Sororó, mas foi justamente solicitada novamente por eles (cf. Barnes, 2003), através da "Gleba *Tuwapekuakau*" *reivindicada* (FUNAI)

Uma ocorrência de mármore, intercalada em meio aos metassedimentos do Grupo Baixo Araguaia, mas sem ter suas características conhecidas, se localiza no rio Gameleira, a 21 km a oeste do povoado de Santa Isabel do Araguaia (Souza & Moreton, 2001). Não foi possível de se identificar exatamente a localização desta área, mas pela distância se localiza próxima à TI Sororó.

PEISQ. e LAVRA CAMARGO CORREIA

explorões

dados MPF Marabá + FUNAI

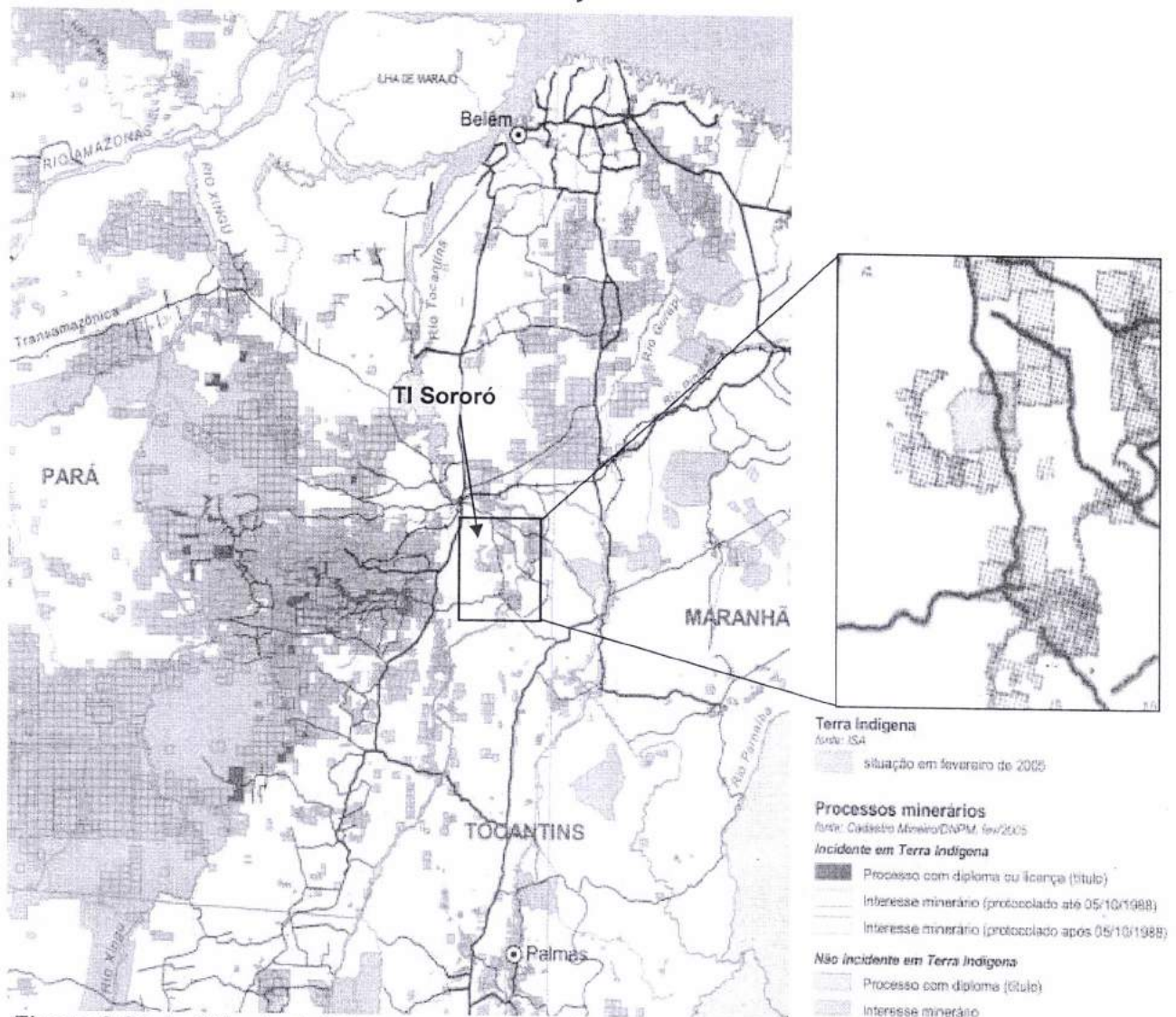


Figura 2.64: Incidência de interesses e títulos minerários nas terras indígenas da Amazônia. *Em detalhe: a TI Sororó e as pedras no entorno.*

Fonte: Ricardo & Rolla, 2005.

as incidências minerárias

2.6.3. A rodovia BR 153

Além de todos os problemas e vulnerabilidades da TI Sororó ao longo de todo o seu entorno já relatados, existe um outro grande ponto vulnerável dessa TI: a rodovia BR 153, que corta em 11 quilômetros a parte sul da Terra Indígena.

Em 1972, o Exército começou a abrir várias estradas operacionais ligando a rodovia Transamazônica ao Araguaia, para combater o chamado movimento guerrilheiro do Araguaia. A aldeia *Aikewara*, por sua localização estratégica, serviu de base para localização de tropas do Exército que, no começo, fez somente uma pista de pouso para pequenos aviões. Mais tarde abriram uma estrada conhecida

como OP-2 e utilizaram os *Aikewara* como seus batedores, na mata, para localizar os "terroristas" e auxiliar na sua captura e morte.

De acordo com as lembranças de um homem *Aikewara*, que na época tinha uns 10 anos, "primeiro o Exército abriu [a picada] com o facão, depois usou a motosserra e por fim passou uma máquina que deixou pronto" (Beltrão et al., 2008). Em 1981, a OP-2 começou a ser ampliada pelo Batalhão de Engenharia Civil (BEC) atendendo aos interesses políticos do Major Sebastião Moura, o Major "Curió" (Beltrão et al., op. cit.). Mais tarde a OP-2 foi transformada em PA-253; ~~hoje é conhecida como BR-153~~ (Beltrão et al., op. cit.). *ampliada e pavimentada em 2008,*

A rodovia, ~~que corta cerca de 11 km da TI Sororó,~~ é o ponto de maior vulnerabilidade dessa TI e também o ponto de maior conflito dos *Aikewara* com o entorno. ~~Até hoje relembram que ninguém sequer os consultou para a abertura ou ampliação dessa estrada, assim como não receberam qualquer indenização, apesar do envolvimento da Procuradoria da República em Marabá. Já são quase 40 anos desde que a rodovia começou a ser construída, em que perderam cerca de 200 ha de seu território sem qualquer indenização por parte do governo. A abertura desta estrada cortou o mais produtivo castanhal indígena, reduzindo em mais de 70% a produção dos seus castanhais, sem indenização~~ (Beltrão, et al. 2008). *(base arbitrária em um laudo antropológico (Beltrão, 1998))*

op. cit. Em dezembro de 1997, a Procuradoria da República em Marabá interpelou o Governo do Estado do Pará sobre a ampliação e a pavimentação da rodovia sem que o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) tivessem sido previamente realizados. Tampouco as medidas mitigadoras solicitadas pelos *Aikewara* foram implementadas até hoje, tais como sinalização adequada, sonorizadores, lombadas, passagens subterrâneas e sistema de vigilância.

Os problemas com a BR 153 vêm desde a época em que ~~esta~~ *a rodovia* ainda não estava pavimentada, quando era constante a permanência de pessoas estranhas em seu território, devido aos veículos quebrados e/ou atolados. Após o asfaltamento, outros problemas se intensificaram, como o atropelamento da fauna, a deposição de dejetos em suas margens (o que acaba contaminando os animais de caça e os igarapés), os assaltos e até mesmo despejo de cadáveres de pessoas assassinadas na região.

Várias ações de obstrução da estrada já foram realizadas pelos *Aikewara* como medidas de protestos ao longo desses anos e, em algumas delas, chegaram a pedir o pagamento de pedágio, já que as "compensações" prometidas nunca foram cumpridas, mesmo após a elaboração do laudo antropológico *a posteriori*, a pedido da Procuradoria da República em Marabá, em 2008.

Uma dessas obstruções foi realizada no dia 17. ~~de março de~~ ⁰³ 2003 e resultou em um indiciamento de três *Aikewara* pela prática de roubo qualificado e lesão corporal contra Divino Eterno da Silva. Às 4 horas da madrugada do referido dia, Divino Eterno furou o bloqueio imposto pelos indígenas, dizendo temer que fosse um assalto, o que resultou no quase atropelamento de três indígenas e no alvejamento do seu carro por tiros de alerta. Divino e sua esposa foram

aprisionados pelos indígenas no bloqueio mais à frente, localizado sobre a ponte do rio Gameleira e sofreram punição com paxiúba²⁴ por terem desrespeitado os indígenas e quase atropelado três deles. Outros depoimentos alegam que Divino já tinha conhecimento de que a estrada estava interdita, pois todos os veículos impedidos de passar ficaram esperando na localidade conhecida como Some Homem, mas mesmo assim ele insistiu em passar o bloqueio na base da força.

Essa obstrução da estrada aconteceu após os *Aikewara* encontrarem, pela terceira vez, um cadáver à beira da rodovia, dentro de seu território, no dia 16 de março de 2006. Avisaram a FUNAI em Marabá e decidiram fechar a rodovia. 03.

A BR 153 é a principal via de acesso à região sul do Brasil na região. Um motorista da região afirmou que cerca de 60% dos produtos provenientes do sul do Brasil com destino a Marabá passam por essa rodovia. Também grande parte do cimento usado em Marabá vem da indústria de cimentos Tocantins (Votorantim), localizada em Xambioá (TO), passando por essa rodovia, o mesmo acontecendo com o calcário. E qualquer problema que ~~aconteça~~ ^{ocorra} na rodovia Belém-Brasília provoca o redirecionamento de todo o seu trânsito para a BR 153.

De acordo com técnicos da COPPE-UFRJ contratados para realizar o estudo do componente indígena com vistas ao EIA para a pavimentação da BR 230, a rodovia Transamazônica, existem planos para readequação e ~~melhoras~~ da BR 153, mas não de duplicação.

De acordo com a primeira ação de comunicação sobre a pavimentação da BR 230 realizada na aldeia Sororó no dia 15 de fevereiro de 2011 pelos técnicos da COPPE-UFRJ, o asfaltamento da Transamazônica estava com previsão inicial para conclusão no final de 2011, mas não será cumprido nesse prazo devido aos atrasos existentes (e, provavelmente, aos procedimentos de corrupção envolvidos). Sua pavimentação vai afetar 26 terras indígenas da região e aumentar o fluxo nas vicinais, o que inclui a BR 153 que cruza a TI Sororó e mudará muito a região. [O componente indígena da TI Sororó sobre a pavimentação da BR 230 ainda não foi entregue para a análise pela FUNAI nem os *Aikewara* conhecem o seu conteúdo. Foi comunicada nessa ocasião a criação de uma frequência de radiofonia, a 6780 kHz, para receber as denúncias de problemas *durante as obras*.] Como na TI Sororó não há equipamento de radiofonia em funcionamento, o DNIT ficará responsável pelo empréstimo/doação.

NOTA

Uma das medidas de impacto já identificadas no EIA do AHE Santa Isabel é o uso da BR 153 na rota que passa pela TI Sororó para o "transporte de cargas leves, pequeno contingente de pessoal gerencial da obra e técnicos especializados que terão acesso à região por transporte aéreo", sendo impossível antecipar qual será o volume desse tráfego.

A seguir ^{estão} são elencados e descritos ~~alguns~~ ^{principais} dos problemas identificados em consequência da BR-153. *na interior da TI Sororó.*

- Ausência de sinalização e manutenção

²⁴ A punição comumente aplicada pelos *Aikewara* nestas circunstâncias consiste em esfregar caules dessa palmeira, repletos de espinhos, no corpo dos infratores.

Tony

A BR 153 possui dentro dos limites da TI Sororó uma ^{precária} péssima situação de manutenção, ~~com inúmeros buracos e inclusive partes em que o asfalto foi retirado justamente por causa desses vários buracos.~~

A sinalização ~~também é precária, principalmente~~ ^{praticamente inexistente, sobretudo} no que se refere à observação de que a rodovia cruza uma Terra Indígena e dos cuidados especiais que os motoristas devem ter ~~devido a esse fato.~~ ^{indicar} Existe uma única placa no limite da TI Sororó, no sentido Marabá-São Geraldo do Araguaia, que avisa sobre a entrada ^{na} ~~em uma~~ Terra Indígena. Muitas placas foram queimadas durante os vários incêndios que acometeram a área no 'verão', ^{em} ~~Mais placas foram queimadas no lado direito do~~ sentido Marabá-São Geraldo do Araguaia. Outras placas existem, mas estão escondidas pela mata que, em alguns casos, também encobre boa parte do acostamento.

Uma placa onde está escrito "Reserva Indígena Suruí" foi queimada e estava caída na beira da estrada, tendo sido recolhida pelos Aikewara e colocada na estrada ~~vizinal,~~ de acesso à aldeia Sororó. O mesmo foi feito com outra placa avisando da existência de lombada.

• Assaltos

Sendo a única área de mata da região, a área da BR 153 que corta a TI Sororó também é um conhecido ponto de assaltos e também esconderijo de assaltantes de bancos nas cidades próximas.

A "Ladeira do Cupu", um lugar alto que permite ampla visão da estrada nos dois sentidos, é um ponto tradicional de assaltos que sempre são realizados por motoqueiros. Um lugar perigoso à noite. De acordo com os Aikewara, muitas vezes os próprios indígenas são acusados de serem os assaltantes.

Num ponto no meio da estrada está localizado também, de acordo com *Ikatu Suruí*, o esconderijo de assaltantes ~~(do banco de São Domingos do Araguaia),~~ Um local limpo, com embalagens de biscoitos e marmitex. ←

Em outro depoimento, *Ikatu* relembra que quando houve o assalto ao Banco do Brasil em São Geraldo do Araguaia, onde chegou a haver tiroteio no meio da rua, os bandidos fugiram em direção à TI Sororó. Na perseguição pelos policiais, ao chegar no portão da aldeia, o carro foi jogado na mata e o assaltante foi correndo a pé se esconder na casinha da guarita, na entrada da aldeia Sororó. Foi Tawe, um dos Aikewara que estava na portaria, quem indicou para os policiais ~~que~~ ^{o esconderijo do} o assaltante ~~estava ali dentro.~~ *Ikatu Suruí* deixou claro que essa mata é perigosa: "os bandidos vêm ~~todo~~ se esconder nela". (...)

• Despejo de cadáveres

As margens da rodovia BR 153 ^{No interior} ~~dentro~~ dos limites da TI Sororó ^{há} ~~também~~ ^{se encontra um} local de desova de cadáveres. Ao todo já foram despejados em suas bordas quatro cadáveres, todos de homens. O primeiro cadáver encontrado foi enterrado pelos próprios Aikewara. Segundo eles, "nem o IML nem a polícia vieram ver". O segundo cadáver foi do "Luiz da Kombi", ~~era~~ um homem que fazia a linha de São Geraldo do Araguaia para Marabá. Fretaram o seu veículo para ir apanhar uma

* como redução de velocidade, presença de animais silvestres e proibição de permanência e de caça

família e, chegando na TI Sororó, assaltaram-no. Quando encontraram o corpo, a família já o estava procurando (*Ikatu acha que isto ocorreu por volta de 1995*).

O terceiro cadáver foi encontrado bem à beira da estrada, justamente na ^{relembra que este fato} madeira do Cupu, local perigoso por ser um ponto de assaltos. ~~Esse local também é a~~ entrada de um dos castanhais dos *Aikewara*. ^{Aikewara} O cachorro começou a latir e um ~~deles descobriu e contou na aldeia~~. O IML veio apanhar o corpo e levou para Marabá. ~~Esse corpo despido, com a cabeça cortada fora e em estado avançado de decomposição, foi encontrado pelo indígena Jurandir~~ no dia 16 de março de 2003 do lado direito da rodovia, no sentido São Domingos - São Geraldo do Araguaia. ~~Parece que recebeu dois tiros e também passaram com o carro ou caminhão por cima do cadáver, por isso a cabeça estava cortada fora.~~ Depois do encontro desse corpo, os *Aikewara* resolveram bloquear a estrada, o que resultou no incidente relatado acima.

O quarto cadáver foi de um moto-taxista de São Geraldo do Araguaia que também foi morto após ter sido roubado. Mataram e ligaram para a família dele, informando que tinham jogado seu corpo perto ^{dele} da onde tinha uma placa e um grande pé de "caju de janeiro". Esse cadáver foi encontrado em 2010, sendo o último ~~despejado~~ ^{caso} na BR 153 no interior dos limites da TI Sororó.

Para os *Aikewara*, um corpo em decomposição é algo impuro, contaminante e provoca a contaminação dos animais que se alimentam ^{deles} desse corpo. O consumo desses animais poderá provocar doenças. ^{Locais onde foram encontrados corpos} foram interditados por longo tempo às atividades dos *Aikewara*, prejudicando-os economicamente, pois impossibilitou o seu acesso a castanhais e aos poucos recursos hídricos que restaram para a pesca com a demarcação da TI (Beltrão et al., *op.cit.*).

^{se alimentam de caça} Jabuti e cutia podem comer esses cadáveres e as mulheres já não querem mais ~~comer esses animais capturados~~ nas proximidades dos locais onde foram encontrados os cadáveres. Além de contaminar os animais e corpos d'água, para os *Aikewara* o espírito de um corpo insepulto começará a vagar no território *aikewara*, trazendo sérios riscos aos seus moradores.

• Cemitério da guerrilha do Araguaia

Num ponto próximo à BR 153 também foi encontrado um cemitério da guerrilha do Araguaia, movimento que se desenvolveu desde o final da década de 60 a 1975, praticamente em território dos *Aikewara* e seus arredores. Em 1973, por terem sido mercenários do Exército, com o conhecimento e aval da FUNAI, foi-lhes prometida, "como recompensa", a demarcação de seu território, processo que se desenvolveu eivado de equívocos técnicos e políticos. Segundo depoimentos de Ikatu Suruí, no ano passado o Exército "limpou a área e retirou as ossadas encontradas". ~~Os Aikewara afirmam, entretanto, que ainda há vestígios não revelados ao Exército, como roupas e botinas enterrados.~~

Desde janeiro de 2010, a Comissão de Direitos Humanos, a partir de um escritório localizado em Brejo Grande do Araguaia, listou apenas alguns integrantes da aldeia Sororó para serem indenizados individualmente, dada a sua participação compulsória na repressão violenta empreendida pelo Exército ao movimento

guerrilheiro. Estes processos estão em curso, embora o envolvimento dos *Aikewara* tenha tido um caráter coletivo, tendo deixado profundas marcas psicológicas em muitos indivíduos da comunidade.

- **Despejo de dejetos**

As margens da rodovia BR 153 ao longo de toda a extensão que corta a TI Sororó são também locais de despejo de dejetos da região. Embalagens de agrotóxicos e herbicidas, seringas de vacinação de gado, carne e alimentos vencidos, etc. Estes produtos, que após as chuvas são levados para os igarapés da região, contaminam os poucos corpos d'água que existem no interior do território *aikewara* demarcado. Os componentes da aldeia *Itahy*, que utilizam a água do igarapé Gameleira para tomar banho, têm suas águas contaminadas por um desses locais de despejo de dejetos.

Animais como jabuti e cutia também comem alimentos vencidos, como frango e mortadela, contaminando-se. As mulheres *aikewara* já se recusam a comer esses animais abatidos nas regiões próximas à estrada.

- **Incêndios**

Todo 'verão' (estação seca regional) a TI Sororó sofre com os incêndios dentro dos seus limites provenientes das fazendas vizinhas, mas o principal ponto de início de incêndios na TI Sororó é justamente a beira da BR 153.

Em 1996, um incêndio provocou a escassez de alimentos para a população *aikewara* (Beltrão et al., *op.cit.*). Dois anos depois, em 1998, Beltrão (2008) coletou um depoimento em que os *Aikewara* afirmavam que "depois das queimadas acabou a castanha, cupu e até o cacau... com as queimadas tendo chegado até o Água Preta deixando os paus tudo fininho". Foi nesse período que aconteceu o primeiro grande incêndio na região e que necessitou da ajuda dos bombeiros de Marabá para ser controlado.

Em setembro de 2005, outro incêndio proveniente da BR 153 consumiu parte da TI Sororó. Foi um incêndio causado por fazendeiro que queimou a mata para transformá-la em pasto. O incêndio ficou fora de controle e destruiu novamente parte das plantações de arroz e milho dos *Aikewara*, tendo o IBAMA solicitado o auxílio de um helicóptero.

Em 2007, houve outro grande incêndio proveniente da Fazenda Abadia e "acabou com tudo", conforme os *Aikewara*. Durante uma semana, um helicóptero ficou jogando água em cima das labaredas. Nesse incêndio de 2007, os moradores da aldeia *Itahy* perderam mais de 60 castanheiras queimadas, um prejuízo econômico sem precedentes.

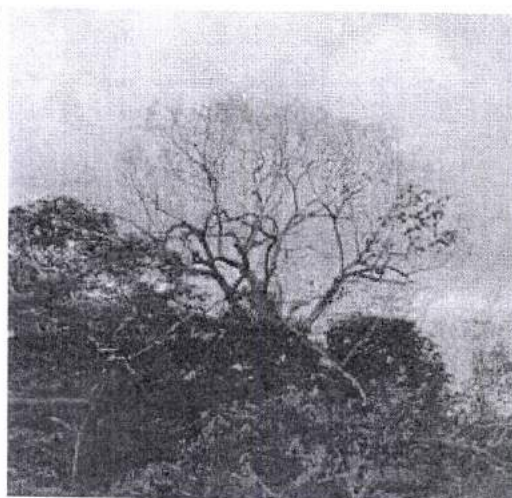
Recentemente, no dia 27 de setembro de 2010 a estrada foi novamente obstruída durante um dia pelos moradores da aldeia *Itahy*. A obstrução foi motivada por mais um incêndio florestal às margens da rodovia dentro dos limites da TI que consumiu sua mata, castanhais e parte da roça de mandioca. De acordo com eles, as autoridades do governo só compareceram à região após sete dias do início do incêndio. Esse último incêndio queimou uma grande parte da TI Sororó.

de tal/hs ?

De acordo com os moradores da aldeia *Itahy*, foram três os maiores incêndios na região: em 1999, 2007 e 2010. As maiores atingidas pelas queimadas são as castanheiras, consideradas “fracas para fogo” - segundo os *Aikewara*, “queima o seu miolo e logo caem”. O fogo mais devastador para os castanhais da aldeia *Itahy* foi o de 2007, conforme mencionado.



Área da reserva de caça da aldeia *Itahy* atingida pelo incêndio de 2010.



Castanheira dos moradores da aldeia *Itahy* queimada no incêndio de 2010.

Figura 2.65: Registros das consequências das queimadas na TI Sororó

Visitando a área que foi queimada por duas vezes em 2010 junto com *Ikatu Surui*, este afirmou que “essa mata queimada vai cair toda e vai demorar de 10 a 15 anos para crescer de novo. Os paus secaram e a mata fica feia. Fica igual à mata derrubada”. Segundo ele,

“toda essa região era de mata bonita, mata virgem mesmo, mas de tanto queimar parece uma capoeira. Ficou uma mata feia, cheia de espinhos e cipozal, que nem os bichos gostam de andar. A cada ano que passa o fogo vai entrando mais para dentro por que cada queimada deixa a mata mais baixa e fácil de queimar”.

Tibaku, líder da aldeia *Itahy*, também confirma que “a mata queimada fica ruim para a caça porque acabam as árvores com as frutas que os animais comem”.

As queimadas já mataram muitas queixadas e jabutis. As queimadas aliadas ao roubo de jabutis pelos não-indígenas estão acabando com a população desses animais. Afirmando também que o mel já acabou por causa das queimadas que afugentaram definitivamente as abelhas. ~~(tinham um projeto de apicultura iniciado em 2003).~~

As informações demonstram o efeito que os incêndios têm tido sobre os polinizadores da região, comprometendo a produção dos castanhais, o mais importante recurso econômico para os *Aikewara*, comprometendo também a

17

produção de frutos silvestres, fundamentais para a sua alimentação e dos seus animais de caça.

Nessa queimada de 2010, os *Aikewara* contaram com o apoio do Programa Prevfogo do IBAMA. ~~Este ano,~~ De acordo com informações da coordenadora do PrevFogo do IBAMA de Marabá, obtidas durante uma entrevista (21.02.2011), provavelmente a brigada volta com o dobro da capacidade utilizada no ano passado - parte do motivo dessa ampliação é porque o Parque Estadual da Serra das Andorinhas queimou muito em 2010. Estão prevendo uma ação com duas caminhonetes e 29 pessoas que sempre ficam lotadas, por seis meses, em São Geraldo do Araguaia. Mas essa decisão ainda não é oficial. De acordo com a SEMA de São Geraldo do Araguaia, a prioridade do Prevfogo são as terras indígenas e unidades de conservação. Assim sendo, na região, a prioridade da ação ~~deles~~ é a TI Sororó e o Parque Estadual da Serra das Andorinhas.

Existe a possibilidade do treinamento de brigadas voluntárias em que o IBAMA fornece a capacitação e o treinamento, chegando a fornecer às vezes também alguns equipamentos.

- **A experiência com a BR 153 e a relação com os novos empreendimentos**

Pode-se afirmar sem grandes dúvidas que a maior ameaça à manutenção do *modus vivendi* dos *Aikewara* é a BR-153, que atravessa a TI por 11 km. Para além da perda original não indenizada de 200 ha de território, considerando as piçarreiras e a cobertura vegetal no entorno próximo, ano após ano a estrada é origem de inúmeras agressões ao território, conforme relatado, sobretudo sob a forma de queimadas e incêndios. Em setembro e outubro de 2010, os *Aikewara* observaram atônitos a perda de pelo menos 4 mil hectares de mata, para não mencionar as centenas de animais consumidos por um incêndio iniciado no acostamento da rodovia – provavelmente originado pelo descaso de motoristas.

Com a estrada, observou-se a multiplicação de lotes e fazendas no entorno da TI, contribuindo para o aumento da incidência de queimadas que atingem a reserva, como o incêndio em 2007, que consumiu cerca de 3.000 hectares da TI Sororó e o de 2010, de maiores proporções ainda. Mesmo na estação das chuvas, o fluxo de veículos na via interestadual, sobretudo de caminhões, apresenta riscos à população local, como o atropelamento dos já escassos animais e até mesmo de indígenas, com um óbito confirmado.

Por essa mesma rodovia, os *Aikewara* enfrentarão os maiores impactos da eventual construção da usina hidrelétrica de Santa Isabel, no rio Araguaia. Sabe-se que será justamente pela BR-153 que serão realizados os transportes da mão-de-obra especializada, além de cerca de 5.000 trabalhadores e "matéria-prima leve" (no entanto, dificilmente o cimento produzido em Xambioá terá outro trajeto). Equação simples: aumento no fluxo de veículos significa aumento nos riscos para a população *aikewara*. Isto sem mencionar o desenvolvimento das áreas, vilas e cidades no entorno da TI Sororó e, com isto, toda a sorte de malefícios que este tipo de situação traz a uma população indígena: impacto que já começa a ser

ou fazenda indígena?

observado com o crescimento das cidades de Marabá, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia.

Se, por um lado, a população da TI Sororó comemora sua recuperação demográfica – viram-se reduzidos a 40 indivíduos nos anos que se seguiram ao contato –, por outro, se mostram cada vez mais preocupados a respeito dos desafios que este movimento lhes impõe. Uma população crescente, acuada em seu território, que observa o desaparecimento cada vez mais acelerado das condições necessárias para a reprodução de seu *modus vivendi*.

A produção de alimentos encontra-se comprometida pelas queimadas, de modo que as caçadas estão cada vez mais difíceis. Impedidos de obter alimentos pelas vias tradicionais, não é de se estranhar que os mais jovens frequentemente procurem empregos nas cidades vizinhas e até mesmo em outras TIs, como Mãe Maria e Cateté. Tal movimento dispersivo compromete o critério mais básico da socialidade *aikewara*, “o viver junto”. Se no pós-contato viam-se ameaçados pelo extermínio, passados cinquenta anos, recuperados do golpe inicial, os *Aikewara* veem-se ameaçados pela destruição de seu estilo de vida, pela impossibilidade de autodeterminarem os rumos de sua sociedade, movimento vivenciado como transformação gradativa em branco, em *kamará*.

3. AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

A partir do exposto nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do AHE Santa Isabel em seu item 9.2.2.3.3 – Populações Indígenas – Impactos na TI Sororó, este capítulo será concluído após a apresentação dos resultados dos Estudos Socioambientais aos *Aikewara*, constituindo, dessa forma, o Relatório Final.

Embora a TI Sororó não venha a ser afetada *diretamente* pelas intervenções físicas decorrentes da eventual implantação do AHE Santa Isabel – classificada na “Área de Influência Indireta” do empreendimento - é importante salientar o *caráter relativo da definição das áreas de influência do empreendimento, uma vez que nessa conceituação não são levados em consideração os aspectos simbólicos que constituem parte essencial da cultura de um povo autóctone.*

AFINAL, É P/ FAZER OU NÃO CF. EIA ??

PODERIA TALVEZ INSERIR AQUI AQUELA FIGURA DA IDENTIFICAÇÃO DA “REDE DE IMPACTOS” QUE VCS FIZERAM, P/ ILUSTRAR (E INTRODUIR A QUESTÃO), ACRESCENTANDO OS IMPACTOS CULTURAIS E SIMBÓLICOS COM O DESAPARECIMENTO DOS PEDRAIS E DAS INSCRIÇÕES RUPESTRES NAS CORREDEIRAS DE STA. ISABEL.

4. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. 2004. *Hidrovia Tocantins-Araguaia: importância e impactos econômicos, sociais e ambientais segundo a percepção dos agentes econômicos locais*. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – Universidade de São Paulo.

~~BARNES, Eduardo V. (coord.) 2003. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sororó – Gleba Tuwapekuakau. Brasília: FUNAI/UNESCO, dezembro.~~

BAPTISTA, F. M. 2000. "Hidrovia Araguaia-Tocantins: crônica de uma fraude anunciada." *Povos Indígenas do Brasil 1996/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 228-230.

BELTRÃO, Jane F., 1998. "Laudo Antropológico – Área Indígena Sororó a propósito da BR-153." Laudo elaborado por solicitação da Procuradora da República em Marabá. Campinas.

BELTRÃO, Jane F., MASTOP-LIMA, Luiza de Nazaré, 2008. "De vítimas a indiciados, um processo de ponta-cabeça: Suruí Aikewara versus Divino Eterno – Laudo antropológico". *Espaço Ameríndios*: 2 (2): 194-258.

CALHEIROS, Orlando, 2011 (no prelo). "Os Aikewara e a BR-153. Uma estrada rompendo caminhos e relações". São Paulo: Instituto Socioambiental.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI), 1985. "Suruí". *Povos Indígenas no Brasil*, vol.8, Sudeste do Pará (Tocantins). São Paulo.

COLLYER, T. A. & KOTSCHOUBEY, B. 2008. "Minerais gemas da região de São Geraldo do Araguaia e Xambioá". In Gorayeb, Paulo Sérgio de Sousa (ed.). *Parque Martírios-Andorinhas: conhecimento, história e preservação*. Belém: EDUFPA, 97-115.

COUDREAU, Henri 1898. *Voyage ao Tocantins-Araguaia – 31 décembre, 1896 – 23 Mai 1897*. Paris: A.Lahure.

EMMI, Marília 1987. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: Gráfica e Editora Universitária, Coleção Igarapé, UFPA.

DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sergio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime 1978. *A Guerriha do Araguaia*. Porto Alegre: Editora Alfa Omega.

FAUSTO, Carlos 1991. *Os Parakanã: casamento avuncular e dravidiano na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. PPGAS, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

ENGELIX, 2004

_____. 2001. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo, EDUSP.

FEARNSIDE, Phillip M. 2002. "Impactos sociais da hidrelétrica de Tucuruí". In I Encontro Internacional dos atingidos pela Vale. 2010. *Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo*. Rio de Janeiro. 157 p.

FERRAZ, Iara. 1976. "Plano Integrado de Desenvolvimento Comunitário Gavião e Suruí (PA)". DGPC/FUNAI. Brasília, mimeo.

_____ 1983 a ??? VOU PROCURAR ESTE RELATÓRIO CITADO AQUI ↙

_____ 1985 a. "Suruí/Aikewara do Posto Indígena Sororó: no rastro do território tradicional" (Relatório cf. Portaria FUNAI 1981/E de 07.02.1985). Brasília, março, mimeo.

_____ 1985 b. "Suruí do Pará": aspectos de um processo de transformação social entre um grupo Tupi contemporâneo". Relatório de pesquisa, CNPq. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, mimeo.

_____ ~~1996 VOU PROCURAR ESTA REFERÊNCIA TB.~~

_____ 1998. *De "Gaviões" à "Comunidade Parkatejê": uma reflexão sobre processos de reorganização social.* Tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

~~FERRAZ, Iara. 1996. "Novos subsídios para a revisão de limites (acréscimo) da Terra Indígena Sororó /PA". Departamento de Identificação e Delimitação DID/DAF/FUNAI. Brasília, mimeo.~~

_____ 2005.

FUNAI. 2003. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sororó – Gleba *Tuwapekuakau*. Brasília: FUNAI/UNESCO, dezembro. ↗

~~A MESMA REFERÊNCIA DE BARNES~~

~~GESAI, 2010~~

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. 2001a. *A floresta que virou cinza: o elo entre a máfia da Sudam, a morte da irmã Dorothy e o comércio ilegal de carvão*. Edição especial, fevereiro de 2011.

_____ 2001b. *O aço da devastação: crimes ambientais e trabalhistas na cadeia produtiva da indústria siderúrgica instalada na Amazônia*. Edição especial, junho de 2011.

LARAIA, Roque de B.; DA MATTA, Roberto A. 1967. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

LARAIA, Roque de B. 1998. "Suruí". In *Povos Indígenas no Brasil*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

<http://www.socioambiental.org/website/epi/surui/surui.htm>

? > MACIEL, 2010
MENDES, A. B. 2005. *Análise sinérgica da vida útil de um complexo hidrelétrico: o caso do rio Araguaia, Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NUNES, J. B. 2009. *Peixes esportivos: rio Araguaia e afluentes*. Goiânia.

PETIT, Pere 2003. *Chão de Promessas. Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Editora Paka-Tatu, Coleção Açai.

QUEIROZ, Renato da S. 1975. "Relatório de pesquisa antropológica realizada entre os índios Suruí do Estado do Pará". Universidade de São Paulo, mimeo.

RICARDO, Fany (org.) 1999. *Interesses minerários em Terras Indígenas na Amazônia legal brasileira*. São Paulo. Documentos do ISA, n. 06.

SANTILLI, Marcio, 1999. "Terras indígenas na Amazônia brasileira: subsolo bloqueado por interesses minerários". In Ricardo, Fany (org.). 1999. *Interesses minerários em Terras Indígenas na Amazônia legal brasileira*. Documentos do ISA, n. 06, p. 81-89.

TORAL, André Amaral de. 1992. *Cosmologia e sociedade Karajá*. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional. 414 p. (Dissertação de Mestrado)

VELHO, Otavio G., 1972. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária – Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

VIDAL, Lux B., 1977. *Morte e Vida de uma sociedade indígena brasileira*. São Paulo: HUCITEC.

VIEIRA FILHO, João Paulo B., 1982. Carta ao presidente da FUNAI, agosto, 02 p. com croquis. MS.

_____ 1991. "Visão da Saúde dos Suruí do Sororó (Aikevara)". Escola Paulista de Medicina, mimeo, 04 p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1986 a. *Araweté, o povo do Ipixuna*. São Paulo: CEDI.

_____ 1986 b. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds.

_____ 1991, 1992

WAGLEY, Charles. 1988. *Lágrimas de boas-vindas: os índios Tapirapé do Brasil Central*. São Paulo: Edusp. (Reconquista do Brasil, 2.a série, 137)